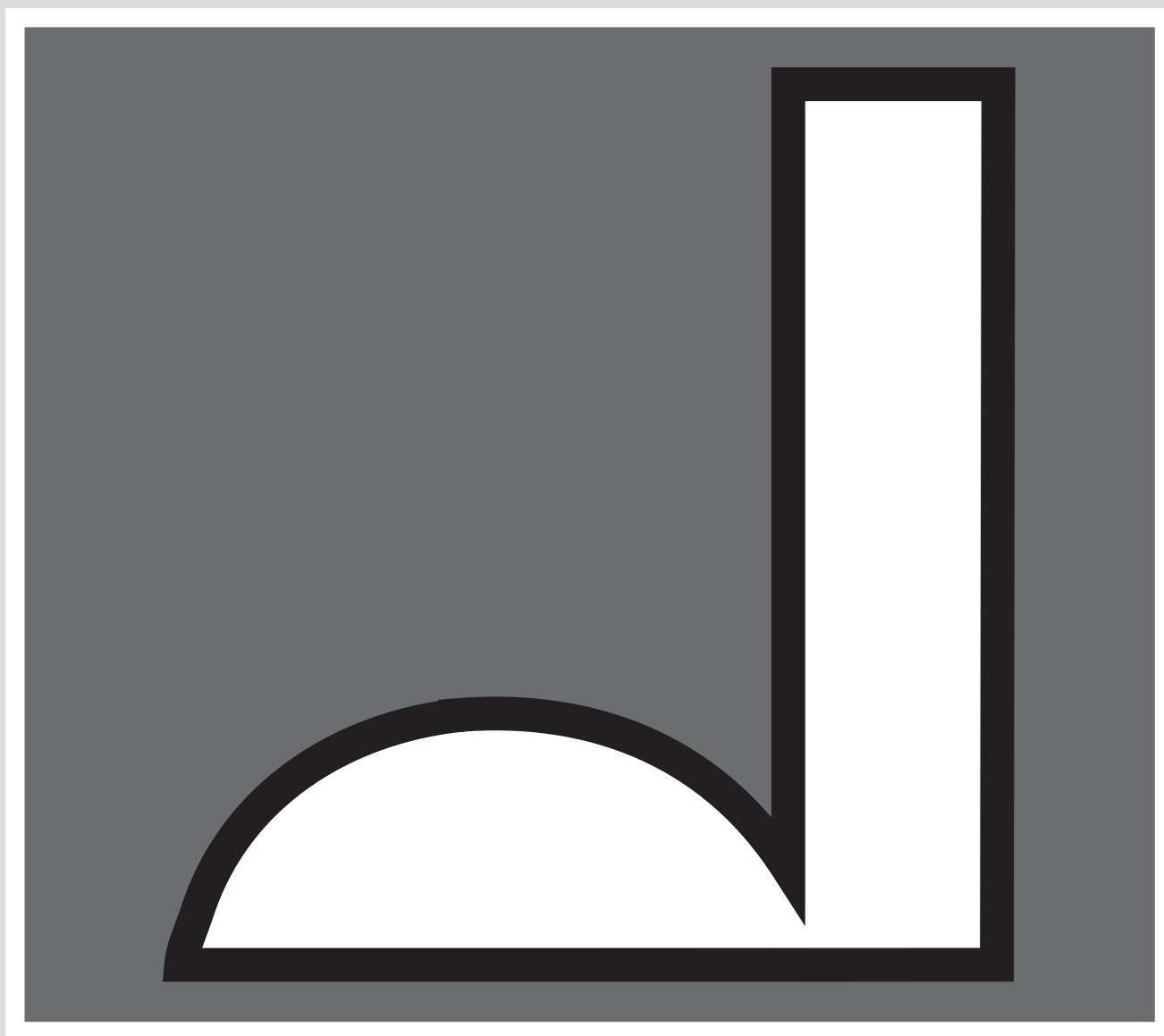




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 44 - SEXTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR– 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia
---	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 24ª SESSÃO ESPECIAL, EM 23 DE MARÇO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a homenagear o transcurso dos 40 anos de fundação do PMDB.

1.2.1 – Oradores

Senador Pedro Simon..... 09282

Senador José Sarney 09287

Senador Ney Suassuna 09291

Senador Ramez Tebet 09292

Senadora Ideli Salvatti 09294

Senador Amir Lando – (Art. 203 do Regimento Interno) 09295

1.2.2 – Fala do Presidente (Senador Renan Calheiros)

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 25ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE MARÇO DE 2006

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 104, de 2006 (nº 167/2006, na origem), de 16 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão.... 09303

Nº 105, de 2006 (nº 168/2006, na origem), de 16 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Eduardo dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil no Principado de Liechtenstein. 09315

2.2.2 – Pareceres

Nº 227, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de

Decreto Legislativo nº 562, de 2005 (nº 2.013/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite e ao Acordo Operacional, aprovadas pela 25ª Assembléia das Partes, realizada entre 13 e 17 de novembro de 2000, e pela 31ª Assembléia de Signatários, nos dias 9 e 10 de novembro de 2000. 09322

Nº 228, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 564, de 2005 (nº 39, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Arica, República do Chile, em 20 de março de 2002..... 09324

Nº 229, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2006 (nº 494/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação Técnica na Área de Turismo, celebrado em Brasília, em 6 de dezembro de 2002..... 09326

Nº 230, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2006 (nº 634/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002..... 09327

Nº 231, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2006 (nº 1.067/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados, celebrado em Brasília, 28 de abril de 2003. . 09328

Nº 232, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2006 (nº 1.069/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Circulação de Produtos Alimentícios, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 1999.....		Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia de Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Brasília, em 25 de julho de 2000.....	09337
Nº 233, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2006 (nº 1.112/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, 4 de outubro de 2002.....	09329	Nº 239, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2006 (nº 1.696/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Emenda do Artigo XIII da Convenção Constitutiva da União Latina.....	09337
Nº 234, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2006 (nº 1.299/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais, assinado em Buenos Aires, 9 de dezembro de 2002.....	09331	Nº 240, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2006 (nº 1.839/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá no Campo da Luta contra o Crime Organizado, celebrado em Brasília, 21 de agosto de 2001.....	09338
Nº 235, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2006 (nº 1.379/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Trabalho Remunerado para Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas, Escritórios Consulares e Representações Permanentes de Organizações Internacionais, celebrado em Lima, 10 de fevereiro de 2004.....	09332	Nº 241, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2006 (nº 302/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000.....	09339
Nº 236, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2006 (nº 1.629/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Extradição entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, celebrado em Lima, 25 de agosto de 2003.....	09333	Nº 242, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2006 (nº 744/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação no Campo de Proteção das Plantas, celebrado em 9 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu..	09341
Nº 237, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2006 (nº 1.837/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003.....	09334	Nº 243, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2006 (nº 821/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos da Convenção nº 167 e da Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988, pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.....	09341
Nº 238, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2006 (nº 1.491/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do	09335	Nº 244, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2006 (nº 1.326/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica, celebrado em Atenas, em 27 de março de 2003.....	09342
		Nº 245, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2006 (nº 1.378/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano so-	

bre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado 4 de dezembro de 2003, em Beirute.	09344	Nº 327, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona.....	09349
Nº 246, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2006 (nº 1.627/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Deli, em 25 de janeiro de 2004.....	09344	Nº 328, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Marina Montini, musa inspiradora do pintor Di Cavalcanti.	09349
Nº 247, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2006 (nº 1.654/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Brasília, em 5 de outubro de 2004.....	09345	2.2.4 – Comunicações da Presidência	
Nº 248, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2006 (nº 1.737/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em relação aos impostos sobre a renda, assinada na Cidade do México, em 25 de setembro de 2003.....	09346	Deferimento do Requerimento nº 321, de 2006, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, lido na sessão do dia 22 do corrente.	09350
2.2.3 – Leitura de requerimentos		Recebimento da Mensagem nº 106, de 2006 (nº 171/2006, na origem), solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até vinte e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, para financiamento do Projeto de Suporte ao Desenvolvimento de Empreendimentos de Agricultores Familiares do Nordeste Brasileiro.	09350
Nº 322, de 2006, de autoria do Senador José Agripino, solicitando voto de aplauso ao Estado de Sergipe, na pessoa do seu Governador João Alves, pelo brilhante desempenho à frente do governo daquele Estado, enaltecido pela reportagem publicada na Revista Forbes Brasil , em sua edição de fevereiro do corrente ano, sobre o título “Sergipe: Olho Vivo no Futuro”.....	09348	Recebimento da Mensagem nº 107, de 2006 (nº 170/2006, na origem), solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor total de até noventa e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE – Fase I.	09350
Nº 323, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do documentarista Primo Carbonari, ocorrido em 22 de março de 2006, em São Paulo.	09348	2.2.5 – Discursos do Expediente	
Nº 324, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de louvor ao Sr. Altair Corrêa Vieira, pela sua posse como Presidente da Associação Comercial do Pará, ocorrido no dia 17 de março de 2006.	09348	SENADOR <i>JOSÉ JORGE</i> – Considerações sobre a “incompetência administrativa do governo”, que acaba de macular uma instituição tradicional do país, a Caixa Econômica Federal, com o episódio da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.	09350
Nº 325, de 2006, de autoria do Senador Renan Calheiros, solicitando a necessária autorização para desempenho de missão no exterior, atendendo convites do Senado da França e da Assembléia de Portugal, no período de 29 de março a 4 de abril de 2006.....	09349	SENADOR <i>JUVÊNCIO DA FONSECA</i> – Defesa de alterações no Estatuto do Desarmamento... ..	09353
Nº 326, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando licença e autorização para se afastar do País e dos trabalhos desta Casa, do dia 29 de março ao dia 4 de abril do corrente ano, a fim de participar de missão a convite do Senado da França e da Assembléia de Portugal.....	09349	SENADOR <i>PAULO PAIM</i> – Preocupação com a greve dos professores do Estado do Rio Grande do Sul, paralisados há mais de 20 dias.....	09355
		SENADORA <i>IDELI SALVATTI</i> – Leitura de texto em homenagem a Florianópolis, pela passagem dos seus 280 anos.	09358
		SENADOR <i>AEELTON FREITAS</i> – Preocupação com a produção e comercialização de leite, especialmente no Estado de Minas Gerais.....	09358
		SENADORA <i>FÁTIMA CLEIDE</i> – Registro do evento de assinatura, pelo Presidente Lula, do decreto de criação do Conselho Nacional de Política Indigenista. Registro do dia 21 de março, como o Dia do Combate à Discriminação Racial. Aprovação, ontem, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei 4.559/04, que cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher.....	09360

SENADOR *SÉRGIO ZAMBIASI*, como Líder – Homenagem pela passagem, no próximo domingo, dos 15 anos de existência do Mercosul..... 09362

SENADOR *PEDRO SIMON* – Leitura de carta do ex-Ministro Paulo Brossard, dirigida ao Presidente Renan Calheiros, encaminhando trabalho jurídico, com referência à decisão tomada ontem no Supremo Tribunal Federal com relação à verticalização das eleições. 09364

SENADORA *ANA JÚLIA CAREPA* – Aplausos ao documentário “Falcão – Meninos do Tráfico”, apresentado no último domingo, no programa Fantástico, da TV Globo, sobre menores envolvidos com o narcotráfico. 09371

SENADORA *HELOÍSA HELENA* – Protestos contra a investigação que a Polícia Federal está fazendo para apurar a possibilidade de o caseiro Francenildo dos Santos Costa ter feito lavagem de dinheiro. 09374

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – RI; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências. Apreciação sobrestada por não haver acordo entre as Lideranças Partidárias..... 09378

Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos

Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica. Apreciação sobrestada. 09378

Item 3 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País. Apreciação sobrestada..... 09378

Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 10 de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP. Apreciação sobrestada. 09378

Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica. Apreciação sobrestada. 09379

Item 6 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano

Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 09379

Item 7 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005. **Apreciação sobrestada.** 09379

Item 8 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica. **Apreciação sobrestada.** 09379

Item 9

Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de R\$74.564000,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais), para os fins que especifica. (Apoio a população atingida pela febre aftosa). **Apreciação sobrestada.** 09379

Item 10

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.** 09379

Item 11 (Votação nominal, se não houver emendas)

Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. **Apreciação sobrestada.** 09380

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla. **Apreciação sobrestada.** 09380

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado. **Apreciação sobrestada.** 09380

Item 14

Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica. **Apreciação sobrestada.** 09380

Item 15 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar). **Apreciação sobrestada.** 09380

Item 16

Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais). **Apreciação sobrestada.** 09380

Item 17 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro. **Apreciação sobrestada.** 09380

Item 18

Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento Beach Park, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela. Apreciação sobrestada..... 09381

1.3.1 – Questão de Ordem

Suscitada pela Senadora Ideli Salvatti, com base nos arts. 147 e 403 do Regimento Interno, relativo a legalidade da exibição pública da gravação de conversa telefônica, durante depoimento na CPI dos Bingos, entre a depoente Isabel Bordini, ex-superintendente do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto, e o advogado Rogério Buratti, sendo contraditada pelo Senador Álvaro Dias..... 09383

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre a quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. 09385

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Necessidade de retomada das votações no Senado Federal e de votação do orçamento da União. Defesa de apuração das responsabilidades pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos. Considerações sobre os trabalhos das CPIs. 09385

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações sobre procedimento ocorrido ontem na CPI dos Bingos..... 09393

SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Veto do Presidente Lula ao projeto de renegociação das dívidas dos agricultores. Falta de uma política agrária no Brasil..... 09395

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA Posicionamento favorável à derrubada do veto presidencial ao projeto de renegociação das dívidas dos agricultores. Registro de reportagem publicada pelo jornal **A Gazeta**, do estado do Espírito Santo, do jornalista Uchoa de Mendonça..... 09400

SENADOR MAGNO MALTA – Sugestão de rediscussão, por parte do Congresso Nacional, do conceito de segurança nacional. Considerações sobre o quadro político brasileiro..... 09403

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Repúdio ao silêncio e omissão do Banco Central do Brasil, no caso da quebra de sigilo bancário envolvendo o caseiro Francenildo dos Santos, correntista da Caixa Econômica Federal. Defesa de apuração das responsabilidades pela quebra do sigilo bancário do caseiro. 09407

SENADOR GILVAM BORGES – Saudação à Ministra Ellen Gracie, que presidirá o Conselho

Nacional de Justiça (CNJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). 09408

1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Cumprimentos à empresa Samsung e ao Pólo Industrial de Manaus, pela ampliação da venda de monitores de cristal líquido. Registro da matéria intitulada ‘Reeleição com dinheiro público’, publicada no Jornal da **Comunidade**, edição semanal de 18 do corrente. 09410

SENADOR LUIZ PONTES – Comentário sobre o artigo intitulado “Motorista diz ter levado dinheiro para ministério”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 24 de fevereiro do Corrente.... 09412

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “Imagens de uma infância perdida”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 20 de março do corrente..... 09413

SENADOR PAPALÉO PAES – Comentário sobre a matéria intitulada “Lula viaja 40% a mais pelo país neste ano”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 23 de fevereiro do corrente.... 09417

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “O fim da roubalheira”, de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 22 de fevereiro do corrente. 09418

SENADOR ÁLVARO DIAS – Registro do artigo do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, intitulado ‘*Tempus regit actum*’, publicado pelo jornal **Correio Braziliense**, edição de 5 de março do corrente.... 09419

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria intitulada “Valério ameaça falar”, publicada na revista **Veja**, edição de 8 de março do corrente. 09420

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “É ainda pior do que se pensava” publicada pela revista **Veja**, edição de 10 de março do corrente..... 09422

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “CGU constata irregularidades”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 13 de março do corrente..... 09424

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro da matéria intitulada “Em PE, a fila dos horrores para o Bolsa-Família”, publicada pelo jornal **O Globo**, edição de 3 de março do corrente..... 09426

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Combate à tuberculose. 09427

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – “Dia Mundial de Combate à Tuberculose – 24 de março”.... 09427

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES**

Do Senador Flexa Ribeiro, proferido no dia 16 de março de 2006..... 09431

Do Senador Aloizio Mercadante, proferido no dia 31 de janeiro de 2006. 09433

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 23-3-2006..... 09440

SENADO FEDERAL

- 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA**
- 5 – SECRETARIA DE COMISSÕES**
- 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**
- 7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**
- 8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**
- 9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
- 10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR**

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**
 - 13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
 - 14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**
 - 15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**
 - 16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**
-

Ata da 24ª Sessão Especial, em 23 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Ney Suassuna

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 52 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a homenagear o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, pelo transcurso dos 40 anos da sua fundação, de acordo, Sr^{as} e Srs. Senadores, com o Requerimento nº 302, do Senador Pedro Simon e de outros Senadores.

Tenho a honra de convidar o Senador Pedro Simon para compor a Mesa. (Pausa.)

Convido também, com muita honra, para compor a Mesa o Senador José Sarney, ex-Presidente do Senado e ex-Presidente da República. (Pausa.)

Convido também para compor a Mesa o Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB no Senado Federal. (Pausa.)

Os outros Senadores presentes e os demais convidados considerem-se representados pelo Senador Pedro Simon, pelo Senador José Sarney, pelo Senador João Alberto e pelo Senador Ney Suassuna.

Tenho a honra de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, autor do requerimento, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – “Concorrer com candidato próprio à Presidência da República é uma responsabilidade da qual, a não ser por covardia, não podemos fugir.”

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores: Dias atrás, entrei com requerimento junto à Mesa do Senado Federal pedindo uma sessão especial para homenagear o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que, no dia em 24 de março deste ano, comemora quarenta anos de vitoriosa existência.

O meu objetivo era fazer uma justa homenagem a essa grande agremiação política, uma das mais importantes da nossa vida republicana. Uma homenagem também aos grandes líderes do partido, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Mário Covas, Franco Montoro e Miguel Arraes.

Assim, vou me concentrar aqui principalmente nos primeiros vinte anos de vida do partido, os vinte anos gloriosos do nosso partido.

O Movimento Democrático Brasileiro surgiu por força de uma reforma partidária imposta pelo regime militar, que decidiu limitar em apenas duas siglas o espectro político nacional. O Movimento Democrático Brasil nasceu como o partido de oposição ao governo vigente, oposição consentida, é verdade. Dizia-se, então, que o se a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava incondicionalmente o regime militar era o partido do “sim, senhor”, o MDB era mais ativo, era o partido do “sim”, nunca do “sim, senhor”.

Inicialmente, a nova agremiação foi presidida pelo Senador Oscar Passos, que tinha como vice-presidente aquele que seria o principal dos militantes do partido, o deputado paulista Ulysses Guimarães. Os outros vice-presidentes eram os deputados Franco Montoro, também paulista, e Oswaldo Lima Filho, pernambucano.

Ao longo dos vinte anos seguintes, o MDB escreveria uma das mais belas páginas da história brasileira: a nossa longa caminhada em direção ao restabelecimento de um regime democrático.

Façamos uma breve digressão histórica.

Em 1964, instala-se no Brasil um regime arbitrário, comandado pelas forças armadas. Após a derubada do presidente eleito democraticamente, João Goulart, começa o sistemático desmantelamento das instituições democráticas.

Em 9 de abril, a junta militar liderada pelo general Costa e Silva baixa o AI-1, que cassa os direitos políticos de 102 brasileiros, entre eles João Goulart, Leonel Brizola, Jânio Quadros, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes.

No dia 13 de abril de 1964, surge uma nova lista: com 400 cassações ao todo.

No final de 1965, o AI-2 altera a vigência da Constituição de 1946, ampliando os poderes do presidente (eleito indiretamente) e suprime o multipartidarismo.

Em 24 de março de 1966, no então Estado da Guanabara, o Movimento Democrático Brasileiro, MDB. Naquele mesmo ano, a democracia recebe um novo golpe. O Ato Institucional Número 3 estabelece eleições

indiretas para os governos estaduais. Mas, na primeira eleição direta para o Senado que disputa, o novo partido consegue eleger 20 dos seus integrantes.

Em 13 de dezembro de 1968, com o AI-5, o governo fecha o Congresso e suspende as garantias constitucionais. Sindicatos e entidades estudantis são também impedidos de funcionar. A partir daquela data, líderes estudantis, sindicais e políticos passam a ser perseguidos, têm seus direitos políticos cassados ou são obrigados a partir para o exílio.

Cabe, então, ao MDB, partido que tinha como bandeira o respeito às normas democráticas, denunciar as arbitrariedades sucessivas, que passam a ser conhecidas como “casuísmos”. Para cada dificuldade política que enfrentava, o regime militar inventava uma lei de exceção. A repressão se estende a todo e qualquer movimento social. O regime se concentra em cassar todos que se insurgem. Restringido o direito à liberdade e com a imprensa manietada, ganha terreno a corrupção.

É numa pequena margem de liberdade que os líderes e militantes PMDB têm que atuar.

Em uma atitude de protesto e, ao mesmo tempo, de enfrentamento ao regime, o Doutor Ulysses Guimarães, em 1971, lança a sua anticandidatura à Presidência da República. Numa eleição de cartas marcadas, que enfrenta só para firmar posição, o doutor Ulysses tem como companheiro de chapa o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da ABI.

Nesse quadro de grave crise institucional, o MDB passa a exigir a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que considera o caminho mais rápido para restabelecer as instituições democráticas.

O início da década de 1970 ficou marcado por uma repressão cada vez mais violenta, que incluía a perseguição e até mesmo o assassinato de líderes políticos de oposição.

Nesse tempo tão amargo, apenas uma voz se insurgia contra o regime: a dos líderes e militantes do MDB, comandados pelo Dr. Ulysses.

Agremiação política que tinha a admiração de estudantes e trabalhadores, o MDB elege 16 senadores em 1974.

A luta pela constituinte, pela anistia e contra a tortura de presos políticos ganha força. As passeatas e atos de protestos, sob a coordenação dos líderes emedebistas, se repetem.

Lembro do nosso presidente Ulysses Guimarães construindo o partido apesar de todas as dificuldades. Havia muito medo. Mas, habilidoso e determinado, o doutor Ulysses comandou uma verdadeira articulação nacional para lutar pela democracia. Era um combate

diuturno para alcançar que os direitos básicos de liberdade de expressão e de reunião fossem assegurados para todos os cidadãos.

O Congresso Nacional é forçado a um recesso em abril de 1977. O governo militar edita então o chamado “Pacote” de abril de 1977, restringindo ainda mais as liberdades. Surge a figura dos senadores indicados, chamados “biônicos”, de forma que o governo pudesse manter sua maioria no Congresso Nacional.

Com a crise do petróleo, o “Milagre Econômico” do Brasil se transforma num pesadelo. O país está endividado, em dólares, em função de uma política econômica que não levava em conta o interesse da população e que desperdiçava as verbas públicas em obras faraônicas.

Em 1979, treze anos depois de criado, o partido consegue suas duas maiores vitórias: a concessão de anistia política aos que haviam sido perseguidos pelo regime e a extinção do mais arbitrário dos instrumentos criados pelo regime de exceção, o Ato Institucional Número 5.

Na virada para a década de 80, o povo começa a sair às ruas em protesto. O partido que dava sustentação a essa insatisfação era o MDB, que funcionava como um guarda-chuva para todos os que discordavam do regime.

Por essa época, ganha espaço no partido um dos mais importantes políticos brasileiros do século passado: Teotônio Vilela, o menestrel das Alagoas, que literalmente deu sua vida pela reconstrução da democracia em nosso país.

Com a anistia, os presos políticos são postos em liberdade. Começa, então, o retorno dos líderes políticos brasileiros que haviam sido forçados ao exílio.

Para enfraquecer a oposição, o regime lança mão de mais um casuísmo: decreta o fim dos dois únicos partidos. Forçado pela nova lei, que exigia a palavra “partido” em todas as legendas, o MDB acrescenta um “P” à sigla. Fica sendo Partido do Movimento Democrático Brasileiro, sob o comando do Dr. Ulysses Guimarães.

Nós considerávamos que ainda não era tempo de dividir a oposição. Pensávamos que deveríamos, todas forças democráticas, seguir abrigados numa mesma sigla, acumulando forças até a Assembléia Nacional Constituinte. Uma vez instalada, seriam extintos os partidos e criadas as novas agremiações, com base nas idéias e princípios e afinidades surgidos nos debates da elaboração da nova Constituição brasileira.

Mas, essa tese não prosperou e em 6 de dezembro de 1980 é aprovado o novo Estatuto do PMDB, eleito o novo Diretório Nacional e a nova Comissão Executiva Nacional.

Em 1981, o Partido Popular, que tinha como líder máximo o extraordinário Tancredo Neves, incorporou-se ao PMDB numa operação que o regime tentou impedir.

A nossa grande luta passou a ser pela eleição direta para a Presidência da República. Em 1984, o PMDB liderou aquela que certamente foi a maior mobilização já vista por este país em torno de uma causa política: a frente popular que ficou conhecida como “Diretas-Já”.

Depois de uma reunião inicial em Goiânia, realizou-se na capital do Paraná o primeiro comício pelas Diretas Já. Com o descontentamento popular no seu ponto máximo, os comícios se sucedem por todo os cantos do Brasil. Os meios de comunicação, subordinados ao regime, tentaram esconder as manifestações de massa em favor das eleições diretas. Foram obrigados, no entanto, a abrir espaços para o assunto depois que veículos da imprensa começaram a ser atacados e virados nas ruas pela ira popular.

Mesmo enfraquecido, o regime decreta Estado de Emergência. Brasília é sitiada por forças militares. Volta a Censura aos meios de comunicação. A emenda Constitucional sugerida pelo Deputado Dante de Oliveira – que permitia eleições diretas para Presidente – é derrotada no Congresso.

Naquele momento, nada mais poderia deter o povo brasileiro na sua ânsia por liberdade. A batalha continuou nas ruas, em grandes manifestações populares que pregavam a eleição de Tancredo Neves, mesmo que no execrado Colégio Eleitoral.

O PMDB une-se a outros partidos na Frente Liberal e lança, no plenário da Câmara dos Deputados, Tancredo Neves para Presidente da República, tendo como vice José Sarney. A batalha final se travaria no Colégio Eleitoral montado pelo próprio Governo.

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves é eleito, mas não chega a tomar posse. Doente, é internado às pressas na noite que antecedeu a posse. O povo brasileiro passou a acompanhar pelos meios de comunicação a luta do presidente eleito contra a doença. Eram diárias e tocantes as cenas de brasileiros, em geral pessoas das mais humildes, orando pela recuperação de Tancredo.

A morte de Tancredo mergulhou o país na tristeza. Foi um grande choque para a população. Em Belo Horizonte, em Brasília, emocionado, o povo se despediu do grande plôitico mineiro.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1985, com a posse do Senador José Sarney na Presidência, inicia-se a Nova República.

No ano seguinte, em função do Plano Cruzado, estabelecido pelo Ministro Dílson Funaro, o PMDB colhe sua maior vitória de todos os tempos: elege 21 Governadores e 26 Senadores.

Como essa votação esmagadora, o partido elegeu uma bancada expressiva na Assembléia Nacional Constituinte, instalada sob o comando de Ulysses Guimarães.

Orgulhoso, depois de um trabalho exaustivo, o doutor Ulysses apresenta aos brasileiros, no final de 1988, aquela que ele vai chamar Constituição-Cidadã. Trata-se de uma Carta Magna que vinha para garantir instituições democráticas fortes, como nunca antes na nossa história.

Em abril de 1989, o PMDB se reúne para escolha de seu candidato à Presidente da República. Os nomes cotados eram: Álvaro Dias, Waldir Pires, Íris Rezende e Ulysses Guimarães. No final de um processo interno de escolha, Ulysses Guimarães é aclamado candidato do partido.

Nessas eleições, ocorreu uma das maiores surpresas da história republicana, a vitória de Fernando Collor, um aventureiro. Collor era governador de Alagoas pelo PMDB e eu governava o Rio Grande do Sul. Ele chegou a me procurar na época e me disse que iria sair do PMDB, formar um novo partido e se candidatar á presidência da República. Convidou-me para ser vice dele, mas aceitava também a fórmula inversa, ele poderia ser meu vice caso eu aceitasse concorrer. Achei que se tratava de um desequilibrado. Mas, esse homem venceu as eleições, surpreendendo a todos, enquanto grandes líderes ficaram à margem.

Em março de 1991, o doutor Ulysses Guimarães transfere a presidência do Partido ao ex-governador de São Paulo, Orestes Quércia. Em um discurso emocionado, diz: “Meu filho, PMDB: Vá em frente. Caminhe rumo ao sol, que é luz, não rumo à lua, que é noite. Que Deus te abençoe e a Pátria ateste: Cumpriste o teu dever!”

No ano seguinte, o PMDB teve papel central no processo que levou à cassação do mandato de Fernando Collor. Na verdade, o presidente nunca pensou que as investigações chegassem até ele. Mas, apareceu uma testemunha, uma pessoa singela, um motorista que fez as ligações todas e apresentou as provas que faltavam, os cheques de contas fantasmas que compraram um automóvel com nota fiscal em nome de Collor. Assume, então, a presidência da República um antigo militante do emedebista: o mineiro Itamar Franco.

Com grande habilidade, Itamar Franco forma um governo de coalização nacional. O PMDB desempenha papel de grande destaque na administração Itamar,

caracterizada pela estabilização da moeda, retomada do crescimento econômico, criação do Plano Real e restauração da dignidade da função pública.

Viria, então, a maior perda do partido em sua história: a morte do Dr. Ulysses em um trágico acidente de helicóptero. Falecem, na mesma ocasião, a esposa de Ulysses, dona Mora, o ex-ministro Severo Gomes e sua esposa.

No pleito de 1994, o PMDB escolhe Orestes Quércia para concorrer à Presidência da República. Mas já estava desgastado politicamente e não aceitou concorrer na condição de candidato do governo, apoiado por Itamar que tinha uma aceitação popular fantástica. O presidente Itamar Franco lança então o seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, que acaba vencendo a eleição.

Na eleição seguinte, em 1998, trava-se luta interna no PMDB para definir uma posição diante da disputa pela Presidência. Por fim, o partido opta por não ter candidato próprio. E decide não dar respaldo a nenhum dos candidatos. Mesmo sem candidato ao principal cargo da República, o PMDB sai daquela eleição como a maior agremiação partidária nacional.

Em 2002, novamente, o partido decide não apresentar candidato à Presidência da República. Dá apoio ao candidato do PSDB, José Serra, no primeiro turno. No segundo turno, parte do partido respalda Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que saiu vencedor.

Começa, então, uma nova fase na vida do partido, que se estende até hoje. Uma fase menos gloriosa, eu diria.

Mas, na semana passada, o PMDB mostrou, pelo voto de milhares de seus militantes, que quer ter, este ano, finalmente, um candidato próprio à Presidência da República.

Essa é a luta que enfrentamos hoje: para que nosso partido não entre no próximo pleito a reboque de uma outra legenda, numa posição secundária indigna de sua glória e de seus quadros.

Nessa campanha das prévias, caminhamos pelo Brasil inteiro. Há muito tempo não realizamos, no conjunto partidário, uma jornada desse alcance e dessa importância. Tampouco, um grande congresso nacional para debater os rumos do partido e as nossas propostas para o País.

Um partido com a tradição do PMDB não pode se omitir dessa responsabilidade. Na história do Brasil não há exemplo igual de uma partido com a dimensão nacional que alcançou o PMDB. Os partidos nunca não foram fortes e enraizados, com idéias e princípios firmes. Eram mais agremiações restritas aos estados. Só em 1945, com a Constituinte, se formaram partidos mais sólidos. Mesmo assim, não foram construí-

dos com base em doutrinas específicas, mas surgiram tendo como referência a figura do presidente Getúlio Vargas. Os que formavam com a oposição criaram a União Democrática Nacional (UDN), que reunia a elite urbana e setores oligárquicos que estavam fora do poder, além de intelectuais liberais. Já os partidários de Vargas criaram dois partidos: o Partido Social Democrático (PSD), da burguesia rural e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), das massas trabalhadoras que começavam a aparecer.

Quando essas siglas começaram a crescer, veio a ditadura e acabou com a liberdade partidária, impondo o bipartidarismo com a Arena e o MDB. Essa situação permaneceu até que o MDB cresceu tanto e obteve tanto apoio popular, vencendo eleições seguidas, que o regime encontrou outra fórmula para dividir a oposição. Mais uma vez, extinguíram as agremiações e criaram esses partidos que estão aí até hoje.

Tivemos duas esperanças, o PSDB e o PT. Eu hoje me pergunto se não devia ter aceitado o convite do Covas. Eu era Governador do Rio Grande do Sul e ele, dramaticamente, pedia que eu fosse para o PSDB, porque o medo do Covas era que o PSDB ficasse um partido só de paulista e não um partido nacional.

Eu fiquei fiel ao meu partido e o PSDB cresceu. Que pena que o Covas não se elegeu Presidente. Covas era um homem para ser Presidente. O Covas é um homem notável na história deste País. Não ganhou. Aí o PSDB ficou oito anos e aconteceu o que aconteceu.

Outra expectativa foi o PT – 25 anos. Vinte e cinco anos em que o PT parecia o partido que vinha para salvar. O PT era o partido dos cruzados, dos homens santos, dos idealistas, que se formou na sacristia, que tinha o apoio da Igreja, o apoio da credibilidade nacional. Era o grande partido.

E Lula, praticamente um herói, nascido no zero para ser o Presidente. Deu no que deu. Juro que rezei muito para que o PT desse certo. Juro que rezo muito para que o Lula acorde e volte ser o Lula por quem tive tanto carinho e cujas idéias eu tanto respeitei. E não sei o que aconteceu para o Lula de ontem se transformar no Lula de hoje.

E no meio dessa realidade, eu não consigo convencer o Presidente José Sarney, que é o grande líder do nosso partido, nem o Dr. Renan, que é o grande chefe do nosso partido, nem o líder, Senador Ney Suassuna. Nosso querido Renan, que, quando jovem, teve a grandeza, teve a capacidade, teve a competência de pegar o Collor, um guri, de menos de 40 anos, ali, em Alagoas. Quando Collor veio me procurar – eu, Governador do Rio Grande do Sul, em março, dizendo que queria criar um partido para ser candidato a Pre-

sidente da República – eu ri. Achei que era um bobo; bobo era eu. Porque ele fez e ganhou. O meu querido Renan apostou e apostou bem, acertou. Ah, se meu amigo Renan tivesse hoje, com a Presidência do Congresso e com a competência que tem hoje, a mesma fé no seu partido.

Nesse conjunto todo, por amor de Deus. Olho para o PT: tem o Lula, o Lula com as duas asas pisadas, amarradas, cuidadas para que ele possa se manter. Nós aqui dando mil garantias para não atingir o Palocci demais, para não atingir demais o Lula, porque achamos que é melhor o Lula e o PT serem réus do que serem vítimas, porque levaria a um *impeachment*, a uma situação insustentável.

Mas o PT, que é partido de discussão, de reunir, de debater, não abre a boca. O candidato é o Lula e pronto. O PT não vão se reunir, porque, se reunirem numa grande assembleia, vai se cobrar aquilo que foi feito e aquilo que não foi feito, e não tem resposta. Então, não se reúne. O candidato é o Lula.

O PSDB se reúne. Quem se reúne? Uma assembleia? Um diretório Nacional? Reúne o Presidente do Partido, Senador Tasso Jereissati; reúne o Governador de Minas Gerais. Se não tem mais café com leite, é só café. Então, ele tem uma posição importante, e pode decidir. Está lá em Minas Gerais decidindo. E se reúne o ex-Presidente da República. E tem de escolher entre dois. Então, não dá para escolher, porque o Serra foi lá no cartório e assinou: “Eu, Serra, digo que, se for eleito Prefeito de São Paulo, fico até o último dia e, se eu renunciar, ninguém vote em mim para qualquer cargo”. Não renunciou. Então, só tinha o Governador de São Paulo.

Agora, o MDB tem o Presidente Sarney, que foi um grande Presidente. Tenho dito isso e repetido: choro a morte do Dr. Tancredo, porque ele tinha história, tinha biografia, tinha atrás dele a força para fazer. Mas o Dr. Sarney assumiu naquela hora e cumpriu os compromissos. A Assembleia Nacional Constituinte saiu; as grandes reformas que ele prometeu saíram; as tentativas com o plano econômico saíram. Foi um regime democrático, aberto, amplo, respeitoso. Temos os Itamar, que foi um Presidente da República espetacular. Temos o Rigotto. Temos o Requião, duas vezes Governador do Paraná, que está fazendo um Governo excepcional. Temos o Quéricia, que, hoje, já está recuperado – porque eu, que fui dos que mais bateu no Quéricia, sou obrigado a reconhecer que, em 30 anos, não tem um processo, não tem uma vírgula contra ele. Temos o Garotinho. Temos o Governador de Brasília, que é um segundo Juscelino, está fazendo um Governo fantástico de obra, de realizações. Temos Jarbas Vasconcelos, duas vezes Prefeito em

Recife, por oito anos considerado o melhor Prefeito do Brasil, duas vezes Governador, considerado o melhor do Brasil.

Mas, meu Deus, o MDB não tem gente em condições? Temos o Senador Renan, Presidente do Congresso, de atitude brilhante. Temos o Jobim, que está sendo apresentado aí para ser vice. Por que não apresentá-lo para Presidente, já que foi Presidente do Supremo e um homem de grandes qualidades? Então, o MDB não pode, não tem condições, não pode. Por quê? Mas que complexo de inferioridade é esse? Ah, mas agora veio o voto de cima a baixo, a verticalização que nos destruiu. Mas, se o voto de cima a baixo nos destruiu, o que dizer do PT e do PSDB? O MDB tem candidato vitorioso em condições de ganhar no Brasil inteiro. Em São Paulo, vai disputar, mas ganha no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, Rio de Janeiro e disputa também em Minas Gerais. Temos cerca de 16 Governadores em condições de se reeleger.

E o PT, como vai fazer? Com quem ele vai fazer? E o PSDB, que só tem Governador forte em São Paulo, em Minas Gerais e no Ceará? Vai perder em Goiás. O voto vinculado de cima a baixo atinge todo mundo! O que menos é atingido é o PMDB, que é o que tem mais prefeito, mais vereadores, mais Deputados, mais Senadores, mais governadores, tem mais candidato forte, tem percentual, porque houve um momento em que o PT foi lá para cima e o MDB baixou. Hoje, em nível nacional, nas pesquisas, o PMDB está em primeiro lugar com 22%; em segundo está o PT, com 14%; em terceiro, o PSDB, com 5%. Quer dizer, o PMDB hoje é o Partido que nacionalmente tem o maior percentual de simpatia a seu favor.

Eu, com os meus 76 anos, não tinha por que está aqui a essa altura, eu podia estar em casa; eu podia estar olhando, assistindo. O PMDB podia ficar mais dez anos nessa vidinha de faz-de-conta; não foi o PMDB que pediu, não fomos nós que nos apresentamos. Se o PT tivesse dado certo, era a vez do PT, seria uma reeleição tranqüila, e eu acharia que oferecendo um vice ao PT era a grande saída. Mas a verdade é que hoje a sociedade brasileira não aceita que tenha que escolher somente entre PSDB e PT, e mais ninguém.

Há uma ansiedade, e as pesquisas mostram isso: 80% respondem que deve haver uma terceira opção. E quem é essa terceira opção se não o velho MDB, com sua história, com sua tradição, com sua biografia? Foi o destino que nos colocou. Não fomos nós que pedimos. Não estamos rompendo portas. Não nos estamos apresentando à força. Colocaram na nossa frente uma responsabilidade de que, a não ser por covardia, não podemos fugir. É claro que temos companheiros nossos com cargos importantes no Governo. Acho isso normal

e importante, mas mais importante é que tenhamos uma linha a oferecer à Nação brasileira nesta hora. E podemos fazer isso. Temos condição para fazer isso. Temos para reunir dois Presidentes, Sarney e Itamar, para contar as histórias, as dificuldades e os acertos que eles cometeram.

Por isso, nosso velho MDB faz essa reunião singela, simples, pelos seus 40 anos. Não é com festa, nem com foguete, nem com flores. É singela. Essa reunião até me lembra quando festejávamos o MDB na época da ditadura. Também era singela, só que lá as pessoas não vinham porque podia ter cassação ou outras coisas. Então, era ato de coragem estar presente. Em muitas reuniões do MDB era ato de coragem estar presente. Aqui, não. Hoje estamos numa democracia plena. É verdade que há esses exageros, como a Caixa Econômica brincando com a conta do nosso amigo, mas a democracia existe. Mesmo assim, a reunião é singela. Mas ela tem significado. São 40 anos de uma história que existe. Ninguém tirará o nome do MDB da História do Brasil.

Infelizmente, os Partidos políticos têm pouco a deixar na História do Brasil. Na Independência, foi de pai para filho: “Põe essa coroa na sua cabeça antes que um aventureiro o faça”. A República, um golpe de Estado, ninguém sabia o que estava acontecendo. As leis sociais, numa ditadura, o Dr. Getúlio assinou, e todas as leis vieram. Não há muita participação da vida política partidária. A única é a do MDB no restabelecimento da democracia. A única vez que o povo brasileiro se manifesta, avança, está presente, luta, é o velho MDB na frente, quando reconstitui a democracia.

Lá estavam os Generais. Eu me lembro: olhavam para mim e riam, mais do que agora. “Mas o que vocês querem, vocês, do MDB? Vocês estão brincando! Vocês não reparam que esses Generais do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, vocês não reparam que os grandes meios de comunicação estão todos fechados? Vocês não reparam que os grandes empresários estão fechadinhos? Vocês não reparam que o norte-americano está ali, e, se quisermos fazer um movimento de violência, se os americanos botaram milhares de soldados em São Domingos, quantos não vão botar aqui? Vocês estão ficando com a cara de bobo, rapaz!”. E nós fomos avançando. Fomos avançando e ganhamos

No início, o sentimento era anárquico, cada um dizia o que queria. Fizemos uma reunião no Rio Grande do Sul de todas as lideranças do Brasil, onde definimos o que seria o MDB:

1. Assembléia Nacional Constituinte;
2. Diretas Já;
3. Anistia;
4. Fim da tortura.

São essas quatro bandeiras que o MDB levanta. E líderes, Deputados e Parlamentares do MDB só podem levantar essas quatro bandeiras. Luta armada, guerrilha, voto em branco e não sei mais o quê não é o MDB. Foi a partir dessa organização que nós chegamos lá, partindo do nada. Hoje nós estamos aqui com uma história, com uma biografia, e com o povo olhando.

Já faríamos um grande favor se evitássemos que nessa eleição houvesse o conflito entre PSDB e PT, os dois usando a televisão para cada um contar a história do que o outro fez, e nós olharmos para um e dizermos, “é verdade”; para o outro e repetirmos “também é verdade”. Uma candidatura do MDB, no meio dessa disputa, muda o ambiente da campanha. A campanha mostraria mais o que se vai fazer do que os erros que se cometeu. Estaríamos já prestando um grande serviço à Nação se partirmos para uma eleição tranqüila e serena.

Agradeço, Sr. Presidente, a V. Ex^a pela gentileza e agradeço aos nobres companheiros a honra da presença. Deixo aqui a minha saudação fraterna ao velho MDB, partido que, ao longo do tempo se nega a morrer, se nega a baixar a cabeça e quer estar presente. Presente ele está, vamos ver até onde Deus permita que avancemos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna. PMDB – PB) – Muito obrigado, Dr. Pedro.

Com a palavra, o nobre Senador José Sarney. S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadoras, Senadores, minhas senhoras, meus senhores e todos que honram esta solenidade com suas presenças, hoje é uma data muito importante para a democracia brasileira. Embora possamos vivê-la sem grandes solenidades, nem por isso ela deixa de ser de extrema importância.

A democracia não vive sem partidos, e o Brasil não tem uma grande e longa tradição partidária. A política no Brasil sempre foi feita à margem dos partidos. Portanto, quando comemoramos a vida de um partido que tem 40 anos, é um grande feito para a democracia brasileira. O PMDB é o Partido mais antigo do País. O PMDB tem uma grande história e também um grande exemplo.

O Brasil não tem tradição de partidos políticos. Se olharmos para os países da América do Sul, vamos

ver que o Partido Radical, da Argentina, tem mais de 100 anos; o Partido Colorado, do Paraguai tem mais de 100 anos; no Chile acontece a mesma coisa, assim como nos outros países da América Latina. O Brasil não tem essa tradição partidária, talvez porque seja muito grande, com realidades às vezes opostas. Jamais poderemos ter um partido que possa, de norte a sul, congregar as mesmas idéias e ter a mesma face. Essa talvez tenha sido a dificuldade.

A tradição brasileira sempre foi de partidos políticos estaduais. Veio a Independência, e não tivemos a fundação de partidos; tivemos facções. Chamava-se Partido dos Brasileiros, mas era quase uma palavra a designar um movimento e não, na realidade, um partido político. Aqueles que estudam o partido político – como se formou, a que se destina, como opera dentro da democracia – indicam que, na realidade, nós, no Brasil, não tínhamos esses ingredientes que determinavam a formação partidária. Alguns, contrários, pensavam na volta do rei e, por isso, formaram, de certo modo, o Partido dos Portugueses. Mas não eram partidos.

Com o Segundo Reinado, começaram a formar-se tendências, que passam a ser a maneira de conduzir-se dos políticos: “tendência dos liberais”, “tendência dos conservadores”; depois, Partido Liberal e Partido Conservador. Na realidade, eram facções estaduais que se reuniam no âmbito federal em termos de Governo e Oposição. Tanto é verdade que, logo no princípio, Bernardo Pereira de Vasconcelos, excepcional figura de estadista que o Brasil teve, formulou as instituições no início da nacionalidade, ele, que tinha sido um grande defensor das idéias libertárias. Disse: “Fui liberal, sim, quando a liberdade era nova no Brasil; hoje sou conservador, sou regressista” – esse era o termo que ele usava.

E, assim, vamos verificando que, ao longo da História do Brasil – é uma maneira de viver a política brasileira –, os homens iam se compondo diante dos acontecimentos, de tal modo que Nabuco de Araújo – o velho; não o filho, mas o pai –, formou o Clube Liberal. Ele era conservador, e passou a formar, depois, o Partido Liberal.

Considerando os momentos difíceis que o País atravessava, houve a famosa necessidade de conciliação. Então surge o Marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, como uma grande figura da conciliação entre conservadores e liberais.

A verdade é que, com essa maneira que nós tivemos de fazer política, este País foi construído pela classe política; não foi construído em batalhas, como outros países, em divisões de militares, em disputas territoriais. Este País foi constituído pelos políticos e pela classe política. No princípio do Brasil, sem saber

o que era realmente um parlamento, eles iam para o parlamento, a cavalo, nas charretes, e ali se organizavam. Quando lemos os Anais da Assembléia Nacional Constituinte, notamos que nossos políticos falavam em universidade em um País que não tinha nem escola; falavam em liberdade de imprensa em um País que não tinha nem prelos para imprimir os jornais; falavam em liberdade individual quando existia um rei absoluto que podia ter tudo, decretar penas de morte. Então, eram idéias que nasciam e que constituíram as instituições que formaram o Brasil.

A classe política, com essa falta de vivência partidária, pôde compor nos seus momentos difíceis a unidade do partido. Muitos chamam o “jeitinho brasileiro”. Não! É a criatividade do Brasil e dos políticos brasileiros, que conseguiram atravessar todas as dificuldades, de modo que este País se mantivesse na integridade extraordinária que ele é, unido como um continente, sem que as lutas políticas e as revoltas populares pudessem fragmentá-lo. Isso é obra dos políticos! Quando se fala nos políticos, evidentemente falamos nos partidos políticos.

Vem a República, que, da mesma maneira, não tinha tradição partidária. A grande obra dos primórdios da República foi unir conservadores e liberais do Império, para que, juntos, pudessem dar continuidade à construção política de um País extraordinário como é o Brasil. Então, esses homens se unem. Muitas vezes, houve monarquistas dentre os republicanos, ministros e até presidentes, como Rodrigues Alves, considerado o maior Presidente daqueles tempos. Rui Barbosa, conselheiro do Império, tinha idéias republicanas, mas ainda não era republicano; nos últimos dias do movimento revolucionário, engajou-se.

Esse é o espírito brasileiro, da capacidade que temos de não radicalizar. E com essa natureza, em razão das grandes diversidades existentes, os partidos políticos não tiveram oportunidade de se formar.

Somente em 1945, com a Lei Agamenon Magalhães, falou-se no Brasil em Partido Nacional. Não existia essa expressão na literatura jurídica brasileira. Partido Nacional surgiu na Lei Agamenon Magalhães de 1945 – repito – depois da queda de Vargas, procurava-se reconstituir a vida nacional. Então, surgiu a idéia do Partido Nacional.

Mas, apesar dessa marcante tendência, a idéia do Partido Regional era tão forte que, mesmo criando o Partido Nacional em termos legais, em verdade, passaram a existir os Partidos Estaduais. Eram eles que funcionavam.

Diante dessa realidade, retroagindo novamente, Campos Salles, este, sim, republicano, estóico, chega e faz a política dos Governadores. Para quê? Para justa-

mente sustentar a República; do contrário, ela não teria condições de sobreviver, diante da falta de sustentação política, porque o Império se sustentava politicamente em quê? No Poder Moderador do Imperador, no Senado vitalício, dando continuidade ao processo. De repente, na República, tudo isso desaparece. Para que se formasse, Campos Salles teve a idéia de fazer a política dos Governadores. Como disse o Senador Pedro Simon, foi a política dos Governadores que, naquele primeiro momento, deu sustentabilidade à República.

Mesmo assim, a democracia não funcionava. Tiveram de fazer o reconhecimento dos Poderes, ou seja, os Deputados se elegiam, mas havia uma comissão de reconhecimento dos Poderes à frente da qual estava Pinheiro Machado. Nessa comissão, degolavam-se aqueles que eram adversários do Governo. Era assim que funcionava e foi assim que pôde a República começar a funcionar. Aos acontecimentos foram necessários à construção da vida brasileira.

Por exemplo, Campos Salles, ainda antes, numa reunião ao tempo do Governo Provisório do Marechal Deodoro, disse que se tinha de fazer uma legislação eleitoral capaz de dar a vitória ao Governo, porque o Governo não tinha votos. Era a chamada República Velha.

Não me quero alongar muito, mas minhas divagações são apenas para dar um certo embasamento sobre o que quero dizer a respeito do PMDB.

Conheci dois partidos no Brasil, dois partidos que se formaram com uma idéia nacional, com uma bandeira nacional, buscando, realmente, uma causa nacional. Quando caiu Getúlio, um desses partidos era a União Democrática Nacional, a UDN, que se formou na velha estrutura brasileira, isto é, com gente de todos os lados. Nunca, no Brasil, procuramos segregar quem quer que fosse, sempre tivemos a união dos momentos políticos que se formam para possibilitar a continuidade do País. E a UDN era justamente isto: era uma frente democrática. Era a esquerda democrática que estava dentro da UDN, eram os socialistas, eram, de certo modo, todas as tendências políticas que se uniam em torno do ideal de formar e fazer crescer a democracia contra a ditadura.

Depois, com os mesmos ideais, vamos ver surgir um outro partido. E esses dois partidos interpretavam uma causa nacional, uma causa de unidade, de grandeza, de liberdade, causas profundas que sedimentavam o processo político brasileiro. O PMDB foi esse segundo grande partido que se criou no Brasil levando em consideração tais ideais. Os demais partidos foram surgindo de circunstâncias; podem até ter crescido, mas foram partidos circunstanciais.

Quando vem a Revolução de 64, depois de extintos os partidos, testemunhamos a tentativa do Governo de

querer fazer o bipartidarismo através de legislação, de lei: um decreto criava o bipartidarismo – como se essas questões sociais, como a política, que também é uma ciência social, pudessem ser feitas na base do decreto.

Era de tal modo difícil, que não se encontrou o número legal para fazer o MDB daquele tempo. A própria legislação determinava que eram necessários sete Senadores, mas não se tinha esse número. O Presidente Castelo pensava em ordenar a vida política – de certo modo, era udenista –, achava que a Revolução ficaria por pouco tempo e que os candidatos iriam ser eleitos. Ele não tinha presente, quanto às revoluções, o fato de que se sabe como elas começam, mas não como se acabam nem que dinâmica tomam – ele mesmo foi vítima da linha dura logo em seguida. O Presidente Castelo, então, chama o Senador Ruy Carneiro, da Paraíba, para completar o número necessário. E Ruy Carneiro foi, depois, um homem do MDB, teve uma grande função dentro do partido.

O PMDB, então, foi criado nessa base, mas era um partido que interpretava uma causa, como a UDN interpretara, no passado, essa causa. Como não houve um partido da Abolição, que foi a primeira grande causa nacional, o PMDB, então, passa a ser esse grande partido. Em torno dele começam a chegar todas as tendências políticas, todas as correntes políticas, e o PMDB se transforma em ícone nacional, o que é até hoje. Temos a responsabilidade de ser o partido que interpretou essa causa e permanece com ela.

Do PMDB saíram todos os partidos que estão aí hoje. O último que se formou, o PSDB, surgiu a partir de uma dissidência do PMDB de São Paulo, de uma briga interna em São Paulo. Foram todos partidos de circunstância. O PMDB não: ele foi o partido de uma causa, o partido de um ideal que reuniu todos.

Eu cheguei ao PMDB, que hoje tem quarenta anos, há vinte e seis anos. Portanto, pertenço ao PMDB por mais da metade de sua existência. Cheguei ao PMDB também num acordo, como aqueles que foram feitos na República entre monarquistas e republicanos para que se pudesse assegurar a continuidade.

Estou no PMDB há vinte e seis anos e jamais quis sair do PMDB. Fui Presidente pelo PMDB e assumi comigo mesmo, com a minha consciência, a responsabilidade de ter sido o Presidente do PMDB. O PMDB será, até o fim da minha vida, a minha legenda partidária. Nem expulso me desligarei do PMDB. Dizia o Padre Antônio Vieira quando falaram em expulsá-lo da Companhia de Jesus: “Se me expulsarem da Companhia de Jesus, ficarei na porta do muro da Companhia, dia e noite; não sairei, em meu coração, da Companhia de Jesus”.

Pois bem, foi com essa idéia que, obedecendo ao programa do PMDB, cumprimos nosso mandato na Presidência da República. O PMDB, no meu governo, cumpriu o seu estatuto, cumpriu o seu programa, foi o partido das causas populares. Hoje, quando se fala nos programas sociais, deve-se dizer que foi o PMDB que começou todos eles: por meio do Programa do Leite, do Seguro-Desemprego, do Vale-Transporte, do Vale-Alimentação, das Farmácias Populares. Qual era o lema do PMDB durante o tempo em que presidi a República? “Tudo pelo social”. Então, a virada pela visão social do Brasil foi feita pelo PMDB, pelo Presidente do PMDB. É isto que devemos dizer: o PMDB não falhou ao Brasil nas causas pela liberdade, o PMDB não falhou ao Brasil nas causas sociais.

Tendo as causas sociais como lema, veio o Plano Cruzado. Qual era o objetivo do Plano Cruzado? Era distribuir riqueza entre os mais pobres. Era uma expressão minha daquele tempo: “Na Nova República, os privilegiados são os pobres. Vamos governar para eles”. E fizemos isso durante todo aquele tempo.

Durante o Plano Cruzado – quero aqui fazer justiça com o Ministro Dilson Funaro, que foi um grande peemedebista –, tínhamos o coração do PMDB para as causas populares. Ele era um visionário, tinha uma mística, e posso até dizer que, se o Plano Cruzado tivesse dado certo, ele teria sido Presidente do Brasil, porque era tão aplaudido quanto o Presidente nas ruas inteiras do País.

Mas quero recordar aqui as grandes figuras do PMDB.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me V. Ex^a um aparte, Senador José Sarney?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Com muita honra.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero agradecer a lembrança que V. Ex^a faz hoje do Ministro Dilson Funaro. Ainda esta semana falei com V. Ex^a que, naquele discurso, quando rememorou os vinte anos do Plano Cruzado, fez menção aos diversos responsáveis pelo programa, como o Ministro João Sayad, mas, no seu entusiasmo e com os apartes, notei que o Ministro Dilson Funaro não fora devidamente mencionado, mas agora é rememorado adequadamente por V. Ex^a. Aproveito a oportunidade, como membro do Partido dos Trabalhadores, para também saudar os quarenta anos do PMDB – eu, que, em 1977, quando Professor de Economia e articulista da **Folha de S. Paulo**, recebi o apelo de muitos amigos e pessoas para defender minhas idéias como Deputado e, em 1977, inscrevi-me no MDB para, em 1978, ser eleito Deputado Estadual e, depois, com as transformações outras, acabei participando da fundação do PT. Mas quero transmitir,

Senador José Sarney, que sinto no PMDB um partido irmão de campanhas memoráveis para a democratização do Brasil, as campanhas para a ética na política, e, muitas vezes, aqui tenho transmitido isso a seus colegas de Partido, como ao Senador Pedro Simon, que precedeu V. Ex^a na comunicação. Saúdo, portanto, efusivamente, os quarenta anos do PMDB e as figuras todas que V. Ex^a está recordando. Obrigado.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy, sobretudo porque V. Ex^a confirma aquilo que eu disse no meu discurso: todos os partidos, todos os grandes políticos de hoje saíram do PMDB. V. Ex^a confirma isso lembrando que pertenceu ao PMDB, justamente aquele Partido que teve as bandeiras e as causas que reuniram todos os brasileiros.

Realmente V. Ex^a me falou sobre Dilson Funaro. Fui, então, rever o discurso que fiz aqui e lá encontrei que, quando comecei a falar sobre os mortos, eu disse: “Em primeiro lugar, quero lembrar a figura de Dilson Funaro”. E a Casa, inclusive, saudou-o com palmas naquele momento.

O PMDB tem características muito próprias. Muitas vezes, no Brasil inteiro, tem-se a impressão de que é um partido em que há sempre brigas, lutas internas e separações. Por quê? Porque o PMDB tem tradição e tem idéias. O PMDB, como disse, foi formado por todas as tendências e mantém essa sua tradição. É o único partido, no Brasil, que mantém a democracia interna. O PMDB não tem dono. O PMDB, quando se reúne, não é de ninguém; é de todos. Essa é uma característica que aprendi a verificar nas convenções do Partido. Mesmo quando Ulysses presidia o Partido, ele que tinha aquela chama, aquela luz, aquela estrela extraordinária derramada sobre o Partido, ele o dirigia como se fosse de todos, porque essa sempre foi a tradição do PMDB. De tal modo que o PMDB é o único Partido que tem, no seu estatuto, entre as cláusulas pétreas de sua formação, o seguinte: o Partido é integrado por todos os cidadãos e garante o direito de formação de correntes políticas de opinião. Este é o PMDB! Ele garante, no Partido, a existência de correntes de opinião. Por isso, tem a sua democracia interna, por isso uma coisa que pode parecer patológica, ao contrário, é saúde, é vida. Essa é a característica do PMDB. Nenhum de nós se sente inibido de defender o que pensa, o que deseja dentro do PMDB.

Muitas vezes algumas pessoas pensam que podem entrar neste Partido para dele se adonar. Mas isso jamais ocorrerá. Até porque o próprio estatuto determina, no seu art. 10, que é proibida a filiação em bloco dos que tiverem o objetivo do predomínio de pessoas ou grupos estranhos e sem afinidade com o Partido. O PMDB tem essa característica de partido da grande

democracia interna, que exercitamos. O País deve olhar essa maneira do PMDB como uma forma de pregação democrática, como uma forma de afirmação da vida partidária. Os outros partidos têm donos. Não temos donos. Isto é uma honra: completarmos 40 anos e dizermos à Nação que somos o Partido do qual saíram todos os partidos do Brasil. Somos o Partido que tem, no seu estatuto, a pregação da democracia interna.

Que ninguém pense que pode ser dono do PMDB, porque somos um Partido de todos, um Partido do povo brasileiro.

Quero recordar as nossas figuras extraordinárias do passado. Lembro Ulysses Guimarães; privei da sua intimidade, do seu carinho, da sua afetividade. Nunca a luta política nos fez deixar de ser o que sempre fomos: homens preocupados com o Brasil. Lembro Tancredo Neves, a grande estrela que se apagou na bandeira do nosso Partido, e cuja ausência tive a responsabilidade de tentar suprir na condução dos Países. Lembro Itamar Franco, sim, grande homem do PMDB. Quero lembrar Franco Montoro, que vi, durante aqueles tempos duros, dia e noite, ali, naquela primeira cadeira, como um grande orador, defendendo as causas do PMDB, nunca atrás de questões pessoais.

O PMDB se caracteriza por isso, por não andar atrás de pessoas, mas de defender idéias, de pregar idéias. E esse era o exemplo que vi de Franco Montoro tantas vezes.

Quero lembrar também uma figura esquecida do PMDB, mas que foi seu primeiro Presidente, o General Oscar Passos, do Acre, que, naquele momento difícil, aceitou presidir o PMDB. Quero lembrar Paulo Brossard, com quem, nesta tribuna, tantas vezes, tive oportunidade de debater; ele também defendendo as causas do PMDB. Lembro Teotônio Vilela, que, como eu também, vindos do outro lado, incorporamo-nos ao PMDB. Teotônio, aquele Quixote! O Brasil inteiro assistiu aos seus últimos anos de vida. O pregador da liberdade, o visitador das prisões, dos presos políticos. Estava o grande Teotônio, aquela alma extraordinária, em ebulição até os seus últimos momentos. Lembro Teotônio Vilela!

Lembro, portanto, todas as grandes figuras do PMDB. Falo mais dos mortos para não falar dos vivos, porque todos nós, hoje, temos a responsabilidade de viver sob essa bandeira e essa tradição.

Há uma fórmula muito simples, talvez muito coloquial, que, nesses momentos, no Brasil se gosta de dizer: viva o PMDB!

Muito obrigado. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Ney Suassuna, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB no Senado Federal.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao começar o meu pronunciamento gostaria de agradecer a Deus o privilégio de ser o Líder no Senado dessa imensa força política que é o PMDB, no momento em que se comemora os seus quarenta anos de fundação.

Há quarenta anos, meus amigos, era aberta uma das mais belas páginas da vida política brasileira. Em plena noite escura do regime autoritário, nascia o Movimento Democrático Brasileiro, o glorioso MDB. Nascia para combater o arbítrio, para oferecer à cidadania o instrumento com o qual haveria de fazer a Nação re-encontrar-se consigo mesma.

Como bem definiu Alceu Amoroso Lima, “a Oposição no Brasil era como uma grande floresta: cada árvore lançava suas próprias raízes, mas estas uniam-se e se emaranhavam debaixo da terra”, e o MDB surgia como uma espécie de guarda-chuva ou placenta acolhedora para dar abrigo e proteção àqueles que não se conformavam com a dialética da violência promovida pelo Estado de Segurança Nacional, aqueles para os quais resistir era preciso, aqueles que acreditavam na possibilidade de uma travessia rumo ao encontro das liberdades cívicas.

Difícil, muito difícil foi essa longa travessia. Muitos sucumbiram ante a força bruta. Outros foram levados a desistirem da empreitada, tão desigual eram as forças em jogo. Contudo, entre a imensa maioria dos que não se sujeitavam ao poder discricionário, havia o compromisso moral de conduzir altaneira a bandeira da liberdade e da democracia.

Foi assim, muitas vezes lutando contra moinhos de vento, que a luta se fez vitoriosa. Para tanto, foi preciso que, ao lado da legião de militantes, filiados e simpatizantes, em todos os recantos da Pátria, lideranças incontrastáveis conduzissem, com firmeza e serenidade, as inúmeras batalhas contra o autoritarismo.

Foi preciso que existisse Ulysses Guimarães. O velho timoneiro, experiente de antigas lutas e sempre marcado pela defesa intransigente da liberdade e da justiça, soube conduzir, como ninguém, o braço da esperança em águas revoltas. Navegar é preciso, viver não é preciso.

Quem não se recorda de maneira sublime como ele se apropriou do verso latino, que a poética sensível de Fernando Pessoa ainda mais popularizou, para nos ensinar a todos que a luta não seria em vão. Por mais que a alma doesse. Por mais que o corpo fraquejasse.

Pois essa era uma luta na qual a arma mais poderosa seria a palavra e, seu objetivo, o mais nobre de todos: oferecer à Pátria a chance de ser livre!

Quem não se lembra do anticandidato, do Sr. Di-retas Já, vestindo uma camiseta amarela onde se lia “Quero votar para Presidente”?

Como esquecer esse teimoso Moisés redivivo no Brasil do século XX sem se comover ao pensar na difícil trajetória descrita com sensibilidade e ternura por Luiz Gutemberg na biografia **Moisés, Codinome Ulysses Guimarães**, “para que fossem afinal cumpridos os versículos 5 e 6 do livro do Pentateuco, quando Moisés morre e nenhum homem soube até hoje o lugar do seu sepulcro?”

Foi preciso que o grande Teotônio Vilela se achesse ao Partido que simbolizava a união das consciências libertárias. Com sua coragem cívica, o Menestrel das Alagoas emocionou o País com sua pregação iluminada, toda ela envolta na ira santa que só os gigantes de espírito podem ostentar.

Quanto mais avançava a doença, mais poderosa se tornava sua voz, mais incisiva sua mensagem, mais forte ecoava seu compromisso imorredouro com a liberdade.

Mais que ninguém, Teotônio nos ensinou, pelas palavras e pelo exemplo vivido, que a vida só tem sentido quando sustentada por princípios e pela absoluta fidelidade a ideais maiores.

Na biografia **Teotônio, Guerreiro da Paz**, Márcio Moreira Alves, o Marcito, expressa como ninguém o nosso sentimento sobre esse homem extraordinário que comoveu os brasileiros como nenhum outro político.

Palavras de Márcio Moreira Alves:

Não posso vê-lo em pregação sem pensar em Cid, o Campeador. Como o espanhol, também ele serviu a dois partidos tão brutalmente opostos, como mouros e cristãos.

Também ele, quem sabe, enfiado dentro de uma armadura, mantido na sela do bagual por cordas invisíveis, sairá de lance em riste para o campo da batalha, à frente do seu povo na reconquista da liberdade perdida e da pátria vendida.

Foi preciso, meus senhores e minhas senhoras, Sr^{as} e Srs. Senadores, que Tancredo Neves estivesse nessa longa caminhada. De todos os homens públicos que pontificaram na República brasileira, ninguém o superou na capacidade de conciliar posições aparentemente antagônicas, quando em jogo estavam os interesses maiores da nacionalidade.

Ninguém foi mais brilhante do que ele na compreensão exata do significado e da dimensão de cada momento histórico. Por isso, ele foi capaz de encontrar saídas quando tudo parecia perdido. Foi capaz de acender a luz redentora quando a mais fechada escuridão prenunciava crises institucionais.

Mas, antes e acima de tudo, Tancredo nos legou uma lição imortal: conciliar não se confunde com pusilanimidade, serenidade não implica abandono da firmeza, e prudência não significa acovardamento.

Foi assim que, tendo na base a sustentação política do agora denominado Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o nosso querido PMDB, foi possível proceder-se à transição pacífica para o poder civil – e aí o papel do Presidente Sarney foi muito importante.

Os brasileiros sobreviveram a essa traumática travessia e se tornaram mais fortes. Da imensidão do mar de Angra, dos sutis contornos das montanhas de São João Del Rey e do tropel suave das folhas da cana-de-açúcar das Alagoas, três vultos gigantes sorriem no coração da Pátria. Amanhece no PMDB.

Quarenta anos depois o País é outro: economicamente estabilizado e vendo consolidadas suas instituições democráticas.

Há os que, por desconhecimento da História ou deliberada má intenção, não conseguem entender a razão pela qual o PMDB é, ainda hoje, o partido político brasileiro com maior capilaridade nacional, estando presente em todo o País.

Mas, minhas senhoras e meus senhores, o PMDB tem História, isso já foi aqui muito bem retratado pelo Senador Pedro Simon e pelo Senador José Sarney. O PMDB faz História. O PMDB, decisivo para o fim da longa noite do arbítrio, continua sendo fundamental para a governabilidade. Porque ele reflete a alma brasileira. Porque ele traduz os melhores e mais justos anseios do povo brasileiro.

A longa travessia por ele conduzida não tem fim, porque eterno há de ser o Brasil, e perene nosso compromisso com a paz, a justiça, a democracia.

Como Sarney, também digo: viva o PMDB!
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)
– Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Senador Ney Suassuna, Líder da nossa Bancada, Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, esta sessão começou com o pronunciamento de quem conhece o PMDB por dentro e por fora, de quem conhece a alma do Partido, um homem público que viveu e ainda vive intensamente a história do PMDB. Esta sessão começou com a fala do Senador Pedro Simon, para mim o ícone do Partido, o homem que teve o privilégio de conviver, de debater, de trocar idéias com os grandes vultos do PMDB, o homem que gozou da intimidade de Ulysses Guimarães, de Tancredo Neves, do Menestrel das Alagoas – para homenagear V. Ex^a, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Ramez Tebet, interrompo o discurso de V. Ex^a para comunicar, com muita satisfação, a honrosa presença, a visita inesquecível, da Presidente do Senado da Bélgica, a Senadora Anne-Marie Lizin. É uma honra muito grande tê-la aqui.

Hoje, estamos homenageando os 40 anos do PMDB, o Partido da redemocratização do Brasil, que continua sendo a maior instituição partidária congressional, com a maior capilaridade no País. Orgulha-nos muito essa coincidência, a presença de V. Ex^a no exato momento em que o Senado brasileiro presta esta homenagem ao Partido, que foi fundamental na redemocratização e é fundamental para a sustentabilidade política do nosso País.

Senador Ramez Tebet, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Renan Calheiros, queria que a nossa ilustre visitante soubesse que o meu discurso ser interrompido por sua presença é uma honra para nós e que o Brasil também está avançando, não tanto quanto a Bélgica, em relação à presença feminina na vida pública. Tanto isso é verdade que, se não há uma mulher a presidir o Senado da República ou a Câmara dos Deputados, já há uma mulher a presidir a mais alta Corte de Justiça do nosso País.

Eu dizia, até em homenagem a S. Ex^a, que o Senador Pedro Simon conviveu com o Menestrel das Alagoas, Teotônio Vilela. Portanto, foi contada a história, a vida do PMDB. Então, o que vim fazer nesta tribuna? Vim lembrar de alguns episódios, tão-somente para refletir o orgulho que tenho de pertencer a este Partido, este PMDB que não está retratado apenas nesses grandes homens aqui citados e em outros da vida pública brasileira que exerceram o seu mandato, mas orgulho-me de pertencer ao PMDB, que está retratado pela sua militância, por aquele peemedebista humilde, pelo peemedebista do interior, pelo PMDB do meu Estado, o meu Mato Grosso do Sul. Foi lá que aprendi a amar o PMDB, sem mandato algum, mas com a convivência daqueles que, no meu Estado e no meu Brasil, defendiam as causas do Partido: a liberdade, a solidariedade, queriam, como querem ainda hoje, um Brasil mais justo, mais humano e menos desigual.

E não posso, nesta hora, deixar de me referir a expressivos vultos do PMDB que não se encontram aqui conosco, mas que pertencem à história do Partido. Para isso, tenho de fazer o que sempre fiz nesta tribuna, Senador Renan Calheiros, porque vivo o Brasil, vivendo o Mato Grosso do Sul e não posso, nesta hora e neste momento em que a história do PMDB é relembrada, deixar de fazer a saudação a quem, como Deputado Federal, tanto lutou por nosso País, como Plínio Barbosa Martins; e a outro sul-mato-grossense,

que foi Senador nesta Casa, Wilson Barbosa Martins, de quem tive a honra, a glória e o orgulho de ser vice-Governador, quando dirigiu os destinos do meu Estado. Por que não me referir a alguns nomes que o Senado até desconhece, como Sérgio Cruz, que também foi Deputado Federal; Walter Pereira, que secretaria o meu Partido; e tantos outros que lá estão no meu Estado.

Por que não falar de um episódio do qual eu fui partícipe? Pedro Simon também participou, mas não se lembra. Como haveriam de se lembrar de um Vice-Governador que, na célebre reunião realizada por Franco Montoro – isso precisa ser lembrado, para tributar essa homenagem a esse grande Governador de São Paulo, a esse grande homem público do Brasil –, que reuniu os onze Governadores da Oposição e disse que estava na hora de o PMDB conclamar o povo e ir às ruas na famosa campanha das “Diretas Já”.

Refiro-me aos onze Estados da Federação brasileira e seus respectivos Governadores que lá compareceram: o anfitrião Franco Montoro; Rio Grande do Sul, na sua pessoa, Senador Pedro Simon; Paraná, na pessoa do inesquecível José Richa; Goiás na pessoa de Íris Rezende, hoje Prefeito de Goiás, e que já foi nosso colega aqui no Senado; Rio de Janeiro, representado por um homem que, na vida pública, sempre teve uma conduta praticamente retilínea, uniforme, a ponto de não se poder apresentar qualquer contradição – Leonel Brizola. Estavam presentes também os Governadores do Pará, Jader Barbalho; o ex-Governador de Minas Gerais, que depois deu a sua vida em holocausto ao Brasil, Tancredo Neves; o ex-Governador de Santa Catarina, de saudosa memória, Pedro Ivo; o Governador do Estado do Acre, que foi nosso companheiro no Senado, Nabor Júnior; e Gilberto Mestrinho, então Governador do Amazonas, que não vejo neste momento, mas esteve aqui até há pouco tempo. Eram dez Governadores e um Vice-Governador. Wilson Barbosa Martins, que governava Mato Grosso do Sul como seu primeiro Governador, não pôde estar presente e pediu-me que o representasse porque o Mato Grosso do Sul não poderia estar ausente a uma reunião daquela importância para a democracia no Brasil.

Lá fui eu, humildemente e, ao lado de dez Governadores, assinei, como Vice-Governador, o manifesto que levou o Brasil às ruas, que lotou a Praça da Sé com mais de um milhão de pessoas, que levou à Igreja da Candelária uma multidão, que se estendia até a Central do Brasil, muito mais de um milhão de pessoas, naquele comício comandado por Leonel Brizola.

Estive presente a todas essas manifestações, mas era modesto, como sou até hoje. Era um Vice-Governador e só queria estar lá para dizer que Mato Grosso do Sul estava presente aos movimentos democráticos,

tanto que, quando me perguntaram se eu queria fazer uso da palavra, diante de tantos oradores que lá se encontravam, eu disse: “Só digam que Mato Grosso do Sul está presente, e fico muito satisfeito, muito orgulhoso. E eu e Mato Grosso do Sul já nos consideramos integrados nessa luta para eleger o Presidente da República”. E foi ele mesmo que nós queríamos, mas, por incrível que pareça, por essas coisas da política, a eleição se deu por meio de um Colégio Eleitoral.

Coisa interessante, senhoras e senhores que me ouvem! Às vezes, um Colégio Eleitoral pode falar mais alto. Digo “às vezes”, porque não quero que isso aconteça, quero sempre eleições diretas. Mas, de que aquele Colégio Eleitoral falou por todo o Brasil, não tenho dúvida nenhuma, e o fez quando elegeu Tancredo Neves e José Sarney para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, do nosso País.

É esse o PMDB. Ele é o responsável por todos os partidos políticos que existem no Brasil. Não há figura expressiva na vida pública nacional que não tenha passado pelo PMDB; e, se não passou, deve ao PMDB a sua vida pública e a sua vida democrática. Que mais posso dizer?!

O PMDB – e é isto que me traz à tribuna – não pode mais viver da sua história. A história do PMDB é empolgante, mas o Brasil tem desafios pela frente, desafios de um Partido cuja história e com tantas Lideranças nos seus quadros tem de responder aos desafios atuais da vida brasileira, que são os mesmos de sempre. Não são mais desafios políticos pelos quais o PMDB lutava, mas são desafios sociais pelos quais o PMDB tem responsabilidade: a eliminação das desigualdades sociais e regionais; a necessidade de termos um plano de desenvolvimento para o Brasil, um plano de eliminação da pobreza, da miséria, em se tratando de um País que está conturbado por uma grave crise moral, jamais vista na sua história.

É um chamamento. Está na hora de o PMDB fazer um chamamento a todos. Como o fez no passado, que o faça no presente, porque está sendo intolerável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e aqueles me ouvem, assistirmos àquilo a que estamos assistindo nas telas da televisão, na mídia brasileira, que mostra crianças com nove anos de idade vivendo do tráfico de drogas, tendo como padrinhos os traficantes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O PMDB tem de participar da vida política nacional com candidatura própria, sim. Se temos nomes, se temos história, não vamos fugir à nossa responsabilidade.

O PMDB é um Partido muito grande – Sr. Presidente, vou encerrar, porque senão ficarei falando aqui por horas intermináveis. Há um episódio recente que mostra a grandeza do Partido: o Poder Judiciário impe-

diu o Partido de realizar as prévias que foram realizadas no domingo. Houve uma decisão judicial em que ficou estabelecido o seguinte: o PMDB não pode realizar as prévias. E o PMDB não combinou nada com ninguém. Somos 27 Estados da Federação, Colégio Eleitoral de milhares de eleitores. A Justiça não reclamou. O PMDB fez ouvidos de mercador, foi lá e realizou uma prévia bonita, como se dissesse ao País: para que uma ordem judicial como essa? Por que tentar impedir um espetáculo como esse, dos filiados de um Partido que comparece espontaneamente para escolher um dos seus candidatos, para discutir política, para falar das suas idéias?

Meus amigos, isso só acontece porque, nos quadros partidários da vida pública brasileira, há um nome consagrado, respeitado, que não se vangloriou pela realização das prévias, que não tripudiou sobre a decisão judiciária. Muito ao contrário, disse que respeitava a decisão judiciária, que faria uma consulta e diria: só vamos ali para fazer discursos, como foram feitos; só vamos ali para colocar o voto, para dizer aquilo que queremos e pretendemos.

Sr. Presidente e aqueles que estão me ouvindo no Brasil, isso só acontece com o PMDB; e pelo fato de acontecer somente com o PMDB, as coisas e a reviravolta neste País só poderão acontecer se continuarem a reverenciar a memória e a pensar o PMDB no futuro. Não o PMDB sozinho, porque ele não é dono da verdade, mas que juntemos as Lideranças que querem o bem do País e pensemos que esse quadro que estamos vivendo hoje o Brasil não quer, isso o Brasil não aceita, isso o Brasil não tolera.

É preciso haver mudança no Brasil, e na chefia dessa mudança, seja por um caminho ou por outro, deverá estar o PMDB. É isso o que penso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de convidar a Presidenta – Aurélio Buarque dizia que era “Presidenta” mesmo – do Senado belga, Senadora Anne-Marie Lizin, para compor a Mesa dos nossos trabalhos. (Palmas.)

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, penúltima oradora inscrita.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero saudar de forma muito carinhosa a Presidenta do Senado belga. Temos inveja – alguém traduza isto a ela – de saber que há uma mulher presidindo o Senado em outros países. Chegaremos lá, diz o Presidente Renan!

Insisti para falar. Creio que sou a única não-peemedebista a falar nesta sessão. E não quero falar na condição de Líder da Bancada do PT, quero falar como cidadã brasileira.

O PMDB está comemorando 40 anos. O PMDB é um Partido que contribui, contribuiu e tenho certeza de que vai continuar contribuindo de forma efetiva para a solidez da democracia brasileira.

Outros colegas do PT tiveram a oportunidade de passar pelo PMDB. Brinco, sempre, dizendo que sou mulher de um Partido só. Espero continuar sendo.

Todos os Partidos passam por crises e por problemas. Até brinco que se não houvesse crise e problema o nome não seria partido. Partido pressupõe pedaço e essas questões mais difíceis de superarmos.

Eu não poderia deixar nesta sessão, em meu nome, como cidadã brasileira, de fazer o registro do quanto, ao longo desses 40 anos, o PMDB, ou melhor, como diz o Senador Pedro Simon, o MDB – e S. Ex^a fala com muita ênfase, muita garra –, o quanto o MDB e o PMDB contribuíram para com este País, pelas ações e pela atuação nas crises.

Senador Ramez Tebet, houve muitas crises e em muitas delas estivemos juntos, PMDB e PT, na superação, no enfrentamento e na consolidação da democracia, como ocorreu em todo o período de combate à ditadura, de restabelecimento das eleições diretas e de fortalecimento das instituições democráticas no nosso País.

No PMDB há figuras marcantes, como a de Ulysses Guimarães e daqueles que já saíram do Partido e até da nossa convivência, como Mário Covas. Eu também não poderia deixar de registrar aquele que talvez seja uma das marcas fortes do PMDB, porque, inclusive, acabou gerando o Ato Institucional nº 5, que foi o jornalista Márcio Moreira Alves, o qual teve o seu mandato cassado. Infelizmente, não pudemos recuperar e ter a honra de lhe devolver o que, com afronta e violência, foi-lhe retirado pela ditadura militar.

Eu queria deixar, nesta sessão, de forma muito singela, o reconhecimento ao PMDB pelo “conjunto da obra”, uma expressão muito usada ultimamente. Problemas no PMDB existiram e existem neste momento.

Lembro as palavras do Senador Renan, ontem, para os órgãos de imprensa, dizendo que agora está na hora de colar os cacos. Uma frase dura, doída, mas os cacos do PMDB são bons e já demonstraram a sua firmeza, a sua resistência. Tenho certeza de que o PMDB vai sair dessa, como nós, do PT, estamos também buscando superar a crise, dar a volta por cima e continuar contribuindo para com este País, para a democracia e a justiça social. Isso é o que move a maioria dos peemedebistas, sejam os dirigentes partidários, aqueles com quem aqui tive a honra, nesses três anos e pouco, de conviver e de conhecer, como os mais humildes militantes que encontramos em todos os rincões deste País.

Eu não poderia deixar de fazer esta breve fala, Presidente Renan, saudando o PMDB por esses 40

anos e mandando os meus parabéns e respeito a toda a nação peemedebista. Sucesso, parabéns. Podem contar que, para enfrentar crises e superá-las, a bem do País, vamos estar juntos sempre. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Sr. Senador Almir Lando enviou à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, em homenagem ao PMDB, que amanhã completará 40 anos de história de lutas, apresento discurso que proferi, em parte, em 2001, e que acredito, Sr. Presidente, não poderia edificar outra peça superior àquela, a não ser agregar-lhe algumas notas que não alterariam a essência, porque a essência daquele não foi alterada pelo tempo.

O partido político, Sr. Presidente, nada mais é do que uma sociedade constituída por um vínculo que une os seus membros no sentido de buscar objetivos comuns que constituem o cerne do programa partidário. O partido político é uma sociedade livre que busca a conquista do poder dentro da normalidade constituída.

Há, em toda a sociedade, um vínculo, um elo que faz de todo uma unidade, tanto quanto possível, porque um Partido democrático é constituído, também, de divergências, de diferenças. Mas a essência deve constituir uma unidade – uma unidade na diversidade, é fato. E o Partido subsiste enquanto há hegemônicos interesses da maioria, ao menos.

A pergunta que deve ser feita ao PMDB é exatamente esta: o que nos une? O que realmente nos faz manter este vínculo, este amálgama da unidade? O que une o Partido? Seria, Sr. Presidente, a essência, a base, os princípios do seu programa, que eu poderia, em uma inversão, dizer a esta Casa aquilo que constitui os princípios básicos do seu programa.

O PMDB é um Partido genuinamente brasileiro e popular. Ele foi o estuário da resistência democrática que retirou o Brasil da ditadura e o colocou na democracia. Hoje, o Partido continua sendo o veículo da mudança; a esperança não se chama mais anistia, nem “Diretas Já” ou Constituinte, o novo nome da esperança é desenvolvimento. Desenvolvimento quer dizer criação de empregos, desenvolvimento quer dizer salários dignos, desenvolvimento quer dizer multiplicação de empresas pela iniciativa privada. Desenvolvimento significa assegurar o direito à educação, à saúde, o direito à habitação decente, o direito à segurança da vida e do patrimônio. Desenvolvimento é, em suma, a democratização das oportunidades de uma vida melhor.

O PMDB defenderá intransigentemente o interesse nacional, concebido como o interesse do povo brasileiro na preservação do território e da soberania nacional; no fortalecimento da autonomia cultural, da capacidade produtiva e comercial e na defesa dos demais objetivos estratégicos do País.

O PMDB, dentro dos limites da sua linha programática, assegurará aos seus filiados liberdade de atuação no âmbito de suas atividades profissionais e de sua militância junto aos movimentos de massa.

Para o PMDB, o valor básico da vida social e política é a pessoa e sua consciência. Em nossa realidade histórica, é a população brasileira. O povo é o sujeito, o fundamento e o fim de nossas instituições e das medidas econômicas, sociais e políticas. Não pode ser considerado mero objeto, coisa ou instrumento da economia, do Estado, do Partido ou do processo histórico. Cada pessoa, de qualquer condição ou estado, tem direito a ser considerada e respeitada em sua dignidade.

O PMDB considera que seja o trabalho o fundamento da riqueza coletiva e que seus interesses se sobrepõem aos interesses do capital.

Finalmente, eu não poderia deixar de acentuar o inciso XIII. O PMDB continuará movendo implacável combate à corrupção e à sonegação. Denunciará às autoridades competentes cada caso que lhe chegar ao conhecimento, para apuração da responsabilidade dos envolvidos. Apoiará também as iniciativas da comunidade em resguardo do Erário e do interesse público.

Seriam esses os objetivos aqui sintetizados de todos aqueles que não posso mencionar, dada a exiguidade do tempo, que constituem o programa partidário? Mas o que nos separa? Qual é o pomo da discórdia que realmente faz do PMDB essa imensa diversidade, que ameaça a unidade?

O que nos separa seriam os objetivos, a falta de propósitos comuns? O que nos separa seriam objetivos diferentes, propostas, idéias conflitantes? Não, Sr. Presidente, não creio que o que nos separa é exatamente essa divergência do feixe de idéias. O que nos separa talvez sejam objetivos pessoais, sejam interesses exclusivos de minorias que se enquistam no Partido na direção do benefício próprio.

E por que nos toleramos? Porque permanecemos sob a mesma bandeira partidária, sob a mesma sigla? Por que continuamos juntos? Essa é uma indagação de difícil resposta. Mas talvez seja um objetivo de ordem prática, porque a soma sempre é maior que as parcelas que a compõe; porque esse resultado da quantidade ainda continua sendo um instrumento eficiente em termos eleitorais, onde nos aproveitamos da capacidade e da densidade eleitoral de cada um dos nossos membros que forma essa unidade partidária.

Realmente, Sr. Presidente, o PMDB deve reinventar o seu discurso, o discurso próprio e apropriado ao momento histórico. O PMDB pode e tem necessidade de um discurso, que não seja ambíguo, porém tem a certeza também que não é um discurso perfeito e acabado.

Na visão heraclitiana, o discurso é proferido em igualdade de condições. O discurso constitui o lugar-comum, coloca um falante diante do outro, sem hegemonia, de tal modo que faça de todos um, sem prejudicar nenhum. Um ritual que reúna, que unifique, que adicione o movimento da ação política. Nada do que pertence ao domínio público deve ser julgado por um único indivíduo. O discurso é uma parceria. O discurso sustenta, congrega, une, critica, vigia e governa. O discurso é a base da democracia universal que abriga a todos os seres, segundo Donald Schüller, quando na sua obra magnífica trata do discurso de Heráclito.

Mas que fazer, Sr. Presidente? “Que fazer?”, já indagava Lenin. “Que fazer” marca um pensamento revolucionário de Lenin, que deixa tudo para trás. E dizia ele:

É preciso sonhar! Escrevo essas palavras e de repente tenho medo. Irei mais longe. Pergunto-lhe: um marxista tem, em geral, o direito de sonhar, se já não esqueceu, segundo Marx, que a humanidade sempre se atribui tarefas realizáveis, e que a tática é um processo de crescimento das tarefas do Partido, que crescem junto com o Partido?

Se o homem fosse completamente desprovido da faculdade de sonhar assim, se não pudesse de vez em quando adiantar o presente e contemplar em imaginação o quadro lógico e inteiramente acabado da obra que apenas se esboça em suas mãos, eu não poderia decididamente compreender o que levaria o homem a empreender e realizar vastos e fatigantes trabalhos na arte, na ciência e na vida prática.

Talvez tenhamos de sonhar, sonhar que o Presidente tem responsabilidades históricas neste momento e não pode desvencilhar-se delas.

Que fazer? Respondo: liquidar as divergências e nunca o PMDB. Sim, neste momento, temos de ter à nossa frente uma preocupação maior, a preocupação da unidade, a preocupação, sim, de liquidarem divergências, mas não o PMDB.

Que fazer? Quando as divergências nos separam em poças como um rio ressequido, sem discurso para projetar a ação eficiente mirando o social. O PMDB não pode perder o movimento, a mobilização da corrente do entusiasmo e isolar-se nas fossas dos interesses menores.

O poeta João Cabral de Melo Neto, em seu poema “Rio sem discurso”, definiu discurso de maneira fantástica:

Quando um rio corta, corta-se de vez
O discurso-rio de água que ele fazia;
Cortado, a água quebra-se em pedaços,
Em poços de água, em água paralítica.
Em situação de poço, a água equivale
A uma palavra em situação dicionária:
Isolada, estanque no poço dela mesma,
E porque assim estanque, estancada;
E mais: porque assim estancada, muda,
E muda porque com nenhuma comunica,
Porque cortou-se sintaxe desse rio,
O fio de água por que ele discorria.
O discurso de um rio, seu discurso-rio,
Chega raramente a se reatar de vez;
Um rio precisa de muito fio de água
Para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
Lhe impondo interina outra linguagem,
Um rio precisa de muita água em fios
Para que todos os poços se enfrasem:
Se reatando, de um para outro poço,
Em frases curtas, então frase a frase,
Até a sentença-rio do discurso único
Em que se tem voz a sede ele combate.

É exatamente isto que falta ao nosso Partido: esse movimento, não esse isolamento, não essa formação de fossas estanques que não se comunicam. Queremos, sim, poços de água limpa e cristalina para refazer a corrente, porque não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que, quebrada essa corrente, difícil será reatá-la.

O PMDB necessita imperativamente retomar o seu curso de luta e de glória. Como “enfrasar” os discursos dos grupos que se digladiam? Como reunir os fragmentos que se isolam e se imobilizam, enclausurados no interesse próprio ou no ponto de vista de cada um? O vácuo do discurso político-partidário abre as portas da dissidência, das divisões, dos ressentimentos e das mágoas, às vezes incuráveis. Saíamos dessa posição de isolamento e vamos à perseguição de um pólo de idéias nas quais todos os meridianos se encontram, tocam a si mesmos e se unem.

O alvo é a aliança interna do PMDB, fato que se edificará sob o laço das esperanças supremas da Nação, inspirando-se no ensinamento de Ulysses Guimarães, para quem: “O País é o território, a Nação é a história e a civilização, o povo é a Pátria. Não há Pátria sem a verdade, a justiça e a liberdade”. (*Diretas Já*, 24/04/84.)

O programa partidário supre, irmana, imanta e amálgama desde que tenha apelo real, fundido nos clamores dos excluídos, dos que suplicam a condição humana para a realização da vida digna e honrada. Simplesmente isso, Sr. Presidente.

O PMDB, protagonista das liberdades democráticas, reivindica como quer o seu programa: a democracia interna. E não pretende absolutizar a verdade, porquanto não lhe cabe a titularidade exclusiva. Recolhe-a, todavia, nos mais íntimos anseios do povo brasileiro para tornar-lhe prática política no tabernáculo do programa. O PMDB não tem a menor vocação a qualquer servidão voluntária nem se submete docilmente aos encantos das vantagens e tampouco ao apelo dos poderosos e aos afagos dos que dominam. O PMDB constrói a si mesmo na própria construção da sociedade brasileira, sujeito a retrocessos e a avanços sucessivos.

Nossa oferta à Nação é o nosso compromisso com a justiça social, com o desenvolvimento econômico, o pleno emprego, a dignidade do povo e a satisfação de suas necessidades essenciais – alimentação, moradia, saúde, educação, lazer, segurança e a felicidade geral, a promoção, enfim, da cidadania integral.

O PMDB desfralda as bandeiras sociais para integrar os excluídos às suas aspirações mais legítimas. A ruptura é o caminho para o renascimento, mas o consenso também pode revitalizar a renovação e a mudança. Haverá sempre um terreno comum para convir e reconvir a edificação do vigor partidário, quando for dada a chance ao discurso solidificado no diálogo que hierarquiza a verdade e a sinceridade de propósitos.

A fortaleza do PMDB deve situar-se mais na excelência da sua doutrina do que na pura autoridade da direção partidária.

Meditar para dar a cada coisa a justa medida, o seu devido valor.

A semente, muitas vezes lançada ao chão, deteriora-se para brotar nova e carregada de frutos – e aqui o partido – de bem-estar social.

O PMDB não pode tornar-se mero instrumento eleitoral, e sim um foro permanente para a construção de um projeto de país.

O PMDB qual fênix pode renascer das cinzas, desde que não se rompa o elo societário.

Lembremos que o PMDB foi o facho de luz a iluminar as aspirações democráticas do Brasil na longa e negra noite da ditadura que durou 30 anos.

Será que o PMDB é atingido pelo momento apocalíptico de ser apenas pó e ao pó volver? Não, não acredito, Sr. Presidente, pois há espaço para ludibriar o vaticínio da morte decretada pela impiedade dos adversários que não absorvem o tamanho da nossa agremiação política. A senda nossa é a tolerância e a superação das divergências que nos devoram e nos esfrangalham.

Não nos encontramos no âmago da diáspora, encruzilhada onde se abrem os caminhos diversos, e talvez o mais fácil seja o da destruição partidária. To-

davia, é preciso definir um rumo que salve a unidade e ofereça oportunidade à vitória da União.

Sr. Presidente, como afirmava Lenin, é possível sonhar! É possível sonhar com essa unidade e com essa ressurreição partidária, desde que os interesses do povo brasileiro sejam colocados em primeiro lugar.

O PMDB nasceu sob a égide da liberdade e tem o direito de ser livre para escolher o seu destino! Drapeja em nosso coração o pendão eterno da esperança!

Para encerrar, registro outras frases do imortal Ulysses Guimarães, figura maiúscula do PMDB:

“Não é o poder que corrompe o homem. O homem é que corrompe o poder”.

“Velho sim! Velhaco não!”

“O povo na rua é minha verdadeira estátua. A outra, de cimento armado, não me interessa, porque passarinho faz cocô na cabeça”.

“A vocação do político de carreira é fazer de cada solução um problema”.

“O homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto sem cidadania”.

“Em política, até raiva é combinada”.

“A oportunidade é careca. Depois que passa, é impossível segurá-la pelos cabelos”.

“Ou nós mudamos ou nos mudam”.

Na promulgação da Constituição de 1988, assim falou Ulysses:

“A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo.”

“A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma. Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da pátria. Conheçamos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério.”

“A Constituição mudou na sua elaboração (...), mudou quando quer mudar o homem em cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, lazer quando descansa.”

“Nosso desejo é o da nação: que este plenário não abrigue outra Assembleia Nacional Constituinte. Porque, antes da Constituinte, a ditadura já teria trancado as portas desta casa.”

“A sociedade sempre acaba vencendo, mesmo ante a inércia ou antagonismo do Estado.”

“Foi a sociedade, mobiliza nos colossais comícios das diretas já, que pela transição e pela mudança derrotou o Estado usurpador.”

“A corrupção é o cupim da República. República suja pela corrupção impune tomba nas mãos dos demagogos que, a pretexto de salvá-la, a tiranizaram. Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública.”

“As necessidades básicas do homem estão nos Estados e municípios. Neles deve estar o dinheiro para atendê-las. A Federação é a governabilidade. A governabilidade da nação passa pela governabilidade dos Estados e municípios. O desgoverno, filho da penúria de recursos, acende a ira popular, que invade os paços municipais, arranca as grades dos palácios e acabará chegando à rampa do Palácio do Planalto.”

“Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios, promulgamos o Estatuto do Homem, da Liberdade e da Democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações principalmente na América Latina.”

“O Estado autoritário prendeu e exilou; a sociedade, com Teotônio Vilela, pela anistia, libertou e repatriou. A sociedade foi Rubens Paiva, não os facínoras que o mataram.”

“O Estado era Tordesilhas. Rebelada, a sociedade empurrou as fronteiras do Brasil, criando uma das maiores geografias do mundo. O Estado, encarnado na metrópole, resignara-se ante a invasão holandesa no Nordeste. A sociedade restaurou nossa integridade territorial com a insurreição nativa de Tabocas e Guararapes, sob a liderança de André Vidal de Negreiros, Filipe Camarão e João Fernandes Vieira, que cunhou a frase da preeminência da sociedade sobre o Estado: ‘Desobedecer a El-Rei, para servir a El-Rei’. O Estado capitulou na entrega do Acre, a sociedade retomou-o com as foices, os machados e os punhos de Plácido de Castro e seus seringueiros.”

Como se vê, juntando-se, aleatoriamente, frases de discursos do deputado Ulysses Guimarães, mantém-se, sempre, a lógica do seu pensamento humanístico e político. Mais do que isso, o seu discurso continua atual, porque as questões abertas, isto é, não resolvidas, não envelhecem.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exm^a Sr^a Senadora Anne-Marie, Presidente do Senado belga, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. convidados, o PMDB está completando 40 anos neste mês de março e sua história se confunde com a própria luta pela redemocratização e pelo aperfeiçoamento institucional do Brasil.

Durante os anos de regime militar, o então MDB foi a grande trincheira democrática dos que lutavam pelo fim do autoritarismo. Graças à nossa resistência e à do povo brasileiro, graças à nossa organização, o Partido tornou-se o sólido eixo que permitiu a retomada do poder pela cidadania.

A atuação do MDB em favor da anistia ampla, geral e irrestrita, a luta em favor das eleições diretas e da Assembléia Nacional Constituinte garantiram ao País uma saída, depois de 20 anos de regime autoritário. Pudemos, Sr^a Presidenta, retomar com segurança o projeto democrático do Brasil.

Hoje, damos a maior demonstração disso. Vivemos uma crise política sem precedentes: mais de 70 pessoas foram ejetadas dos cargos que ocupavam. O Congresso investiga intensamente; houve momentos em que coincidiu o funcionamento de três Comissões Parlamentares de Inquérito. Digo isso tudo para enfatizar que, em todos os momentos, sem sobressalto, sem medo mais de nada, as instituições funcionaram plenamente, como deveria ocorrer.

Cabe lembrar um pouco, um pouco mesmo, de nossa História. O então MDB – e muitos já disseram um pouco do que vou falar – foi criado como oposição ao regime militar em 1966, um ano depois da extinção dos velhos Partidos políticos, decretada pelo Ato Institucional nº 2.

Enquanto uma parte dos ativistas políticos brasileiros fez a opção pela luta armada, o MDB situou-se sempre como canal institucional de oposição, dentro da estreita margem permitida na época.

Dentre tantos nomes que fizeram, e ainda fazem hoje, parte da história do PMDB, lembro aqui – repetindo o que alguns já disseram – alguns fundadores do Partido, ao lado de Oscar Passos, grandes nomes dos extintos PTB e PSD que conseguiram escapar da cassação de mandatos: Tancredo Neves, Nelson Carneiro, além de Franco Montoro, oriundo do Partido Democrata Cristão, Pedro Simon, Itamar Franco, Teotônio Vilela, Arraes, Brossard, Marcos Freire, Fernando Henrique Cardoso, Covas, Richa. São tantos que posso cometer o erro de continuar citando-os e nunca mais acabar a citação.

Por falar em Dr. Ulysses, o “Senhor Diretas” é, sem dúvida alguma, até hoje, referência não somente para nós, peemedebistas. Seu nome e sinônimo de cidadania, de obstinação, de homem público, uma

pessoa que já tinha entrado para a História muito antes de ter deixado a vida.

Em 1966, o MDB elegeu dois Governadores: Negrão de Lima, no Estado da Guanabara, e Israel Pinheiro, em Minas Gerais. O regime militar, então, com a Constituição outorgada de 1967, acabou com as eleições diretas para Governadores e Prefeitos.

Em 1972, com ousadia e criatividade, o Partido lançou a chamada anticandidatura do Deputado Ulysses Guimarães à Presidência da República. Era uma denúncia do Colégio Eleitoral, que apenas referendava os que se sucediam no poder.

O candidato a vice na chapa de Ulysses Guimarães foi o grande brasileiro Barbosa Lima Sobrinho. Os dois percorreram o País em uma inesquecível e memorável campanha cívica.

Em 1974, o MDB impôs ao regime a primeira derrota significativa, com a vitória de 16 Senadores da Oposição em 16 Estados. Um recado claro aos militares. Em número absoluto de votos, pela primeira vez, o MDB derrotava nacionalmente a Arena.

Em 1978, a conquista da maioria no Senado pela Oposição era cada vez mais previsível. O General Ernesto Geisel editou então o chamado “Pacote de Abril”, a pretexto de uma represália contra o Congresso Nacional, que rejeitara a Lei Orgânica da Magistratura proposta pelo Governo.

Na verdade, Ernesto Geisel queria garantir a maioria no Senado Federal. Por isso, incluiu no “Pacote” a criação dos chamados “senadores biônicos”. Anos mais tarde, com o fim do Regime Militar seria consequência direta da enorme mobilização nacional sob a liderança do PMDB.

O PMDB foi o grande fiador da campanha das Diretas Já, o maior movimento – aqui já o disseram – popular que o Brasil conheceu, com grandes nomes da sociedade civil, como o advogado Sobral Pinto e outros nomes já citados, como o próprio nome do Dr. Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela.

A emenda das Diretas Já foi derrotada, mas a eleição de Tancredo Neves e José Sarney pelo Colégio Eleitoral, em 1984, garantiu, sem dúvida alguma, a retomada da democracia.

Vamos para as eleições gerais em outubro próximo com os mesmos ideais que sempre nortearam o velho MDB. Os números continuam a atestar a força da legenda: temos, atualmente, no Brasil, Presidenta, mais de dois milhões de filiados; 27 diretórios estaduais e 4.671 diretórios municipais; 8.315 Vereadores; 1.059 Prefeitos; 140 Deputados Estaduais; nove Governadores; três Ministros de Estado e uma Bancada com 23 Senadores e 82 Deputados Federais, além de uma grande responsabilidade sobre os destinos do Brasil.

Nosso Partido, hoje, tem um dos quadros mais respeitáveis do Congresso Nacional. Como resumir em poucas palavras o que representa para o País e para o Senado a colaboração inestimável, histórica, deste grande amigo, deste firme companheiro, Senador José Sarney? Como deixar de reconhecer a combatividade e a eloquência do Senador Pedro Simon, este grande batalhador da democracia? Não podemos jamais deixar de reconhecer isso, Senador Ramez Tebet, mesmo nos momentos em que há uma óbvia divergência!

O homem, já disseram aqui, é suas circunstâncias. Todos temos que ter orgulho de nossas circunstâncias. Eu, modestamente, tenho muito orgulho das minhas circunstâncias e sou condescendente com as circunstâncias dos outros; sou muito condescendente.

Um partido democrático, um partido que não tem dono, um partido que costuma decidir, mesmo pela maioria, e muitas vezes tem dificuldade para construir e para preservar o consenso, ele também vive suas circunstâncias. Quantas vezes, Senador Ramez Tebet, não convivíamos aqui, ou mesmo na outra Casa do Congresso Nacional, com pessoas que faziam Oposição ao Governo e, quando chegava a exata hora de compor a chapa do Governo, faziam oposição, eram as primeiras que se colocavam para compor a chapa? E era preciso ter condescendência com isso; entender a magnitude do momento, a circunstância; e saber que um Partido tão grande quanto este Partido se faz mesmo dessa forma: a cada momento.

Quando fomos chamados para compor a chapa do Presidente Serra e decidir quem de nós iria compor a chapa, eu participei intensamente daquele momento e convivi com pessoas que, durante aqueles anos todos do Governo Fernando Henrique – fui Ministro da Justiça e me orgulho de tê-lo sido – fazia uma cerrada oposição, mas, na hora da composição, foram os primeiros que se apresentaram para compor a chapa do então candidato Serra à Presidência da República. Nem por isso nós brigamos. Este Partido não pode brigar, não vai brigar. Nós precisamos garantir a sustentabilidade política; defender uma agenda para o Brasil; vencer as etapas que atravancam o nosso desenvolvimento; compor uma maioria; construir a estabilidade e a sustentabilidade – repito. Nada disso será possível sem o PMDB com suas divisões, sem ter dono, como disse o Senador José Sarney, entendendo as particularidades, as circunstâncias e até mesmo as contradições de cada um. Um grande partido se faz dessa forma: com ponderação, com gesto, com compreensão.

Então, muitas vezes, as críticas sequer podem ser respondidas para não acirrar mais, para não dividirem mais, para não enfraquecerem mais o Partido que, nessa hora, mais do que nunca, se afirma, não mais

como fiador da redemocratização, mas como fiador da democracia, do Estado democrático de direito, porque, se o PMDB sair desse papel, ninguém o vai substituir.

Como, por exemplo, tocar os trabalhos desta Casa e do Partido sem a liderança deste querido amigo, Senador Ney Suassuna?

O PMDB é muitas vezes criticado por suas divisões internas – essas divisões a que me referi. Mas essas divisões são decorrentes da própria diversidade regional brasileira e do tamanho do Partido. É por isso que não adianta fazer invenção. A instância deliberativa derradeira do Partido é a convenção partidária. Não adianta convocar uma convenção para fazer uma prévia à revelia do estatuto. Era a mesma coisa que nós, agora, que vamos fazer a convenção, convocássemos diretamente a convenção pelos diretórios. Não! O Estatuto manda que nós façamos isso por representação à Comissão Executiva. Se aquela convenção lá não valeu, é porque ela foi convocada defeituosamente. Ontem, ouvi o Senador Almeida Lima falar sobre o assunto, e S. Ex^a não sabia do que falava. A liminar que proibiu a realização da convenção foi a mesma liminar que proibiu a realização da prévia. Nós não entramos nem com recurso; entramos com uma reclamação para fazer valer a liminar anteriormente concedida. Não adianta estabelecer peso ponderado. Meu Deus! O PMDB nunca se fez com isso! Quebrar o desenho da Federação, fazer com que o candidato que ganhou perca pelo índice ponderado. Por quê? Porque havia na convocação da prévia um desejo óbvio de, com a decisão da prévia, substituir a decisão da convenção.

O PMDB, que se fez de lutas, vai sempre se fazer de lutas. Mas não dá para inventar fórmulas, porque acaba dando no que deu. O Governador Germano Rigotto teve sete mil e tantos votos e perdeu para quem teve quatro mil votos. E o desenho federativo ficou arrebatado. O meu Estado de Alagoas, uma das pequenas Unidades da Federação, que eu tenho a honra de representar no Senado da República, foi um dos poucos Estados em que o PMDB ganhou as eleições. Colocou quase cem mil votos na frente do segundo colocado, o PSB. Teve, Senador Ramez Tebet, naquele índice ponderado, reduzida a sua participação para 0,0034. Um voto de um pequeno Estado do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste, que V. Ex^a representa aqui, valia quase 20 votos dos grandes Estados da Federação, num índice que ninguém sabe de onde veio, como aconteceu, por que se fez, quando o Estatuto diz que a instância derradeira do PMDB é a convenção partidária, que leva em conta o desenho federativo e que vai decidir, apesar das divergências, como sempre decidiu. Não tem jeito.

A verticalização é uma camisa-de-força. Eu me insurji contra isso aqui. Defendo a verticalização como

um conceito, como um princípio na linha do fortalecimento dos partidos. Sempre defendi e vou continuar defendendo. Mas uma verticalização depois da reforma política, da cláusula de barreira, uma verticalização que se faça com quatro ou cinco partidos, e não uma verticalização que se faça com 29 partidos, que é o número hoje de partidos existentes oficialmente no Brasil. Como, meu Deus, verticalizar 29 partidos? Como verticalizar 29 partidos?

É natural que essas diferenças, essas contradições culturais, políticas e econômicas do País se reflitam no interior do nosso Partido. É natural. Precisamos estar permanentemente preparados para enfrentá-las, com equilíbrio, bom senso, responsabilidade, civilidade, muitas vezes discordando do companheiro, mas não deixando que essa divergência ultrapasse os limites impostos pela própria democracia. São diferenças que existem em todas as legendas, mas que ficam – claro! – mais evidentes no PMDB, por ser o mais estruturado, o maior, o mais representativo Partido do Brasil. A argamassa que garante a unidade do PMDB e o mantém como o maior Partido até hoje é a defesa intransigente da democracia como valor absoluto e o combate à desigualdade regional e à pobreza.

É em nome desses princípios e de nossa responsabilidade para com o País que temos sempre buscado garantir a governabilidade e, ao mesmo tempo, preservar a nossa independência, a nossa consciência crítica e uma ação propositiva. Quantas vezes eu próprio, como Líder do PMDB, depois, como Presidente do Congresso Nacional, não propus uma agenda propositiva para o País? Levei-a várias vezes ao Presidente da República, a alguns de seus Ministros, discuti alguns pontos aqui no próprio Senado Federal e fiz isso com a maior transparência, com a coragem que precisava ter, com toda a abertura, sabendo que, no Partido, existem pessoas que não gostariam que aquilo pudesse estar sendo feito naquela oportunidade.

O momento, agora, mais do que nunca, é de união em torno desses princípios fundamentais do PMDB. Temos de reconstruir a nossa unidade interna. A convenção, como eu disse e repito agora, é o melhor caminho para restabelecermos os canais de conversação entre as diversas correntes que compõem o PMDB.

A verticalização ainda vai prevalecer nas eleições deste ano, não por culpa do Senado Federal. Nós votamos a emenda constitucional em 2003, e eu trabalhei intensamente para que essa emenda fosse votada no ano que passou, na Câmara dos Deputados. Infelizmente, não o foi. Ontem, perguntavam-me: “O que vai haver? Isso é uma crise política? Vai haver conflito entre o Supremo Tribunal Federal e o Senado Federal?” E eu disse: “Não, muito pelo contrário”. Inclusive,

ontem, nós combinamos uma sessão de homenagem ao Presidente Jobim, que acontecerá no dia 29, às 10 horas. A Constituição define a competência e as atribuições de cada Poder da República – os Poderes se completam –, e cabe exatamente ao Supremo Tribunal Federal decidir sobre a constitucionalidade e sobre a aplicabilidade de cada lei. Recebo a decisão do Supremo Tribunal Federal com absoluta naturalidade.

Portanto, acho que é tempo de, mais uma vez, nessa diversidade toda que conhecemos, buscar a unidade. É tempo – e o Senador Simon disse aqui muito bem – de avançar na definição dos nossos rumos, de decidir o que vamos realmente fazer. É tempo de tentar unir as correntes do Partido em torno de um projeto comum para o Brasil. Engana-se – e este sempre foi o grande erro de quem ousou analisar de fora para dentro o PMDB – quem pensa que o PMDB está rachado. Temos, sim, uma grande diversidade, como eu dizia aqui, mas essa é uma diversidade com a qual sempre convivemos. Mas as nossas linhas mestras são claras: democracia como valor fundamental, distribuição de renda, crescimento econômico e desenvolvimento regional, educação e aperfeiçoamento institucional. Estas são as bandeiras do PMDB. Estas são as nossas bandeiras e são elas, sem dúvida alguma, que nos levarão unidos à convenção. É tempo de construir.

Ontem, tive oportunidade de falar, por telefone, com muitas lideranças do Partido, inclusive, com o Presidente do PMDB, Deputado Michel Temer. É hora novamente de buscarmos a união, de convocarmos a Executiva, de marcarmos a data da convenção, para que, definitivamente, o PMDB defina, diante dessa decisão de ontem do Supremo Tribunal Federal, o que vai fazer. As prévias, que defendo, como defendo também candidatura própria, sempre a defendi, jamais deveriam ter acontecido, ou mesmo a consulta, se não houvesse a distorção do índice ponderado, antes da decisão do Supremo. Como decidir o rumo sem ter a regra, sem ter a lei? O rumo deveria ser, como deverá ser agora, consequência da definição da regra, da definição da lei. A inversão do processo não faz bem ao PMDB, muito menos à democracia e serviu apenas para dividir ainda mais as correntes que já estavam separadas.

Encerro esta rápida intervenção dizendo que tenho muito orgulho de pertencer aos quadros deste Partido, que continua prestando um grande serviço ao Brasil e está no meu coração.

Muito obrigado a todos e a V. Ex^a pela presença. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

Ata da 25ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 23 de março de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Juvêncio da Fonseca, Romeu Tuma, da Sra. Fátima Cleide, e dos Srs. Paulo Paim, João Batista Motta, da Sra. Heloísa Helena, e dos Srs. Heráclito Fortes e Magno Malta

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 23/3/2006 07:39:28 até 23/3/2006 20:48:23

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AP	JOSE SARNEY	X	
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PSDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RÁMEZ TEBET	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 65 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Sras. e Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 104, DE 2006

(Nº 167/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 10 de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão.

Os méritos do Ministro Frederico Salomão Duque Estrada Meyer que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 84/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G – MRE – APES

Brasília, 10 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Ministro Frederico Salomão Duque Estrada Meyer que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Samuel Pinheiro Guimarães Neto.**

**INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE**

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE FREDERICO SALOMÃO DUQUE ESTRADA MEYER

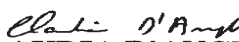
CPF.: 34429468753

ID.: 7249 MRE/DF

- 1952 Filho de Henrique Santos Duque Estrada Meyer e Regina Salomão Duque Estrada Meyer, nasce em 30 de maio no Rio de Janeiro/RJ
- 1976 Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas/RJ
- 1978 CPCD - IRBr
- 1978 Terceiro Secretário em 16 de outubro
- 1978 Divisão Consular, assistente
- 1978 Divisão Jurídica, assistente
- 1978 Gabinete do Ministro de Estado, Secretaria de Informações, assistente
- 1980 Embaixada em Bagdá, Terceiro Secretário e Segundo Secretário
- 1980 Segundo Secretário, por antiguidade, em 20 de novembro

- 1983 Secretaria de Informações do Gabinete do Ministro de Estado, assistente
- 1984 Ordem Isabel, a Católica, Espanha, Cavaleiro
- 1985 Departamento de Organismos Internacionais, assistente
- 1985 Embaixada em Moscou, Segundo e Primeiro Secretário
- 1987 Festival de Cinema de Moscou, Chefe da delegação
- 1987 Primeiro Secretário, por merecimento, em 16 de dezembro
- 1988 Festival de Cinema dos Países em Desenvolvimento, Tashkent, Usbequistão, Chefe de delegação
- 1989 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro Secretário
- 1989 18a. Sessão da Comissão do Codex Alimentarius, FAO, Genebra, Chefe de delegação
- 1990 51a. Sessão do Conselho do Centro de Treinamento, OIT, Turim, Chefe de delegação
- 1991 II Encontro sobre o Desenvolvimento de Armas a Laser para o Uso em campos de batalha, CIRC, Chefe de delegação
- 1991 52a. Sessão do Conselho do Centro Internacional de Treinamento, OIT/Turim, Chefe de delegação
- 1991 LXXVIII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, OIT/Genebra, Presidente da Comissão de Finanças
- 1991 Reunião Tripartite da Comissão de Florestas e Indústrias de Madeira, OIT/Genebra, Presidente
- 1993 Embaixada do Brasil em Georgetown, Primeiro Secretário e Conselheiro comissionado
- 1993 Embaixada do Brasil em Havana, Conselheiro
- 1994 Gabinete do Ministro de Estado, Secretaria de Informações, assistente
- 1994 Conselheiro, por merecimento, em 29 de junho
- 1995 Embaixada do Brasil em Havana, Conselheiro
- 1995 Festival do Cinema, Havana, Chefe de Delegação (1995/1996 e 1997)
- 1998 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro e Ministro de Segunda Classe
- 1999 CAE - IRBr, Brasil-Cuba: Perspectivas para o fortalecimento das relações bilaterais
- 2000 Simpósio "Uso de Tecnologias Informatizadas nas Indústrias da Mídia e do Entretenimento: seu impacto no emprego, nas condições de trabalho e nas relações gerenciais do trabalho", OIT/Genebra, Chefe de delegação
- 2000 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 14 de junho
- 2001 I Sessão do Grupo de Trabalho do Comitê Preparatório da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 II Sessão do Comitê Preparatório da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 VII Sessão do Grupo de Trabalho sobre Minorias, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 Encontro das Partes Interessadas, OMS, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 XI Sessão Regular da Junta de Coordenação do Programa, UNAIDS, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 III Sessão do GT do Comitê Preparatório da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 XIX Sessão do GT sobre Populações Indígenas, Sub-Comissão sobre a Promoção e a Proteção

- dos Direitos Humanos, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 LIII Sessão da Subcomissão sobre a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 III Comitê Preparatório sobre o Uso de Certas Armas Convencionais, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 Consultas Informais sobre a Reforma da Comissão de Direitos Humanos, Genebra, Chefe de delegação
- 2001 Reunião Tripartite da Comissão de Construção Civil, OIT, Genebra, Presidente
- 2001 III Conferência Anual sobre o Uso de Minas e outros artefatos, Conferência de 1981 sobre a Proibição de Certas Armas Convencionais, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 Sessão do GT sobre o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Castigos Cruéis, Degradantes e Desumanos, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 I Sessão do Conselho do Fundo Global contra a AIDS, Tuberculose e Malária, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 III Sessão do GT sobre o Direito ao Desenvolvimento, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador
- 2002 12a. Sessão do Junta de Coordenação do Programa, UNAIDS, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 IV Encontro do GT Aberto Adhoc para a Revisão dos Métodos de Trabalho do Conselho Executivo, OMS, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 25a. Sessão do Programa Especial para a Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais, OMS, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 54a. Sessão da Subcomissão sobre a Promoção e a Proteção dos Direitos Humanos, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 II Encontro Informal dos Estados-Parte ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 Encontro de Partes Interessadas, OMS, Genebra, Chefe de delegação
- 2002 Conferência de Interlaken sobre o Processo de Kimberley (Diamantes em Conflito), Chefe de delegação
- 2002 GT da Comissão de Direitos Humanos sobre a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 I Sessão do GT, Resolução 2002/68, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 IV Sessão do GT sobre o Direito ao Desenvolvimento, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 Encontro Latinoamericano Preparatório à Convenção-Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 II Sessão do Comitê Preparatório da Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 V Sessão do Grupo de Peritos Governamentais da Convenção de 1981 sobre a Proibição do Uso de Certas Armas Convencionais, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 Encontro dos Estados-parte à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial e do Comitê sobre a Eliminação de Discriminação Racial, Genebra, Chefe de delegação
- 2003 Missão do Brasil junto à ONU, Nova York, Ministro de Segunda Classe
- 2004 38a. Sessão da Comissão sobre o Status da Mulher, New York, Chefe de delegação
- 2005 Comitê Ad Hoc da Convenção Internacional Compreensiva e Integral sobre a Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade de Pessoas com Deficiências, Nova York, Chefe de delegação


CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA II
DEPARTAMENTO DO ORIENTE MÉDIO E ÁSIA CENTRAL
DIVISÃO DA ÁSIA CENTRAL

CAZAQUISTÃO

1. DADOS BÁSICOS

Nome oficial: República do Cazaquistão

Capital: Astana (Ex-Aqmola) desde 10 de dezembro de 1997

Área: 2,717,300 Km²

Divisões administrativas: 14 províncias ("*oblystar*") e 3 cidades ("*calalar*").

Fronteiras: total 12.012 Km², sendo 1.533 Km² com a China, 1.051 Km² com a República Quirguiz, 6.846 Km² com a Rússia; 379 Km² com o Turcomenistão e 2.203 Km² com o Uzbequistão. O Cazaquistão é banhado pelo Mar Aral (1.015 Km²) e pelo Mar Cáspio (1.894 Km²).

População: 15.146.800 (September 2005)

Diversidade étnica: Cazaques 51.8%, Russos 31.4%, Ucrânianos 4.4%, Tártaros 1.7%, Alemães 1.6%. Existem pessoas de mais de 100 nacionalidades diferentes no país.

Religiões: Muçulmanos 47%, Ortodoxos Russos 44%, outras, como católicos, protestantes e judeus atingem 9%.

Independência: 16 de Dezembro de 1991

Idiomas: cazaque (oficial); e russo.

Moeda: tenge

Taxa de alfabetização: 98%

Taxa de Mortalidade Infantil: 29.21/1000

Taxa de Crescimento da População: 0.3%

Densidade Demográfica: 5,9 por Km²

Sistema de Governo: República Presidencialista (o Cazaquistão tem um sistema híbrido de Governo, que combina aspectos dos sistemas parlamentarista e presidencialista). O Presidente é eleito diretamente para um período de sete anos; serve como Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, estabelece a política externa, tem o poder de iniciativa legislativa, e indica o Primeiro-Ministro, sujeito à aprovação do Parlamento.

Poder Judiciário: Suprema Corte (44 membros) e Conselho Constitucional (7 membros).

Poder Legislativo: Bicameral: Senado (Câmara Alta) e “*Majilis*” (Câmara Baixa).

Constituição: adotada em janeiro de 1993. Sofreu emendas em abril e agosto de 1995. Aprovada no Referendo Popular de agosto de 1995.

Principais partidos políticos: Asar (Todos Juntos); Otan (Terra Pátria); Partido Cívico do Cazaquistão, Partido Agrário do Cazaquistão, Partido Popular Republicano do Cazaquistão, Escolha Democrática do Cazaquistão, Ak Zhol (dissidência da Escolha Democrática do Cazaquistão), Partido Comunista do Cazaquistão e Movimento Eslavo LAD.

2. SÍNTESE HISTÓRICA

A história do Cazaquistão esteve ligada, desde cedo, à da Rússia, e os laços políticos e econômicos entre os dois países permanecem, ainda hoje, bastante sólidos.

Os cazaques, palavra que significa “cavaleiros das estepes”, descendem de tribos nômades de origem turca e religião muçulmana. No século XVII, em face da ameaça de uma invasão mongol, os cazaques solicitaram proteção ao czar russo. O perigo logo desapareceu, com a tomada dos territórios mongóis pelos manchus em 1758, mas os russos ficaram. O Império Russo retirou o poder dos chefes tribais e absorveu gradualmente o Cazaquistão, sobretudo ao longo do Século XIX. A abolição da servidão, em 1861, levou milhões de camponeses russos e ucranianos a se instalarem em terras cazaques doadas pelo governo central, provocando ressentimentos na população nativa. Em 1916, uma grande rebelião contra o domínio russo foi brutalmente reprimida pelo Exército do czar.

Em 1936, o Cazaquistão tornou-se uma República à parte dentro da URSS, depois de haver estado unida por dezesseis anos, desde 1920, a cinco outras nações da periferia do extinto Império Russo, formando o Turquestão. A imigração russa voltou a ser estimulada, de tal forma que, ao fim dos anos 30, já havia mais habitantes russos do que cazaques no país. A etnia cazaque só conseguiu superar novamente a população russa em 1989, graças a suas altas taxas de natalidade.

O Cazaquistão foi palco da primeira explosão de nacionalismo no período da abertura soviética, depois da posse de Mikhail Gorbachev, em 1985. A substituição, em dezembro de 1986, do chefe comunista local Dinmukhamed Kunaev por um burocrata russo, Genadi Kolbin, desencadeou uma onda de protestos. Conflitos étnicos irromperam no sul da República em junho de 1989. Nesse contexto, Kolbin foi transferido para Moscou e substituído pelo Primeiro-Ministro da República, Nursultan Nazarbayev.

Defensor das reformas de Gorbachev, Nazarbayev assumiu a presidência em fevereiro de 1990, sendo confirmado, em abril, como resultado das primeiras eleições multi-partidárias. Manteve o apoio a Gorbachev contra a linha dura do Partido Comunista. Com a derrota dos golpistas em agosto de 1991, o Partido Comunista do Cazaquistão deixou de fazer parte do PC da União Soviética e

mudou seu nome para Partido Socialista. O Cazaquistão foi, assim, a última da ex-repúblicas soviéticas a proclamar a independência, tendo esperado até a criação da CEI, em dezembro de 1991, para dar esse passo. No mesmo mês, Nazarbayev foi reeleito Presidente.

Em março de 1995, Nazarbayev dissolveu o Parlamento, depois que o Tribunal Constitucional declarou inválidas as eleições de 1994, abrindo, assim, uma grave crise institucional. Nessas eleições, o partido do Presidente, o Congresso da Unidade Popular, havia conquistado maioria graças a fraudes, segundo o tribunal. Nazarbayev passou, então, a governar por decreto, prometendo novas eleições. Em abril do mesmo ano de 1995, o Presidente convocou e venceu um referendo sobre a extensão de seu mandato até o ano 2000. Em outubro de 1998, um voto parlamentar eliminou o teto máximo de idade para o Presidente e o limite de dois mandatos consecutivos, e antecipou as eleições presidenciais de 2000 para 1999. Esse pleito foi vencido por Nazarbayev com 79,8% dos votos.

Nas últimas eleições presidenciais, em dezembro de 2005, que foram observadas por representantes da OSCE, Nazarbayev obteve 91% dos votos, em processo considerado pelos observadores como representativo da vontade geral da população e que denotou um progresso significativo no processo de democratização e estabilização política do país.

3. POLÍTICA INTERNA

O Presidente Nursultan Nazarbayev, que domina a vida política nacional, obteve vitória retumbante no pleito de dezembro de 2005. Paralelamente, sua filha, Dariga Nazarbayeva, ganha força como possível sucessora do pai, tendo como horizonte a eleição de 2013. Nazarbayeva registrou, em dezembro de 2003, o partido Asar - que já representa uma importante força política no Congresso.

A posição política do Presidente depende, em boa medida, de sua habilidade para contabalançar interesses regionais e econômicos conflitantes. A tarefa tem sido facilitada pelo crescimento econômico expressivo logrado pelo Cazaquistão em anos recentes. Medidas destinadas a expressar compromisso político com padrões democráticos são implementadas - em geral como resposta a pressões de grupos de elite - mas não comprometem a concentração de poder na administração presidencial.

Em setembro de 2001, o Presidente Nazarbayev manifestou seu apoio à coalizão anti-terrorismo, formada após os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos da América. Um dos gestos do Governo cazaque foi o de ter cedido suas bases para a ofensiva contra os Talibãs no Afeganistão. Os créditos de boa vontade ocidental gerados por tal decisão ainda enfrentam, contudo, críticas dos EUA em relação a abusos de direitos humanos e falta de democracia no Cazaquistão.

Nesse contexto, produziu reações internacionais negativas a nova lei de imprensa, aprovada em março de 2004, que reforça o controle do governo sobre a

mídia, ao permitir a suspensão de registro de órgãos que divulguem "segredos de Estado". Críticos afirmam que a meta governamental é impedir denúncias de corrupção no alto escalão. Por outro lado, muitos consideram que as modificações recentes da lei eleitoral, alegadamente liberalizantes, não reduzirão o controle exercido atualmente pelo governo sobre o processo político, por meio dos exigentes requisitos formais para o registro de partidos políticos.

O Parlamento do Cazaquistão consiste de duas casas. O Senado tem 47 representantes, 40 eleitos pelos legisladores locais e sete pelo Presidente da República. Os Senadores servem por um período de seis anos, com a metade sendo renovada em eleições a cada três anos. Sessenta e sete membros do Majilis são eleitos diretamente por cinco anos por distritos simples, e 10 deputados são adicionalmente eleitos pelos partidos políticos, selecionados na base da representação proporcional.

4. SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

O Cazaquistão possui o segundo maior território entre as antigas repúblicas soviéticas. Com uma população pouco superior a 15 milhões de habitantes, ou cerca de 5,9 habitantes por Km², é um dos países mais escassamente povoados do mundo.

Os principais recursos naturais encontrados no país são petróleo, gás, carvão e minérios como ferro, manganês, cromo, níquel, cobre, ouro, bauxita e zinco. Possui ainda uma vasta área para a produção agrícola, que representa 7,3% do PIB, enquanto o setor industrial representa quase 30%. A economia se mantém dependente de um número reduzido de "*commodities*". O setor industrial cazaque se concentra na extração e processamento de petróleo, gás e metais. O petróleo foi responsável por 54% de toda a renda de exportação do Cazaquistão em 2003, que contou também com contribuições de metais e grãos. A economia do Cazaquistão mantém estreitos vínculos com as economias das ex-repúblicas soviéticas e, em particular, com a Rússia, seu principal parceiro comercial.

Dentre as antigas repúblicas da União Soviética, o Cazaquistão foi uma das que mais rapidamente implementou reformas econômicas. Nos primeiros anos da década passada, preços foram liberados, o comércio foi desobstruído, pequenas e médias empresas foram privatizadas e reformas financeiras e previdenciárias foram efetivadas. A crise soviética, contudo, ao reduzir a demanda pelos tradicionais produtos da indústria pesada cazaque, impactou sobre a economia nacional, que enfrentou anos de retração produtiva.

A recuperação econômica do país se iniciou em 2000. O Cazaquistão cresceu 9,8% em 2000, 13,5% em 2001, 9,8% em 2002 e 9,2% em 2003. Tal dinamismo foi sustentado pela produção de petróleo, que aumentou continuamente ao longo dos últimos nove anos, sendo que, em 2003, o crescimento foi de 9%. Espelhando o desempenho da economia russa, o setor de energia do Cazaquistão se beneficiou da subida no preço internacional do petróleo e de vigorosos investimentos. O investimento fixo na economia cazaque aumentou

10,6% em 2003, com 42% desse total se direcionando para petróleo e gás natural. Cabe ressaltar que 21% do investimento fixo no Cazaquistão, em 2003, teve origem internacional, o que indica a importância da participação estrangeira no setor de energia.

O Governo atualmente busca implementar um programa de diversificação industrial ("Estratégia de Desenvolvimento Industrial Inovador para o Cazaquistão em 2003-15"), de modo a reduzir a dependência do país em relação ao petróleo. A política industrial também gera maior intervencionismo estatal nos projetos de desenvolvimento do setor energético.

A mineração é o segundo setor industrial mais importante do Cazaquistão e também o segundo principal beneficiário de investimentos estrangeiros. A produção em 2003, como um todo, aumentou, graças ao desempenho do aço (subida de 4,1%) e de ligas de ferro (13,2%).

A agricultura, por sua vez, revela desempenho modesto. É reduzido o investimento nacional no setor e praticamente inexistente a entrada de capital internacional. Em 2003, a colheita aumentou apenas 1,4%, e a produção pecuária, 5%.

A despeito do crescimento expressivo do PIB em anos recentes, o desemprego se mantém no patamar de 9%. Isso pode ser explicado pelo investimento de tecnologia em setores mais dinâmicos, como o de petróleo, que reduz a demanda por mão de obra. Os salários estão crescendo, tendo experimentado aumento nominal de 11% e real de 4% em 2003, para chegar a valor médio correspondente a US\$ 158. Existem notáveis disparidades salariais, tanto setoriais, quanto geográficas.

A inflação em 2003 chegou a 6,8%, acima, portanto, da meta governamental de 6%. Como a Rússia, o cazaquistão enfrenta dificuldades para controlar os efeitos inflacionários do ingresso de divisas geradas pela exportação. A entrada de divisas também estimula a valorização do tenge frente ao dólar: 3% nominal e 7% real em 2003. Os efeitos dessa tendência sobre a competitividade internacional do Cazaquistão foram contrabalançados pela força do rublo e, em segundo plano, do euro, moedas de países com os quais o Cazaquistão mantém comércio intenso.

O aumento das exportações de petróleo, em volume e preço, elevou a US\$ 4,1 bilhões o superávit comercial cazaque em 2003 (exportações de US\$ 13,2 bilhões e importações de US\$ 9,1 bilhões). As exportações se inclinaram para os mercados ocidentais (as Bermudas recebem muito petróleo cujo destino final é o mercado europeu), a despeito da continuada importância dos países da CEI como destino de exportações e origem das importações cazaques. A conta corrente é deficitária (US\$ 100 milhões em 2003), devido ao impacto da balança de serviços.

As reservas internacionais do Cazaquistão, US\$ 4,9 bilhões em fevereiro de 2004, superam a dívida externa soberana, avaliada em US\$ 3,6 bilhões (setembro de 2003).

5. INDICADORES ECONÔMICOS

PIB: US\$ 118.4 bilhões (CIA-2004)

Taxa de crescimento do PIB: 9,1 % (CIA-2004).

PIB per capita: US\$ 7.800 (CIA-2004). Composição do PIB por setor: Agricultura, 7.4%; Indústria, 37.8%; Serviços, 54.8% (CIA-2004).

Câmbio: US\$ 1 / KZT 135,00 (Setembro de 2005).

Taxa de desemprego: 8,0 % (CIA-2004).

Terra cultivável: 11.23% (1998).

Produtos agropecuários: grãos, trigo, algodão, lã e carne

Taxa de crescimento da produção industrial: 10.6% (CIA-2004).

Principais indústrias: petróleo, carvão, minério de ferro, manganês, cimento, zinco, cobre, bauxita, ouro, prata, fosfatos, aço, tratores e equipamentos agrícolas, motores elétricos, materiais de construção.

Exportações: US\$ 18.47 bilhões fob (CIA-2004)

Principais produtos exportados: petróleo e derivados, metais ferrosos, maquinário, grãos, lã, carne.

Principais parceiros: Rússia, China, Alemanha, Suíça e França.

Importações: US\$ 13.07 bilhões fob (CIA-2004).

Principais produtos importados: máquinas, produtos químicos, produtos minerais, metais e produtos alimentícios.

Principais parceiros: Rússia, Alemanha, China e França.

Recursos Naturais: Possuem as maiores reservas do mundo de chumbo, tungstenio e urânio. Segunda maiores reservas de prata, e zinco. Terceira reserva de magnésio, depósitos significativos de cobre, ouro e minério de ferro.

Setor energético: reservas atuais de petróleo: 35 bilhões de barris (o dobro das do Mar do Norte). Reservas projetadas de petróleo: 100 - 110 bilhões de barris em 2015 (entre as três maiores do mundo). Reservas atuais de gás: dois trilhões de metros cúbicos. Reservas projetadas de gás: 5 trilhões de metros cúbicos até 2015.

6. POLÍTICA EXTERNA

Desde sua independência, o Cazaquistão busca reforçar seus vínculos econômicos com os EUA e a Europa, medida que atende a interesse político de diversificar parcerias e reduzir a preponderância da Rússia.

Tal estratégia, contudo, tem sido dificultada recentemente por crescentes críticas ocidentais quanto a falhas na proteção de direitos humanos e insuficiência

democrática no Cazaquistão. Isso vem gerando maior aproximação do país com a Rússia e a China, vizinhos de grande peso histórico e geopolítico que evitam comentários sobre os procedimentos políticos internos do Cazaquistão.

Cabe ressaltar que a preservação de boas relações com a Rússia é uma prioridade inevitável, tendo em vista a importância econômica e comercial deste país para o Cazaquistão, sua posição na rota de exportação do petróleo cazaque e a expressiva população de etnia russa que vive no Cazaquistão. A prioridade da relação com a Rússia se expressou em decisões diplomáticas fundamentais, como a transferência para a Rússia de armamentos nucleares herdados da URSS e o arrendamento do Centro de Lançamento Espacial de Baikonur.

O Presidente Nazarbayev foi também um dos principais defensores do projeto de constituição de Espaço Econômico Comum, em fase de negociação, que reúne Cazaquistão, Rússia, Ucrânia e Belarus.

O governo cazaque vem fazendo avanços, não somente na área econômica, mas também, na área estratégica, preocupação do governo que tem seu respaldo na participação do país na SCO ("Shanghai Cooperation Organization") organismo que tem, como membros proeminentes, a Rússia e China, e cujo propósito é maximizar a cooperação intra-bloco nos diversos setores e, em decorrência disso, buscar diminuir a participação americana na região.

Outro tema que se apresenta na Agenda Internacional do governo Narzabayev é a "construção de medidas de confiança", que devem ser aplicadas por todos os países da região com o propósito de trazer a estabilidade para a região. No encontro da CICA ("Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia"), o Cazaquistão defendeu que somente um ambiente de estabilidade poderá trazer o desenvolvimento pleno. As medidas de confiança sugeridas nessa Conferência vão desde o respeito aos direitos civis, políticos, culturais e econômicos até o desarmamento civil e o combate ao terrorismo.

O Cazaquistão vem-se tornando conhecido por ser um país que respeita a diversidade cultural e religiosa. Em razão dessa conduta, o país foi escolhido para sediar em Astana, no ano de 2003, a 1ª Conferência Mundial sobre a Tolerância Religiosa. A Conferência, que contou com a participação de líderes religiosos das diversas religiões, bem como Presidentes, políticos e estudiosos de diversos países, teve como *Chairman* o Presidente Narzabayev. O Cazaquistão teve um papel fundamental na Declaração do encontro, pois conseguiu, na coordenação dos trabalhos, aprovar um texto em que os países presentes e as diversas religiões se comprometeram a buscar a harmonia entre os povos e o respeito às suas diferenças.

7. RELAÇÕES COM O BRASIL

O Cazaquistão é uma das maiores e mais importantes ex-Repúblicas soviéticas. Por sua localização estratégica, com longas fronteiras com a Rússia e com a China, extensão territorial, recursos naturais e influência sobre os demais países da Ásia Central, aliados à estabilidade política interna, o Cazaquistão

representa uma importante liderança regional. As relações entre Brasil e Cazaquistão apresentam boas perspectivas de incremento, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista econômico e comercial.

O Brasil reconheceu a independência do Cazaquistão em dezembro de 1991. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1993, com a criação, em caráter não-residente, da Embaixada do Brasil em Astana, cumulativa com a Missão diplomática em Moscou.

Entre todas as Repúblicas centro-asiáticas, surgidas do desmembramento da ex-URSS, o Cazaquistão foi o país que tomou mais iniciativas de aproximação em relação ao Brasil. Em razão do processo de transição pós-independência e das prioridades do cenário político regional, só a partir de fins de 1994 o Governo cazaque começou a voltar sua atenção para América Latina e, em especial, para o Brasil. Nesse contexto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão esteve no Brasil para as cerimônias de posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, o Governo cazaque propôs a realização de visita do Presidente Nursultan Nazarbayev ao Brasil.

Por motivos de ordem interna, a visita do Presidente Nazarbayev teve que ser adiada em mais de uma oportunidade. Os dois Presidentes, entretanto, mantiveram encontro em Nova York, à margem da Sessão Especial da AGNU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e, em janeiro de 1998, em Davos, Suíça, à margem do Foro Econômico Mundial. Nessa oportunidade, o Presidente Fernando Henrique Cardoso reiterou o convite para que o Presidente cazaque visitasse o Brasil e anunciou o envio a Aqmola, atual Astaná, de Missão de Alto Nível, chefiada pelo então Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos do Itamaraty, Embaixador Ivan Cannabrava. A Missão realizou-se em março de 1998 e logrou obter resultados positivos no aprofundamento do diálogo político com o Cazaquistão e na avaliação das possibilidades concretas de cooperação e intercâmbio econômico e comercial entre os dois países.

Por ocasião da apresentação de credenciais do novo Embaixador do Brasil no Cazaquistão, em maio de 2004, foram detectadas numerosas oportunidades de cooperação bilateral. A área de agricultura e pecuária se mostrou especialmente promissora, sobretudo tendo presente manifestações de autoridades cazaques de que o "agribusiness" brasileiro é considerado um modelo para o desenvolvimento da produção cazaque.

Foi discutida a possibilidade de negociar um acordo de cooperação técnica agropecuária. Também se estimulou o andamento das negociações de certificados sanitários para a exportação de carnes brasileiras, assim como dos entendimentos para a retomada da importação de trigo cazaque (suspensa desde 2002 por problemas fitossanitários). As autoridades de Astaná expressaram o desejo de organizar uma missão empresarial agropecuária ao Brasil e comentaram o andamento das negociações bilaterais sobre temas agrícolas, no contexto da adesão do Cazaquistão à OMC.

Considerou-se a possível negociação de um acordo para facilitação de vistos de negócios, bem como de um acordo-quadro governamental para embasar futura aproximação entre a Petrobrás e a petroleira estatal KazmunaiGaz.

Manifestou-se interesse pela negociação de vínculos de "cidades irmãs" entre as duas capitais, Brasília e Astaná, bem como entre o centro econômico do Cazaquistão, Almaty, e cidade brasileira.

Finalmente, gerou interesse nas autoridades cazaques o modelo institucional do SEBRAE e as perspectivas de cooperação para o fortalecimento de pequenas e médias empresas. Também foi discutida a possível abertura, no futuro, de uma Embaixada do Cazaquistão em Brasília e a designação de um cônsul honorário do Brasil em Almaty.

Cumpré ainda informar que o Presidente do Cazaquistão dirigiu carta ao Presidente da República, Luiz Ignácio Lula da Silva, em que considera o tema da reforma das Nações Unidas. O Cazaquistão concorda com a necessidade de ampliar o número de membros do CSNU, tanto na categoria dos membros não-permanentes quanto dos permanentes e que é necessária uma maior participação dos países em desenvolvimento no órgão. Na mesma carta, o Presidente Nazarbayev estende convite para o Presidente Lula efetuar visita ao país, "quando lhe for conveniente".

Missão empresarial exploratória, chefiada pelo Embaixador Mario Vilalva, Diretor do Departamento de Promoção Comercial do MRE, visitou o Cazaquistão no período de 19 a 21 de outubro de 2005. A missão entrevistou com autoridades cazaques na capital Astaná e com lideranças do empresariado cazaque na cidade de Almaty. Foram identificadas oportunidades de cooperação em diversas áreas, entre as quais se destacam, além dos setores tradicionais de petróleo, gás e mineração: geração de energia, arquitetura, construção e serviços de engenharia e aviação civil regional.

Finalmente, no mês de novembro de 2005, o Governo brasileiro formalizou, oficialmente, por meio de nota verbal endereçada à Embaixada do Cazaquistão em Moscou, o pedido de anuência do Governo cazaque para a abertura da Embaixada do Brasil em Astaná.

8. COMÉRCIO BILATERAL

PERÍODO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
2002	5.481.185	39.281.185	-33.799.361
2003	7.442.256	3.127.512	4.134.722
2004	13.281.041	5.083.122	8.197.919
2005 (1º quadrimestre)	9.963.350	236.643	9.963.350

Dados: DIC (Divisão de Informação Comercial)

Principais produtos:

- **Exportações:** fumo, tubos de ferro e aço, produtos químicos e carnes.
- **Importações:** couros, trigo, ferrocromo e ligas de alumínio.

9. ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR

- Estabelecimento de Relações Diplomáticas (27/09/1993).

10. ATOS BILATERAIS EM NEGOCIAÇÃO

- “Declaração sobre os Princípios Básicos das Relações Bilaterais”:
- “Acordo de Comércio e Cooperação Econômica”:
- “Protocolo de Consultas Políticas”:

O Cazaquistão demonstra também interesse na assinatura de acordos para evitar a bitributação e para a promoção e proteção recíproca de investimentos. Estas duas propostas poderiam ser negociadas em etapa posterior, quando o adensamento do intercâmbio entre os dois países o justifique.

Aviso nº 254 – C. Civil

Brasília, 16 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Cazaquistão.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

MENSAGEM Nº 105, DE 2006

(Nº 168/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no art. 18, § 1º, do

Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 12 de outubro de 1986, bem como nos arts. 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Senhor Eduardo Dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Principado de Liechtenstein, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Os méritos do Senhor Eduardo dos Santos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de março de 2006 – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 87/DP/AFEPA/G – MRE – APES

Brasília, 10 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, o artigo 42, § 1º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, o artigo 18 § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo

Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986 e os artigos 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Eduardo Dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Eduardo dos Santos poderá ser nomeado,

também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** do Senhor Eduardo dos Santos, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EDUARDO DOS SANTOS

CPF.: 37600630710

ID.: 5891MRE/DF

- 1952** Filho de Vitto Raphael dos Santos e Esther da Conceição dos Santos, nasce em 29 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ
- 1975** CPD-IRBr
- 1975** Terceiro Secretário em 11 de setembro
- 1975** Divisão da América Meridional-II, assistente
- 1975** Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRJ/RJ
- 1975** Divisão da América Meridional-I, assistente
- 1977** Embaixada em Moscou, Terceiro e Segundo Secretário
- 1978** Segundo Secretário, por antigüidade, em 12 de dezembro
- 1979** Embaixada em Buenos Aires, Segundo e Primeiro Secretário
- 1982** CAD-IRBr
- 1982** Primeiro Secretário, por merecimento, em 16 de junho
- 1984** Divisão da América Meridional-I, Subchefe
- 1986** Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, assessor
- 1987** Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
- 1987** Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho
- 1987** Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
- 1988** Ordem Francisco de Miranda, Venezuela, Comendador
- 1988** Ordem do Rio Branco, Comendador
- 1988** Medalha Santos Dumont, Brasil
- 1989** Embaixada em Londres, Conselheiro
- 1990** Ordem do Mérito Tamandaré, Brasil
- 1992** Professor-Assistente de História Diplomática, IRBr
- 1992** Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Coordenador-Executivo

- 1992 CAE - IRBr, Argentina: Conflitos de Soberania e Mudanças Políticas na Década de 1980 (A experiência dos casos Beagle e Malvinas e o impacto na atuação diplomática brasileira)
- 1993 Ministério da Fazenda, Gabinete do ME, Assessor Especial
- 1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 20 de dezembro
- 1994 Embaixada em Londres, Ministro-Conselheiro
- 1996 II Reunião da Força Tarefa do G-7/8 ampliado sobre os testes nucleares de Índia e Paquistão, Chefe de delegação
- 1997 Royal Victorian Order, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Honorary Commander
- 1999 Presidência da República, Assessor Especial do Gabinete
- 1999 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 20 de dezembro
- 2000 Ordem El Sol, Peru, Grã-Cruz
- 2000 Ordem do Mérito, Portugal, Grã-Cruz
- 2000 Ordem Nacional do Mérito, Romênia, Grã-Cruz
- 2001 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
- 2001 Legião de Honra, França, Comendador
- 2001 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Grã-Cruz
- 2001 Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz
- 2002 Ordem Nacional do Mérito, Equador, Grã-Cruz
- 2002 Ordem do Mérito da Polônia, Grã-Cruz
- 2002 Ordem da Águia Azteca, México, Grã Cruz
- 2002 Embaixada em Montevidéu, Embaixador
- 2003 III Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguaí, Chefe de delegação
- 2004 Medalha do Mérito Farroupilha, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
- 2004 IV Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguaí, Chefe de delegação


CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INFORMAÇÃO SOBRE A CONFEDERAÇÃO SUÍÇA
MARÇO DE 2006

Avaliação do estado das relações bilaterais

A excelência das relações entre Brasil e Suíça vem sendo reafirmada pelos constantes contatos políticos de alto nível e pela forte presença suíça na economia brasileira. Para o Brasil, a importância desse relacionamento —cuja origem remonta à imigração iniciada há mais de 180 anos— decorre sobretudo da posição da Suíça como um dos principais centros financeiros internacionais e de seu expressivo estoque de investimentos no País, que se encontra entre os dez maiores.

Autorizados por decreto do Rei D. João VI em 16 de maio de 1818, cerca de dois mil suíços —em grande parte originários do Cantão de Friburgo— estabeleceram-se no interior do Estado do Rio de Janeiro, fundando em abril de 1820 a cidade de Nova Friburgo. Os suíços foram os pioneiros da imigração de origem não-portuguesa para o Brasil.

A comunidade suíça no Brasil é a mais importante da América Latina, com cerca de 12 mil membros —dos quais 9 mil possuem dupla nacionalidade—, além de cerca de 1 milhão de descendentes de imigrantes suíços, sobretudo nos estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No plano político, os contatos de alto nível têm possibilitado troca de impressões ampla e objetiva sobre os principais aspectos da agenda bilateral, bem como sobre os grandes temas da atualidade internacional. O recente ingresso da Suíça na ONU, em 10 de setembro de 2002, deverá contribuir para o aproveitamento de todo o potencial de cooperação existente entre Brasil e Suíça nos principais foros políticos multilaterais.

O Ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, assinou, em 12 de maio de 2004, o Tratado sobre Cooperação Jurídica Mútua em Matéria Penal com a Suíça. Trata-se de instrumento bilateral que aprofunda sensivelmente as possibilidades de cooperação entre os dois países na luta contra as diferentes formas de crime organizado transnacional.

Em termos de intercâmbio comercial e de investimentos, o Brasil é o principal mercado da Suíça na América Latina. Fora da Europa, e logo atrás dos Estados Unidos e do Canadá, o Brasil é o mais importante país de destino dos investimentos suíços. A maioria das grandes empresas multinacionais suíças dos setores farmacêutico, químico, alimentício e de máquinas estão instaladas no Brasil desde o início do século com unidades de produção próprias. As filiais dessas empresas no Brasil empregam cerca de 80 mil pessoas.

Cerca de 250 empresas suíças estão estabelecidas no Brasil, sendo as seguintes as mais importantes por setor:

indústria alimentícia: Nestlé e Sandoz; indústria química: Novartis, Roche e Givaudan Firmenich; máquinas: Asea Brown Boveri (ABB), Sulzer e Schindler; construção e diversos: Holderbank F. Glaris e Bally; serviços: Union des Banques Suisses (UBS), Société de Banques Suisses (SBS) e Crédit Suisse e as seguradoras Basler, Winterthur e Zürich.

O pioneirismo nos investimentos suíços no Brasil cabe à firma suíça Bally, que absorveu, em 1880, o Curtume Carioca. Em 1921, a Nestlé começou a operar

no Brasil (hoje seu terceiro mercado mundial) e a ela seguiram-se a Roche (1931), Ciba (1934), Sandoz (1937), Geigy (1938) e SBS (1938).

A Suíça, que sempre esteve entre os cinco maiores investidores europeus no Brasil, tem perdido espaço para países como França, Portugal e Espanha em função de sua inexpressiva participação no processo de privatizações. Com a venda de empresas dos setores elétrico (geradoras de energia), de água, de saneamento e de gás, bem como pelas Parcerias Público-Privadas, o Governo brasileiro espera que os investidores suíços possam manter o patamar da tradicional presença suíça na economia brasileira.

O comércio bilateral —tradicionalmente deficitário para o Brasil— tem se caracterizado por exportações brasileiras de matérias-primas e itens semi-manufaturados e por exportações suíças de produtos de tecnologia sofisticada e de alto valor agregado. A venda de aviões da Embraer tem contribuído para alterar essa tendência. A corrente comercial bilateral foi de US\$ 1,75 bilhão em 2005:

- Exportações: US\$ 534.180.219
- Importações: US\$ 1.219.060.401
- Saldo: (US\$ 684.880.182)

Pauta de exportações: alumínio bruto, pasta química de madeira, aviões a jato, carnes desossadas.

Pauta de importações: medicamentos, óleo diesel, máquinas e aparelhos de terraplanagem, hulha, motores a diesel.

Informações Gerais

Dados básicos

Nome Oficial: Confederação Helvética

Capital: Berna

Área: 41.290km²

População: 7.489.370 habitantes (julho de 2005)

Densidade demográfica: 182 hab/km² (julho de 2005)

Independência: 1º de agosto de 1291 (fundação da Confederação Suíça)

Data Nacional: 1º de agosto de 1291 (fundação da Confederação Suíça)

Constituição: A revisão da Constituição de 1874 foi aprovada pelo Parlamento Federal em 18 de dezembro de 1998, aprovada por referendo em 18 de abril de 1999 e entrou em vigor em 1º de janeiro de 2000.

Línguas: alemão (oficial), 63,7%; francês (oficial) 20,4%; italiano (oficial) 6,5%.

Sistema Político

Principais produtos: maquinaria, produtos químicos, relógios, têxteis, instrumentos de precisão.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INFORMAÇÃO SOBRE O PRINCIPADO DE LIECHTENSTEIN
MARÇO DE 2006

Avaliação do estado das relações bilaterais

O Brasil e Liechtenstein mantêm relacionamento tradicional e cordial, porém de caráter essencialmente protocolar. Em razão da exigüidade territorial e populacional do Principado (cerca de 160 km² —área inferior à do Plano Piloto de Brasília— e apenas 34 mil habitantes), o intercâmbio com o Brasil apresenta níveis mínimos.

O diálogo político —que se limita a eventuais trocas de votos em organismos internacionais, em especial nas Nações Unidas— processa-se pela Embaixada do Brasil em Berna e, ocasionalmente, pela Embaixada da Suíça em Brasília, representante dos interesses do Principado no território nacional.

No plano comercial, a união aduaneira entre Suíça e Liechtenstein impede a existência de estatísticas comerciais bilaterais.

Na condição de “paraíso fiscal”, Liechtenstein tem sido alvo crescente de atenção por partes das autoridades judiciárias brasileiras. Em 1999, diversas denúncias de lavagem de dinheiro levaram as autoridades do Principado a implementarem mecanismos mais rigorosos de controle dos fluxos financeiros.

Informações Gerais

Dados básicos

Nome Oficial: Principado de Liechtenstein

Capital: Vaduz

Área: 160 km²

População: 34 mil habitantes (2005)

Densidade demográfica: 210 hab/km² (2004)

Independência: 23 de janeiro de 1719 (estabelecimento do Principado Imperial de Liechtenstein) e 12 de julho de 1806 (independência do Sacro Império Romano-Germânico)

Data Nacional: 15 de agosto (Coroação do Príncipe Reinante)

Constituição: 5 de outubro de 1921

Línguas: alemão (oficial), dialetos alemães.

Sistema Político

O Principado de Liechtenstein é uma monarquia constitucional com regime parlamentarista de governo. O Príncipe é um monarca hereditário. O líder do maior partido no Parlamento é indicado para a chefia do Governo e o líder do maior partido de oposição é indicado para o cargo de Vice-Primeiro Ministro. O Parlamento é unicameral, com 25 membros, eleitos por voto direto, para mandato de quatro anos. O Gabinete é eleito pelo parlamento e confirmado pelo príncipe.

Principais Autoridades

Chefe de Estado: Príncipe Hans Adam II (desde 13 de novembro de 1989)

Príncipe Herdeiro: Príncipe Alois von und zu Liechtenstein

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Otmar Hasler (desde 2001)

Ministro da Economia, Justiça e Esporte e Vice-Primeiro-Ministro: Klaus Tschütscher

Ministro do Interior, Saúde Pública, Transporte e Telecomunicações: Martin Meyer;

Ministro dos Assuntos Estrangeiros, dos Assuntos Culturais e de Igualdade de Oportunidades: Rita Kieber-Beck;

Ministro da Educação, Assuntos Sociais, Meio Ambiente e Agricultura: Hugo Quaderer.

Economia

Apesar de um país pequeno e com limitados recursos naturais, a economia do Principado de Liechtenstein é próspera, altamente industrializada e amparada em um forte setor financeiro, o que proporciona aos seus habitantes um padrão de vida compatível com o dos grandes centros urbanos da Europa ocidental. Com baixo índice tributário —o maior taxa de imposto é de 18%— e com regras acessíveis de incorporação, cerca de 25 mil empresas possuem sedes estabelecidas em Liechtenstein, fator responsável por 30% da receita do Estado. O país faz parte de uma união aduaneira com a Suíça e usa o franco suíço como sua moeda nacional. O Principado é membro da Associação Europeia de Livre Comércio (AELC) desde 1995, que congrega também a Suíça, a Islândia e a Noruega.

Principais Indicadores Econômicos

PIB: US\$ 1 bilhão (est.2002)

PIB per capita: US\$ 30 mil (est.2002)

Inflação: 0,8% (est.2004)

Taxa de desemprego: 1% (est.2001)

Principais produtos: instrumentos eletrônicos e de precisão, produtos dentários, têxteis, cerâmica, alimentos industrializados, trigo, batatas, produtos derivados de leite e carne

Aviso nº 255 – C. Civil.

Brasília, 16 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Eduardo dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Principado de Liechtenstein, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra do Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – As mensagens lidas vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.
São lidos os seguintes:

PARECER Nº 227, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 562, de 2005 (nº 2.013/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite e ao Acordo Operacional, aprovadas pela 25ª Assembléia das Partes, realizada entre 13 e 17 de novembro de 2000, e pela 31ª Assembléia de Signatários, nos dias 9 e 10 de novembro de 2000.

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 562, de 2005 (nº 2.013, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite e ao Acordo Operacional aprovadas pela 25ª Assembléia das Partes, realizada entre 13 e 17 de novembro de 2000, e pela 31ª Assembléia de Signatários, nos dias 9 e 10 de novembro de 2000.

O texto das Emendas ao Acordo Relativo à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite e ao Acordo Operacional (daqui em diante, as Emendas) altera a estrutura e o funcionamento do sistema Intelsat, organização intergovernamental provedora de serviços de telecomunicação via satélite em nível internacional.

O texto das Emendas foi submetido ao Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial nº 52, de 2002, nos termos do art. 49, I, combinado com o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal, acompanhada de exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores. Nesta, argumenta-se pela necessidade de aprovar o texto para que não seja suspensa a participação do Brasil na Intelsat, uma vez que os atuais acordos constitutivos da Organização perderão a validade a partir da entrada em vigor do novo modelo.

Opinaram pela normalidade, juridicidade e constitucionalidade das Emendas o Ministério das Relações Exteriores e a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Esta, amparada na Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997), ressaltou a condição do tratado de expressar a vontade mútua dos membros em prol da consolidação de uma instituição sólida que responda aos interesses das nações que a compõem. A Anatel entende que as alterações não representam risco à soberania e aos interesses do Brasil ou de qualquer outro País-Membro, inclusive no que se refere a acordos comerciais vinculados ao setor.

Na Câmara, o texto das Emendas foi aprovado por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, nos termos do projeto de decreto legislativo ora em exame.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Na forma do art. 376, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional emitir parecer sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O art. 84, VIII, da Constituição Federal, outorga competência ao Presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, ressalvando o referendo do Congresso Nacional. O art. 49, I, também da Constituição, dispõe ser da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais.

Em consequência, está na competência do Poder Executivo assinar o tratado em exame, assim como é regular o exame da proposição por esta Casa Legislativa e, mais especificamente, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Observa-se que o PDS nº 562, de 2005, atende os requisitos especificados no art. 376 do RISF, que exige que os projetos de decreto legislativo referentes a atos internacionais sejam acompanhados de cópia autenticada do texto, em português, do ato internacional respectivo, bem como da mensagem de encaminhamento e da exposição de motivos.

No mérito, verifica-se que as Emendas em apreço introduzem profunda alteração na Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT), cooperativa intergovernamental que objetiva prestar serviços de telecomunicações via satélite aos 148 países que atualmente dela participam. A Intelsat, criada em 1964, é composta por governos e empresas de telecomunicações de todo o mundo, e, desde 1973, tem funcionado sob a égide de dois acordos básicos: o acordo que organiza o sistema Intelsat (o Acordo), assinado pelos Países-Membros (as Partes), e o acordo operativo (o Acordo Operacional), assinado pelas empresas de telecomunicações designadas pelos Países-Membros, (os Signatários – no caso do Brasil, a Embratel).

As discussões sobre a reestruturação da Intelsat começaram em março de 1998, na reunião da Assembléia das Partes realizada em Salvador, Bahia. Naquela ocasião foi aprovada a privatização parcial da Intelsat, com a transferência de seis satélites para a iniciativa privada em novembro daquele ano.

Na 25ª Reunião da Assembléia das Partes, realizada em Washington entre os dias 13 e 17 de novembro de 2000, e na 31ª Assembléia de Signatários, realizada nos dias 9 e 10 de novembro de 2000, as Partes decidiram que os serviços da Intelsat seriam privatizados, para tornar o sistema mais eficiente e garantir sua viabilidade e agilidade. Para isso, seriam constituídas uma companhia privada, a Intelsat Ltda., e uma entidade intergovernamental, a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (ITSO).

À ITSO cumpre assegurar que a Intelsat Ltda. preste, em bases comerciais, serviços públicos internacionais de telecomunicações, incluindo serviços de voz, dados e imagem, obedecendo aos seguintes princípios: **a)** manter conectividade e cobertura globais; **b)** prover conectividade vital a seus clientes; e **c)** fornecer acesso não-discriminatório ao sistema da Intelsat Ltda.

Para viabilizar as alterações projetadas, foi necessário efetuar emendas aos acordos constitutivos da

Intelsat: o texto do Acordo passou a definir o relacionamento entre a Intelsat Ltda. e a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (ITSO), ao passo que o Acordo Operacional foi emendado para refletir o período de transição, que expirará no momento da entrada em vigor do novo modelo.

Assim, a partir da implementação da privatização acordada, ficarão sem validade os atuais acordos do sistema Intelsat. Isso implica que, se o Brasil não ratificar as emendas, ficará suspensa a participação do País na ITSO, e serão retidas as cotas de participação da Embratel no capital da Intelsat Ltda. Isso implicaria que a Embratel, apesar de acionista da nova empresa, ficaria sem direito a participar de suas decisões e a votar na eleição de candidatos ao novo Conselho de Acionistas.

O sistema Intelsat constitui-se em experiência bem sucedida de cooperação multilateral na área tecnológica. Seu funcionamento, sob a forma de organização internacional e seguindo o modelo de cooperativa governamental, há algum tempo vem reclamando reformas quanto à sua estrutura e operatividade, em vista de transformações ocorridas no relacionamento entre os países, principalmente no campo das telecomunicações.

O relacionamento entre a ITSO e a empresa privada constituída (a Intelsat Ltda.) segue o mesmo modelo de privatização adotado no Brasil. Esse modelo contempla a criação de uma agência governamental, representante do interesse público, com poderes para regular e supervisionar o funcionamento da empresa privada que, em última instância, será a responsável direta pela execução dos serviços.

Os artigos VIII, IX e X do Acordo estabelecem a estrutura e competência dos órgãos da nova entidade. Haverá uma “Assembléia das Partes” e um órgão executivo, a Diretoria-Geral.

O artigo XI fixa os direitos e obrigações das Partes, basicamente o direito de participar de todas as conferências e reuniões da ITSO e o dever de tomar as medidas necessárias para facilitar – de forma transparente, não discriminatória e neutra, do ponto de vista da concorrência – o cumprimento, por parte da Intelsat Ltda., dos princípios fundamentais estabelecidos no acordo.

O artigo XII contém normas técnicas que regulamentam o tema das alocações de freqüências. Segundo ele, as partes da ITSO deverão reter as localizações orbitais e as alocações de freqüências em processo de coordenação ou registradas em nome das partes junto à União Internacional das Telecomunicações (UIT), de acordo com as disposições do regulamento de rádio comunicação da UIT, até o momento em que a admi-

nistração de notificação envie a devida notificação para o depositário, informando a aprovação, aceitação ou ratificação do Acordo. Trata-se ali do relacionamento e da representação da ITSO junto à UIT.

O artigo XIII institui Washington, D.C., como a sede da ITSO, a menos que a Assembléia das Partes disponha diferentemente. Além disso, disciplina as questões relacionadas ao patrimônio da organização internacional instituída e aos privilégios, isenções e imunidades que lhe são inerentes.

Os artigos XIV a XXI contêm normas de natureza adjetiva, relativas à retirada de membros da organização, à proposição e à adoção de emendas ao Acordo, aos procedimentos de resolução de conflitos, à assinatura e ratificação do Acordo e aos termos e condições de sua entrada em vigor, às línguas oficiais e de trabalho da organização, à designação do depositário do Acordo, no caso o governo dos EUA, e ao prazo de vigência do Acordo.

O Acordo contém um anexo, o Anexo A, que dispõe sobre processamento, regras, ritos e procedimentos relativos à solução de controvérsias entre os Países-Membros da organização. Para tanto, prevê a constituição de um tribunal de arbitragem, composto por três membros, com as competências estatuídas no artigo XIV do acordo principal.

Além das emendas ao Acordo, que, conforme já mencionado, é o tratado assinado pelos Estados-Membros, cabe apreciar também a emenda ao contrato assinado pelos Signatários (as empresas de telecomunicações designadas pelos países; no caso do Brasil, a Embratel), o Acordo Operacional. Destina-se ela a regulamentar o período de transição e valerá até que entre em vigor para cada uma das Partes e para todos eles. Segundo a alínea **a** da emenda proposta, o Acordo Operacional entrará em vigor para um signatário na data em que o Acordo entrar em vigor para a respectiva Parte interessada. Por outro lado, o Acordo Operacional será aplicado a título provisório para uma empresa signatária a partir da data em que o Acordo for aplicado a título provisório para a respectiva Parte. Além disso, o Acordo Operacional expirará quando o Acordo deixar de vigorar ou quando entrarem em vigor emendas ao Acordo que excluam referências ao Acordo Operacional.

Em síntese, resta que nada há de evidente na proposição legislativa e no texto das Emendas em exame que represente desobediência ou infração às disposições constitucionais vigentes, aos princípios consagrados pelo ordenamento jurídico pátrio, ao arcabouço regulatório das Telecomunicações, ou às normas de relações internacionais. A proposição ancora-se nos preceitos da boa técnica legislativa.

III – Conclusão

Do exposto, o voto é pela aprovação do PDS nº 562, de 2005.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Jefferson Péres**, Relator – **Mão Santa** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Suplicy** – **Eduardo Azeredo** – **Gerson Camata** – **Marco Maciel** – **Heráclito Fortes** – **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
.....

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

PARECER Nº 228, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 564, de 2005 (nº 39, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Arica, República do Chile, em 20 de março de 2002.

Relator: Senador **Pedro Simon**

Relator **ad hoc**: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Anca, República do Chile, em 20 de março de 2002.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 30 de julho de 2002, por intermédio da Mensagem do Poder Executivo nº 671, de 2002, tendo sido analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Minas e Energia; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

Nesta Casa do Parlamento, este ato internacional foi encaminhado, até o momento, apenas à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acompanha a Proposição, além da mensagem do Poder Executivo ao Congresso, Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, a qual destaca a importância do para o incremento da cooperação bilateral.

O Acordo, versado em dez artigos, fixa como campos básicos da cooperação, a ser conduzida com base nos princípios da igualdade, reciprocidade e benefício mútuo, os que seguem:

1. Desenvolvimento de materiais avançados;
2. Intercâmbio de informações e **spin-off** de tecnologias de tecnologias de aplicação industrial;
3. Utilização de reatores nucleares de pesquisa;
4. Aplicação de técnicas nucleares;
5. Meio Ambiente;
6. Desenvolvimento e aplicações de tecnologia laser;
7. Segurança nuclear e radiológica de instalações nucleares e radioativas;
8. Salvaguardas; e
9. Nucleoeletricidade.

A cooperação ocorrerá pelo desenvolvimento comum de projetos, por visitas científicas e treinamento de profissionais e técnicos, por convites recíprocos a peritos com a finalidade de transferir experiência e pelo livre intercâmbio de informação e experiência, exceto nos casos em que a Parte que transmite a informação estabeleça restrições ou reservas com respeito ao seu uso e difusão. Os peritos visitantes e demais pessoas que entrem em território da outra Parte por razão do Acordo não estarão eximidas de observar as leis e regulamentos do país visitado.

O Acordo terá como órgãos de execução as respectivas Comissões de Energia Nuclear dos Estados. A cooperação poderão ser aplicadas salvaguardas, de

acordo com o julgamento da Agência Internacional de Energia Atômica.

Ficam pendentes de decisão posterior, pela forma de Protocolos Adicionais específicos, a forma e as condições nas quais será desenvolvida a cooperação e, por comum acordo, as condições de pagamento das despesas decorrentes da execução do Acordo.

II – Análise

Registre-se, inicialmente, que dentre as promissoras ramas de cooperação brasileiro-chilena para a diversificação de sua matriz energética (energias eólica, solar, de biomassa, a partir das marés), nenhuma das quais explorada em outros tratados de cooperação bilateral, o Acordo em tela versa sobre o uso pacífico da energia nuclear, objeto de outros acordos de cooperação firmados pelo Chile com a Coreia do Sul e a Austrália.

Embora o Acordo de Cooperação sob exame alcance os usos múltiplos da energia, todos eles carentes de desenvolvimento no Chile (medicina, mineração, agricultura, conservação de alimentos), é a crise de abastecimento de gás natural por que passa o Chile no início do século XXI que o tem levado a envidar esforços na mudança de sua matriz energética, o principal motor da assinatura do diploma em análise.

Os problemas de abastecimento do gás argentino, que cobrem 37% da demanda energética chilena – agravados a cada ano em razão do esgotamento do produto na Argentina, em virtude dos baixos investimentos na exploração de novos mananciais – fizeram com que o Chile pensasse na diversificação de suas fontes de energia, sobretudo, no desenvolvimento da energia nuclear, como forma de prover sustentabilidade energética ao País. Esse objetivo reflete a necessidade premente de prover o País de fontes energéticas alternativas, no prazo de 15 anos. As regiões norte do Chile, Antofagasta e Atacama, as quais alcançam temperaturas glaciais, carecem de fontes hidrelétricas e dependem fortemente da importação de gás argentino. A sobrevivência das populações residentes nessas regiões é colocada em risco em razão desse cenário nada alvissareiro.

A opção nuclear ganha importância, uma vez que as respostas mais imediatas à crise, como a antecipação para este ano da entrada em funcionamento da hidrelétrica Ralco, no curso superior do Rio Bio-Bio, que atravessa o centro do Chile, encontram resistência nas comunidades indígenas **pehuenches** e em organizações ambientalistas.

Malgrado esse fato, vale observar que o esforço desenvolvido pelo Chile ocorre na contramarcha da tendência mundial: a Europa tem paulatinamente desativado suas plantas nucleares e que, nada obstante o caráter oficialmente pacífico da cooperação aqui sob exame e

o compromisso chileno com tratados internacionais de restrição ao uso de armas nucleares e convencionais (Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destruição; Convenção sobre Armas Biológicas; Convenção sobre Certas Armas Convencionais; Tratado de Não-Proliferação Nuclear; Convenção de Armas Químicas; Tratado de Tlateloco), o esforço nuclear chileno gera apreensões quanto ao equilíbrio militar regional, sobretudo por parte do Peru, país com o qual mantém relacionamento tenso, em razão da divergência na delimitação do mar territorial e da zona econômica exclusiva de ambos no Pacífico, cujo objeto de discórdia é um triângulo de cerca de 35 mil quilômetros rico em recursos marinhos de alto valor no mercado.

Os termos do Acordo de Cooperação que ora analisamos, no entanto, são razoáveis e estão em consonância com outras linhas de cooperação existentes, nada havendo a ressaltar sobre eles.

III – Voto

Por tudo quanto explicitado, por julgá-lo oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 564, de 2005.

Sala da Comissão, 14 de fevereiro de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Gerson Camata**, Relator **Ad Hoc** – **José Agripino** – **Sérgio Zambiasi** – **Sery Shessarenko** – **Mão Santa** – **Eduardo Suplicy** – **Marco Maciel** – **Valdir Raupp** – **Heráclito Fortes** – **Eduardo Azeredo** – **Romeu Tuma** – **José Jorge**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
.....

PARECER Nº 229, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2006 (nº 494/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação

Técnica na Área de Turismo, celebrado em Brasília, em 6 de dezembro de 2002,

Relator: Senador **Wellington Salgado de Oliveira**

Relator **ad hoc**: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 35, de 3 de fevereiro de 2003, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação Técnica na Área de Turismo, celebrado em Brasília, em 6 de dezembro de 2002.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após ser distribuído, também, para as comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania e de Turismo e Desporto. A Mensagem Presidencial foi recebida pela Câmara dos Deputados em 4 de fevereiro de 2003, e o Projeto de Decreto Legislativo derivado da Mensagem foi aprovado em 1º de dezembro de 2005, chegando ao Senado Federal no dia 2 de janeiro de 2006.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006 e, na Comissão, ao Relator signatário, em 27 de janeiro de 2006, após cumprir prazo regimental sem ter recebido emendas.

II – Análise

Cuida-se aqui de um acordo de cooperação na área de turismo entre o Brasil e o Peru que tem por objetivo incrementar as relações bilaterais nessa área, contemplando estratégias para incentivar o fluxo turístico em ambas as direções, baseadas na troca de informações e legislações sobre o assunto e assegurando que as organizações turísticas respeitem a realidade cultural, histórica e social de cada país.

O Acordo está lavrado em quatorze artigos, desdobrados em diversos parágrafos cada um. Nele se prevê que as Partes reforçarão e ampliarão as relações turísticas, com vistas ao intercâmbio de conhecimentos acerca de sua história, cultura e estilo de vida e à cooperação nessa mesma área. Entre os objetivos do Acordo está também a simplificação das formalidades de viagem exigidas por suas respectivas autoridades, o apoio a programas de vôos não regulares (charter), excursões temáticas, congressos, seminários, feiras e exposições nos dois países.

O Acordo contempla estratégias como a coordenação dos organismos de aeronáutica civil dos dois países para o estabelecimento de ferramentas que viabilizem a oferta de vôos amazônicos e transfronteiriços e o intercâmbio de informações técnicas e de especialistas e de experiências no campo do turismo, além de troca de informações sobre sistemas de treinamento para professores e instrutores em assuntos técnicos, especialmente em gerenciamento e operações na área de hotelaria. O texto reforça especialmente o incentivo à colaboração entre os órgãos oficiais de turismo e entre entidades do setor privado de ambos os países.

As Partes reafirmam seu comprometimento as recomendações da Organização Mundial do Turismo e acordaram em trocar informações e resultados de pesquisas e projetos realizados no âmbito do programa “Combate à Exploração do Turismo Sexual”, tendo por base a “Declaração de São Vicente para a proteção dos menores contra a exploração pelo turismo sexual”, firmada na Itália, em abril de 1995.

O Tratado, por fim, determina que entrará em vigor por meio de troca de notas entre as chancelarias e que terá vigência de 4 anos prorrogáveis automaticamente, a não ser que uma das partes o denuncie.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, concluo este Parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Suplicy** – **Romeu Tuma**, Relator “Ad Hoc” – **Mão Santa** – **Jefferson Péres** – **Eduardo Azeredo** – **Gerson Camata** – **Marco Maciel** – **Valdir Raupp** – **Heráclito Fortes**.

PARECER Nº 230, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2006 (nº 634/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002

Relator: Senador **Ney Suassuna**

Relator **ad hoc** Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 1º de julho de 2003, por intermédio da Mensagem do Poder Executivo nº 297, de 2003, tendo sido analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa.

Nesta Casa do Parlamento, este ato internacional foi encaminhado, até o momento, apenas à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 18 de janeiro do corrente ano.

Acompanha a Proposição, além da mensagem do Poder Executivo ao Congresso, Exposição de Motivos assinada eletronicamente pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual se destaca

(...) O Acordo em apreço tem como objetivos promover e favorecer a cooperação entre os dois países em questões referentes à condição pessoal, inclusive as que dizem respeito à guarda de crianças. No que se refere às medidas para combater os deslocamentos ilegais e o do retomo de crianças, o instrumento fundamenta-se na Convenção das Nações Unidas Relativa aos Direitos das Crianças, assinada em Nova York, em 1989. O instrumento consubstancia, igualmente, o acordado na Convenção de Viena sobre Relações Consulares, celebrada em Viena, em 1963, que inclui, entre as funções consulares, a prestação de assistência aos nacionais e a salvaguarda dos interesses das crianças.

Com vistas ao atendimento desses objetivos, o instrumento em tela constitui uma Comissão consultiva conjunta (...). A Comissão consultiva terá habilitações específicas em ênfase no exame e no acompanhamento de documentos consulares que impliquem na garantia do direito das crianças, tais como o de manter relações pessoais com seus pais.

O Acordo visa ao estabelecimento de uma Comissão Consultiva bilateral habilitada a examinar problemas referentes a documentos consulares relativos a pessoas que possuam nacionalidade brasileira ou libanesa, com vistas a facilitar as respectivas soluções de acordo com as leis de cada Parte; garantir o respei-

to ao direito de uma criança separada de seu pai e de sua mãe ou de apenas um deles de manter relações pessoais e contato direto com seu pai e sua mãe de modo regular, salvo se estas relações e se este contato conflitam com os interesses da criança; garantir o respeito ao direito de visita do pai ou da mãe que não detiver a guarda legal da criança; acompanhar o encaminhamento dos documentos consulares que lhe forem submetidos a fim de apresentar em tempo hábil os relatórios de cada etapa às autoridades concorrentes das duas Partes; favorecer o conhecimento e a cooperação entre as autoridades públicas concernentes das duas Partes com relação aos documentos consulares submetidos à Comissão; receber e trocar as informações e os documentos relacionados aos documentos consulares submetidos à Comissão e facilitar, na medida do necessário, sua transmissão às autoridades competentes de uma ou de outra Parte.

Cada Parte fica responsável por notificar a outra sobre o cumprimento dos procedimentos requeridos para a entrada em vigor do Acordo.

II – Análise

O Brasil possui a mais numerosa comunidade de origem libanesa de todo o mundo, estimada entre 6 e 7 milhões de pessoas, mais do que o dobro da população libanesa propriamente dita, fato que, associado ao grande contingente de cidadãos libaneses, naturalizados brasileiros, mas que voltaram a se estabelecer no Líbano (entre 40 a 60 mil pessoas), levam a que as relações brasileiro-libanesas ganhem contornos de transnacionalidade.

Os laços pessoais criados entre libaneses e descendentes e brasileiros de outras origens justificam este Acordo, que visa a conferir maiores garantias a pais e crianças de que não ocorrerão deslocamentos ilegais ou o não-retorno ilegal de crianças brasileiras e libanesas que estejam na jurisdição das Partes.

Os imbrólios surgidos na luta pela guarda de crianças de pais de nacionalidades diferentes são notórios e geram máculas profundas na psiquê das famílias.

III – Voto

Por tudo quanto explicitado, por julgá-lo oportuno e conveniente, somos pela aprovação do de Decreto Legislativo nº 3, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Suplicy** – **Mão Santa** – **Jefferson Péres** – **Eduardo Azeredo** – **Gerson Camata** – **Marco Maciel** – **Valdir Raupp** – **Heráclito Fortes** – **José Agripino** – **Romeu Tuma**, Relator ad hoc – **José Jorge** – **Serys Slhessarenko** – **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional
.....

PARECER Nº 231, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2006 (nº 1.067/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados, celebrado em Brasília, em 28 de abril de 2003.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 300 de 1º de julho de 2003, submete ao Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 5/2006 (1.067, de 2003, na origem), que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados, celebrado em Brasília, em 28 de abril de 2003.

O Acordo foi apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, onde também foi objeto de exame pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha o ato internacional sob exame, exposição de motivos do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, da qual cumpre destacar o que segue:

O presente acordo dispõe sobre os mecanismos judiciais e administrativos de recuperação e devolução de veículos automotores roubados ou furtados nos territórios dos dois países.

Em vista da necessidade de realização de esforços coordenados para a repressão ao tráfico ilícito de veículos automotora, a entrada em vigor do acordo é de interesse do Brasil e da Bolívia.

II – Análise

Ato internacional bilateral vocacionado a prover a cooperação judiciária interestatal, o presente Acordo firmado com a República da Bolívia é de grande interesse e conveniência aos interesses nacionais, em prol da otimização dos meios estatais de combate ao crime organizado.

A fronteira com a Bolívia representa a mais extensa e, por isso, vulnerável das nossas áreas limítrofes. Sabe-se, também, haver, de fato, uma indústria de furto e roubo de veículos de maior valor comercial, destinada ao comércio ilegal nos países vizinhos. Com relação ao Paraguai, tem havido grandes esforços dos dois governos para coibir tais práticas. É necessário também que, com relação à Bolívia, tenhamos meios jurídicos aptos a proscrever práticas tão nocivas entre países vizinhos.

A cooperação jurídica entre Estados é, modernamente, a forma mais eficaz de combate a crimes transnacionais, como o terrorismo, o tráfico de drogas e armas e o contrabando, cada vez mais nocivo e insidioso.

Contra a idéia do crime organizado há que contrapor a idéia que os Estados se devem organizar contra o crime, como é o objeto do ato internacional ora examinado, exemplo de cooperação bilateral em condições de fazer face aos desafios da criminalidade internacional.

Versado em onze artigos, o Acordo possui caráter instrumental, provendo as instituições policiais e judiciárias de meios facilitadores para a apreensão e a devolução dos veículos roubados. Isso irá desencorajar o principal fator de aumento de tais práticas, evitando a impunidade e o enriquecimento ilícito.

A presença do Brasil em franca cooperação judiciária com seus países vizinhos é fator determinante para a repressão dos crimes transfronteiriços, haja vista as nossas dimensões territoriais, bem como as circunstâncias econômicas e sociais que caracterizam nosso País. Contribui, ademais, o presente acordo, para a aproximação e para a integração do Brasil com seus vizinhos da América Latina, como preconiza o parágrafo único, do artigo 4º, da Constituição Federal:

Art. 4º

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, po-

lítica, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

III – Voto

Com base no exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 5/2006 (1.067, de 2003, na origem), que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para a Restituição de Veículos Automotores Roubados ou Furtados, celebrado em Brasília, em 28 de abril de 2003.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Eduardo Azeredo** – **Marco Maciel** – **Mão Santa** – **Jefferson Péres** – **Heráclito Fortes** – **Gerson Camata** – **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

.....
Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

PARECER Nº 232, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 6 de 2006 (nº 1069/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Circulação de Produtos Alimentícios, celebrado em Brasília, 25 de novembro de 1999.

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do Protocolo entre o Governo da República Federativa do

Brasil e a República Argentina sobre Circulação de Produtos Alimentícios, celebrado em Brasília, 25 de novembro de 1999.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados 27 de fevereiro de 2002, por intermédio do Aviso do Poder Executivo nº 140, o qual encaminha a Mensagem Presidencial nº 121, da mesma data.

O texto do Protocolo, transformado em Projeto de Decreto Legislativo pela Comissão de Relações Exteriores daquela Casa foi apreciado, preliminarmente, pela Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, e, posteriormente, pelas Comissões de Economia, Indústria e Comércio; de Seguridade Social e Família; e pela então denominada de Constituição e Justiça e de Redação.

A matéria, encaminhada ao Senado Federal, no dia 8 de dezembro de 2005, foi remetida a esta Comissão no dia 18 de janeiro de 2006.

Acompanha a Mensagem Presidencial Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, a qual faz menção ao intento que balizou o Acordo de conferir maior agilidade ao comércio bilateral, a partir da simplificação dos procedimentos de controle sanitário em fronteira exercidos pelos Ministérios da Saúde dos dois países, *inter alia*, com o reconhecimento do certificado sanitário emitido pelo órgão do país de origem nos casos dos produtos considerados de menor risco sanitário. Os produtos que apresentam maior risco sanitário não serão retidos na fronteira, porquanto os demais controles sanitários necessários serão realizados em depósitos habilitados no país de destino.

O Acordo, de doze artigos e quatro anexos, elege a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (cuja sigla atual é ANVISA) e a Agência Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica (ANMAT) os organismos responsáveis para assegurar o cumprimento de seus termos.

Constam do Anexo I ao Acordo a lista de produtos sujeitos a controles simplificados – sendo-lhes válida e suficiente a apresentação de avaliação efetuada pelo organismo responsável do país de origem e a inspeção física dos produtos e das condições de transporte – e do Anexo II a lista de produtos passíveis de controles regulares. Ambas as listas poderão ser revistas com a periodicidade desejada por quaisquer das Partes, com base nos critérios de risco à saúde pública, fluxo comercial e histórico de conformidade dos produtos.

A avaliação levada a cabo pelo organismo responsável do país de origem do produto será realizada em consulta com o congênere do país de destino, no tocante à normativa nele vigente e em razão das informações que ele solicitar. Dessa avaliação, sempre que positiva, deverá resultar uma declaração, nos moldes e termos do formulário comum disposto no Anexo III ao Acordo, o qual ensejará comunicado informativo permitindo a internalização do produto, cujo modelo consta do Anexo IV ao Acordo. A declaração dará ensejo, automaticamente, à respectiva regularização interna do produto alimentício no país de destino.

Na eventualidade dos alimentos constantes no Anexo I objeto de transação comercial bilateral não atenderem as normas sanitárias do país de destino, apesar de atenderem às do país de origem, os organismos técnicos designados no Acordo deverão negociar de forma expedita a possibilidade de reconhecimento de equivalência dessas normas.

O Acordo também celebra que os organismos responsáveis pela sua administração implementem projetos conjuntos de cooperação técnica para o controle sanitário dos produtos alimentícios constantes no Anexo II, com o desenvolvimento de base de dados com a finalidade de incorporar as informações referentes aos estabelecimentos e produtos alimentícios que circulem entre os países e cujo controle seja de sua competência comum.

II – Análise

O uso criterioso de barreiras sanitárias e fitossanitárias no comércio internacional é um dos grandes desafios à transparência da ordem normativa que rege essa importante rama das relações internacionais. Usualmente, essas barreiras tem servido ao protecionismo injustificado de mercados.

Como princípio do comércio internacional, o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, sob a égide do regime multilateral do comércio (Organização Mundial do Comércio), celebra o dever de suas Partes aceitarem as normas sanitárias de outros membros, ainda que diferentes das suas normas internas, desde que aqueles membros demonstrem objetivamente que suas medidas alcançam o mesmo nível de proteção à vida ou saúde animal ou vegetal.

Padrões científicos internacionais sobre análise de risco sanitário devem, à luz do regime multilateral do comércio, ser os balizadores das normativas internas, do que decorre da diretriz de harmonização das normas sanitárias domésticas. Para alcançá-la, foi criado o Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, extremamente ativo nas consultas e negociações entre membros para a uniformização dos padrões sanitários,

o qual, ainda que não mencionado no Acordo bilateral em tela, poderá ser acionado a qualquer momento.

O Acordo é, dessarte, totalmente conforme as tendências atuais do comércio internacional, avançando nos intentos multilateralmente consagrados de harmonização de normas e, portanto, nessa perspectiva, oportuno e conveniente.

III – Voto

Por tudo quanto explicitado, por julgá-lo oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 06/06, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Relator – **Mão Santa** – **Jefferson Péres** – **Eduardo Azeredo**, Presidente em Exercício – **Heráclito Fortes** – **Marco Maciel** – **Serys Slhessarenko** – **Valdir Raupp** – **Gerson Camata** – **Romeu Tuma** – **José Agripino** – **José Jorge** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Suplicy**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
.....

PARECER Nº 233, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2006 (nº 1.112/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.

Relator: Senador **Pedro Simon**

Relator *ad hoc*: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 174, de 12 de maio de 2003, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

República Libanesa, celebrado em Beirute, em 4 de outubro de 2002.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional decorrente da Mensagem Presidencial, após exame, também, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 13 de maio de 2003 e o Projeto de Decreto Legislativo recebeu a chancela daquela Casa em 1º de dezembro de 2005, chegando ao Senado Federal no dia 2 de janeiro de 2006

Nesta Casa, a Proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006 e, na Comissão, ao Relator que subcreve este Parecer, no dia 27 de janeiro seguinte.

II – Análise

Cuida-se aqui de um extenso e detalhado acordo, composto de vinte e um artigos, que visa a disciplinar as regras para a cooperação bilateral entre Brasil e Líbano na prevenção do crime e na persecução penal. Acordos como este, principalmente bilaterais, têm sido adotados pelo Brasil e se destinam a compor um quadro de relacionamento internacional favorável à implantação de sistemas de cooperação para a repressão criminal, o que, nessa época de transnacionalização, representa a alternativa mais eficaz.

Na Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial, depreende-se bem esse caráter do acordo em análise, expresso no seguinte trecho:

O instrumento em apreço, que reflete a importância que vem adquirindo a cooperação judiciária no contexto internacional, privilegia a agilização da troca de informações, relativas à legislação e jurisprudência, em todo o processo penal que tenha por objeto infrações cuja repressão seja de competência das autoridades de ambos os países.

Ao designar os Ministérios das Justiças dos dois Estados como autoridades centrais para a atender as obrigações acordadas entre os Governos brasileiro e libanês, cria-se mecanismo que certamente facilitará o intercâmbio de informações entre as Partes, bem como a assistência recíproca em assuntos de natureza penal.

O escopo do tratado está bem resumido na Exposição Ministerial, devendo ser acrescido que se dispõe também sobre sua inaplicabilidade para casos de

delito político, ameaça a interesse público essencial da Parte Requerida, perseguição por raça, sexo, religião, nacionalidade ou opinião política e de conduta que não constituir delito na Parte Requerida.

É importante assinalar que o texto do Acordo contempla a proteção da confidencialidade das solicitações e o sigilo das informações não necessárias à investigação. Foi previsto, ademais, artigo específico que determina os procedimentos a serem seguidos por ambas as Partes quanto à localização, a imobilização, o confisco, a custódia e a transferência de produtos do crime.

O texto do Acordo em apreço estabelece ainda procedimentos de cooperação para obtenção de provas, entrega de atos processuais e de decisões judiciais e comparecimento de testemunhas, peritos e pessoas processadas.

Destaque-se que o Brasil mantém acordos de assistência judiciária em matéria penal com vários outros países (por exemplo, Colômbia, Estados Unidos, França, Itália e Peru) e que se encontram em tramitação acordos da mesma natureza com outros países. São tratados recentes, o que sinaliza uma tendência da diplomacia brasileira de se equipar com instrumentos de cooperação judiciária para o melhor enfrentamento dos delitos que se aproveitam dos refúgios fora das fronteiras nacionais.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, além de adequado do ponto de vista constitucional e regimental, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 2006

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Mão Santa** – **Jefferson Péres**, Relator **Ad Hoc** – **Serys Slhessarenko** – **Heráclito Fortes** – **Marco Maciel** – **Valdir Raupp** – **Eduardo Suplicy** – **Gerson Camata** – **José Agripino** – **Romeu Tuma** – **José Jorge** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Azeredo**.

PARECER Nº 234, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2006 (nº 1.299/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Interna-

cionais assinado em Buenos Aires, em 9 de dezembro de 2002.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 99, de 25 de março de 2003, submete ao Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2006 (PDC nº 1.299, de 2004, na origem), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina, para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais, assinado em Buenos Aires, 9 de dezembro de 2002.

O Acordo foi apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, tendo sido também objeto de exame pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Redação, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Também tramitou pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Seção Brasileira, conforme determina a Resolução da Mesa Diretora do Congresso Nacional nº 1/96.

Acompanha o ato internacional sob exame Exposição de Motivos do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, da qual cumpre destacar o que segue:

O documento insere-se no âmbito dos esforços dos dois países para incrementar a cooperação e a coordenação entre as respectivas Forças Armadas. Deverá servir de amparo institucional para diversas atividades na fronteira, onde se detectam cerca de 150 vôos clandestinos por mês.

Nessas condições, deverá constituir instrumento imprescindível para o combate às atividades ilegais, sobretudo de contrabando e narcotráfico. Sua relevância torna-se ainda maior face à deficiência na cobertura de sensoramento remoto na região fronteira (...), o que tende a estimular a ação ilegal.

Acordos semelhantes já foram firmados com o Paraguai, Colômbia e Peru, sendo desejável que venham a ser negociados com todos os demais países limítrofes.

II – Análise

O Acordo **sub examine** constitui ato de diplomacia bilateral, destinado à cooperação judiciária interestatal. Países com a economia mais desenvol-

vida do Mercosul, Brasil e Argentina possuem vasta região fronteiriça, interposta entre áreas densamente povoadas e que apresentam substanciais níveis de intercâmbio comercial. A par disso, sabe-se da existência de grande tráfico ilegal de substâncias ilícitas, como armamentos, munição e mercadorias clandestinas.

Como se depreende da Exposição de Motivos do Senhor Ministro das Relações Exteriores, a inexistência de sensoramento remoto e de equipamentos sofisticados de controle aéreo incentiva a utilização de aeronaves para fins da prática de crimes transnacionais. Tais atividades só podem ser eficazmente combatidas por intermédio da cooperação bilateral.

O ato internacional em tela corresponde a valioso instrumento de cooperação entre Estados, voltado à eficiente forma de combate ao crime organizado, especialmente insidioso por fomentar e alimentar a criminalidade interna, a exemplo do contrabando de armas e munições.

Constituído de sete artigos, o Acordo prevê o comprometimento dos países signatários no sentido de dar cobro ao tráfico de irregulares, prevendo o controle e a intensificação da fiscalização. A par disso, prevê programa de trabalho conjunto das Forças Aéreas das Partes Contratantes, designando como executores do Acordo os Estados Maiores das Aeronáuticas brasileira e argentina.

É importante que o Brasil intensifique sua atuação internacional, principalmente no âmbito regional e sub-regional, voltada à repressão e à prevenção de crimes transnacionais, com a adoção de mecanismos modernos e eficientes de inteligência e de cooperação judiciária.

Por derradeiro, cumpre enfatizar que o presente Acordo contribui para a aproximação e a integração do Brasil com seu vizinho platino, conforme estipula a Constituição brasileira, em seu art. 4º, parágrafo único.

III – Voto

Com base no exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 2006 (PDC nº 1.299, de 2004, na origem).

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Heráclito Fortes** – **Marco Maciel** – **Serys Slhessarenko** – **Mão Santa** – **Valdir Raupp** – **Gerson Camata** – **Eduardo Suplicy** – **Jefferson Peres** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Azeredo** – **José Agripino** – **José Jorge**.

PARECER Nº 235, DE 2996

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2006 (nº 1.379/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Trabalho Remunerado para Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas, Escritórios Consulares e Representações Permanentes de Organizações Internacionais, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2006 (nº 01379, de 2004, na Câmara dos Deputados), que resulta da Mensagem nº 272, de 2004, enviada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VII, da Constituição. Acompanha a referida Mensagem a Exposição de Motivos nº 00098, de 16 de abril de 2004, assinada eletronicamente pelo Ministro das Relações Exteriores.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, onde foi aprovada nos termos do Projeto de Decreto Legislativo em análise, em 25 de agosto de 2004. A proposição passou, ainda, pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde foi aprovada em 29 de março de 2005, e da Comissão de Trabalho, de e Serviço Público, que aprovou parecer favorável em 4 de maio de 2005. O referido ato internacional foi aprovado pelo Plenário da Câmara em 1º de dezembro de 2005.

Incluída na lista de prioridades da 5ª Sessão Legislativa da 52ª Legislatura (16 de novembro de 2005 a 14 de fevereiro de 2006), a Proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída a esse órgão colegiado em 18 de janeiro de 2006 e a este Relator em 27 de janeiro de 2006, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

Visa o ato internacional em tela permitir que os dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico de uma das Panes Signatárias, designado para exercer missão oficial na outra, como membro de Missão diplomática, Repartição consular ou Missão Permanente do Estado acreditado perante Organização Internacional sediada no Estado acreditado e por ele

reconhecida, sejam autorizados a exercer atividade remunerada no Estado acreditado, nas mesmas condições dos nacionais do referido Estado (Artigo 1º).

Segundo o Artigo 2º, são considerados dependentes: o cônjuge; filhos e filhas solteiros menores de 21 anos; filhos e filhas solteiros menores de 24 anos que estejam cursando estudos superiores em centros de ensino superior; e filhos e filhas solteiros dependentes economicamente de seus pais e com deficiências físicas ou mentais.

À luz do que dispõe o Artigo 3º, não haverá restrições sobre a natureza do emprego a ser desempenhado, exceto no que diz respeito àquelas profissões que requeiram qualificações especiais, ou naqueles casos em que, por razões de segurança nacional, possam exercer a atividade apenas nacionais do Estado acreditado.

Os Artigos 4º e 5º estipulam, respectivamente, que a Embaixada do Estado acreditante deverá comprovar, perante a Chancelaria do Estado acreditado, a situação de dependência do interessado, em relação ao funcionário do qual é dependente; e que o presente Acordo não implica o reconhecimento de títulos, graus ou estudos entre os dois países.

Os Artigos 6º e 7º dispõem sobre o regime de imunidades a vigorar para os dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidades de acordo com de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, especificando que não gozarão de imunidade civil e nem administrativa no que diz respeito às atividades relacionadas com seu emprego, sendo que o Estado acreditado considerará a possibilidade de renúncia à imunidade penal, a ser solicitada, por escrito, pelo Estado acreditante.

O Artigo 8º sujeita os dependentes que exerçam atividade remunerada no Estado acreditado à legislação aplicável naquele Estado em matéria tributária, trabalhista ou de segurança nacional.

O Artigo 9º contém dispositivo estabelecendo que a autorização para o exercício da atividade remunerada terminará no prazo de dois meses a partir da data em que cesse a condição de dependente do beneficiário da autorização, do término da missão do indivíduo de quem a pessoa em questão é dependente, ou da data em que deixe de vigor o Acordo em pauta.

II – Análise

O ato internacional em tela permite o acesso ao trabalho aos familiares dos agentes diplomáticos e consulares, bem como de outros agentes públicos que se encontrem em missão oficial em país estrangeiro, que, de outra maneira, ver-se-iam obrigados a interromper sua carreira profissional.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Brasil tem acordos semelhantes assinados com diversos outros países. Tais acordos refletem a tendência atual de extensão aos dependentes dos agentes das Missões oficiais a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

O Artigo 1º assegura ao trabalho do dependente nos Estados Signatários, condições equânimes com aquelas de que desfrutaram os nacionais do país onde se encontra, e o Artigo 9º estipula as condições nas quais cessará a autorização para o desempenho profissional.

III – Voto

Por todo o exposto, e visto que estão observadas a adequação legislativa e regimental, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2006 (nº 1379, de 2004, na Câmara dos Deputados), que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Trabalho Remunerado para Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular”, “Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas, Escritórios Consulares e Representações Permanentes de Organizações Internacionais, celebrado em Lima, em 10 de fevereiro de 2004”.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **Valdir Raupp** – **Mão Santa** – **Jefferson Péres** – **Romeu Tuma** – **Gerson Camata** – **Serys Slhessarenko** – **José Jorge** – **José Agripino** – **Eduardo Suplicy** – **Sérgio Zambiasi**

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;
.....

PARECER Nº 236, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2006 (nº 1.629/0 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o Texto do Tratado de Extradicação Entre a Re-

pública Federativa do Brasil e a República do Peru, celebrado em Lima, 25 de agosto de 2003.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 728, de 28 de outubro de 2004 submete ao Congresso Nacional o texto do Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional decorrente da Mensagem Presidencial, após exame, também, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A Mensagem Presidencial foi recebida pela Câmara dos Deputados em 4 de novembro de 2004 e o Projeto de Decreto Legislativo dela derivado recebeu a chancela daquela Casa em 1º de dezembro de 2005, chegando ao Senado Federal no dia 3 de janeiro de 2006.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006 e, na Comissão, ao Relator que subcreve este Parecer no dia 27 de janeiro seguinte.

II – Análise

Cuida-se aqui de um típico acordo de extradição, com todas as cláusulas pertinentes a este tipo de ato internacional, entre Brasil e Peru. Pela vontade expressada, os dois governos disciplinam o uso do instituto da extradição, que é um dos mais vetustos instrumentos do direito internacional público, autêntica expressão da colaboração inter-estatal para a persecução criminal.

Em verdade, o Tratado em tela visa a substituir o Acordo Bilateral vigente entre os dois países, assinado em 1919 e em vigor desde 1922. A Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores que acompanha a Mensagem Presidencial assim registra seu valor:

Trata-se de importante instrumento de cooperação jurídica entre o Brasil e o Peru, que permite tornar mais eficaz o combate ao crime e, em especial, ao crime organizado transnacional. Permitirá ele a agilização da cooperação jurídica entre os dois Estados signatários que, no que se refere à extradição, é ainda realizada com base na reciprocidade. Se bem mantenha a via diplomática para a tramitação de pedidos dessa natureza, o Acordo permite que os pedidos de prisão preventiva para fins de extradição sejam

encaminhados por intermédio da Organização Internacional da Polícia Criminal (Interpol) e, posteriormente, transmitidos pela via diplomática. O recurso ao canal Interpol confere rapidez, em benefício do combate ao crime.

O Tratado está lavrado em 33 artigos e contém as cláusulas clássicas do direito internacional público sobre o tema, tais como a proibição de extradição para crimes políticos, a necessidade de previsão do tipo penal na legislação do país solicitado, os impedimentos à concessão, as garantias do extraditando, os procedimentos para solicitação e entrega do extraditando e a autonomia das Partes para denegarem a concessão. A essas, se junta a novidade que é o credenciamento da Interpol para intermediar os pedidos, o que sem dúvida facilitará os procedimentos.

O estabelecimento sistemático de acordos de extradição com os países irmãos é tarefa essencial para a cooperação judiciária e a construção de instrumentos modernos para o combate ao crime no plano internacional. O Acordo em análise insere-se nessa iniciativa, atualiza o tratado já existente entre Brasil e Peru e conforma-se às novas demandas da sociedade e da jurisprudência sobre a matéria.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Tratado em análise, além de adequado do ponto de vista constitucional e regimental, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Gerson Camata**, Relator – **Eduardo Suplicy** – **Mão Santa** – **Jefferson Péres** – **Eduardo Azeredo** – **Romeu Tuma** – **Marco Maciel** – **Heráclito Fortes** – **Valdir Raupp**

PARECER Nº 237, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2006 (nº 1.837/2005, na Câmara dos Deputados que aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003.

Relator: Senador **Jefferson Péres**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do

Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 16 de dezembro de 2004, por intermédio da Mensagem do Poder Executivo nº 894, de 2004, tendo, naquela Casa, sido analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e pela então Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nesta Casa do Parlamento, este ato internacional foi encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 18 de janeiro do corrente ano.

Acompanha a Mensagem Presidencial Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, da qual se destaca o trecho que segue:

A cooperação ambiental entre Brasil e o Peru tem existido desde 1975, ao amparo do Acordo para a Conservação e Uso Sustentável da Fauna e Flora Silvestre dos Territórios Amazônicos, cujos termos se encontram desatualizados. Não obstante, ambos os países têm posições convergentes em relação às temáticas ambientais e têm procurado, ao longo dos anos, estabelecer novos projetos de cooperação e de coordenação.

(...) o novo acordo prevê uma colaboração técnica e tecnológica mais próximas entre as instituições encarregadas de velar pela conservação do meio ambiente e pelo aproveitamento sustentável da flora e fauna silvestres e oferece oportunidades inovadoras de trabalho conjunto para esse fim.

A ação integrada dos dois Estados está ainda destinada a controlar o acesso não autorizado aos componentes da biodiversidade de ambos os países.

II – Análise

Com vistas a melhorar o controle e a fiscalização dos ilícitos ambientais contra a conservação da flora e da fauna silvestres da região amazônica limítrofe entre Brasil e Peru, esses Países acordam promover, dentre outras ações de cooperação, programas conjuntos de pesquisa e desenvolvimento; de transferência de tecnologia; de intercâmbio de informações sobre diretrizes, programas, textos legais relativos à conservação e ao uso sustentável da fauna e da flora silvestres dos

respectivos territórios amazônicos; o compartilhamento de informações e promoção da capacitação relevante sobre atividades ilegais que atentem contra a conservação e o uso sustentável da flora e da fauna silvestres; o incentivo de trabalhos de pesquisa científica que propiciem a conservação e o uso sustentável da flora e da fauna silvestres no Peru e no Brasil, bem como a identificação dos principais problemas que afetam os respectivos ecossistemas amazônicos; a promoção do intercâmbio fluído de informações e a capacitação de técnicos e especialistas no manejo dos recursos da fauna e da flora silvestres, por meio de cursos, visitas e reuniões científicas e tecnológicas; e a realização de reuniões periódicas de coordenação técnica.

A divulgação do resultado das pesquisas deslançadas pelos Países com os propósitos supramencionados e a conscientização da sociedade sobre a importância da conservação dos recursos amazônicos também figuram como objetivos da cooperação em tela, que enseja o início dos contatos bilaterais para a criação e manutenção de áreas naturais protegidas adjacentes à fronteira comum destinadas à conservação da flora e da fauna silvestres.

A fronteira amazônica é um local extremamente vulnerável à depredação da fauna e da flora e à comissão de ilícitos ambientais e ao narcotráfico, os quais também ameaçam a sobrevivência das tribos que vivem isoladas na região.

O Acordo em tela foi pensado em razão do arrefecimento das tensões naquela região, significando o primeiro passo para a futura implementação de um parque binacional, medida que garantiria ainda mais a conservação ambiental e a preeminência do Estado de Direito.

Decerto, para cobrir os propósitos que lhe são íncitos, o Acordo deverá ser complementado com medidas de natureza ostensiva, com o trabalho de proteção aos indígenas e com programas de manejo sustentável de ecossistemas florestais e de manejo extensivo de animais silvestres para fins comerciais. Todavia, representa o primeiro e necessário passo para o logro desses propósitos.

III – Voto

Por tudo quanto explicitado, por julgá-lo oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Jefferson Péres**, Relator – **Eduardo Azeredo** – **Marco Maciel** – **Valdir Raupp** – **Heráclito Fortes** – **Mão Santa** – **Gerson Camata** – **Romeu Tuma** – **José Jorge** – **José Agripino** – **Serys Slhessarenko** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Suplicy**.

PARECER Nº 238, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2006 (nº 1.491/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia de Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Brasília em 25 de julho de 2000.

Relator: Senador **José Jorge**

Relator **ad hoc**: Senador **Mão Santa**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 820, de 6 de agosto de 2001, submete ao Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2006 (PDC nº 1.491, de 2001, na origem), que Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, de Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Brasília, em 25 de julho de 2000.

O Acordo foi apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, tendo sido objeto de exame, ainda, pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, e de Economia, Indústria e Comércio.

Acompanha o ato internacional sob exame, exposição de motivos do excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, da qual cumpre destacar o que segue:

O Acordo tem por objetivo desenvolver e aprofundar as relações entre Brasil e Romênia no campo do turismo, mediante o encorajamento do intercâmbio turístico entre os dois países, bem como por intermédio da troca de informações sobre as respectivas legislações e regulamentos. O Acordo deverá, ainda, estimular e facilitar o intercâmbio entre representantes de agentes de viagem, de associações profissionais e de empresas, com o intuito de incrementar as relações comerciais e o fluxo de turistas para o Brasil e para a Romênia.

O Instituto Brasileiro de Turismo do Ministério do Esporte e Turismo participou das negociações e aprovou o texto final do Acordo.

II – Análise

Ato internacional de diplomacia bilateral, o Acordo sob exame destina-se à cooperação dos países signatários com o intuito de incrementar o fluxo turís-

tico recíproco. E de todo sabido ser o Brasil país com imenso potencial na área do turismo interno, sendo, ao mesmo tempo, provedor do mercado internacional, tendo em vista o grande número de brasileiros que, a cada ano, e sempre em maior número, viajam para países estrangeiros.

A Romênia constitui destino turístico pouco explorado pelos brasileiros, não obstante suas imensas riquezas culturais, folclóricas e gastronômicas, que compõem os insumos basilares da grande indústria do turismo. Neo-país comunitário europeu, com a recente adesão ao Tratado de Roma, de 25 de março de 1957, o qual criou as Comunidades Européias, a Romênia se projeta como nação de prodigioso futuro, como parceiro irrenunciável a países como o Brasil, que buscam maior e melhor inserção internacional.

Versado em doze artigos, o Acordo possui caráter instrumental, de cooperação e de aproximação turística entre os dois países, à medida que prevê intercâmbio de informações e de material de divulgação, além de agilização documental no fornecimento de vistos. Pretende, ainda, encorajar visitas recíprocas de jornalistas, editores de rádio e TV, e repórteres da área do turismo, como previsto nos termos de seu artigo 5º.

Vale ressaltar que, conforme a exposição de motivos do Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, o Instituto Brasileiro de Turismo do Ministério do Esporte e Turismo participou das negociações conducentes ao texto final do Acordo, o que, certamente, contribui para seu caráter prático.

III – Voto

Com base no exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2006 (PDC nº 1.491, de 2001, na origem), que Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia, de Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em Brasília, em 25 de julho de 2000.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Rober-to Saturnino**, Presidente – **José Jorge –Valdir Raupp – Marco Maciel – Eduardo Azeredo – Jefferson Péres – Mão Santa**, Relator **Ad Hoc** – **Serys Slhessarenko – José Agripino – Romeu Tuma – Sérgio Zambiasi – Gerson Camata – Eduardo Suplicy**.

PARECER Nº 239, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2006 (nº 1.696/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o

texto da Emenda do Artigo XIII da Convenção Constitutiva da União Latina.Relator: Senador **Mão Santa****I – Relatório**

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 1.081, de 7 de agosto de 2000, submete ao Congresso Nacional o texto da Emenda do Artigo XIII da Convenção Constitutiva da União Latina.

A Emenda foi inicialmente apreciada pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem Presidencial, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após exame, também, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 9 de agosto de 2000 e o Projeto de Decreto Legislativo decorrente foi aprovado naquela Casa em 8 de dezembro de 2005, chegando ao Senado Federal no dia 3 de janeiro de 2006.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006 e, na Comissão, a este Relator, no dia 27 de janeiro seguinte.

II – Análise

Cuida-se aqui de uma singela, porém, expressiva alteração na Convenção Constitutiva da União Latina, da qual o Brasil é parte desde 1972, apesar de ter sido firmada em 1954, em Madrid.

Em razão de se viver naquela época, pelo menos parcialmente, o colonialismo na África e na Ásia, as nações daqueles continentes, mesmo de origem institucional européia, não possuíam autonomia para aderir a tratados e comunidades internacionais.

Assim, a União Latina espelhou aquela situação histórica e sua composição ficou circunscrita aos países europeus e americanos de origem latina. Ademais, a cláusula sobre reforma da Convenção de 1954, que é o caminho para sua atualização, estipula que qualquer alteração ao Texto terá que passar pelo procedimento de ratificação de cada Estado Parte, assim como foi feito com o texto principal da Convenção. Dessarte, para a necessária modificação que se pretende, possibilitando a adesão dos Estados africanos e asiáticos, tornou-se necessária a Emenda em apreço, que foi negociada e firmada pelo Brasil e pelos demais membros da União Latina.

Esse caráter da necessidade institucional da Emenda está bem demonstrada na Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações Exteriores,

que acompanha a Mensagem Presidencial, no seguinte trecho:

Pelo Artigo XIII da Convenção, essa Emenda deverá ser ratificada pelos Estados Membros antes de entrar em vigor. O novo texto visa adequar a União Latina às modificações ocorridas em sua composição desde a sua fundação, com a inclusão de países africanos e asiáticos de colonização latina. Essa alteração contribuirá significativamente para o fortalecimento político e institucional daquela Organização.

Portanto, resulta sobremaneira adequada a Emenda, pela sua necessidade para o aperfeiçoamento político da Entidade, assim também quanto ao preenchimento dos requisitos formais e estabelecidos no próprio regime da Convenção para sua reforma.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação da Emenda em análise, além de adequado do ponto de vista constitucional e regimental, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Mão Santa**, Relator – **Valdir Raupp** – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **Jefferson Péres** – **Serys Slhessarenko** – **Romeu Tuma** – **José Agripino** – **José Jorge** – **Gerson Camata** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Suplicy**.

PARECER Nº 240, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2006 (nº 1.839/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, no Campo da Luta contra o Crime Organizado, celebrado em Brasília, em 21 de agosto de 2001.

Relator: Senador **José Jorge**Relator *ad hoc* Senador **Valdir Raupp****I – Relatório**

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 1.104 de 22 de outubro de 2001, submete ao Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2006 (PDC nº 1.839, de 2002, na origem), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do

Panamá, no Campo da Luta Contra o Crime Organizado, celebrado em Brasília, em 21 de agosto de 2001.

O Acordo foi apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, tendo sido também objeto de exame pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Acompanha o ato internacional sob exame, exposição de motivos do excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, da qual cumpre destacar o que segue:

Em consonância com a estratégia governamental de combater o crime organizado internacional, especialmente o terrorismo e o tráfico ilícito de drogas e crimes conexos, o documento segue as recomendações da Convenção das Nações Unidas contra o crime transnacional, celebrado em Palermo, Itália, em 15 de dezembro de 2000, além de outros instrumentos jurídicos internacionais.

O Acordo visa à criação de canais institucionais de cooperação bilateral no combate ao crime organizado em suas variadas formas. O texto final do Acordo incorporou relevantes contribuições do ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Polícia Federal.

II – Análise

Ato internacional bilateral voltado para a cooperação judiciária interestatal, o presente Acordo firmado com a República do Panamá é de grande interesse e conveniência aos interesses nacionais, buscando otimizar os meios estatais de combate ao crime organizado, a cada dia mais sofisticado e insidioso.

Voltado ao combate ao terrorismo e ao tráfico de drogas, o Acordo, no entanto, poderá, pela aproximação e cooperação dos Estados, incidir decisivamente contra a lavagem de dinheiro, sempre corolário dos crimes transnacionais em todas as suas nuances.

Versado em sete artigos, o Acordo possui caráter instrumental, com a criação de canais institucionais de cooperação bilateral, como preconiza a melhor estratégia governamental de combate ao crime.

É importante que o Brasil intensifique sua atuação internacional, principalmente no âmbito regional e sub-regional, voltada à repressão e à prevenção de crimes transnacionais, com a adoção de mecanismos modernos e eficientes de inteligência e informação policial.

Vale salientar que, conforme a exposição de motivos do Excelentíssimo Sr. Ministro das Relações Exteriores, o Departamento de Polícia Federal forneceu valiosos subsídios para a elaboração do Acordo,

o que deveria sempre ocorrer quando o objeto do ato internacional bi ou multilateral fosse vinculado às atividades policiais.

III – Voto

Com base no exposto, por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, e versado em boa técnica legislativa, somos pela aprovação Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2006 (PDC nº 1.839, de 2002, na origem), que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá, no Campo da Luta Contra o Crime Organizado, celebrado em Brasília, em 21 de agosto de 2001.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **José Jorge – Eduardo Azeredo – Marco Maciel – Jefferson Péres – Mão Santa – Valdir Raupp**, Relator **Ad Hoc** – **Serys Shesarenko – José Agripino – Romeu Tuma – Sérgio Zambiasi – Eduardo Suplicy**.

PARECER Nº 241, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2006 (nº 302/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000.

Relator: Senador **Wellington Salgado de Oliveira**

Relator **ad hoc**: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2006 (nº 302, de 2003, na Câmara dos Deputados), que resulta da Mensagem nº 142, de 16 de fevereiro de 2001, enviada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VII, da Constituição. Acompanha a referida Mensagem a Exposição de Motivos nº 3, de 3 de janeiro de 2001, assinada pelo então Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, onde foi aprovada nos termos do Projeto de Decreto Legislativo em análise, em 12 de junho de 2003. A proposição passou, ainda, pelo crivo

da Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania, onde foi aprovada em 6 de novembro de 2003; e da recém criada Comissão de Turismo e Desporto que, em substituição à Comissão de Economia, Indústria e Comércio, passou a deliberar sobre as matérias relativas ao turismo. Seu parecer favorável foi emitido em 13 de novembro de 2003. O diploma internacional em apreço foi aprovado pelo Plenário da Câmara em 8 de dezembro de 2005.

Incluída na lista de prioridades da 5a Sessão Legislativa da 52a Legislatura (16 de novembro de 2005 a 14 de fevereiro de 2006), a Proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída a esse órgão colegiado em 18 de janeiro de 2006 e a este Relator em 27 de janeiro seguinte, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

O ato internacional em tela visa a fomentar o desenvolvimento das relações turísticas entre o Brasil e a Estônia, permitindo a ampliação do intercâmbio de turistas e um melhor conhecimento recíproco entre os povos dos respectivos países.

Nesse intuito, as Partes decidem esforçarem-se para facilitar as formalidades de viagem entre seus países, observadas suas leis e regulamentos, incentivando, ademais, a cooperação entre suas agências de viagens, organizações e empresas interessadas no setor de turismo.

Os países signatários decidem, ainda, encorajar a promoção turística recíproca mediante a troca de informações, publicidade e outros materiais promocionais, e por meio da participação em exposições, feiras e outros eventos na área do turismo, no território da outra Parte.

Outros mecanismos adotados pelo ato internacional em pauta para fomentar as relações turísticas entre as Partes, consistem na troca de experiências e conhecimentos nas áreas do planejamento e do financiamento do turismo; do desenvolvimento e preservação de suas infra-estruturas de turismo; troca de documentação na área de treinamento de pessoal em hotelaria bem como prestação de assistência mútua com vistas ao treinamento deste pessoal; e a cooperação entre suas autoridades governamentais de turismo.

Por fim, os países signatários estabeleceram prazo de validade do Acordo de 5 (cinco) anos, que serão automaticamente prorrogado 4 períodos sucessivos de cinco anos, salvo quando denunciado por uma das Partes.

II – Análise

Assinado por ocasião da visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Estônia, Sr. Toomas Hendrik Ilves, o ato internacional em apreço pretende

estabelecer mecanismos para ampliar e desenvolver as relações turísticas entre o Brasil e a Estônia, contribuindo, assim, para a melhoria do entendimento mútuo entre seus povos.

Segundo informa a Exposição de Motivos que acompanha o texto do Acordo sob exame que a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR – participou ativamente da negociação e aprovou o texto do Acordo, que contempla o desenvolvimento de cooperação entre as autoridades governamentais do Brasil e Estônia no setor de turismo.

No Parecer aprovado pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, que apreciou em detalhe o mérito da matéria, o Relator, o Excelentíssimo Deputado Daniel Almeida, assinala que:

A Estônia tem uma das economias mais resilientes dentre todas as ex-repúblicas soviéticas, tendo sido bem sucedida na introdução de uma moeda própria e na estabilização dos preços.

Prossegue, ressaltando que o PIB estoniano acumulou um crescimento de 21% entre 1999 e 2001, e que a Estônia apresenta um dos maiores números de conexões à Internet *per capita* na Europa, superando o Reino Unido, a Alemanha e a França.

É de se destacar, também, o recente ingresso da Estônia na União Européia, em 1º de maio de 2004, o que a incorpora definitivamente aos padrões europeus ocidentais, contribuindo, ademais, para a sua estabilidade política e econômica.

III – Voto

Por todo o exposto e visto que estão observadas a adequação legislativa e regimental, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Valdir Raupp** – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **Mão Santa** – **Serys Shessarenko** – **Romeu Tuma** – **Eduardo Suplicy** – **Gerson Camata**, Relator *ad hoc* – **José Agripino** – **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;
.....

PARECER Nº 242, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2006 (nº 744/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação no Campo de Proteção de Plantas, celebrado em 9 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

Relator **ad hoc**: Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 27, de 2006, visa à ratificação, pelo Brasil, do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre cooperação no campo de proteção de plantas, celebrado em 9 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu – PR.

O artigo 84 da Constituição Federal estabelece, entre as Atribuições do Presidente da República, que lhe compete privativamente: VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

Complementarmente, para que o Acordo seja ratificado pelo Brasil, deve ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, por meio de Decreto Legislativo. Conforme o artigo 49 da Carta Magna (Capítulo I, seção II, sobre atribuições do Congresso Nacional) é da competência exclusiva do Congresso Nacional: I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Enviado pelo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional, foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal. No Senado Federal, o PDS nº 27, de 2006 (PDC nº 744, de 2003, na origem), foi encaminhado a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para emitir Parecer.

De acordo com o texto do Tratado, são órgãos responsáveis por sua implementação os Ministérios da Agricultura de ambos os países, os quais se comprometem a:

- 1) realizar troca de informações relativas aos regulamentos vigentes;
- 2) apoiar o intercâmbio de especialistas e publicações;
- 3) prestar ajuda científica e técnica mútua.

O Acordo prevê ainda que, caso seja constatada a presença de organismos nocivos ou a violação de normas fitossanitárias, os órgãos responsáveis deverão informar-se mutuamente sobre o fato.

II – Análise

Acordos fitossanitários bilaterais como este sob análise, celebrado com a República da Polônia, têm por finalidade a proteção do território dos países signatários contra a propagação de doenças, parasitas vegetais e ervas daninhas. O Brasil já possui acordos fitossanitários similares firmados com Austrália, Chile, China, Índia, Nova Zelândia, República Tcheca e Venezuela, além de outros tratados multilaterais.

Com relação aos acordos multilaterais, o Brasil é signatário do Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS), junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), e da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais (CIPV), no âmbito da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

O Acordo em questão está, portanto, em sintonia com a política que vem sendo adotada pelo País, de celebrar tratados internacionais com vistas à proteção contra patologias vegetais. Ademais, o presente Acordo se coaduna com as condutas internacionalmente aceitas.

Por essas razões, consideramos como altamente positivo o Acordo celebrado com a República da Polônia, pelo qual somos favoráveis à sua ratificação.

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Azeredo** – **Eduardo Suplicy** – **Mão Santa** – **Romeu Tuma** – **Sery Slhessarenko** – **José Jorge** – **José Agripino** – **Marco Maciel**, Relator **ad hoc** – **Valdir Raupp** – **Sérgio Zambiasi** – **Gerson Camata**.

PARECER Nº 243, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2006 (nº 821/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos da Convenção nº 167 e da Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988; pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Relator: Senador **José Agripino**

Relator **ad hoc** Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 307, de 4 de julho de 2003, submete ao Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2006 (PDC nº 821, de 2003, na origem), que aprova os textos da Convenção nº 167 e da Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988, pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

O Acordo foi apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem. Seu texto foi formulado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional daquela Casa, após a proposição haver tramitado, também, nas Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Ato internacional peculiar pela sua forma de adoção, as Convenções da OIT não decorrem propriamente da negociação bi ou multilateral entre Estados. São, de fato, fruto de deliberação em assembléia, no âmbito da OIT, em Genebra, onde devem ser aprovadas por maioria qualificada. Cabe, então, aos Estados proverem a incorporação das Convenções em seus ordenamentos jurídicos internos, conforme os termos do art. 19 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

II – Análise

A Convenção nº 167 e a Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988, pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, são de grande importância para o Brasil, dizendo respeito a direitos de expressivo contingente de trabalhadores que se ocupam da construção civil.

Embora a legislação nacional brasileira contemple adequadamente a tutela laboral, mormente em questões de salubridade e segurança do trabalho, é de boa técnica ratificar-se a produção normativa da OIT, para efeitos de incorporação ao ordenamento jurídico nacional. Vale salientar que só as Convenções devem ser objeto de ratificação, o mesmo não ocorrendo necessariamente com as Recomendações, que possuem natureza meramente exortatória e indicativa às legislações nacionais, como o próprio nome sugere.

Vale salientar que, aprovada em 1988, somente agora a norma em tela é objeto de ratificação, o que ordinariamente não deveria ocorrer, sobretudo porque ela não discrepa da Consolidação das Leis do Traba-

lho (CLT), no que concerne à proteção e à medicina do trabalho. É importante que o Brasil esteja atento à necessidade de prontamente se adequar às leis internacionais, haja vista a tradição democrática e de respeito ao direito internacional que possuímos.

Nada havendo que possa obstar a plena incorporação da Convenção nº 176 da OIT ao direito brasileiro, quer no plano formal, quer no plano material, vale por derradeiro, tão somente, destacar a sua importância e o seu significado político, de tutela dos direitos trabalhistas.

III – Voto

Com base no exposto, considerando serem convenientes e oportunas aos interesses do País as normas sob exame, além de constitucionais e legais, e versadas em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2006 (PDC nº 821, de 2003, na origem), que aprova os textos da Convenção nº 167 e dá Recomendação nº 175 da Organização Internacional do Trabalho sobre a Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988, pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **José Agripino** – **Eduardo Suplicy** – **Valdir Raupp** – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **Mão Santa** – **José Jorge** – **Serys Silesarenko** – **Gerson Camata**, Relator **Ad Hoc** – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 244, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2006 (nº 1.326/0 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica, celebrado em Atenas, em 27 de março de 2003.

Relator: Senador **Ney Suassuna**

Relator **ad hoc**: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 121, de 16 de março de 2004, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Helênica, assinado em Atenas, em 27 de março de 2003.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, foi distribuído, também, para as Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, que o aprovou em 9 de março de 2005; e de Educação e Cultura, cujo parecer pela aprovação foi emitido em 24 de maio do mesmo ano. A matéria foi aprovada pelo Plenário daquela Casa em 8 de dezembro de 2005.

No Senado Federal, a Proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006 e na Comissão, a este Relator, em 24 do mesmo mês.

Trata-se de acordo genérico entre o Brasil e a República Helênica, cujo objetivo é o de fortalecer e estreitar as relações culturais entre os dois países, por meio do intercâmbio de experiências nos campos da cultura e da educação. Cria, para esse fim, mecanismos voltados para a implementação dessa cooperação.

No que tange à área da cultura, o Acordo estabelece que as Partes devam encorajar iniciativas visando a organização de exposições e de outros eventos culturais e a apresentação de trabalhos de arte, bem como a apresentação de trabalhos de literatura do outro país, incluindo traduções; outras iniciativas deverão ser estimuladas, como a participação de representantes das partes em conferências internacionais, festivais, etc; o desenvolvimento de contatos entre associações de artistas e escritores de ambos os países e o intercâmbio de peritos em várias áreas culturais; o intercâmbio de grupos teatrais, musicais, de dança, artísticos e folclóricos; o intercâmbio de informação, de experiência e de visitas de peritos nas áreas de museologia e conservação e proteção da herança cultural. O texto do Acordo prevê, ainda, a cooperação na área de bibliotecas e arquivos públicos.

No tocante ao campo educacional, o Acordo estabelece que as Partes de verão encorajar a cooperação entre as instituições de ensino superior dos dois países; encorajar e facilitar o ensino da língua, história, literatura, e outros aspectos da cultura do outro país; encorajar o intercâmbio entre professores e pesquisadores de instituições de ensino superior dos dois países; convidar representantes de uma das Partes para a participação em eventos voltados para a esfera educacional promovidas pela outra Parte; encorajar o intercâmbio de estudantes em cursos de graduação e pós-graduação, de informação e experiência em todos os níveis da educação,

e a criação de instituições culturais do outro país em seu território.

A cooperação deverá abranger, também, as organizações de rádio e televisão; o esporte e a educação física; e organizações voltadas para a juventude.

O Artigo 9 prevê a elaboração de programas concretos de cooperação, válidos para períodos específicos e que deverão incluir as condições organizacionais e financeiras para sua execução. Estipula, ademais, a convocação de comitês comuns pelas Partes, que procederão ao exame e à aprovação dos referidos programas.

II – Análise

A Exposição de Motivos nº 42, de 20 de fevereiro de 2004, do Ministro das Relações Exteriores, que acompanha a Mensagem Presidencial, ressalta que o ato internacional em apreço

(...) significou a concretização de um antigo desejo de aproximação compartilhado por ambos os países, a partir do reconhecimento de que aos respectivos Governos convinha regulamentar e incrementar o intercâmbio e a cooperação nas áreas cultural e educacional. O Acordo, assim, tem por objetivo precípuo contribuir para o melhor conhecimento recíproco ao incentivar a realização de atividades culturais e educacionais nos dois países.

Os traços culturais consistem naquilo que cada sociedade tem de mais profundo e o que determina os seus hábitos e características distintivas. A valorização e o respeito pela diversidade entre as várias culturas constitui importante passo para a formação de cidadãos capazes de conviver harmoniosamente em um mundo globalizado.

Revestem-se, portanto, de inegável mérito os vários tipos de intercâmbio, previstos pelo Acordo, a se realizarem entre Brasil e Grécia nas áreas educacional e cultural, ensejando o tão necessário conhecimento mútuo entre os povos destes dois países.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a aprovação do Acordo em análise, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **José Jorge** – **Eduardo Azeredo** – **Valdir Raupp**, Relator Ad Hoc – **Mão Santa** – **Gerson Camata** – **Romeu Tuma** – **Marco Maciel** – **Serys Slhessarenko** – **José Agripino** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Suplicy**.

PARECER Nº 245, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2006 (nº 1.378/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em 4 de dezembro de 2003, em Beirute.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

Relator **Ad Hoc** Senador **Marco Maciel**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 182, de 19 de abril de 2004, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação no Campo do Turismo, celebrado em 4 de dezembro de 2003, em Beirute.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, acatando os pareceres da Comissão de Turismo e Desporto, pela aprovação da matéria, e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006, não tendo recebido emendas.

II – Análise

Cuida-se aqui de um acordo de cooperação na área de turismo entre o Brasil e o Líbano, que tem por objetivo incrementar as relações bilaterais entre os dois países, mediante a adoção das seguintes medidas, entre outras:

- as partes incentivarão o desenvolvimento da cooperação entre autoridades de turismo, organizações e empresas e promoverão o investimento no setor turístico de ambos os países;

- as partes envidarão esforços para simplificar os procedimentos de emissão de vistos e demais formalidades para o incremento do intercâmbio turístico entre os dois países;

- as partes incentivarão o desenvolvimento do intercâmbio de turistas e excursões de grupos, com o objetivo de participar de eventos esportivos e musicais, festivais de teatro,

exibições, simpósios e congressos realizados na área de turismo; e

- as partes incentivarão a troca de estatísticas e informações no campo do turismo, inclusive sobre legislação e regulamentação da atividade, legislação sobre a proteção e preservação de riquezas naturais e culturais.

O Acordo prevê, ainda, a criação de um Grupo de Trabalho Conjunto sobre turismo, cuja atribuição será a de implementar o Acordo e de elaborar propostas e programas com o objetivo de desenvolver a cooperação bilateral entre os dois países.

O Acordo, celebrado por ocasião da visita oficial do Presidente da República, Senhor Luís Inácio Lula da Silva, à República do Líbano, constitui um importante instrumento de cooperação bilateral entre os dois países.

Ademais, como bem salienta o parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a aproximação do Brasil com o Líbano pode ser importante à medida em que esse país poderá se constituir em uma porta de entrada para o oriente médio, servindo ao fortalecimento da presença brasileira no mundo árabe. Nesse sentido, maiores contatos e um maior conhecimento recíproco entre nossos povos podem ser deflagrados e alavancados pela intensificação do turismo bilateral, na esteira das práticas e procedimentos previstos pelo acordo.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, concluímos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Azeredo** – **Valdir Raupp** – **Marco Maciel**, Relator **Ad Hoc** – **Eduardo Suplicy** – **Mão Santa** – **Romeu Tuma** – **Serys Silesarenko** – **José Jorge** – **José Agripino** – **Gerson Camata** – **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 246, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2006 (nº 1.627/ 2005, na Câmara que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Arca de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Deli em 25 de janeiro de 2004.

Relator: Senador **Wellington Salgado de Oliveira**

Relator **ad hoc** Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 621, de 22 de setembro de 2004, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, celebrado em Nova Deli, em 25 de janeiro de 2004.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após ser distribuído, também, às comissões de Constituição e Justiça e Cidadania e de Turismo e Desporto. A Mensagem Presidencial foi recebida pela Câmara dos Deputados em 24 de setembro de 2004, e o Projeto de Decreto Legislativo derivado da Mensagem aprovado em 8 de dezembro de 2005, chegando ao Senado Federal no dia 3 de janeiro de 2006.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 18 de janeiro de 2006 e, na Comissão, ao Relator signatário, em 27 de janeiro de 2006, após cumprir prazo regimental sem ter recebido emendas.

II – Análise

Cuida-se de acordo de cooperação na área de turismo celebrado entre o Brasil e a Índia com o objetivo de incrementar as relações bilaterais nessa área, contemplando estratégias para incentivar o fluxo turístico em ambas as direções, baseadas na troca de informações e legislações sobre o assunto e assegurando que as organizações turísticas respeitem a realidade cultural, histórica e social de cada país.

O Acordo está lavrado em sete artigos, desdobrados em diversos parágrafos cada um. Nele se prevê que as Partes promoverão o intercâmbio de informações sobre planejamento, programas de estudo, sistemas de treinamento para professores e instrutores em assuntos técnicos, especialmente em gerenciamento e operações na área de hotelaria.

O instrumento estabelece que as Partes estimulem alunos e professores de turismo a aproveitar as oportunidades de bolsas de estudo oferecidas por instituições de ensino e treinamento do outro país.

As Partes reafirmam seu comprometimento com as recomendações da Organização Mundial do Turismo e acordam trocar informações e resultados de pesquisas e projetos realizados no âmbito do programa “Combate à Exploração do Turismo Sexual”, tendo por base a “Declaração de São Vicente para a proteção dos menores contra a exploração pelo turismo sexual”, firmada na Itália, em abril de 1995.

O Acordo, por fim, estabelece um fórum bilateral para discussão dos assuntos pertinentes ao turismo e à sua indústria e, nos dispositivos finais, determina que entrará em vigor por meio da troca de notas entre as chancelarias.

Pela análise do Tratado, dois pontos merecem ser destacados. Em primeiro lugar, a excelente técnica normativa empregada, que, a par de abordar todos os temas pertinentes à cooperação almejada, resguarda no mais alto grau, os interesses nacionais dos dois países, o que não seria de surpreender, tratando-se de dois países do porte de Brasil e Índia.

Em segundo, cumpre assinalar que o presente Tratado é mais um pequeno passo na direção da cooperação Sul-Sul que o Brasil vem priorizando e aprofundando na administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estratégia na qual Índia, África do Sul e China desempenham papel fundamental.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, concluo este Parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Suplicy** – **Romeu Tuma** – **Marco Maciel** – **Mão Santa** – **Serys Silesarenko** – **Valdir Raupp** – **José Agripino** – **Eduardo Azeredo** – **José Jorge** – **Gerson Camata**, Relator **Ad Hoc** – **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 247, DE 2006

Da Comissão de Relações exteriores e Defesas Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2006 nº 1.654/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Brasília, em 5 de outubro de 2004.

Relator: Senador **Ney Suassuna**

Relator: **ad hoc** Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Esta Comissão é chamada a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Brasília, em 5 de outubro de 2004.

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, concorrente com o art. 84, inciso VIII, todos da Constituição Federal, o texto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 3 de fevereiro de 2005, por intermédio da Mensagem do

Poder Executivo nº 56, de 2005, tendo sido analisado e aprovado pelas Comissões de Relações Exteriores; de Educação e Cultura; e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa.

Nesta Casa do Parlamento, este ato internacional foi encaminhado, até o momento, apenas à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 18 de janeiro do corrente ano.

Acompanha a Mensagem Presidencial Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O Acordo tem como objetivos, destacáveis de seu Artigo 2, a cooperação educacional em nível superior; a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores; o intercâmbio de informações e experiências no campo educacional; o estabelecimento de mecanismos de cooperação e troca de experiências na área do ensino à distância; o estabelecimento de mecanismos de cooperação na área do ensino técnico-profissionalizante; o fortalecimento da cooperação entre equipes universitárias de pesquisa; e o incremento da produção científica.

Para alcançá-los, as Partes se comprometem a promover intercâmbio de missões de docentes e de pesquisadores, de dirigentes e de estudantes; o intercâmbio de docentes e pesquisadores para a realização de cursos de pós-graduação em instituições de ensino superior; o intercâmbio de técnicos, especialistas e dirigentes com a finalidade de aprofundar o conhecimento recíproco dos respectivos sistemas de ensino fundamental, médio e profissional, programas e métodos didáticos; intercâmbio ou elaboração conjunta de materiais educativos e de informações, sobre metodologias, resultados e avaliações; intercâmbio de alunos e professores por meio de convênios entre instituições de ensino médio e profissional; intercâmbio de discentes de ensino superior nas diferentes áreas do conhecimento; apoio técnico e assessoria em projetos de treinamento e especialização de professores; elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisa em áreas a serem posteriormente acordadas; e troca de documentação e publicação dos resultados das pesquisas realizadas conjuntamente.

Malgrado a diretriz de estabelecer o máximo de facilidades ao intercâmbio pretendido, o reconhecimento dos estudos de nível fundamental e médio e o reconhecimento ou revalidação de diplomas e títulos acadêmicos seguem sujeitos às leis e normativas pátrias.

II – Análise

O Acordo é genérico e pavimenta o adensamento das então incipientes relações Brasil – Barbados.

Versa sobre a cooperação educacional e interuniversitária bilateral, não sendo, neste tocante, original em relação aos Acordos semelhantes do qual o Brasil é Parte e não trazendo conteúdo controverso ou em aparente desacordo com as normas pátrias atinentes.

III – Voto

Por tudo quanto explicitado, por julgá-lo oportuno e conveniente, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2006.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Eduardo Suplicy** – **Valdir Raupp**, Relator *ad hoc* – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **José Jorge** – **Mão Santa** – **Serys Silhesarenko** – **Gerson Camata** – **Romeu Tuma** – **José Agripino** – **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

.....
Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....
VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
.....

PARECER Nº 248, DE 2006

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2006 (nº 1.737/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda, assinada na Cidade do México, em 25 de setembro de 2003.

Relator: Senador **Mão Santa**

I – Relatório

Essa Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2006 (PDC nº 1.737, de 2005, na origem), que aprova o texto da Convenção entre os Governos da República Federativa do Brasil e dos Estados Unidos Mexicanos Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal

em Relação do Impostos sobre a Renda, assinada na Cidade do México, 25 de setembro de 2003.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Aprovada por todos os órgãos colegiados supramencionados, foi a matéria a Plenário, onde foi aprovada em 19 de janeiro de 2006, e enviada ao Senado Federal.

II – Análise

Segundo a Exposição de Motivos encaminhada ao Presidente da República pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, o principal objetivo da Convenção em exame é o de fixar regras precisas no que se refere ao recolhimento do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas residentes em um dos países ou em ambos.

O Artigo 1º define o âmbito de aplicação da Convenção. São abrangidas as pessoas residentes, de um ou de ambos os Estados Contratantes, conforme definição contida no inciso I do Artigo 4º, segundo a qual a expressão “residente de um Estado Contratante” significa qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, esteja sujeita a tributação em razão de seu domicílio ou residência, de sua sede de direção, lugar de constituição ou qualquer outro critério de natureza similar.

Os impostos objeto da Convenção são, no caso do Brasil, o imposto federal sobre a renda e no caso do México, o imposto federal sobre a renda. A Convenção aplica-se também a outros tributos, de natureza similar, que porventura venham a ser criados após a data de assinatura, do referido instrumento, em substituição ou adição aos impostos já mencionados.

O Artigo 3º trata das definições gerais dos termos e expressões utilizados no diploma internacional em pauta; enquanto que os Artigos 4º e 5º definem especificamente as expressões “Residência e Domicílio Fiscal” e “Estabelecimento Permanente”.

O Artigo 6º dispõe sobre a aplicação da presente Convenção aos rendimentos de bens imobiliários; o Artigo 7º aos lucros das empresas; o Artigo 8º aos lucros provenientes da exploração de transportes marítimos e aéreos; e o Artigo 9º disciplina a tributação sobre os lucros de empresas associadas.

Os Artigos 10, 11, 12 e 13 referem-se à tributação de dividendos, de juros, de **royalties** e de ganhos de capital, respectivamente.

Os Artigos 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 disciplinam a tributação por atividade, entre elas os serviços profissionais independentes (atividades de caráter científico, literário, artístico, serviços desempe-

nhados por médicos, advogados, engenheiros, etc.); os serviços profissionais dependentes (salários e ordenados percebidos de empregador); remunerações de direção; artistas e desportistas; pensões; funções públicas; professores e pesquisadores e estudantes e aprendizes.

O Artigo 23 dispõe sobre os métodos a serem utilizados para eliminar a dupla tributação. Como regra geral, quando um residente de um Estado Contratante receber rendimentos que, de acordo com as disposições da Convenção, sejam tributáveis no outro Estado Contratante, aquele Estado deduzirá do imposto incidente sobre os rendimentos desse residente um montante igual ao imposto sobre a renda pago no outro Estado. A soma deduzida em um país não será superior ao montante do imposto pagável no outro país sobre tais rendimentos.

O inciso 2 do Artigo 23 determina que se os rendimentos obtidos por um residente em um Estado Contratante estiverem isentos de imposto nesse Estado, este poderá, não obstante, ao calcular o montante do imposto incidente sobre os demais rendimentos de tal residente, levar em conta os rendimentos isentos.

O Artigo 24 versa sobre a não-discriminação em matéria tributária para nacionais e empresas dos Estados Contratantes, evitando tratamentos gravosos que desequilibrem as relações bilaterais. O Artigo 25 prevê solução amistosa para dirimir controvérsias sobre os termos da Convenção. O Artigo 26 consagra mecanismo de troca de informação para implementar o tratado, enquanto o Artigo 28, § 1º, admite evitar a concessão desses benefícios de comum acordo caso haja extrapolação dos fins e objeto da Convenção, assim como o § 2º deste artigo exclui a aplicação do tratado a certas circunstâncias. E o Artigo 27 resguarda os privilégios fiscais dos agentes diplomáticos e consulares.

III – Voto

Em face de todo o exposto, dada a importância do instrumento internacional em apreço para a dinamização das relações de cooperação entre o Brasil e México, e tendo em vista a correta técnica legislativa em que é versado o Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 2006, que o aprova, votamos favoravelmente ao seu texto.

Sala da Comissão, 14 de março de 2006. – **Roberto Saturnino**, Presidente – **Mão Santa**, Relator – **Romeu Tuma** – **Valdir Raupp** – **Marco Maciel** – **Eduardo Azeredo** – **Eduardo Suplicy** – **José Jorge** – **Jefferson Péres** – **José Agripino** – **Sérgio Zambiasi** – **Serys Slhessarenko**.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 322, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de aplauso ao Estado de Sergipe, na pessoa de seu Governador José Alves, pelo brilhante desempenho à frente do governo daquele Estado, enaltecido pela reportagem publicada na Revista **Forbes Brasil**, em sua edição de fevereiro do corrente ano, sobre o título “Sergipe: OLHO VIVO NO FUTURO”, anexada ao presente requerimento.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **José Agripino**.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 323, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento do documentarista Primo Carbonari ocorrido em 22 de março de 2006, em São Paulo.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar, pelo falecimento do documentarista Primo Carbonari, ocorrido em São Paulo, no dia 22 de março de 2006.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do documentarista.

Justificação

O documentarista Primo Carbonari foi nome muito conhecido no País à época em que existiam, como complemento das sessões de cinema, noticiosos cinematográficos. Um deles foi o de Primo Carbonari, denominado *Amplavisão* que, para não perder atualidade, registrava assuntos de turismo, esporte, inauguração de obras e índios da Amazônia. Ao longo de sua existência, o *Amplavisão* produziu 3.200 edições, cuja exibição era obrigatória. Durante o regime de exceção, Carbonari produzia noticiosos ufanistas. Como produção noticiosa, o *Amplavisão* registrou a posse de todos os Presidentes da República, a partir de Getúlio Vargas. O voto de pesar que ora requeiro justifica-se

pela dedicação de Carbonari a um gênero de jornalismo já extinto.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 324, DE 2006

Nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de louvor ao Sr. Altair Corrêa Vieira, pela sua posse como Presidente da Associação Comercial do Pará, ocorrida no dia 17 de março de 2006.

A Associação Comercial do Pará, a segunda entidade empresarial mais antiga do Brasil, foi criada no dia 3 de abril de 1819, tendo fomentado, desde então, o desenvolvimento do comércio paraense. Surgiu com o nome de Praça do Comércio do Pará e passou a ser denominada Associação Comercial do Pará somente em 1899.

Desde então, desenvolve inúmeras atividades fundamentais, como a criação da Escola Prática do Comércio (1899-1944) e, posteriormente, da Escola Técnica do Comércio. Patrocinou, ademais, a fundação do Museu Comercial do Pará, da Escola de Química Industrial e da Bolsa de Mercadorias daquele Estado.

O empresário Altair Corrêa Vieira, atual presidente da Associação Comercial do Pará – na esteira de um Manoel Antônio Pimenta Bueno, um dos mais valerosos e cultos comerciantes paraenses do século XIX –, também deixará sua marca na história da entidade.

O Sr. Altair Corrêa ameahou, ao longo de sua vida, muitos saberes, na qualidade de ativo participante de conferências, treinamentos, seminários e ciclos de estudos, entre outros.

Além do aprendizado que acumulou por meio de estudos, foi diretor dos Produtos Vitória S/A, de 1962 a 1964, Presidente do Centro de Indústrias do Estado do Pará, de 1972 a 1976, membro do Conselho Universitário do Pará, de 1975 a 1977, Presidente do Conselho do Sesi, de 1978 a 1984, Diretor da Indústria de Bebidas Antártica da Amazônia, 1985 a 1997, entre inúmeras outras atividades.

A vibrante participação de Altair Corrêa na Associação Comercial do Pará iniciou-se em 1990, sendo agora coroada com a presidência da tradicional entidade.

Em decorrência, submeto à alta consideração dos ilustres pares o presente Requerimento de voto de louvor ao Sr. Altair Corrêa Vieira, pela sua posse na Presidência da Associação Comercial do Pará.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **Luiz Otávio**

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 325, DE 2006

Senhor Primeiro Vice-Presidente,

Atendendo a convites do Senado da França e da Assembléia de Portugal, requeiro nos termos do art. 40 do Regimento Interno, a necessária autorização para o desempenho das referidas missões.

Informo que estarei ausente do País no período de 29 de março a 4 de abril de 2006.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 326, DE 2006

Senhor Presidente,

Tendo sido convidado por Vossa Excelência para acompanhá-lo em missão ao Senado da França e à Assembléia de Portugal, requeiro, nos termos dos artigos 13 e 40 do Regimento Interno, licença e autorização para me afastar do País e dos trabalhos desta Casa do dia 29 de março ao dia 4 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **Luiz Otávio**, PMDB/PA

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 327, DE 2006

Nos termos do art. 49, X, e do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinados com os arts. 215, I, a e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista:

- O bom desempenho observado nas empresas estatais, que ocasionou o aumento significativo no orçamento de investimento das mesmas para o ano de 2006 em relação ao previsto para 2005;

- que as despesas de custeio das empresas estatais não fazem parte do Orçamento Geral da União;

e, com o objetivo de:

- disponibilizar as informações sobre o desempenho econômico financeiro das empresas estatais;

- conhecer a linha de atuação e os projetos implementados pelas empresas estatais na execução de políticas de responsabilidade social;

- apresentar dados referentes aos impactos dos resultados positivos alcançados e revertidos em favor da sociedade brasileira, notadamente aqueles ligados aos segmentos mais vulneráveis da população; e

- propor, se for o caso, outras linhas de atuação para as empresas estatais, cooperando assim com o aprimoramento dos processos de transparência da gestão orçamentária e de prestação de contas,

- requeiro sejam prestadas pelo Exº Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações detalhadas referentes ao Orçamento de Custeio das Empresas Estatais, mais precisamente no que diz respeito aos investimentos realizados, objetivando o cumprimento de políticas de responsabilidade social.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **Cristovam Buarque**.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 328, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento de Marina Montini, ocorrido em 20 de março deste ano.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Pesar pelo falecimento, no último dia 20 de março, da modelo e atriz Marina Montini, musa inspiradora do pintor Di Cavalcanti.

Requeiro também que o Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família.

Justificação

A modelo e atriz Marina Montini se tornou célebre por ter sido, durante mais de 10 anos, a musa inspiradora de Di Cavalcanti, sendo imortalizada nos quadros do pintor. Sua beleza foi retratada por diversos pintores e fotógrafos e encantou celebridades por todo o mundo.

Sala das Sessões, 23 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – A Presidência, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, defere o **Requerimento nº 321, de 2006**, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, lido na sessão do dia 22 do corrente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – A Presidência recebeu, do Presidente da República, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, as seguintes Mensagens:

- **Nº 106, de 2006** (nº 171/2006, na origem), solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até vinte e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura – FIDA, para financiamento do Projeto de Suporte ao Desenvolvimento de Empreendimentos de Agricultores Familiares do Nordeste Brasileiro; e
- **Nº 107, de 2006** (nº 170/2006, na origem), solicitando seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor total de até noventa e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – PNAGE – Fase I.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Tem V.Exª a palavra pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria deixar meu nome na lista para as comunicações inadiáveis. Mas, como estou inscrito normalmente, se até na hora das comunicações inadiáveis eu não for chamado, então, fico nas comunicações inadiáveis. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – V. Exª será atendido.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Tem a palavra V. Exª pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem.) – Igualmente, Senador Juvêncio da Fonseca, que preside esta sessão, quero me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de, regimentalmente, inscrever-me para uma breve comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Juvêncio da Fonseca. PSDB – MS) – Então, já temos três inscritos: Senador Paulo Paim, Senadora Heloísa Helena e Senador Eduardo Suplicy.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao ilustre Senador José Jorge.

S. Exª dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Caixa Econômica Federal, sob a administração do PT, leva 15 dias para fazer o que os outros bancos não levam 15 minutos.

A incompetência administrativa do Governo acaba de macular mais uma instituição secular do Estado brasileiro.

Segundo ouvi de alguns profissionais de bancos comerciais, todos foram unânimes em informar que, com os atuais recursos de informática, os acessos às contas são registrados e podem ser identificados em poucos minutos.

Na verdade, sabemos que a demora da Caixa em responder não é por incapacidade administrativa dos competentes profissionais de carreira daquela instituição. A delonga na resposta à CPI serve aos interesses menores deste desgoverno e é uma tentativa de construir uma versão fajuta ou achar um culpado que assuma o crime sozinho.

O que eles pretendem é abafar este abuso contra o cidadão brasileiro desprotegido.

Segundo o jornal **O Globo**, funcionários do banco “informaram que a Caixa tem um arquivo de segurança que permite a identificação quase imediata do autor de qualquer movimentação no sistema, o que permitiria chegar ao responsável em minutos”, e não em dias.

Gostaria de dizer aos empregados, em especial àqueles no nível de gerência, que não tenham medo. Segundo a imprensa, o clima na Caixa é tenso. Alguns estão de alibis do que estavam fazendo no dia do crime. Um diz que estava viajando. Outro, estava com a mulher no hospital.

Na condição de membro da CPI, vou propor a convocação do funcionário envolvido no delito. Não queremos constrangê-lo, pois basta que ele, ou ela, indique de onde veio a ordem de violar o sigilo bancário, para que tenham sua culpa atenuada.

O roteiro do crime contra o caseiro e sua família já está praticamente elucidado, Sr. Presidente.

Alguém da alta administração da Caixa teria determinado que a Superintendência Nacional de Rede violasse a conta de Francenildo. A invasão aconteceu depois do expediente bancário, às 20 horas e 50 minutos. Os dados foram repassados, por fax, para o Ministério da Fazenda, por uma gerente, que os teriam vazado para a revista **Época**.

O que nos interessa saber é quem é o mandante desse crime e com que motivação.

A responsabilização criminal de funcionários é papel da Polícia Federal e do Ministério Público. Ao Congresso Nacional caberá avaliar as implicações políticas dos agentes estatais eventualmente envolvidos.

O que nos preocupa é que, somente no quarto dia em que um protegido da Polícia Federal – o Sr. Francenildo estava sob proteção da Polícia Federal – teve o seu sigilo bancário quebrado, enquanto se encontrava na sede da instituição, é que a direção da Polícia determinou a abertura de um inquérito para apurar os fatos.

Depois de tamanha demora, ao ser perguntado sobre a falta de atitude da Polícia Federal, o Delegado Wilson Damázio saiu-se com uma afirmativa que comprova a falta de vontade de apurar os fatos demonstrada pelo Governo Lula. Pressionado, o delegado declarou: “Como demorando? Você está no Brasil, pelo amor de Deus!” – foi o que o delegado disse. Para começar, ele precisava de quatro dias só porque está no Brasil. Se estivesse nos Estados Unidos, na Inglaterra, certamente teria começado antes.

Não, não é “este o Brasil” que a população acreditou quando elegeu o Presidente Lula. E não é esta a Polícia Federal que o Presidente vive declarando que apurará tudo, “doa a quem doer”.

Além disto, nunca é demais lembrar que a Caixa Econômica, além de agente financeiro, é uma empresa pública, ou seja, 100% de suas ações pertencem à União, e portanto completamente sujeita aos interesses do Poder Executivo.

A população, em especial a menos esclarecida, está assustada, pois a Caixa é uma instituição de 145 anos de credibilidade. Alguns clientes estão telefonando para o Banco e até comparecendo pessoalmente nos balcões para questionar a segurança da instituição.

Segundo o jornal **Correio Braziliense**, um gerente que não quis se identificar declarou: “Estamos vivendo um clima de terror dentro da Caixa. Como podemos oferecer segurança à clientela depois de tudo que está sendo divulgado?”

Um fiscal do Banco Central, ouvido, sintetizou o sentimento da população para essa crise criada pela administração petista: “Quando o assunto é banco, que vive de credibilidade, não há espaço para brincadeira”.

O Banco Central, que tem a responsabilidade de manter a credibilidade bancária, está exigindo um rápido pronunciamento da Caixa, o que torna o pedido de 15 dias de prazo uma irresponsabilidade da direção da instituição financeira.

Quando surgiram rumores envolvendo a vida privada do Ministro Palocci, o Governo moveu céus e terras para protegê-lo. Agora que a privacidade do Sr. Eurípedes Soares da Silva, um senhor de 72 anos, suposto pai do caseiro, foi exposta à execução pública por esse crime de agentes governamentais, ninguém da base aliada saí em sua defesa e pede-lhe perdão.

É até interessante dizer que o suposto pai do caseiro, Eurípedes Soares da Silva, pelo que se sabe hoje, foi chamado à Caixa Econômica do Piauí pelo gerente para justificar os depósitos que fez. Quer dizer, o caseiro e o Sr. Eurípedes viraram criminosos, pois estão sendo investigados, quando quem deveria sê-lo é o Ministro Palocci, quem, supostamente, cometeu as irregularidades. Estão virando o jogo, porque testemunhas que estavam colaborando serão ouvidas como acusados de alguma coisa que não fizeram.

Num governo sério, comprometido efetivamente com o combate à corrupção, um presidente de banco oficial envolvido num crime como esse seria demitido de imediato pelo Ministro da Fazenda. Mas como disse a cientista política Lucia Hippólito:

Sei que é demais pedir que o presidente da Caixa seja demitido [eu também acho], o que aconteceria num país um pouco mais sério. Mas no Brasil está ficando aflitiva a total falta de cerimônia de autoridades de todos os poderes (...) Compreendo que o ministro da Fazenda, superior hierárquico do presidente da Caixa Econômica Federal, esteja com alguma dificuldade de fazer valer sua autoridade. Afinal, o Ministro Palocci vem sendo diariamente desautorizado por ex-assessores, motorista, caseiros, corretores de imóveis. Enfim, a fila é extensa.

Como bem destacou o editorial de ontem do jornal **Folha de S.Paulo**:

...a privacidade do ministro é preservada ao custo de sonegar-se à Nação o esclarecimento de suas relações com lobistas e esboques. A intimidade do caseiro e seu drama familiar são desnudados ao país. Não é difícil imaginar como foi gestada a idéia de devastar as contas de Francenildo Santos Costa, o empregado de uma mansão de Brasília que, em consonância com outras duas testemunhas, contradiz Antonio Palocci ao afirmar que o ministro visitou a chamada “casa do lobby”. Desqualificar quem perturba é tática recorrente da cartilha autoritária que o PT, no poder, vem cultivando com desembaraço.

Para não permitir que esse crime petista fique impune e para garantir a credibilidade da Caixa, informo ao Plenário que proporei a convocação amanhã – seria hoje, mas ficou para terça-feira, por um requerimento de minha autoria – da SRA. Clarice, Vice-Presidente de Segurança e Tecnologia da Caixa e, portanto, pessoa correta para dar esses esclarecimentos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não. Já estou terminando.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Jorge, acho perfeitamente compreensível a sua reação. Em relação ao Sr. Eurípedes Soares, manifesto a minha solidariedade, conforme V. Ex^a aqui expressa. O que aconteceu com ele e com Francenildo dos Santos Costa, de fato, é algo do âmbito da vida pessoal, privada, que acabou sendo exposta para todo o Brasil em decorrência dos episódios, algo que deveria mais estar no âmbito da família do Sr. Francenildo e de seu pai. Com respeito à averiguação dos fatos que a Comissão Parlamentar de Inquérito, o Senado brasileiro, o próprio Presidente Lula e o Ministro Márcio Thomaz Bastos consideraram grave, acho muito importante que possa a Caixa Econômica Federal, num tempo que não precisa ser de 15 dias, revelar-nos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Hoje já completa uma semana.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Foi expresso ontem que, segundo foi explicado à comissão composta pelos Senadores Alvaro Dias, Flávio Arns e Wellington Salgado de Oliveira, há uma norma de que, para questões quaisquer que impliquem sindicância, o prazo normal do Regimento da Caixa Econômica Federal é de 15 dias. Claro que isso causou estranheza a todos nós. Imaginem 15 dias! Mas faço um apelo como o de V. Ex^a, de que a Caixa Econômica Federal possa, num espaço de tempo menor do que 15 dias, trazer à tona a revelação completa. V. Ex^a propôs que

a vice-presidente responsável ou a diretora de tecnologia e segurança pudesse vir, inclusive que viesse hoje. Não sei todos os detalhes, mas foi anunciada a transferência para o dia 28, acredito que terça-feira próxima. Espero que até terça-feira tenhamos a explicação completa sobre como aconteceu essa devassa nas contas de Francenildo dos Santos Costa de uma maneira que fere o seu direito constitucional como cidadão. Não quero, de pronto, fazer um julgamento sobre quem seria a pessoa responsável, mas avalio seja importante que o Governo que eu apóio, o do Presidente Lula, transmita o quanto antes essa informação, inclusive em defesa e em benefício do Ministro Antonio Palocci. Ontem, no depoimento da SRA. Isabel Bordini à CPI, ela esclareceu, de maneira muito espontânea e natural, procedimentos inadequados que lhe haviam sido atribuídos. As explicações que ela deu, na minha avaliação, foram adequadas, salvo tenhamos outras informações, mas ela prestou esclarecimentos de maneira espontânea, comparecendo no dia seguinte ao seu chamamento. O delegado Benedito Valencise não a havia chamado; já tinha anunciado à imprensa que iria indiciá-lo. O delegado, em verdade, está não apenas querendo denunciar servidores da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, mas, sim, como anunciou na própria CPI, indiciar o ex-Prefeito, hoje Ministro Antonio Palocci. Sua forma de agir contraria os princípios constitucionais, pois, sendo o Antonio Palocci Ministro de Estado, não poderia o delegado agir de maneira a querer indiciá-lo. Ainda mais anunciar que está indiciando uma pessoa que hoje é Ministro de Estado, porque a competência para isso não é dele. Então, é preciso que também se coloquem procedimentos de maneira adequada. Avalio como correta a sua observação e aqui estendo também a solicitação ao próprio Presidente Jorge Mattoso, da Caixa Econômica Federal, que é de se esperar que o esclarecimento completo do fato apontado por V. Ex^a se dê em tempo muito inferior a 15 dias, o quanto antes.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a solidariedade de V. Ex^a às minhas palavras e devo dizer que já se passou uma semana desde que o sigilo do caseiro foi divulgado – isso se deu na quinta-feira passada, no dia em que ele veio à Comissão, às 21 horas. Daqui a pouco serão quinze dias e nada ainda foi feito.

Antes de conceder aparte ao Senador Alvaro Dias, queria dizer que, em relação à Sr^a Isabel Bordini, nada vou comentar aqui, porque não é esse o tema do meu discurso – evidentemente falarei depois sobre esse caso na CPI –, mas que essa senhora é a pessoa que mais vi gostar de varrição, é: durante o período em que ela presidiu a empresa, a varrição dobrou e, consequen-

temente, dobraram os pagamentos. É exatamente daí que o Sr. Rogério Buratti diz que saiu o dinheiro para o pagamento de propina às prefeituras. Não vou discutir isso agora, porque esse é outro tema.

Se o Presidente me permitir, ouvirei o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador José Jorge, V. Ex^a já está encerrando o seu discurso, mas aproveite a oportunidade para anunciar que eu e os senadores Romeu Tuma e Wellington Salgado estamos nos dirigindo à Polícia Federal neste momento, em diligência, exatamente para dar continuidade aos trabalhos da CPI nessa tentativa de colaborar para esclarecer os fatos ou, muito mais, para cobrar uma investigação rigorosa que permita a punição daqueles que praticaram esse crime, um crime que afrontou a Constituição e revoltou a população do País. De outro lado, a Caixa Econômica já anuncia, em nota oficial, que identificou a máquina que foi utilizada para o acesso à conta do caseiro e coloca dois servidores da Caixa Econômica Federal como os prováveis responsáveis ou como suspeitos pelo ato praticado. Certamente um servidor público foi usado, um servidor público que presta seus serviços à Caixa Econômica como assalariado foi usado para acessar, para utilizar a máquina e acessar, invadir a conta do caseiro. É óbvio, porém, que queremos apurar mesmo é o responsável por isso, o responsável maior. É sobretudo a autoridade maior que deve ser penalizada. Todos os envolvidos devem pagar, mas evidentemente deve pagar mais caro o principal responsável. É isso o que desejamos, e isso não se esgota na ação administrativa, caminhará para a ação judicial.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a e ouço o Senador Romeu Tuma, que, acredito, quer fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Só a título de esclarecimento à Casa e ao Senador Eduardo Suplicy, que é muito atento à CPI dos Bingos, quero dizer que o Senador José Agripino perguntou ao delegado, com respeito ao Ministro, se ele teria condições de indiciar o Ministro. Ele disse que não poderia, porque o Ministro tem foro privilegiado. Portanto, esclareço que ele não disse que ia indiciar.

Houve uma insistência e o delegado disse que, com os elementos que tinha, poderia indiciá-lo se ele continuasse prefeito ou ex-prefeito, mas que, como ministro, não lhe compete indiciá-lo nem tomar providências, porque o foro dele é o Supremo Tribunal Federal. Só para esclarecer que o delegado não pode fazer o que seria uma irregularidade grave: abuso de autoridade.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, e devo concluir meu discurso dizendo da gravidade desse caso do caseiro. Hoje vemos diversos casos em que o Governo está metido: corrupção, Waldomiro Diniz, PT e caixa dois. Tudo isso é gravíssimo, mas acho que essa do caseiro foi a coisa mais grave que já aconteceu no Governo, pela personagem e principalmente porque mexe com um direito inalienável das pessoas, uma cláusula pétreia da Constituição que assegura às pessoas vida privada e não devassada, diferentemente da forma como agiu o Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Juvêncio da Fonseca, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Juvêncio da Fonseca como segundo inscrito.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador José Jorge, eu, que já limitei no foro criminal por muito tempo, tenho o costume de indagar, diante de um caso como esse, o seguinte: a quem aproveita? O caseiro é testemunha contra o Ministro da Fazenda, o Sr. Antonio Palocci. Foi violada a conta do caseiro na Caixa Econômica. A quem a Caixa Econômica está subordinada política e administrativamente? Ao Palocci. Ora, se ele está encurralado, tem de ir a sua Caixa Econômica, aos seus funcionários, para obter essa irregularidade que assombra o País. Era apenas esse esclarecimento, Senador José Jorge.

Estou aqui hoje para falar que, após a fúria do Estatuto do Desarmamento, fúria essa que foi fulminada com o resultado do referendo, chega a hora, Senador Romeu Tuma – V. Ex^a é *expert* nisso – de aperfeiçoarmos o Estatuto do Desarmamento, tão importante que ele é para a Nação brasileira, principalmente para regulamentar o controle das armas por meio de seu registro.

Dirigindo-me aos Srs. Senadores e à população deste País, quero dizer que esse Estatuto contém uma série de irregularidades, inconstitucionalidades, disposições anti-sociais, disposições que, inclusive, contrariam a boa disciplina da dosagem das penas, um desrespeito completo ao cidadão brasileiro.

Para exemplificar o que digo, começo com uma inconstitucionalidade. Diz o Estatuto do Desarmamento que a pessoa, para adquirir uma arma, tem de ter no

mínimo 25 anos de idade. No entanto, a Constituição confere ao cidadão, a partir dos 21 anos de idade, a prática de todos os atos de sua vida por si só. A maioridade plena do brasileiro se dá aos 21 anos de idade. Para adquirir uma arma, porém, tem de ter 25 anos de idade. Baseado em quê? Na formação psicológica da pessoa? Ora, essa mesma formação psicológica da pessoa foi a base usada para se fixar em 21 anos a maioridade.

Tendo em vista questões como essa, elaboramos um projeto que faz correções ao Estatuto do Desarmamento. Uma das correções é diminuir a idade de 25 anos para 21 anos, dando, assim, constitucionalidade ao Estatuto do Desarmamento.

Faço referência agora à dosagem de pena. Não é possível, Sr^a Presidente, que as penas sejam estabelecidas de forma desequilibrada para crimes de maior e de menor significado. Citarei um só exemplo a respeito dessa dosagem para esclarecer o meu ponto de vista.

Quando se pratica o crime de disparo de arma de fogo, a pena é de dois a quatro anos e estabelece-se que é um crime inafiançável. Como aceitar uma disposição como essa em um país onde, principalmente no interior, usam-se muito as armas de fogo para dar salvas no fim do ano, em aniversários, em grandes festas. Segundo o Estatuto do Desarmamento, porém, fazer um disparo é crime inafiançável sujeito à pena de dois anos e quatro meses.

Segundo o Código Penal, no caso de homicídio culposo por exemplo, ou seja, aquele em que se tira a vida de uma pessoa por imperícia, negligência ou imprudência, a pena fixada está entre um ano e três anos de detenção. Portanto, para o crime de matar uma pessoa por imperícia – às vezes pelo manuseio inadequado de um revólver –, a pena é menor do que aquela a que está sujeito quem faz um disparo.

Existem várias irregularidades na dosagem das penas no Estatuto do Desarmamento. Estamos corrigindo!

Outra questão inconstitucional que os tribunais já estão atacando é a relacionada aos crimes inafiançáveis de porte de arma de uso permitido. A Justiça já está pondo fim a essa questão em vários julgamentos por este Brasil todo. Essa inafiançabilidade é inconstitucional. Ora, se se permite a liberdade provisória até para crimes mais graves, você que porta uma arma não pode sequer pagar uma fiança para ser solto? Onde está a equidade na dosagem das penas?

Outra questão incrível é a relacionada à munição. Se você portar munição, ainda que sem arma, também comete crime, com a mesma dosagem das penas. E olhem o que aconteceu na minha cidade de Campo

Grande, no Mato Grosso do Sul, semana passada: uma senhora, vendo sua casa sendo invadida por ladrões, pegou o revólver, deu dois, três tiros para cima e, em seguida, pediu que a polícia viesse. Acabou sendo presa por posse ilegal de arma de fogo! Porque ela – coitada, ingênua! – contou que conseguiu espantar os bandidos usando o seu revólver, que não era registrado; logo, não se tratava de posse legítima, e, portanto, crime inafiançável. E foi presa essa mulher! E isso acontece no Brasil inteiro!

Outra questão gravíssima no Estatuto de Desarmamento: a lei quis disciplinar o porte de arma de fogo para o homem do campo. Dispõe, então, o referido Estatuto: “Na zona rural, o cidadão pode ter o porte de arma, desde que esse porte de arma comprovadamente seja para sua subsistência ou para a da sua família na categoria de caçador”. Meu Deus do céu! Está proibida a caça neste País. Não existem mais caçadores neste País, salvo os clandestinos, aqueles que estão burlando a lei. E vem o Estatuto do Desarmamento cometer uma barbaridade dessas! Estamos corrigindo e dizendo que também pode ter seu porte de arma o homem da zona rural, nos limites da sua propriedade; diferentemente do homem da cidade, que deve observar os limites da sua residência.

Uma outra questão diz respeito às armas apreendidas – e aí entra a volúpia autoritária de desarmar o povo, fazendo parecer até que estar armado é um crime. Diz o Estatuto que essas armas apreendidas têm que ser destruídas. Já vimos não sei quantos espetáculos na televisão mostrando aquele rolo compressor passando sobre as armas apreendidas, destruindo-as todas. Ora, essas armas não podem ser úteis para as instituições de segurança do País? Claro que podem. Quantos revólveres calibre 38 apreendidos, com eficiência plena, podem perfeitamente ser cedidos às Polícias Civil e Militar e para as instituições de segurança?

O nosso projeto pretende o seguinte: apreendidas as armas, elas passam por uma perícia. Tendo eficiência, sendo uma arma boa, ela será distribuída, cedida pelo Exército brasileiro, que é quem detém a posse das armas, para as instituições de segurança.

O projeto, ao fazer essa correção, é de grande importância para as nossas instituições, principalmente para a polícia, que vive momento de grande dificuldade para se estruturar até com o armamento, pois faltam gasolina, carros, pneus e também armas, Sr^a Presidente. E a solução das armas, em parte, está aqui. O nosso projeto, portanto, permite esta cessão facultativa feita pelo Exército.

E, por final, porque o meu tempo está esgotando, Sr^a Presidente, falo sobre as taxas cobradas para o registro e o porte de arma que são, hoje, respecti-

vamente, de R\$300 e R\$1000. É dar com uma mão e tomar com a outra. Permite-se comprar o revólver, registrá-lo legalmente, mas impossibilita-se o porte de arma ao se cobrar uma taxa exorbitante de R\$1.000,00, além das certidões, todas elas pagas, que o cidadão deve obter para conseguir a sua licença de aquisição e o porte de armas.

Portanto, essas são as regras do Estatuto do Desarmamento. Estamos propondo uma modificação bastante importante em nosso entendimento, mesmo porque as injustiças estão ocorrendo neste País, de Norte a Sul, com referência à aplicação desse Estatuto.

Peço aos meus pares, passada da fase da fúria autoritária na direção do desarmamento do povo, que tenhamos ansiedade para retificar esse Estatuto tão arbitrário, trazendo ao País, ao cidadão honesto, ao dono de casa um instrumento legítimo para a sua defesa, da sua família e do seu patrimônio.

Obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Juvêncio da Fonseca, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Fátima Cleide.

A SRA. PRESIDENTE (Fátima Cleide. Bloco/PT – RO) – Obrigada, Senador Juvêncio da Fonseca.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr^a Presidente, solicito minha inscrição para, em nome da Liderança do PTB, fazer uma comunicação de interesse da Bancada.

A SRA. PRESIDENTE (Fátima Cleide. Bloco/PT – RO) – V. Ex^a está inscrito. A Mesa aguarda o ofício da Liderança.

Sem prejuízo dos demais oradores, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Fátima Cleide, venho à tribuna no dia de hoje para demonstrar as minhas preocupações com o que está acontecendo no Rio Grande do Sul.

Senador Sérgio Zambiasi, dirijo-me a V. Ex^a, pois sei que, na qualidade de Senador gaúcho, compartilha da mesma preocupação. Os professores estaduais do Rio Grande do Sul estão há mais de 20 dias em greve. A mobilização atinge todos os 42 núcleos do Sindicato (Cpers) da categoria no Estado. A categoria faz movimentos e, até o momento, não conseguiu entendimento com o Governo do Estado.

Diversas atividades estão acontecendo: mobilizações, atos públicos, debates sobre a questão da educação no Rio Grande do Sul. Neste momento, há

uma grande manifestação no centro da capital, Porto Alegre.

A pauta de reivindicações dos professores gaúchos aponta quatro eixos que passo a citar:

Questão salarial:

- 1 – Reposição emergencial de 28% e 8,69% já concedidos aos outros Poderes;
- 2 – O cumprimento da legislação em relação ao 13º salário, que lhes seja pago em dia; e
- 3 – Discussão conjunta Governo e sindicato para alteração da lei assegurando o direito ao vale-refeição.

Questões funcionais:

- 1 – Publicação e atualização das promoções dos funcionários e professores conforme acordo com entendimento já encaminhado;
- 2 – Nomeação imediata de funcionários e professores, considerando que a validade dos concursos expira agora, em 2006;
- 3 – Inclusão dos funcionários no plano de carreira.
- 4 – Garantia de condições dignas de trabalho a todos os trabalhadores em educação.
- 5 – Implementação da alteração do nível 3 para o nível 6 a todos os trabalhadores em educação que comprovarem este direito.
- 6 – Garantia de aposentadoria imediata, com todos os direitos conquistados, a todos os trabalhadores em educação que completarem o tempo de contribuição e a idade nos parâmetros exigidos pela lei.

Questões educacionais:

- 1 – Revogação do Contrato de Gestão.
- 2 – Suspensão imediata do processo de municipalização do ensino fundamental.
- 3 – Garantia de acesso ao ensino fundamental aos seis anos de idade
- 4 – Retirada imediata de tramitação na Assembléia Legislativa do PL nº 259, garantindo a ampla discussão do Plano Estadual de Educação, a fim de contemplar as questões levantadas no parecer do Ceed e as preocupações da categoria no que se refere, entre outras, ao plano de carreira, profissionais da educação, municipalização do ensino e qualificação profissional.

Ainda está na pauta:

- 5 – Repasse integral e em dia das verbas para a manutenção das escolas.

Entram, ainda, no rol de reivindicações as **questões previdenciárias**:

- 1 – Regulamentação do regime próprio da Previdência Social, de acordo com as normas da própria Constituição.
- 2 – Regulamentação imediata da dependência, possibilitando que as mulheres – 90% da categoria, Senadora Fátima Cleide, que preside a sessão –, possam colocar seus maridos ou companheiros como dependentes, tanto no IPE Saúde como no IPE Previdência.
- 3 – Efetivas melhorias na assistência à saúde pelo IPE Saúde e ampliação dos serviços prestados (odontologia, psicologia, psiquiatria, fisioterapia e outros) tanto na capital como no interior.

Sr^a Presidente, a pedido do Cpers/Sindicato, solicitei, mediante correspondência...

Senador Sérgio Zambiasi, vou conceder em seguida um aparte a V. Ex^a. Sei que V. Ex^a concorda com o encaminhamento que fiz na seguinte linha: solicitei hoje pela manhã ao Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul, o ex-Deputado Federal Germano Rigotto, que receba a direção do Cpers/Sindicato para uma audiência emergencial.

As negociações entre o governo estadual e o comando de greve não podem parar.

Sei que o Secretário de Educação, ex-petista e hoje no PDT, companheiro José Fortunati, tem dialogado com os professores.

Entendo que é fundamental a manutenção do diálogo envolvendo a Secretaria da Fazenda, a área da Educação e o próprio Governador. Sei também, e quero reafirmar, em razão da minha própria história na área sindical, que a melhor maneira de chegar a resultados que sejam de interesses das partes é, sem sombra de dúvida, a conversa, o debate, o diálogo aberto.

Reafirmo, Sr. Presidente, que ninguém faz greve porque gosta. A greve é um instrumento de mobilização, mas que visa à construção de um grande acordo.

Senador Sérgio Zambiasi, sei que os professores, neste momento, estão assistindo, em um telão, na capital, ao debate no Senado. Eu disse a eles que, provavelmente, tanto V. Ex^a como o Senador Pedro Simon, se aqui estivessem, iriam participar desse diálogo a distância. Estou convencido de que o Governador Germano Rigotto há de chamar os trabalhadores da educação e os Secretários da Educação e da Fazenda para encontrar uma solução que aponte para o fim da paralisação, que, na verdade, é o que querem – tenho certeza absoluta – os pais, os alunos, o Governo do Estado e o próprio Cpers.

Concedo, com satisfação, um aparte ao Senador Sérgio Zambiasi.

O Sr. Sérgio Zambiasi (PTB – RS) – Senador Paulo Paim, primeiro cumprimento V. Ex^a pela sua sen-

sibilidade, reconhecida em todo o Brasil, especialmente na área social. A sua manifestação vem ao encontro, seguramente, de uma preocupação que permeia todo o Estado – os professores, as suas famílias, os alunos, os seus pais – e demonstra realmente as perdas históricas do magistério gaúcho. Sem desmerecer os profissionais de nenhum outro Estado, talvez um dos setores mais qualificados do Brasil, em termos de educação, é o do Rio Grande do Sul. Realmente, o magistério gaúcho é de altíssima qualificação. Porém, lamentável, infeliz e historicamente, esses profissionais vêm, a cada ano, tendo seus vencimentos achatados, mas nem isso é suficiente para desmotivá-los a transmitir o conhecimento e a formar cidadãos e cidadãs, como essa classe vem fazendo. Acompanhei atentamente a extensa pauta de reivindicações, que demonstra um problema que não é de hoje, não é de ontem. É um problema histórico que, em algum momento, terá de ser resolvido com a participação, sim, desses profissionais, que exercitam, acima de tudo, uma missão. Quem vai para o Magistério estabelece, como primeira causa, a grande missão de transmitir conhecimento para as gerações futuras, as gerações que nos vão governar, que nos vão oferecer, seguramente, um mundo melhor do que este em que estamos vivendo. A manifestação de V. Ex^a tem minha solidariedade. Sei que o Secretário José Fortunati, seu ex-companheiro de Partido, hoje no PDT, tendo a grande responsabilidade de conduzir a questão da educação no Estado, já tem uma proposta emergencial para oferecer. Deverá ser realizada – e espero que se realize – a audiência com o Governador Germano Rigotto esta tarde ainda, para que esses homens e mulheres que estão à frente do Piratini não sofram ainda mais do que já estão sofrendo com a paralisação. Paralisação não faz bem para ninguém, mas, seguramente, não é boa especialmente para quem pára. Quem chega ao extremo de parar é porque já está numa situação de profundo desgaste. Confio que, reunindo ambas as partes, encontre-se um patamar mínimo de negociações e que se ofereça expectativa de alcançar, no futuro, os objetivos colocados na pauta de negociações, a que V. Ex^a acabou de se referir em seu pronunciamento. Cumprimento mais uma vez V. Ex^a e me somo à sua preocupação, à preocupação do Estado e dos professores, na busca de uma solução imediata para esse problema do nosso querido Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente, serei rápido, pois sei que só tenho dois minutos.

Senador Sérgio Zambiasi, pela sua manifestação, com relação ao documento que remeti ao Governador Rigotto, posso tomar a liberdade de dizer que, com

certeza absoluta, ele tem o aval de V. Ex^a e do Senador Pedro Simon.

O que estamos pedindo? Que o Governador receba o Cpers/Sindicato, estabelecendo junto com o companheiro Fortunati um processo de negociação o mais rápido possível.

Para concluir, Sr^a Presidente, gostaria de deixar registrado outro pronunciamento, que, na verdade, é um agradecimento que faço a todos os Senadores da Comissão de Educação. Sei que V. Ex^a estava disposta a relatar o projeto, se fosse necessário, mas o Senador Valdir Raupp acabou relatando, mediante entendimento, o parecer do Senador Gilberto Mestrinho, que consagra, conforme nosso projeto, o dia 7 de fevereiro como o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, em homenagem ao grande Sepé Tiaraju.

E neste último minuto do meu pronunciamento, aproveitando a chegada ao plenário da Senadora Ideli Salvatti, Líder do Bloco de apoio ao Governo, quero dizer que já estou recolhendo assinaturas – repetindo aqui o pronunciamento que fiz na Comissão Mista do Salário Mínimo –, para solicitar ao Ministro Luiz Marinho que, junto ao Presidente Lula, não encaminhe a proposta de reajuste do salário mínimo por medida provisória. O Presidente Lula nos atendeu e encaminhou a proposta por projeto de lei. Entendo que é grave para o Congresso Nacional se não votarmos o salário mínimo antes do dia 1º de abril, quando entra em vigor.

Nesse sentido, ficarei muito constrangido se tiver que pedir à Senadora Ideli Salvatti e ao Senador Tião Viana que faça um apelo ao Presidente Lula para que envie a proposta por medida provisória, o que é ruim para a Câmara e para o Senado.

Então, demonstrando uma iniciativa de quem quer efetivamente votar o salário mínimo, para que ele entre em vigor a partir de 1º de abril, já estou recolhendo assinaturas para que o reajuste do salário mínimo seja votado aqui na próxima semana, em regime de urgência urgentíssima. Afinal, nós, que tanto questionamos as medidas provisórias, exigimos o envio de um projeto de lei – no que fomos atendidos pelo Presidente – e precisamos votá-lo.

Espero que a Câmara dos Deputados vote ainda hoje e remeta para cá, e nós aqui votaremos.

Tenho certeza que o Senado fará a sua parte. Espero que a Câmara, onde estive por 16 anos, não vacile e não deixe o Congresso Nacional numa posição constrangedora.

Entendo que não se trata nem de divergência de mérito, porque percebo no Senado, na Câmara e na própria sociedade que há um grande entendimento sobre a proposta encaminhada via projeto de lei. Não percebi, na Comissão Mista de 11 Deputados e

Senadores, nenhum questionamento ao projeto em si. Então, se não há problema em relação ao mérito, não há motivo nenhum para que o Congresso não vote antes do dia 1º de abril o novo salário mínimo para o País, conforme encaminhado pelo Senhor Presidente da República.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr^a Presidente Fátima Cleide.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última terça-feira, por unanimidade, a Comissão de Educação do Senado Federal aprovou o **Projeto de Lei nº 342, de 2005**, de nossa autoria, que institui o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, a ser celebrado no dia 7 de fevereiro. Nesse dia, em 1756, há 250 anos, o líder da resistência Guarani, Sepé Tiarajú, foi morto no sul do Brasil por tropas de Espanha e Portugal. Três dias após, cerca de 1500 índios são dizimados pelo exército binacional, o que ficou conhecido como “A batalha de Caiboaté”.

O parecer do ilustre Senador Gilberto Mestrinho diz:

“A instituição do Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas certamente constituirá a oportunidade para que índios e setores da sociedade civil que se ocupam da questão indígena se mobilizem para a conquista de direitos pelos pré-colombianos brasileiros ou para a implementação das prerrogativas que lhes são legalmente asseguradas”.

Dessa forma, Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar e agradecer a todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores que compreenderam a nossa intenção e o desejo dos povos indígenas, que estavam representados naquele dia pelos Pataxós, e agradecer em especial ao senador Gilberto Mestrinho pelo parecer favorável.

Sr. Presidente, para finalizar, faço um apelo aos Colegas da Câmara dos Deputados para que aprove o projeto. Temos o dever de cada vez mais refletir sobre a realidade indígena no Brasil e no Continente, sobre os desafios, dificuldades, e resistência e conquistas dos povos indígenas ao longo dos últimos tempos.

Era o que eu tinha a dizer.

Meu muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Fátima Cleide. Bloco/PT – RO) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Fátima Cleide. Bloco/PT – RO) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – A minha fala pela ordem será um pouco diferenciada, para fazer uma homenagem a cidade de Florianópolis, que comemora, hoje, 280 anos.

Com a condescendência de V. Ex^a, Sr^a Presidente, aproveito a oportunidade para ler um pequeno texto que preparei em homenagem à cidade onde vivo e que é orgulho de todos nós:

Rósea Floripa

As paineiras floridas vestiram de rosa Floripa para o seu aniversário.

A nossa Floripa, de tantas cores, do vermelho Flamboyant, do amarelo Guarapuvu, fica linda com o rosa Paineira!

Aliás, este clima róseo é a vestimenta adequada para uma cidade que faz 280 anos no mês de março, o mais feminino dos meses.

Floripa é uma cidade-mulher, uma mágica ilha de “beleza sem par” que se estreita continente adentro.

As bruxas, “*que las hay, las hay*”, rondam a nossa cidade, com seus mistérios e criam “causos” que se repetem.

A nossa cidade-mulher acolhe em seus braços gente de todos os cantos, de todos os tipos, de todas as etnias, de todos os credos. Todos!

Floripa do rosa Paineira deste março não esconde, no entanto, as diferenças que aqui se expõem, gritantes, entre as pessoas todas que aqui vivem, que aqui chegam.

Floripa acolhe, cidade-mãe, mas, como a maioria das mães brasileiras, muitas vezes, está impotente para atender aos reclamos de todos os seus filhos, para poder ser justa e boa.

Mas, como as flores da paineira que graciosas e gratuitamente enfeitam esta cidade para o seu aniversário, temos de nos empenhar individual e coletivamente para que a vida de cada um possa ser efetivamente rosa.

Este empenho e compromisso são os melhores presentes que poderemos dar neste 23 de março à nossa cidade, que, como toda mulher, se sente valorizada quando seus filhos estão bem.

Parabéns, Floripa!

E, como canta o poeta Zininho, no hino da nossa cidade:

Um pedacinho de terra,

perdido no mar!...

Num pedacinho de terra
beleza sem par...

A SRA. PRESIDENTE (Fátima Cleide. Bloco/PT – RO) – Parabéns, Senadora Ideli Salvatti. Também estendemos as nossas felicitações ao aniversário da cidade de Florianópolis.

Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas. Em seguida, falará a Senadora Fátima Cleide e, pela liderança do PTB, o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Fátima Cleide, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho vindo com frequência a esta tribuna para tratar de temas relativos à produção e à comercialização de leite em nosso País e, principalmente, no nosso Estado de Minas Gerais. Mas a minha reiterada preocupação não é excessiva, pois, na verdade, reflete o que vejo nas minhas andanças pelo interior do meu Estado e pelas pequenas cidades desse interior.

Sou um brasileiro que veio do interior, que conhece o modo de vida de nossa gente e as dificuldades que ela enfrenta para conseguir o sustento do dia-a-dia. Mais do que isso, conheço como é desgastante o trabalho no campo e como é pequena a valorização que o homem da cidade dá para este trabalho.

Venho de uma família de pequenos e médios produtores rurais e sei que a atividade pecuária leiteira tem-se tornado, ano após ano, cada vez mais difícil para o pequeno produtor rural, que tem poucos recursos, pouco capital e poucas vacas de leite.

Como já comentei nesta tribuna em outra oportunidade, o setor leiteiro sofreu profundas modificações nos últimos 15 anos. As exigências sanitárias que se tornam cada dia maiores, o mercado deixou de ser regulamentado por meio de um preço mínimo para o produto e a concorrência internacional se tornou cada vez mais acirrada. Ao lado disso, Srs. Senadores, as empresas produtoras de laticínios passaram a se interessar pela negociação com um pequeno número de grandes fazendeiros, em vez de tratarem com um número maior de pequenos produtores e proprietários rurais.

Houve ainda um aumento da produção, que, entretanto, não foi acompanhado pela demanda, a qual cresceu muito menos. Hoje, por exemplo, o preço do leite se encontra em seu nível mais baixo dos últimos dez anos. O vento tem soprado, repetidamente, contra o pequeno produtor.

Meus amigos, diante de tantos obstáculos, o que fazer? Essa é a pergunta de milhares e milhares produtores de leite. Como resposta, os produtores não podem mais aceitar a derrota e curvar-se diante dessa

“força invisível” e implacável que é o mercado em sua forma mais selvagem. E nós, como representantes da população, não podemos deixar que milhares e milhares de pequenos produtores sejam expulsos da cadeia produtiva leiteira e engrossem a cadeia dos possuídos ou dos miseráveis.

Sr. Presidente, a solução passa necessariamente por mecanismos que fortaleçam o pequeno produtor. A minha experiência aponta para duas estratégias: a primeira é o fortalecimento do movimento cooperativista; a segunda, o conjunto de mecanismos que melhorem a produtividade e conseqüentemente a renda do pequeno produtor rural.

Pois não, Senador Ramez Tebet, com muito prazer lhe concedo um aparte.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Não tenho nada a acrescentar ao seu pronunciamento, mas, sim, a realçar, a ressaltar: a sua insistência, a sua persistência, a sua luta, em favor dos produtores de leite no Brasil. V. Ex^a apresenta sugestões para a solução do grave problema que aflige a pecuária leiteira do Brasil. Destacaria que V. Ex^a, como representante do Estado de Minas Gerais, o maior produtor de leite do País. V. Ex^a tem dignificado o seu Estado. Só os discursos, a sua luta pelos produtores de leite, chamando a atenção do Governo para a necessidade de uma política que venha a ajudar esses produtores, que venha a ajudar o Brasil, só essa luta já lhe dá uma avaliação ótima como Senador da República, quando V. Ex^a fala por Minas Gerais. Esse assunto diz respeito ao Brasil inteiro, inclusive ao meu modesto Estado. Portanto, quero cumprimentá-lo. Não tenho sugestões a fazer.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado, Senador Ramez. O seu aparte valoriza, e muito, o nosso discurso. Peço à Mesa que o inclua no meu pronunciamento.

Agradeço-lhe a defesa e o destaque que V. Ex^a deu ao assunto no dia de ontem, quando estive com o Presidente da ABCZ, seu conterrâneo, Orestes Prata, e hoje também, aqui, com a Liderança do Governo, quando V. Ex^a defendeu, e muito, o produtor rural, a nossa associação e esse segmento, que tem sofrido bastante, principalmente nos nossos Estados, que têm tudo a ver com a agropecuária e, principalmente, com a bacia leiteira.

Agradeço-lhe muito pelo aparte.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos à primeira das nossas sugestões, que é o cooperativismo.

No meu Estado de Minas Gerais, por exemplo, há 184 cooperativas agropecuárias com 135 mil associados. Isso, aparentemente, é um sinal de pujança. No entanto, tais números escondem a fraqueza do setor.

As cooperativas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são, de modo geral, pequenas e têm muitos problemas de gestão. Isso decorre, em parte, da baixa atuação dos cooperados nas atividades administrativas. E por que o cooperado não participa? Em primeiro lugar, porque o cooperado não percebe o que a cooperativa pode fazer por ele. Em segundo, dada a pequena escala das cooperativas, elas não oferecem serviços suficientes para os seus cooperados.

É importante, Sr. Presidente, investir na educação do cooperado e na conscientização de que a cooperativa é viável apenas na medida em que o produtor participa, em que se envolve nas atividades administrativas da organização e em que se dispõe a atuar em conjunto com outros pequenos produtores. Em suma, isolado, o produtor é fraco, mas, se agir em conjunto com os vizinhos, pode obter ganhos econômicos significativos.

Para o segundo dilema, da melhor assistência técnica, a saída, além do aumento do quadro pessoal nos órgãos públicos, é a cooperativa oferecer mais serviços para os seus cooperados. Um exemplo: a Emater, de Minas Gerais, empresa que teve o prazer de presidir, possuiu, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, um técnico para cada 500 produtores rurais no nosso Estado. As entidades cooperativas poderiam, independentemente de um necessário aumento desse pessoal, investir mais agressivamente na assistência técnica aos seus cooperados, que são insuficientemente atendidos pelo serviço do Governo.

Isso é apenas uma hipótese. As cooperativas poderiam também investir no treinamento dos seus cooperados para produzir derivados do leite, como queijos e laticínios, agregando-se valor. Além disso, investir em silos coletivos que poderiam atender a diversas pequenas propriedades rurais no período da estiagem, como ocorre em muitos países europeus. Também não se pode descartar a compra de insumos agrícolas em grandes quantidades e assistir ao cooperado na melhoria do rebanho e no aumento da produtividade leiteira, sem esquecer que as cooperativas, ao conhecer a realidade da sua região, podem ajudar o cooperado a encontrar atividades associadas à criação de gado, como o exemplo ocorrido com o melhoramento genético. Deve-se partir também para essas pequenas associações.

Da mesma forma, Sr. Presidente, cooperativas de crédito, associadas às cooperativas agrícolas, são uma alternativa que se têm mostrado bem-sucedidas em diversas regiões do nosso País, inclusive em várias regiões de Minas Gerais.

Por fim, existe o papel do Governo, seja Federal, seja Estadual. Ambos podem colaborar, na medida em

que treinem o cooperado para aprender tarefas de gestão. O produtor rural pode ser muito bom no campo, mas, muitas vezes, falta-lhe conhecer as técnicas de administração de uma entidade, especialmente uma tão sensível como as cooperativas.

O Governo Federal deve também aumentar os seus investimentos na área sanitária animal, para evitar que o gado brasileiro enfrente riscos, como a recente crise de febre aftosa em Mato Grosso do Sul – no vizinho Estado do Senador Ramez Tebet – e também no Paraná. No mesmo sentido, a abertura de linhas de crédito para pequenos produtores com juros menores e prazos mais extensos é essencial. Por fim, Sr. Presidente, o Governo deve investir na assistência técnica ao pequeno produtor, a fim de melhorar geneticamente o rebanho para o conseqüente aumento de produtividade.

Colegas Senadoras, Colegas Senadores, Povo de Minas que está nos assistindo – principalmente o produtor rural –, estou continuamente envolvido em ações que visem a melhorar a situação da produção leiteira de Minas Gerais. Essa tem sido minha missão e, asseguro, continuará sendo, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim e Sr. Senador Ramez Tebet, aqui, no Congresso Nacional.

E quero, em tempo, nobre Senador Paulo Paim, agradecer e cumprimentar o meu conterrâneo de Conselheiro Lafaiete que se faz presente Dr. Luiz Antônio Teixeira de Andrade.

É um prazer recebê-lo nesta Casa!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Durante o discurso do Sr. Aelton Freitas, a Sra. Fátima Cleide, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos, de imediato, a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide.

S. Ex^a dispõe de dez minutos com a tolerância de mais dois minutos.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer três registros importantes de fatos que ocorreram nesta semana.

O primeiro ocorreu no dia de ontem, no Palácio do Planalto, Senador Paulo Paim. Militamos na mesma Frente, em defesa dos direitos dos povos indígenas. Houve a assinatura do decreto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que cria a Comissão Nacional de Política Indigenista.

Para nós, da Frente Parlamentar, essa decisão vem a bom tempo, e esperamos que essa comissão trabalhe o mais arduamente possível para que possamos, ainda no Governo do Presidente Lula, instalar o Conselho Nacional de Política Indigenista neste País. Esse Conselho será, sem dúvida, um espaço para que possamos dirimir grandes problemas que ocorrem no dia-a-dia das nossas populações indígenas.

Outro registro, Senador Paulo Paim, Presidente desta Casa neste momento, é com relação ao dia 21 de março, dia em que comemoramos o Dia Internacional contra a Discriminação Racial. Infelizmente, é necessário lembrar aqui que ainda tramita na Câmara dos Deputados, desde a convocação extraordinária, o Projeto de Lei nº 73/1999, da Deputada Nice Lobão, apensado a outros projetos com o mesmo objetivo. O projeto trata do ingresso nas universidades públicas de alunos oriundos de escola pública, e serão reservadas 50% das vagas para esses alunos.

Além disso, esse projeto estabelece uma reserva de vagas para afrodescendentes e indígenas, proporcionalmente aos índices de composição populacional, conforme dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

Essas medidas buscam corrigir distorções históricas no acesso ao ensino superior público federal, apontadas nas reivindicações da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, da União Nacional de Estudantes e do Movimento dos Sem Universidades, entre outros segmentos da sociedade brasileira.

Então, é importante, Senador Paulo Paim, que façamos essa cobrança, para que a Câmara Federal aprecie e envie para o Senado Federal, o mais urgente possível, esse projeto, que popularmente ficou conhecido como projeto da lei de cotas.

Outro registro que também considero importante fazer, na tarde de hoje, é com relação à aprovação, na tarde de ontem, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 4.559, de 2004, de autoria do Governo Federal, que cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher e estabelece medidas para prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência.

O projeto, Sr. Presidente, autoriza os Estados a criarem Varas e juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher com competência civil e criminal. Em outras palavras, torna crime a violência praticada contra a mulher no âmbito doméstico.

O texto aprovado é substitutivo ao da Deputada Iriny Lopes, do PT do Espírito Santo. Entre as medidas de proteção que o juiz poderá adotar com urgência, quando necessário, estão o encaminhamento da mulher em situação de violência e de seus dependentes

a programa oficial ou comunitário de proteção e a recondução da mulher ao seu domicílio após o afastamento do acusado.

No caso do agente praticante da violência, o juiz poderá ainda suspender e restringir o porte e a posse de armas, determinar o afastamento do domicílio ou do local de convivência com a ofendida, proibir condutas como aproximação e comunicação, além de restringir ou suspender visitas aos dependentes menores.

Sr. Presidente, quero ainda felicitar a União Nacional de Vereadores pela realização do seu 139º Encontro Nacional de Vereadores, Vereadoras, Prefeitos, Vice-Prefeitos, Secretários Municipais, Assessores e Funcionários das Câmaras Municipais do País.

O encontro, que começou na terça-feira, 21 de março, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, é de extensa e importante pauta. Dele consta agenda que avalio oportuna, não somente por nos encontrarmos em março, mês da mulher, mas especialmente porque estamos num ano eleitoral.

A cada eleição nos esforçamos para incentivar valorosas companheiras, guerreiras, a participar do processo eleitoral, oferecendo sua energia e competência para a nominata de candidatos aos diversos cargos eletivos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quando se fala da mulher no cenário político, logo pensamos na presença feminina nas esferas de poder. Pensamos na representação da mulher nos Paramentos e nos Executivos.

A política de cotas, instituída nas eleições de 1996 e logo a seguir ampliada de 20% para 30% com mudança na lei geral das eleições, em setembro de 1997, não tem produzido mudança na relação desigual a curto prazo. Em 2004, por exemplo, nenhum Partido completou a cota mínima de indicação feminina para as eleições.

Sabíamos que assim seria, como sabemos que acontece em toda política de afirmação. Sabíamos que a lei de cotas seria um instrumento de avanço no processo, jamais a solução definitiva na reversão do pequeno número de mulheres na vida pública.

A lei de cotas é uma política de ação afirmativa, conquistada pela determinação da mulher organizada em diversos movimentos, que tem trazido idéias para o debate, aguçando a participação da mulher, propiciando aprendizagem nova sobre o exercício do poder para homens e mulheres.

Certamente, há muito caminho a percorrer para alterarmos a relação desigual existente no mundo da política. Exemplos? Temos vários.

Nesta Casa, dos 81 Senadores, 10 mulheres foram eleitas em 2002. Na Câmara Federal, são 45 mulheres num universo de 513 Deputados Federais.

Em meu Estado, Rondônia, das 52 Prefeituras, apenas cinco são administradas por mulheres. Também são cinco as Vice-Prefeitas. As Vereadoras, em meu Estado, somam 56 do total de 482 Vereadores eleitos em 2004, um percentual de 13,14%.

Alegra-me muito que, nesse universo, as Parlamentares petistas sejam o número maior. Das 56 Vereadoras de Rondônia, por exemplo, 14 são filiadas a meu Partido – e me alegra mais ainda o fato de que foram eleitas no momento em que eu presidia o diretório estadual –, um percentual de 24,56% dentre os eleitos pelo PT, índice proporcionalmente considerado o maior em pesquisa efetuada pelo Diretório Nacional do PT ao examinar os números dos Municípios na eleição de 2004.

Aqui, no Senado, somos três Parlamentares e esta Casa, com muito orgulho e respeito, abrigou excelentes nomes do PT, como a hoje Ministra Marina Silva, a ex-Ministra Emilia Fernandes e a ex-Governadora Benedita da Silva. Todas imprimiram marcas importantes em sua trajetória.

Também é curioso constatar, no Senado e na Câmara, que as mulheres do Norte e do Nordeste, as Regiões mais desiguais do País, predominam. É um elemento em que muitos estudiosos já se debruçaram.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a presença da mulher no cenário político ainda é tímida por muitas razões: medo do poder, inacessibilidade aos doadores de campanhas, sobrecarga de atribuições e, por que não dizer, a própria maternidade.

Desconhecimento e desconfianças sobre o processo eleitoral fornecem um quinhão significativo na aversão que muitas mulheres têm pela política, pela vida pública. Muitos desses impedimentos, certamente, afetam os homens também, porque alcançar a vida pública, todos sabemos, não é tarefa fácil. É renúncia. É missão. Pressão. Mas como, historicamente, as estruturas públicas e econômicas são majoritariamente conduzidas pelos homens e a cultura predominante na sociedade brasileira favorece a participação masculina no processo, é muito mais difícil para nós, mulheres, não há dúvida, lançarmo-nos na vida pública.

Sou, Sr. Presidente, entretanto, muito otimista, porque a História, a cada dia, desvenda a importância da participação das mulheres e de sua ação política nos processos revolucionários. Da abolição da escravidão à ampliação dos direitos dos cidadãos e cidadãs, nas Revoluções Francesa e Americana, na Revolução Industrial, as mulheres foram força e presença para as mudanças efetuadas entre os homens e entre os gêneros.

São reconhecidas e notórias as presenças de precursoras, no Brasil, como Nísia Floresta, Isabel Dilan,

Bertha Lutz, Gilka Machado, entre outras, lutadoras intransigentes pelos direitos femininos.

Em nosso tempo, vislumbro, como um marco importante para quebra de paradigmas e incentivo à vida pública, a formação do corpo ministerial do Presidente Lula, que nomeou muitas mulheres para compor seu Governo. Nele, a configuração com mulheres é marcante. Dilma Rousseff é um exemplo, no Ministério das Minas e Energia e, agora, na Casa Civil. Cargos de relevo incontestes e de predomínio da cultura política masculina simbolizam para nós, mulheres, e para toda a sociedade uma demonstração ímpar de que homens e mulheres podem caminhar, lado a lado, para a construção de um País melhor.

Sr. Presidente, considere importante fazer o registro de que a União Nacional de Vereadores está travando, neste momento, um debate importante para a vida pública e para a política nacional, a respeito da participação das mulheres no Poder Público.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Fátima Cleide, a Presidência faz questão de cumprimentá-la por trazer ao debate o 21 de Março, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, inspirado no massacre de Shaperville, na África do Sul, na época de Nelson Mandela. V. Ex^a muito bem ilustra a luta das mulheres, dos negros e dos índios.

Faço uma homenagem a V. Ex^a como mulher e lutadora das causas populares.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos, com a devida tolerância que esta Presidência teve também com a Senadora Fátima Cleide. Em seguida, tem a palavra o Senador Pedro Simon, também gaúcho.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, querido conterrâneo gaúcho, muito obrigado pela oportunidade e pela compreensão.

Trago um tema que considero relevante porque tem muito a ver não apenas com o nosso Rio Grande do Sul, mas com o Brasil e com o nosso continente, a América do Sul, já que, no próximo domingo, o Mercosul completa 15 anos de existência, com uma trajetória marcada por debates, muito trabalho, dúvidas, críticas, mas, acima de tudo, por avanços e conquistas em diversos terrenos.

O Mercosul tem seu marco histórico no Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991, em Assunção, pelos Presidentes do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e seus respectivos Ministros de Relações Exteriores.

Em decorrência, fundamentada juridicamente no art. 24 do Tratado de Assunção, em 6 de dezembro de 1991, foi criada, em Montevideu, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, “com o objetivo de facilitar a implementação do Mercado Comum”.

Instituída definitivamente em 17 de dezembro de 1994 pelo Protocolo de Ouro Preto, a Comissão – a qual presido atualmente – passou a funcionar internamente nos países-membros e, em particular, no Brasil, a partir de 1996, por meio da Resolução nº 1 do nosso Congresso Nacional.

Desde então, os países fundadores do Mercosul inauguraram um novo período histórico de relações comerciais mais intensas e, principalmente, plantaram a semente para a construção de uma unidade ainda mais ampla.

Exemplo dessa situação é o fato de que, apesar das dificuldades e dos conflitos pontuais – como a crise envolvendo a instalação de uma fábrica de celulose no Uruguai, a crise instalada entre Uruguai e Argentina, que motivou inclusive a vinda do Presidente do Uruguai Tabaré Vázquez* a Brasília nesses últimos dias para um encontro com o Presidente Lula no sentido de intermediar a solução dessa questão, e a tensão com o tráfego de veículos e a fiscalização na Ponte da Amizade que hoje começa a ser resolvida entre o Brasil e o Paraguai –, o comércio bilateral entre Brasil e Argentina dobrou de 2002 para 2005, segundo informações oficiais da SECEX – Secretaria de Comércio Exterior.

Este momento, portanto, mais do que comemoração, é de reflexão sobre os caminhos do Mercosul, de avaliação dos seus acertos, das suas contribuições e também de corrigir rumos e de apontar novos caminhos para a integração de nossos povos.

A integração do continente sul-americano, em nossa opinião, deve avançar para um novo estágio, superando as atuais relações centralmente focadas no intercâmbio comercial.

A recente adesão da Venezuela, no histórico dia 9 de dezembro de 2005, em Montevideu, como já registramos em artigo publicado pelo jornal **O Globo**, alargou os horizontes do Mercosul, estendendo sua abrangência do extremo sul da Patagônia às portas do Caribe.

Acreditamos que, mais do que um bloco dos países do Cone Sul, que o deixaria exposto ao isolamento, o Mercosul tem condições de constituir-se em verdadeiro pólo catalisador da unidade dos países do conjunto da América Sul.

Nesse sentido, defendemos a preservação do Mercosul com o bloco de países do Pacto Andino com o objetivo estratégico de fundir as duas instituições

em um único bloco – o bloco da unidade do continente sul-americano.

Nesse espírito, gostaria de registrar a entrevista do historiador inglês, Tony Judt à revista **Veja** da semana passada, em que ele fala da União Européia como “uma combinação entre a liberdade dos Estados Nacionais e o poder das instituições transnacionais”.

Com extrema sabedoria, o historiador destaca a necessidade de combinar o poder de Estado e a liberdade da economia, ao mesmo tempo em que adverte que “se não quisermos um mundo anárquico, precisamos de um sistema internacional de instituições, legislação e acordos”.

É nesse sentido que acreditamos em uma nova visão de integração que, acima de compromissos ou preconceitos ideológicos, aposta na construção de uma ampla e sólida unidade dos países da América do Sul, com vistas à inserção soberana do continente na economia globalizada.

Antes ausente da agenda comum do continente, é inegável a importância que adquire, por exemplo, a iniciativa de se promover a integração energética da América do Sul, Presidente Paulo Paim, nos campos da energia elétrica, do petróleo e, de forma especial, do gás natural.

Também é de grande importância a proposta do Fundo de Financiamento Latino-Americano, defendida pelos Governos da Argentina e da Venezuela, para assegurar “vias” mais independentes de desenvolvimento econômico e social.

Na mesma direção, aprovamos recentemente na Comissão do Mercosul, o acordo internacional que prevê o Fundo para Financiar Ações de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul – Focem –, uma das principais decisões adotadas no âmbito dos debates e dos encaminhamentos para a construção do Mercosul.

O Fundo tem como objetivo financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, especialmente das economias menores e das regiões menos desenvolvidas do bloco e apoiar o fortalecimento da estrutura institucional e do processo de integração.

A vigência de uma política industrial comum, também defendida recentemente pelos governos do Brasil e da Argentina, da mesma forma é fundamental para promover a inter-relação dos sistemas produtivos e reduzir as assimetrias das economias da região.

Longe de conceitos de “esquerda” ou “direita”, e baseado em uma política concreta, pragmática e estratégica, o bloco dos países da América Latina terá melhores condições de negociar e estabelecer melhores relações no jogo do poder mundial.

Quero registrar aqui o testemunho histórico de um dos precursores no processo da integração do Mercosul, o nosso Senador Pedro Simon, que, como Governador do Rio Grande do Sul, foi um dos idealizadores, um dos construtores desse processo. Lembro-me, Senador Pedro Simon, da luta travada por V. Ex^a por uma ligação estratégica Brasil/Chile, que, seguramente, construiria novos parâmetros e novos patamares de desenvolvimento. Então, é justo, neste momento em que o Mercosul completa 15 anos, registrar a luta de um de seus precursores que, para nosso privilégio, Senador Paulo Paim, é gaúcho e, como Governador do Rio Grande à época, iniciou todas essas tratativas que se concluem hoje pelas comemorações dos 15 anos de instalação do Mercosul.

Diante dessa realidade e da necessidade de construir novos caminhos para a integração, iniciados lá atrás com o testemunho e a experiência do nosso Senador Pedro Simon, reveste-se de extraordinária importância política a aprovação do protocolo de constituição do Parlamento do Mercosul em dezembro do ano passado.

Instalado até o final deste ano, o Parlamento do Mercosul será uma caixa de ressonância para as reivindicações dos setores impactados pelo processo de integração e interface entre o público em geral e as instâncias governamentais negociadoras.

A ampla integração do continente sul-americano tem o poder de consolidar definitivamente o processo democrático e contribuir para tornar vitoriosa qualquer política de combate ao terrorismo, ao narcotráfico, ao contrabando ou à violência urbana.

E, mais do que isso, promover a verdadeira união da América do Sul, com livre circulação de pessoas, igualdade de direitos, integração cultural, Senador Paim, e, fundamentalmente, com respeito à identidade particular de cada um dos nossos povos.

Para finalizar, queria destacar, como demonstração positiva desse processo, que, ainda hoje, nesta Casa, aprovamos, na Comissão de Relações Exteriores, Projeto de Decreto Legislativo que prevê acordo entre Brasil e Bolívia, nosso futuro sócio dentro do Mercosul, para permitir a residência, estudo e trabalho para os fronteiriços dos dois países – a exemplo do que já existe entre Brasil e Uruguai, já em vigor, e Brasil e Argentina, em estágio de implantação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sérgio Zambiasi, a Presidência, neste momento, exercida por mim, faz questão de cumprimentar V. Ex^a, na qualidade de Presidente da Comissão do Mercosul, pelo pronunciamento que faz ao ensejo do transcurso dos 15 anos do Mercosul. Por extensão, cumprimento também o Senador Pedro Simon, que,

como disse V. Ex^a, foi o grande coordenador desse movimento chamado Mercosul.

De imediato, passamos a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

S. Ex^a dispõe de até dez minutos, com mais dois de tolerância.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Uma reunião de gaúchos, não é, Sr. Presidente? V. Ex^a presidindo a sessão; o Senador Sérgio Zambiasi deixando a tribuna a que assomo agora. Que bom! A nossa representação no Senado nunca teve um momento como este. Embora pertençamos a três Partidos diferentes, estamos permanentemente juntos na defesa do Rio Grande do Sul. Isso é tão importante e tão significativo que, muitas vezes, fazemos um trabalho três vezes ao mesmo tempo: V. Ex^a está num lugar, eu estou em outro e o Senador Sérgio Zambiasi, em outro.

V. Ex^a, por exemplo, sempre preocupado com o problema dos excluídos, que abordamos ontem, o problema do idoso, o problema do salário mínimo. Acho que V. Ex^a é o Senador que mais se preocupou com os problemas sociais ao longo da existência desta Casa. V. Ex^a dá um tom diferente desde que assumiu a Senatoria. As manchetes de jornais inclusive publicam isso. O grande debate sobre o salário mínimo não é mais na Câmara, é aqui no Senado com V. Ex^a, como aconteceu – e foi um trabalho espetacular de V. Ex^a –, na questão dos aposentados, quando da defesa da emenda paralela. Naquela ocasião, nós, inúmeros Senadores, tivemos oportunidade de ficar atrás de V. Ex^a, dando-lhe apoio, e foi uma vitória muito grande à qual o Governo teve de se curvar.

E o mesmo com Zambiasi. O Senador Zambiasi, para quem não o conhece, é um homem que tem um programa de rádio durante anos a fio, das 6 da manhã até à uma da tarde, totalmente dedicado às questões, aos problemas sociais. Eu ficava impressionado com a vida do Zambiasi, porque ele não vivia. Ele resolvia centenas de problemas, equacionava uma infinidade de questões. Eu fui um dos responsáveis – porque insisti muito! – pelo fato de o Zambiasi entrar na política; ele não queria, porque dizia que a missão dele era fazer aquele trabalho social que ele fazia. E tem obra do Zambiasi, como o problema das drogas, lá no Recanto do Zé, onde ele fez mais sozinho do que todo o Governo do Estado junto, recolhendo, debaixo das pontes, pessoas praticamente às vésperas da morte e que vejo lá se recuperarem, deixando completamente o vício da droga, tornando-se inclusive colaboradores anônimos no trabalho de combate à droga.

Para mim, é uma honra muito grande ser companheiro de V. Ex^a e do Senador Sérgio Zambiasi. V. Ex^as

vieram dignificar e honrar o Estado do Rio Grande do Sul. E, ao entrar na sublegenda, nos trabalhos dos dois, posso dar ao meu trabalho um sentido social e humano tão mais profundo do que era antigamente.

Muito obrigado a V. Ex^as.

Sr. Presidente, o Senador Paulo Brossard foi uma das figuras mais extraordinárias deste Congresso. Ele viveu as horas mais difíceis. Em 1974, quando era difícil falar e havia um medo no ar, Paulo Brossard, líder do nosso Partido nesta Casa, começou a denunciar a violência e a tortura; ele começou a falar. Pena que, naquela altura, não tinha ainda a TV Senado. E foi uma voz que percorreu o Brasil em defesa da liberdade. Depois, Paulo Brossard foi Ministro da Justiça do Presidente José Sarney, que o indicou para membro do Supremo Tribunal Federal, aprovado pela unanimidade desta Casa.

Foi Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, onde começou as reformas enormes que terminaram hoje no processo da urna eletrônica, que nos coloca na frente de todo mundo nessa questão. Foi Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal. Apresentei um projeto aqui porque achei um absurdo quando ele completou 70 anos e teve de deixar o Tribunal, exatamente às vésperas de uma eleição em que iria possibilitá-lo presidir o tribunal e poder mostrar toda a sua capacidade.

Foi assim com ele e com o Ministro Jatene, que teve de abandonar a presidência do Instituto do Câncer por ter completado 100 anos. Apresentei uma emenda nesse sentido, mas está aí uma confusão que nem sei responder.

Recebi uma carta de Paulo Brossard, que foi escolhido para ser advogado da Mesa do Senado na questão referente à decisão tomada ontem no Supremo com relação à verticalização das eleições. Ele tornou pública a carta e a distribuiu, inclusive, à imprensa.

O conteúdo da carta é o seguinte:

Paulo Brossard
Advogado

Brasília, 20 de março de 2006

Exm^o Sr.
Renan Calheiros
DD. Presidente do Congresso Nacional
Brasília – Distrito Federal.

Sr. Presidente,

Anexo à presente, e dentro do prazo legal, faço a entrega do trabalho jurídico que me foi solicitado, informações que o Congresso Nacional deveria prestar ao egrégio Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADIn nº 3685, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ao formalizar a entrega do trabalho, sinto-me no dever de fazer o registro de alguns fatos.

Cronologicamente, lembro que fui convidado por V. Ex^a para defender a constitucionalidade da Emenda Constitucional nº 52 e sua aplicabilidade imediata, pois, publicamente, sustentara posição que afastava a dita “verticalização” das eleições do presente ano.

O convite ocorreu tão logo a Ordem dos Advogados do Brasil anunciou que ingressaria no Supremo Tribunal Federal contra a Emenda.

Em 6 de março corrente, a pedido de V. Ex^a, ficou esclarecido que meu trabalho seria como advogado, ficando a meu encargo elaborar as informações que o Congresso prestaria na ADIn anunciadas pela OAB, o único momento em que há possibilidade de expor razões nos autos por advogado em Ação Direta de Inconstitucionalidade. Fazia-se necessário aguardar o ingresso da ADIn anunciada pela OAB, para ver os fundamentos que seriam utilizados e, então, enfrentá-los.

Nos termos do despacho do Sr. Ministro Gilmar Mendes, foi determinado que o julgamento da liminar se daria com o mérito da ação. O Congresso Nacional, após a intimação, tinha dez dias de prazo para prestar informação ao Supremo Tribunal Federal. Após prestadas, e com elas, o processo seria encaminhado à Advocacia-Geral da União e, depois, à Procuradoria-Geral da República, ambos com prazo de cinco dias para manifestação.

Quando instruído, o processo retorna ao ministro relator, que pede dia para julgamento, colocando-o em pauta, com antecedência mínima de 48 horas. É feito este registro, que reproduz normas legais e regimentais do Supremo Tribunal Federal, pois ocorreram fatos inexplicados e inexplicáveis.

A ADIn nº 3.685 foi ajuizada no dia 09 de março de 2006.

O Congresso Nacional foi intimado a prestar informações no dia 10, sexta-feira. O prazo iniciou na terça-feira, dia 13 de março, primeiro dia útil, findando em 22 de março. Até esta data o Congresso Nacional teria prazo para apresentar suas informações ao STF, com as razões jurídicas na defesa da constitucionalidade da Emenda.

No domingo, dia 12, por mensagem eletrônica, consultei a Advocacia-Geral do Se-

nado sobre a data da intimação para prestar informações, consignando que utilizaria todo o prazo dos dez dias. Em resposta, na segunda-feira, 13 de março, o Advogado-Geral não se insurgiu quanto ao uso integral do prazo, e consultou se responderia também a segunda ADIn de nº 3.686.

Com surpresa recebi ligação telefônica do Advogado-Geral, feita a seu pedido [do Presidente do Senado], na noite do primeiro dia do prazo, 13 de março, perguntando se o trabalho poderia ser entregue no dia seguinte, quando recém estava tomando contato com a ação e, mais, havia recebido cópia da segunda ADIn, nº 3686, com cerca de cem páginas, ajuizada sobre a mesma matéria por outra entidade.

Desnecessário dizer que a responsabilidade profissional, a importância institucional do Congresso, a matéria a ser submetida ao mais alto Tribunal da Nação não tornavam possível fazer um trabalho de afogadilho, sem utilizar o prazo processual legalmente assegurado para prestar as informações.

Um segundo telefonema do Advogado-Geral, à noite de segunda-feira, solicitou o meu comparecimento ao Senado na manhã de terça-feira, para conversar com Vossa Excelência.

Lá estive, em seu gabinete, na manhã de 14 de março, mas V. Ex^a não pôde comparecer. Mas falamos ao telefone; expus as razões pelas quais não podia apresentar as informações com a pressa subitamente pretendida.

V. Ex^a pediu-me que expusesse ao presidente de um partido, debitando a ele o interesse na rápida solução. Assim o fiz, ao telefone, de seu gabinete, imaginando que a situação estivesse explicada.

Como o advogado do Congresso Nacional, tinha a obrigação de fazer o melhor na defesa do cliente, ao representá-lo em juízo, e não poderia apresentar um trabalho de forma apressada, para cumprir mera formalidade. Se o Congresso Nacional havia me escolhido, eu haveria de me desincumbir para bem defendê-lo. Naquela ocasião, perguntando, disse que não poderia apresentar o trabalho antes do próximo final de semana, ainda dentro do prazo, que finalizaria na quarta-feira, dia 22 de março.

Na tarde de 14 de março, estava na Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, quando fui chamado pelo Presidente da Corte, Ministro

Nelson Jobim, em seu gabinete. No caminho, atendi ligação telefônica de Vossa Excelência, e comuniquei o fato.

O Presidente Nelson Jobim pediu que fossem logo apresentadas as informações do Congresso Nacional. Respondi que não tinha como fazê-lo, que o prazo estava em curso, que aquele era o segundo dia, que havia razões a serem expostas pelo advogado.

Disse S. Ex^a que tinha compromisso com os partidos para julgar a ADIn nº 3685, e que precisava que as informações do Congresso Nacional fossem apresentadas com urgência. O julgamento deveria ocorrer a 23 ou 24 de março.

Nesse contexto, o Ministro Presidente informou que já havia providenciado junto à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral da República, e que a manifestação de uma e o parecer da outra já estavam prontos. A Ministra Relatora já estava apta para levar a julgamento o efeito, informou o Presidente do STF.

Tudo isto antes que as informações do Congresso Nacional fossem apresentadas e que as instituições – AGU e PGR – pudessem conhecer suas razões.

Salientei que havia outra ADIn, além da primeira, nº 3686, extensa, que também deveria ser examinada e respondida pelo Congresso Nacional, que fora intimado a fazê-lo. S. Ex^a disse que o Congresso respondesse apenas a da Ordem dos Advogados; ponderei que o Congresso estava intimado a prestar informações na ADIn nº 3686, e não podia se furtar de responder. Estávamos no segundo dia de prazo.

Pela responsabilidade da incumbência que me fora atribuída, não poderia apresentar informações adequadas com a pressa subitamente pretendida. Ele então disse que assim seria impossível de julgar a ADIn nº 3685 no dia 23 ou 24 de março, e chegou a aventar a possibilidade de o Congresso prestar as informações imediatamente, por seus serviços próprios, e a tramitação da ADIn prosseguir como ele esperava.

Na data de hoje, quando o Congresso Nacional disporia ainda de prazo para prestar informações, conforme o combinado, entrego a V. Ex^a o trabalho que me foi cometido. Considero cumprida a minha tarefa profissional.

Não posso deixar de registrar que chegou ao meu conhecimento que já foram apresentadas pelo Congresso Nacional ao Supremo Tribunal Federal as informações pela Advocacia-Geral do Senado, sem que isso me tivesse sido sequer noticiado, por Vossa Excelência, ou por quem quer que fosse. Aliás, até agora não conheço o teor das informações, que suponho brilhantes.

Estes os fatos, dos quais concluo ter sido dispensado do encargo congressional. É claro que V. Ex^a poderia dispensar-me, o que estranho é a forma como isto foi feito. Não me queixo, apenas registro o fato. Sempre entendi que, se o advogado deve ser leal com o cliente, o mesmo dever de lealdade tem o cliente para com o advogado.

Passo às suas mãos o teor das informações por mim elaboradas apenas para documentar sua tempestividade. Outrossim, reservo-me o direito de dar publicidade a trabalho de minha autoria.

Atentamente

Paulo Brossard de Souza Pinto.

Ora, Sr. Presidente, nego-me a comentar esse projeto. Nego-me. É um assunto tão sério, tão previsível, tão grave, é o Presidente do Congresso Nacional, é o Presidente do Supremo, é a figura de uma pessoa como Paulo Brossard de Souza Pinto. Peço a transcrição nos Anais, mas não comento. As pessoas haverão de vir copiar esse documento, haverão de tomar conhecimento dele e haverão de fazer o seu juízo.

Paulo Brossard de Souza Pinto é uma das pessoas mais dignas e corretas que conheço, mais justas e mais descentes; advogado talvez o melhor do Brasil; Ministro dos mais dignos que o Supremo já teve; a sua vida é uma linha reta. Brossard é até tímido, ele é introspectivo. Imagino o profundo sentimento de tristeza que ele deve ter tido para escrever esta carta e lhe dar publicidade. Não sei se o Presidente da Casa ou o outro Presidente quer alguma resposta, mas nos Anais da Casa ficará para que, no devido tempo, se tome conhecimento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR.SENADORPEDROSIMONEMSEUPRO-
NUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno)

 Paulo Prasad
advogado

Brasília, 20 de março de 2006.

Exmo. Sr.
Renan Calheiros
DD. Presidente do Congresso Nacional
Brasília -- DF

Senhor Presidente:

DOCUMENTO A QUE SE
REFERE

Anexo à presente, e dentro do prazo legal, faço a entrega do trabalho jurídico que me foi solicitado, informações que o Congresso Nacional deveria prestar ao egrégio Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI nº 3685, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ao formalizar a entrega do trabalho, sinto-me no dever de fazer o registro de alguns fatos.

Cronologicamente, lembro que fui convidado por V. Exa para defender a constitucionalidade da EC nº 52 e sua aplicabilidade imediata, pois publicamente sustentara posição que afastava a dita “verticalização” nas eleições do presente ano.

O convite ocorreu tão logo a Ordem dos Advogados do Brasil anunciou que ingressaria no STF contra a Emenda.

Em 6 de março corrente, a pedido de V. Exa., ficou esclarecido que meu trabalho seria como advogado ficando a meu encargo elaborar as informações que o Congresso prestaria na ADI anunciada pela OAB, o único momento em que há possibilidade de expor razões nos autos por advogado em Ação Direta de

Inconstitucionalidade. Fazia-se necessário aguardar o ingresso da ADI anunciada pela OAB, para ver os fundamentos que seriam utilizados, e então enfrentá-los.

Nos termos do despacho do Sr. Ministro Gilmar Mendes, foi determinado que o julgamento da liminar se daria com o mérito da ação. O Congresso Nacional, após a intimação, tinha dez dias de prazo para prestar informações ao STF. Após prestadas, e com elas, o processo seria encaminhado à Advocacia Geral da União, e depois à Procuradoria-Geral da República, ambas com prazo de cinco dias para manifestação.

Quando instruído, o processo retorna ao ministro relator, que pede dia para julgamento, colocando-o em pauta, com antecedência mínima de 48 horas. É feito este registro, que reproduz normas legais e regimentais do Supremo Tribunal Federal, pois ocorreram fatos inexplicados e inexplicáveis.

[A ADIn nº 3685 foi ajuizada no dia 9 de março de 2006.

O Congresso Nacional foi intimado a prestar informações no dia 10, sexta-feira. O prazo iniciou na segunda-feira, dia 13 de março, primeiro dia útil, findando em 22 de março. Até esta data o Congresso Nacional teria prazo para apresentar suas informações ao STF, com as razões jurídicas na defesa da constitucionalidade da Emenda.

No domingo, dia 12, por mensagem eletrônica, consultei a Advocacia-Geral do Senado sobre a data da intimação para prestar informações, consignando que utilizaria todo o prazo de dez dias. Em resposta, na segunda-feira, dia 13 de março, o Advogado-Geral não se insurgiu quanto ao uso integral do prazo, e consultou se responderia também a segunda ADI de nº 3686.

Com surpresa recebi ligação telefônica do Advogado-Geral, feita a seu pedido, na noite do primeiro dia do prazo, 13 de março, perguntando se o trabalho poderia ser entregue no dia seguinte, quando recém estava tomando contato com a

ação, e, mais, havia recebido cópia da segunda ADI, nº 3686, com cerca de 100 páginas, ajuizada sobre a mesma matéria, por outra entidade.

Desnecessário dizer que a responsabilidade profissional, a importância institucional do Congresso, a matéria a ser submetida ao mais alto tribunal da Nação, não tornavam possível fazer um trabalho de afogadilho, sem utilizar o prazo processual legalmente assegurado para prestar as informações.

Um segundo telefonema do Advogado-Geral à noite de segunda-feira solicitou meu comparecimento ao Senado na manhã de terça-feira, para conversar com Vossa Excelência.

Lá estive, em seu gabinete, na manhã de 14 de março, mas V. Exa. não pode comparecer, mas falamos ao telefone; expus as razões pelas quais não podia apresentar as informações com a pressa subitamente pretendida.

V. Exa. pediu-me que expusesse ao presidente de um partido, debitando a ele o interesse na rápida solução; assim o fiz, ao telefone, de seu gabinete, imaginando que a situação estivesse explicada.

Como advogado do Congresso Nacional, tinha a obrigação de fazer o melhor na defesa do cliente, ao representá-lo em juízo, e não poderia apresentar um trabalho de forma apressada, para cumprir mera formalidade. Se o Congresso Nacional havia me escolhido, eu haveria de me desincumbir para bem defendê-lo. Naquela ocasião, perguntado, disse que não poderia apresentar o trabalho antes do próximo final de semana, ainda dentro do prazo, que finalizaria na quarta-feira, dia 22 de março.

Na tarde de 14 de março estava na biblioteca do Supremo Tribunal Federal, quando fui chamado pelo Presidente da Corte, Ministro Nelson Jobim, em seu gabinete. No caminho, atendi ligação telefônica de Vossa Excelência, e comuniquei o fato.

O Presidente Jobim pediu que fossem logo apresentadas as informações do Congresso Nacional. Respondi que não tinha como fazê-lo, que o prazo estava em curso, aquele era o segundo dia, que havia razões a serem expostas pelo advogado.

Disse S. Exa. que tinha compromisso com os partidos para julgar a ADI nº 3685, e que precisava que as informações do Congresso Nacional fossem apresentadas com urgência. O julgamento deveria ocorrer a 23 ou 24 de março.

Nesse contexto, o Ministro Presidente informou que já havia providenciado junto à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral da República, e que a manifestação de uma e o parecer da outra já estavam prontos. A ministra relatora estava apta para levar a julgamento o feito, informou o Presidente do STF.

Tudo isto antes que as informações do Congresso Nacional fossem apresentadas, e que as instituições – AGU e PGR – pudessem conhecer suas razões.

Salientei que havia outra ADI além da primeira, nº 3686, extensa, que também deveria ser examinada e respondida pelo Congresso Nacional, que fora intimado a fazê-lo. S. Exa. disse que o Congresso respondesse apenas a da Ordem dos Advogados; ponderei que o Congresso estava intimado a prestar informações na ADI nº 3686, e não podia se furtar de responder. Estávamos no segundo dia do prazo.

Pela responsabilidade da incumbência que me fora atribuída, não poderia apresentar informações adequadas com a pressa subitamente pretendida. Ele então disse que assim seria impossível julgar a ADI nº 3685 no dia 23 ou 24 de março, e chegou a aventar a possibilidade do Congresso prestar as informações imediatamente, por seus serviços próprios, e a tramitação da ADI prosseguir como ele esperava.

Na data de hoje, quando o Congresso Nacional disporia ainda de prazo para prestar informações, conforme o combinado, entrego a V. Exa. o trabalho que me foi cometido. Considero cumprida minha tarefa profissional.

Não posso deixar de registrar que chegou ao meu conhecimento que já foram apresentadas pelo Congresso Nacional ao Supremo Tribunal Federal as informações pela Advocacia-Geral do Senado, **sem que isto me tivesse sido sequer noticiado**, por Vossa Excelência, ou por quem quer que fosse. Aliás, até agora não conheço o teor das informações, que suponho brilhantes.

Estes os fatos, dos quais concluo ter sido dispensado do encargo **congressual**. É claro que V. Exa. poderia dispensar-me, o que estranho é a forma como isto foi feito. Não me queixo, apenas registro o fato. Sempre entendi que, se o advogado deve ser leal com o cliente, o mesmo dever de lealdade tem o cliente com o advogado.

Passo às suas mãos o teor das informações por mim elaboradas apenas para documentar sua tempestividade. Outrossim, reservo-me o direito de dar publicidade a trabalho de minha autoria.

Atentamente

Paulo Brossard de Souza Pinto

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Simon, V. Ex^a será atendido na forma regimental, mas, ao mesmo tempo, agradeço, em meu nome e em nome do Senador Zambiasi, as palavras elogiosas ao nosso mandato. O carinho e o respeito que nós todos temos pelo senhor é muito grande, não só eu e o Zambiasi, mas tenho certeza que todo o povo brasileiro. Parabéns a V. Ex^a, e o carinho também a nosso sempre e sempre Senador Brossard.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa. S. Ex^a dispõe de dez minutos, com mais dois de prorrogação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Antes de a Senadora chegar à tribuna, eu gostaria de uma informação de V. Ex^a. Estou inscrita para uma comunicação inadiável. No entanto, se demorar muito para chegar a minha vez, eu poderia me inscre-

ver pela Liderança do PSOL também; é claro, após a Senadora.

Inscrevo-me também pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a falará em seguida, após a Senadora Ana Júlia, e poderá escolher a melhor opção: comunicação inadiável, como Líder, ou mesmo como oradora inscrita.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pessoas que aqui se encontram e aquelas que nos ouvem em todo o País, desde segunda feira, dia 20 de março, a começar pelo discurso emocionado da Senadora Patrícia Saboya, vários Parlamentares têm ocupado a tribuna para falar sobre o documentário exibido pela Rede Globo, no programa Fantástico, no último domingo. Essa indignação é absolutamente legítima e é mais do que justificada. Como disse a Senadora Patrícia, trata-se de nossos meninos e meninas, que, cada vez mais cedo, vivem, no seu dia-a-dia, a realidade do tráfico de drogas e não apenas do consumo de drogas.

Afinal, estamos aqui como representantes do povo que nos elegeu e somos, por consequência, representantes desses pais e mães, sobretudo dessas mães, como nós, que vêem seus filhos perderem a vida para uma luta cruel e de cartas marcadas, que é exatamente o tráfico. Já tivemos várias campanhas educativas e até uma novela ilustrando o drama das famílias de jovens que se envolvem com drogas. Mas esse problema, com o qual famílias, em sua maioria, de classe alta ou média têm que lidar vai mais além. Atinge de forma pungente os jovens de classe baixa, aqueles que são exatamente os excluídos da sociedade. Aborda-se o envolvimento de jovens ricos com as drogas, a violência urbana, o crime organizado... mas nunca os jovens das favelas que perdem suas vidas como soldados do tráfico... Isso é trágico.

Pesquisa de opinião pública do Ibope, realizada entre os dias 8 e 11 de março, aponta que, para 24% dos entrevistados, o “combate ao crime organizado e à violência” é uma das duas prioridades a serem tratadas pelo próximo Presidente. Para mim, soa até mesquinho que a preocupação com a própria segurança ou a dos seus bens seja um dos motivos para o despertar desse problema que ceifa nossos jovens das favelas, das baixadas – porque na minha terra é baixada e não favela – para usurpar seus sonhos, esperanças, transformando-os, infelizmente, em bandidos.

Antes de colocarem o patrimônio, a tranquilidade ou a segurança das famílias de classe média ou alta em risco, esses jovens já estão condenados à morte, Senador Paulo Paim. Desses 16 meninos entrevistados, 15 já morreram, e o que não morreu está preso. Lembro que esse documentário – aliás, pouca gente fez questão de frisar esse detalhe – foi feito entre os anos de 1998 e 2003. Foram mais de 200 horas de filmagem, e o último ano do documentário foi o ano de 2003.

Lembro que, na minha infância – eu, que sou única mulher com vários irmãos homens – brincávamos de mocinho e bandido. E, na verdade, para esses jovens, crianças, não se trata de brincadeira. É vida real e pior: não há mocinho, porque o bandido é o herói! É o bandido que, como disse a Senadora Patrícia Saboya Gomes, “dá uma graninha para comprar uma roupa da moda, para comprar um tênis, para dar comida à namorada, ou um presente melhor para a namorada”. Em uma fala emblemática, uma dessas crianças afirmou: “É o bandido que nos protege da polícia”. Meu Deus, isso é uma total inversão de valores! A que ponto chegamos, em que a polícia, que deveria nos proteger, é vista como algoz, como perigo! Na minha época, os meninos queriam ser polícia, queriam ser bombeiro,

queriam ser médico... Infelizmente, à mesma pergunta, a resposta: “Quando crescer, quero ser bandido”.

Segundo dados do Censo, realizado pelo IBGE em 2000, temos mais de 21 milhões de jovens com idade entre 12 e 17 anos, idade dos meninos entrevistados por esse documentário, que representa 12,51% da população total brasileira. Mais de 10 milhões são meninos. Grande parte desses meninos não têm direito à infância. Para eles, a juventude começa mais cedo, e muitos sequer chegarão à vida adulta, inclusive como esses do documentário, que mostra um único sobrevivente que está preso.

Os dados mais recentes coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2003, apontam que o Brasil tem quase 27 milhões de jovens com idade entre 10 e 17 anos; 4,5 milhões já trabalham, enquanto, infelizmente, 2,3 milhões estão fora da escola. No caso dessas crianças e adolescentes de 10 a 17 anos ocupados, o seu rendimento médio mensal representa 16,8 % do rendimento médio mensal familiar. Vejam o quanto o trabalho dessas crianças tem peso no orçamento da família.

Como vamos combater o trabalho infantil se 38% das famílias, com crianças de 0 a 14 anos de idade, têm rendimento médio mensal familiar **per capita** de até meio salário mínimo? Para outros 26,4%, esse rendimento é de meio a um salário mínimo.

Esse é o resultado de uma avassaladora desigualdade econômico-social, que só agora, depois de duas décadas e meia, começa a dar sinais de recrudescimento, ou seja, uma realidade que começa a dar sinais de que pode ser alterada.

Por que digo isso? A Pnad, essa mesma Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, feita em 2004 e realizada em dez capitais brasileiras, constatou – isso foi em 2004, e já estamos em 2006 –, pelos dados, que essa perspectiva tende a melhorar, graças a Deus! Então, 2,65 milhões de brasileiros cruzaram a linha da pobreza.

Para ser mais clara, em 2005, foram alocados cerca de R\$6,5 bilhões para o pagamento de benefícios. Isso é o suficiente para que 77,7% das famílias pobres do Brasil recebessem o benefício do Bolsa Família. Oito em cada dez famílias pobres brasileiras recebem o Bolsa Família.

Quase metade dos 48% de domicílios onde houve recebimento de dinheiro de programas sociais têm crianças de 0 a 17 anos. Mais de 50% dos domicílios que têm rendimento domiciliar mensal **per capita** menor do que um quarto do salário mínimo receberam dinheiro de programas sociais governamentais.

A geração de empregos, apontada por 58% dos entrevistados pela pesquisa do Ibope como priorida-

de, é fundamental se quisermos que os nossos jovens tenham alguma perspectiva de futuro. A pesquisa do Pnad permite identificar, a propósito, o desempenho favorável do mercado de trabalho entre 2003 e 2004. Entre 2003 e 2004, foi registrado um aumento robusto da taxa de ocupação, o que significou a criação de 2,7 milhões de postos de trabalho. Portanto, a geração de emprego e renda, Senador Paulo Paim, tem sido buscada pelo atual governo. Todavia são políticas públicas que ainda não conseguiram reverter essa situação que o documentário, feito entre 1998 e 2003, mostra de forma desnudada e chocante para todo o País.

Quero dizer que fico feliz, porque, segundo os últimos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*, o Caged, do Ministério do Trabalho, a expectativa da retomada do crescimento econômico tende a se confirmar. O resultado observado agora, em fevereiro, é o maior já registrado com relação à criação de empregos. É o maior já registrado no segundo mês do ano, comparando os meses de fevereiro desde 1992. Aponta 176.632 novos empregos. Está claro, portanto, que o desemprego vem sendo fortemente combatido e resultados positivos vêm sendo obtidos. Infelizmente, porém, como eu disse, essa cruel realidade brasileira ainda não pôde ser revertida completamente.

Essa situação pode ser ainda mais grave se introduzirmos outras variáveis, Senador Paim – V. Ex^a, que é um grande lutador em defesa das causas relativas a gênero e raça. As mulheres ganham menos do que os homens quando ocupam os mesmos postos de trabalho – lógico que não estamos falando do serviço público, mas é assim que acontece na iniciativa privada infelizmente. Infelizmente também, a “boa aparência” exigida para certos empregos exclui os mais pobres, exclui particularmente jovens negros e jovens negras. Aliás, o Senador Cristovam Buarque chamou a atenção para um fato interessante: enquanto as crianças e os adolescentes mostrados no documentário são negros, a discussão posterior ao documentário foi feita por economistas e sociólogos brancos. Corroborando a constatação feita pelo Senador Cristovam, gostaria de lembrar que já foi dito que a pobreza no país tem cor, é negra. Esse *apartheid* social é inaceitável e precisamos ter coragem para eliminá-lo.

Um passo importantíssimo nessa direção foi o reconhecimento da existência – o que aconteceu neste governo –, desse *apartheid* social, da existência desse *apartheid* racial. Pela primeira vez, temos uma Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que foi criada com **status** de ministério. Introduzimos, corajosamente, a discussão sobre a política de cotas como forma de possibilitar o acesso às universidades por parte de estudantes negros, uma medida

controversa, uma medida polêmica que, inclusive, foi objeto de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos há dois dias. Aliás, há sempre polêmica quando se trata de lidar com aspectos secularmente arraigados, não só em nossa sociedade, mas em nossas consciências. Infelizmente é assim: o racismo no Brasil não é claro, é subjetivo, é dissimulado, e poucas vezes tomamos conhecimento de sua existência em toda sua crueldade. Por isso, esse documentário chocou tanto o País.

O governo atual foi acusado de não ter feito nenhum gesto radical diante de uma realidade tão cruel. Eu diria que isso é, no mínimo, injusto. Várias políticas públicas estão em curso para favorecer os jovens. Inclusive, foi feito um importante plebiscito sobre o desarmamento. A sociedade, democraticamente, preferiu assegurar o direito à posse de armas. Foi um resultado democrático, e eu o respeito. Eu e o Senador Arthur Virgílio, independentemente de posições políticas, defendemos o “sim”, lembra, Senador? Mas não foi o que a sociedade decidiu.

O governo, e especialmente o do Presidente Lula, tem, sim, buscado enfrentar o problema. Há pelo menos vinte programas direcionados para a juventude, aos quais foram destinados quase um bilhão só em 2005. Esses programas envolvem o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério dos Esportes, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Cultura, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Defesa e a própria Presidência da República, por meio da Secretaria Geral dos Direitos Humanos. Eu poderia citar, como exemplos, o ProUni, o Pronaf Jovem – uma modalidade nova de apoio ao jovem agricultor familiar –, o Bolsa Atleta, o programa Segundo Tempo.

E quero dizer que nem todos foram criações deste governo – o Pronaf Jovem e o ProUni são criações deste governo –, alguns programas foram criados pelo governo anterior. Isso é uma demonstração clara de que, neste governo, aquilo que é bom continua, porque nós não podemos simplesmente, adotando uma postura mesquinha, excluir e acabar com programas que são positivos só porque foram feitos por adversários. Ao contrário.

E eu quero dizer que é injusto responsabilizar o governo Lula por essa realidade, pois este é um governo que, ao contrário, tem trabalhado para criar uma outra perspectiva para a nossa juventude. Como eu falei, muita gente deixou de citar que esse documentário foi feito entre 1998 e 2003 e, portanto, diz respeito a apenas um ano do Governo Lula. Então, responsabilizar o Governo Lula é, no mínimo, injusto.

Antes de assumir a Presidência da República, inclusive, nosso Presidente coordenava o Instituto Cidadania e, ao se afastar da coordenação do Instituto para assumir a Presidência da República, Lula participou das discussões que concluíram pela escolha do tema “Juventude” como objeto central de trabalho, debates e estudos do Instituto Cidadania em 2003 e 2004. A meta estabelecida era projetar a questão dos jovens e suas urgências “como um tema de primeira grandeza no campo da política, da ação governamental e das mobilizações surgidas na própria sociedade civil”. Portanto, trata-se de um assunto que recebeu a atenção do presidente Lula mesmo antes de ele se tornar Presidente da República.

Aliás, se quisermos romper com essa realidade cruel, brutal e desumana – e isso é imperativo! –, é necessário que toda a sociedade, não apenas o governo federal, os governos estaduais e os governos municipais, se mobilize. Senador João Batista Motta, que neste momento preside a sessão, nossas crianças, que não vêem perspectiva de futuro, não têm a quem recorrer. É tal o descaso da sociedade e das instituições com essas crianças, que elas buscam a proteção do bandido, perdem suas vidas ainda crianças sem terem a chance de conhecer outra realidade além daquela dos morros e das baixadas tomadas pelo tráfico.

Quero dizer que isso não pode ser usado política e eleitoralmente. É muito mesquinho utilizar isso dessa forma. Nossas crianças não merecem essa utilização mesquinha. Nossas crianças estão pedindo socorro. Vamos ouvi-las ou vamos continuar nos fazendo de surdas ou surdos?

Portanto, creio que é dando apoio a essas políticas, ampliando e, principalmente, assumindo, como sociedade, essa responsabilidade que poderemos construir um novo futuro, porque não faremos o futuro amanhã; o futuro nós construímos agora.

Obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia Carepa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, falará, como orador inscrito, o Senador Arthur Virgílio.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar de um rapaz, filho de uma lavadeira, uma empregada doméstica que engravidou aos 16 anos de idade. Seu

filho não foi reconhecido pelo pai. Se esse menino de que vou falar tivesse aparecido no Fantástico como um daqueles meninos que diziam que, quando crescesse, queria virar bandido, talvez tocasse mais a sensibilidade do coração dos brasileiros.

Vou falar, mais uma vez – já o fiz outras vezes –, do Francenildo, filho de uma empregada doméstica que foi abusada sexualmente aos 16 anos de idade e que teve um filhinho não reconhecido. E o Francenildo, que poderia ter virado bandido, poderia ter sido tragado e arrastado pelo narcotráfico e pela marginalidade, como último refúgio, virou caseiro! Filho de uma lavadeira, que continua lavando roupa para sustentar, de forma digna, sua família. Portanto, um pequeno caseiro – não pela bênção de Deus, porque Deus abençoa todos igualmente e não é de sua responsabilidade nem político bandido, nem criança pobre tragada pela marginalidade como último refúgio! – que está sendo atacado da forma mais perversa que há porque disse a verdade, aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito.

E imaginem o que significa isso para uma sociedade como a nossa, elitista, preconceituosa! Imaginem qual é o significado disso para quem gosta dos rituais cínicos e esnobes, para quem jamais poderia aceitar que um simples caseiro contestasse a palavra do Ministro da Fazenda, um homem poderosíssimo, porque, infelizmente, poderoso é quem se transforma em serviçal do capital financeiro, com todo respeito às nossas meninas e meninos, pais e mães de família que são serviçais da Casa e do Brasil!

Mas o que está acontecendo com Francenildo? Francenildo foi prestar depoimento, hoje, na Polícia Federal. Simples como ele, veio simples, com um advogado simples, porque a ele não foi dado o direito de quem tem conta de bilhões de dólares no exterior, quem está junto da canalhice do mundo da política, do mundo do capital financeiro e chega em uma CPI no Senado Federal e diz “não digo nada, nem o nome dos meus filhos”.

Chega Francenildo lá para prestar depoimento hoje, ou seja, ele prestou depoimento hoje como denunciante. Mas também tomou conhecimento na Polícia Federal hoje que, agora, ele é investigado. Investigado, possivelmente investigado, por suspeita de crime de lavagem financeira. Então, vejamos... Realmente, é um Governo – ô governinho – eu sei que tem gente de bem lá, mas é o que pode se dizer “um governo bandido”.

O que foi que fizeram? Vou ler a movimentação bancária, Senador João Batista Motta, do rapaz que, a partir de agora, passa a ser investigado por suspeita de crime financeiro. Olha a movimentação bancária dele, Suplicy.

No dia 6 de janeiro, ele recebeu R\$10 mil. O pai dele foi até a agência federal com o dinheiro e depositou R\$10 mil. No dia 8 de janeiro, ele voltou a Brasília, foi à Caixa, na agência dele, retirou R\$2,5 mil para comprar um lote em Nazária, no Piauí. Olhem a movimentação financeira desse rapaz que está sendo investigado agora por crime contra o Sistema Financeiro. Então, ele ficou com R\$7,5 mil na conta.

No dia 6 de fevereiro, o pai, cumprindo o acordo, segundo o qual, não reconhecia a paternidade mas daria um dinheiro para ele comprar uma casa, depositou mais R\$10 mil. No dia 15 de fevereiro, Francenildo retirou R\$15 mil para comprar uma casinha aqui em São Sebastião. Como não vingou a compra da casinha com os R\$15 mil em dinheiro, ele ficou com R\$5 mil e depositou R\$10 mil na mesma continha dele.

Ou seja, no dia 6 de janeiro o pai dele deposita R\$10 mil. No dia 6 de fevereiro, o pai depositou mais R\$10 mil. Ora, se isso caracterizava, como manda a lei, uma movimentação de recursos incompatível com a movimentação bancária da conta do rapaz ou com a renda do rapaz, o que caberia o sistema de controle da Caixa fazer? Imediatamente, inserir essa movimentação suspeita no Sisbacen e encaminhar ao Coaf. Mas o que fizeram? Nada.

Fui, então, ler toda a legislação do Banco Central, do Coaf, da Caixa Econômica Federal. Li todas as porcarias das circulares do Banco Central, tudo que se refere a competência de presidente, de secretário-executivo, de plenário, tudo. Não há nada!

Por que foi que, no dia 17 de março... E vejam que a suposta movimentação suspeita aconteceu nos dias 6 de janeiro e 6 fevereiro. No dia 17 de março, às 19h10, portanto, às vésperas de que fosse publicado na revista **Época** o tal extrato da Caixa Econômica Federal – extrato que a Caixa já sabe quem tirou, porque a agência da Caixa sabe quais os funcionários que estão lá às 20h58, sabe quem tem senha para entrar no sistema... Mas como o saque era uma porcaria, não se preocupa em informar o que aconteceu.

Mas, às 19h10 do dia 17 de março, alguém, que nem da agência era, porque quem faz isso é o sistema de controle, o setor de *compliance*, o sistema de fiscalização e controle na sede da Caixa Econômica Federal, inseriu no sistema para dizer que havia uma movimentação suspeitíssima, e o Coaf, que recebeu isso na segunda-feira, imediatamente encaminhou ao Ministério Público e à Polícia Federal. E o rapaz, hoje, quando foi prestar depoimento na Polícia Federal, não era mais testemunha, mas investigado por suspeita de crimes contra o Sistema Financeiro, de lavagem de dinheiro. O filho de uma lavadeira, que lava roupa! O rapaz, porque queria imitar a mãe, lavando a podri-

dão, a roupa suja da gentinha que pousa como bom moço, mas que pratica crimes contra a administração pública, está sendo perseguido dessa forma.

Volto a repetir que não é apenas a ilegalidade e a imoralidade. Estão pondo em risco a vida do rapaz, porque ele não quer mais ser acompanhado pela Polícia Federal, não quer mais ser incluído no Programa de Proteção a Testemunhas, Deputado Pauderney. Quem quer? Não quer! Ele agora não aceita mais andar com agentes da Polícia Federal, não aceita ser incluído no Programa de Proteção a Testemunhas. Ele deu um depoimento-chave que mostra claramente que mentiram.

Volto a repetir: nada da vida pessoal e sexual está sendo tratado, mas de uma quadrilha que patrocina crimes contra o sistema financeiro, além de outras bandidagens como a exploração do corpo, transformado-o em mercadoria, de meninas, filhas da classe trabalhadora.

Mas como é que pode? O menino, de denunciante, de testemunha, está sendo investigado por lavagem de dinheiro!

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon e, depois, ao Senador José Agripino.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senadora Heloísa Helena, chegamos ao limite máximo nessa questão que estamos debatendo. Esse rapaz é o motorista do Collor. No meio dessa corrida em que pessoas fogem e não se consegue encontrar a verdade, de repente, não mais do que de repente, ele veio e cristalinamente disse as coisas que estavam acontecendo. Ele era caseiro, e o Ministro havia ido lá várias vezes – o Ministro disse que nunca fora, e outras testemunhas disseram que ele havia ido –, usado dinheiro, moças e tudo o mais. Foi suspenso o depoimento dele na Comissão, ele foi proibido de falar – não sei a troco de que o Supremo fez isso, não sei em nome de quem o Supremo fez isso –, a Caixa Econômica Federal liberou o sigilo da conta dele – e nós não conseguimos liberar o de ninguém –, porque eles viram ali o cidadãozinho humilde, sem mais nem menos, com R\$15 mil e pensaram: “Foi alguém que deu o dinheiro para ele, alguém o está comprando”. E lançaram o negócio. Quando foram ver, a história era verdadeira. Quer dizer, o pai, o não-pai mandou o dinheiro para ele, para atendê-lo – deve ter alguma coisa –, foi o cidadão do Piauí que mandou o dinheiro. E é verdade a história dele. O que o Supremo Tribunal fez com a Polícia Federal, que, de repente, faz esse cidadão ser ouvido como réu, como uma pessoa que está sendo indiciada? Mas indiciada em que sentido? Indiciada onde? Há uma pressão em cima desse jovem de tal forma que ele já não está mais em condições de ter

liberdade de pensar, de ir e de vir. V. Ex^a pertence à Comissão. Eu fui considerado uma pessoa desgastada, não tenho mais capacidade de pertencer à CPI, pois o Senador Ney Suassuna só convidou os competentes, e eu fiquei de fora. Acho que os membros da Comissão deveriam chamar o Presidente, colocar esse cidadão num hotel ou num hospital, com a garantia e a custódia certa das coisas que estão acontecendo. Nós devíamos ir – eu gostaria de ir junto – ao Supremo Tribunal Federal para dizer as coisas que estão acontecendo. Está mais que provado que não se quer que esse cara esclareça os fatos. Um representante da imobiliária que cuida da casa também confessou que viu o Ministro lá. A essa altura, o Ministro tinha de se afastar, tinha de enviar um ofício ao Presidente da República dizendo: “Presidente, a partir de agora, estou complicando a sua vida. Eu não vou dificultar nem tumultuar a sua vida. Peço licença para me afastar”. Ele poderá até voltar depois. Em vez de afastarem o Ministro, estão esmagando o rapaz. Se esse rapaz aparecer morto por aí, o Senhor Lula será o responsável, o Presidente da República será o responsável. Tem gente apertando o cerco. Tem gente querendo saber quais são as salas por onde ele andou aqui. Tem gente apertando o cerco no sentido de evitar que ele fale. Sinceramente, estranho isso. O Presidente da Comissão ou até nós mesmos poderíamos nos reunir hoje à noite, dentro ou fora do Senado, com as pessoas que quiserem vir, para ouvir esse cidadão e fazer uma gravação. Vamos convidar pessoas da sociedade, da CNBB, da OAB, para que venham assistir ao depoimento dele. Eu nunca vi isso em minha vida! O motorista do Collor fez o negócio, mostrou um cheque frio contra o ex-Presidente, comprou carro, mostrou que o comprou em nome do Collor, e ele não fez absolutamente nada. Não aconteceu nada com o motorista, como não aconteceu com a secretária que veio depor contra o Presidente da República! Olha, sinceramente, estranho o Supremo, estranho o Presidente da República, mas estranho não termos tomado outras providências. V. Ex^a está fazendo um belo pronunciamento, estou dando um bom aparte, mas temos de ir além disso, antes que aconteça alguma coisa. Repito: se acontecer, o responsável será o Presidente da República. Se o seu Ministro não se licenciar, não se afastar agora, ele vai pagar um preço muito caro.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Senador Pedro Simon, agradeço a V. Ex^a o aparte. Concordo inteiramente com essa possibilidade de criarmos uma comissão suprapartidária da sociedade civil para ouvir o Francenildo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, e depois ao Senador Jefferson Péres e ao Senador Arthur Virgílio.

Agradeço a generosidade de V. Ex^a, Senador João Batista Motta, para que eu não seja indelicada em não permitir os apartes.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, eu era o próximo inscrito para uma comunicação inadiável. Peço a gentileza de ser dado como lido o meu discurso, senão perderei o meu vôo – tenho uma emergência. Falaria hoje sobre o Dia Mundial de Combate à Tuberculose, a ser comemorado amanhã. A Pastoral da Criança e o Ministério da Saúde estão divulgando informações extremamente importantes para que sobretudo a população pobre deste País possa tomar as medidas necessárias para evitar a doença. Mas, com respeito ao que V. Ex^a acaba de informar, Senadora Heloísa Helena, eu estava aguardando ansioso a presença da Comissão da qual fizeram parte os Senadores Alvaro Dias, Romeu Tuma e Wellington Salgado de Oliveira, que foram conversar com o Diretor da Polícia Federal, Paulo Lacerda. O Senador Alvaro Dias, que ouviu as palavras do Dr. Paulo Lacerda, esclareceu que o Sr. Francenildo não é objeto de investigação. Então, apenas do ponto de vista dos cuidados que precisamos ter, avalio que o Sr. Francenildo nos relatou as coisas tal como elas são. Há certas contradições, uma vez que Rogério Buratti e Vladimir Poletto informaram à CPI que não viram o Ministro Antonio Palocci na casa. Precisamos, portanto, com boa-fé, apurar inteiramente o caso, apurar se houve qualquer contribuição que não seja do pai para Francenildo – é natural que haja a vontade de se apurar isso –, mas há que se condenar, com toda a veemência, a forma como vazou o conhecimento das contas do Sr. Francenildo. Ele teve a dignidade, a hombridade de colocar à disposição, inclusive a V. Ex^a e à CPI, o sigilo de suas contas, demonstrando que parece ter uma atitude a mais aberta e transparente possível, o que é positivo. E quero também ressaltar que considero importantíssimo que a Caixa Econômica, o quanto antes, em muito menos do que 15 dias, esclareça inteiramente os fatos. Avalio como importante que se dê a proteção necessária ao Sr. Francenildo, conforme o Senador Pedro Simon estava colocando.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Senador Suplicy, V. Ex^a, como economista e como membro da Comissão de Assuntos Econômicos, como eu fui também, me responda: quando o Coaf encaminha ao Ministério Público e à Polícia Federal indícios de crimes contra o sistema financeiro, é para fazer o quê? Para que a Polícia Federal e o Ministério Público abram um

procedimento investigatório para investigar o dono da conta. Foi o que eles fizeram. O Paulo Lacerda pode nem está sabendo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sim, mas não está havendo tentativa de implicar, indiciar o Sr. Francenildo.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Mas está. Óbvio.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É o que pelo menos a Comissão foi dialogar com a Polícia Federal. O Senador Alvaro Dias veio de lá há poucos instantes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Senador Suplicy, é uma coisa objetiva. A Caixa Econômica Federal agiu ao contrário do que manda a lei, porque a lei diz que qualquer movimentação bancária suspeita deve ser comunicada ao Coaf.

A suposta movimentação suspeita do Francenildo aconteceu em duas datas, 06 de janeiro e 06 de fevereiro. A Caixa Econômica Federal não fez nada com essas duas movimentações de recursos incompatíveis com a movimentação bancária do rapaz. No dia 17 encaminhou ao Coaf.

Ora, é até um procedimento diferente do que qualquer gerente de Caixa faz, porque, de acordo com várias pessoas, não eu, várias pessoas com as quais conversei, se se deposita R\$40.000,00 na conta de alguém, o que o gerente faz imediatamente antes de comunicar ao Coaf? Chama o cliente para perguntar-lhe de onde veio o dinheiro antes de encaminhar ao Coaf.

A Caixa Econômica, às 19 horas e 10 minutos da sexta-feira, dia 17, encaminhou ao Coaf, o qual encaminhou ao Ministério Público e à Polícia Federal. Quando um procedimento é encaminhado ao Ministério Público e à Polícia Federal é para ser instaurado um processo investigatório, para saber a origem, a movimentação bancária do Sr. Francenildo. Foi isso que aconteceu. Objetivamente foi isso que aconteceu.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sobre esse ponto avalio como importante que a Direção da Caixa explique exatamente todo o procedimento. Agradeço a V. Ex^a a oportunidade. Permita-me, Senadora Heloísa Helena, informar, inclusive ao Presidente Renan Calheiros, que há poucos instantes perguntei ao Secretário Augusto, da CPI, se porventura foi solicitado oficialmente pela CPI requerimento às autoridades competentes para obter a autorização para que houvesse a escuta telefônica da Sr. Isabel Bordini e ele disse que da Secretaria não houve iniciativa nesse sentido, pode ser que tenha havido da parte do Senador Alvaro Dias. Mas isso é um esclarecimento

importante, uma vez que as fitas não estão mais na CPI e estariam com o Senador Alvaro Dias.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Concedo um aparte ao Senador Jefferson Péres.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senadora Heloísa Helena, eu também gostaria, se puder.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a sobe à tribuna de lança em riste, como uma guerreira que é, mas deve-se sentir como eu, cada vez mais impotente nesses tempos ominosos em que vivemos. É incrível o que está acontecendo! Às vezes, penso que estou vivendo um pesadelo. Como é possível que essa sucessão de ilegalidades, ocorridas no seio do Poder Executivo, com a convivência de parte do Congresso e de parte do Judiciário, como isso não provocou ainda uma crise gravíssima neste País? Será que chegamos a tamanha frouxidão de costumes, frouxidão moral, que não faz a Nação inteira perceber que estamos diante de algo gravíssimo? Esta sucessão de fatos – o empréstimo do Sr. Okamoto, a não revelação da conta bancária do Sr. Okamoto –, como é que não se cobra isso? De onde veio o dinheiro com que o Sr. Okamoto pagou a dívida do Senhor Presidente da República? Por que o Sr. Okamoto se nega a revelar isso? A fonte é espúria? Por que o Presidente da República não diz ao Sr. Okamoto que autorize a quebra de seu sigilo fiscal, e a Nação inteira não grita contra isso? Como é que vem, agora, dentro do aparelho de Estado a quebra, a violação do sigilo bancário de um cidadão brasileiro que, na véspera, tinha sido silenciado aqui – e o Judiciário foi conivente. Silenciou a voz de um cidadão brasileiro que queria dizer o que lhe parece a verdade sobre um Ministro de Estado. E esse cidadão, no dia seguinte, é violentado com a quebra do seu sigilo bancário. E agora vão encontrar o quê? Um funcionário de terceiro escalão da Caixa? A Direção da Caixa não tem nada a ver com isso? Isso foi feito à revelia? E a Direção da Caixa, se autorizou, foi sem o conhecimento do escalão superior, Senadora? Senadora Heloísa Helena, em um regime parlamentarista o Governo teria desabado há muito tempo. A situação moral é insustentável. Está cada vez pior! Eu não sei aonde vamos, mas parabéns pelo seu pronunciamento. Eu não podia deixar de apartear-la, com muito prazer. Vejo em V. Ex^a uma das poucas vozes realmente indignada como eu. Inconformada! Eu jamais deixarei de me indignar. Pode todo o Brasil, a população inteira considerar isso normal. Para mim, isso é uma grande indecência. Insuportável, Senadora!

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – PDT) – Eu agradeço de coração a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres. E agora não é mais um funcionário da agência da Caixa que usou a senha para violar a conta. Tem um outro agora! Agora tem a única pessoa que pode fazer isso na sede da Caixa Econômica Federal. É uma pessoa – tem uma hierarquia para isso. Na sede nacional da agência da Caixa Econômica aqui em Brasília, alguém inseriu no Sisbacen para que fosse encaminhado ao Coaf, para que o Coaf encaminhasse ao Ministério Público e à Polícia Federal, para que ele começasse a ser investigado por indícios de lavagem de dinheiro.

Concluindo, Sr. Presidente, só para não ser indelicada com o Senador Arthur Virgílio e com o Senador Agripino.

O Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a fique inteiramente à vontade para conceder os apartes, porque, como todos sabem, hoje não vamos ter Ordem do Dia. Não seria recomendável que, em função disso, fizéssemos um rigoroso controle de tempo.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica sobrestada:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 269, de 2005), que altera as Leis nºs 9.986, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras; 10.768, de 19 de novembro de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas – ANA; 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN; 10.871, de 20 de maio de 2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais, denominadas Agências Reguladoras; 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; 9.074, de 7 de julho de 1995, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de

serviços públicos; cria cargos na Carreira de Diplomata, no Plano de Cargos para a Área de Ciência e Tecnologia, do Grupo – Direção e Assessoramento Superiores – DAS e Funções Gratificadas – FG; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com base no art. 81-A da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e no art. 30 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 5.989, de 17 de dezembro de 1973; 9.888, de 8 de dezembro de 1999; 10.768, de 19 de novembro de 2003; 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 270, DE 2005

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 270, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor global de oitocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica.

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 271, DE 2005

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 271, de 2005, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social;

10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

5**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais para os fins que especifica.

6**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

7**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em

função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

8**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

9**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006**

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica.

10**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

Discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

14

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 14, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação*

Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.

15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

16

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

18

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senadora Heloísa, Senadora Heloísa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Pois não, Senador.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Poderia me conceder um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Claro, Senador Agripino, e depois o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu concordo com a furada de fila prazerosamente, Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Como é?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu concordo com a furada de fila prazerosamente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Não esqueça daquele presente que V. Ex^a está me devendo, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Agora, antes de fazer a minha intervenção, acho que o Plenário todo gostaria de conhecer, se puder, qual é o presente, Senadora, porque agora quem está enciumado sou eu! Não me provoque!

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Mas não adianta. O meu amor é o Senador Pedro Simon. E o Jefferson. O Senador Jefferson e o Senador Pedro Simon.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Que honra, Senadora!

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senadora Heloísa Helena, vamos tratar este assunto com a se-

riedade com que V. Ex^a está tratando. Veja bem o que está acontecendo neste momento? Temos um Ministro de Estado trancafiado no Palácio do Planalto, está homiziado no Palácio do Planalto. Hoje de manhã, Senador Jefferson, circulava por aí que iriam demitir o Presidente Mattoso. Não me venham com essa! A demissão do Presidente Mattoso não é panacéia para o caso Francenildo. Quem está trancafiado no Palácio do Planalto não é Matoso, não é ninguém; é o Ministro da Fazenda. Está trancafiado por quê? Qual é o peso na sua consciência? Mattoso não conhece Poletto; ninguém nunca disse que Mattoso esteve na casa 25 do Lago; que ele conhece Caio, o bingueiro; Francenildo nunca se referiu a Mattoso. Quem está em jogo, em foco, em discussão – a quebra de sigilo é um assunto conectado – é o Ministro da Fazenda. E esse, sim, está homiziado no Palácio do Planalto, sob o guarda e proteção do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que diz que não vai demiti-lo. Não vai demiti-lo e assume! O medo, Senadora Heloísa Helena, é de que se comprove agora que, no Governo do PT, estado de direito e brincadeira é a mesma coisa – ou pelo menos o estado de direito só vale para quem é poderoso, para Okamoto. Agora, para quem aparece nas câmeras de televisão com a camisa surrada, um homem do povo, que teve seu direito absolutamente escancarado, na maior falta de cerimônia, sem absolutamente nenhuma cerimônia, para o pequenininho, para o homem do povo, a quem Lula se refere com tanta frequência, negativo, nada de estado de direito. Para atingir os objetivos, vale tudo; para desqualificar Francenildo, vale tudo; se tiver que quebrar seu sigilo, que quebre. Senador Jefferson Péres, Senador Pedro Simon, só faltava o que li hoje. Foram atrás do suposto pai biológico de Francenildo para ver se os depósitos que estão na conta dele foram feitos realmente pelo pai. A investigação de Okamoto ninguém faz. Nada. Agora, na investigação do suposto pai biológico vão às últimas consequências. Foram ao Piauí e colocaram a Caixa Econômica para perguntar sobre o dinheiro. Esse depósito foi feito em dinheiro e o pai biológico disse tudo. Qual é!? Senadora Heloísa Helena, o pronunciamento de V. Ex^a que é tópico, é ferrinho de dentista em cima da questão que eu abordei ontem no Plenário, a questão técnica da quebra do sigilo e essa presepada que estão inventando dos 15 dias, para quê? Para inventar uma versão ou para criar um bode expiatório, um Delúbio novo para a Caixa Econômica; um Silvinho para o caso da Caixa Econômica. Não me venham com essa história. Então, quero louvar o pronunciamento de V. Ex^a e dizer e lembrar que quem está homiziado é o Ministro Palocci. Não me venham com demissão de Presidente de Caixa Econômica como panacéia para este problema. O que

está em jogo é a preservação das instituições, é a preservação do estado de direito que está vilipendiado e que V. Ex^a, em muito boa hora, denuncia com o apoio do Plenário do Senado da República.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e ouço os Senadores Arthur Virgílio e Alvaro Dias, no tempo que foi designado pela Mesa.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora, dos quatro bancos oficiais que fazem varejo, temos três desmoralizados: Banco do Brasil, pelo Visanet; o Banco do Nordeste, pela negociata que terminou com o dólar na cueca, e temos a Caixa Econômica Federal, envolvida nesse atentado de liberdades democráticas, que é a quebra arbitrária ilegal do sigilo bancário do caseiro Francenildo. Nós vimos na Caixa Econômica o gerente do Piauí se arvorando no direito de ele também pressionar a família, no caso, o pai natural do caseiro Francenildo, sobre a origem, as motivações do depósito. Então, respeito nenhum à privacidade do Sr. Francenildo e a tentativa inteira de desqualificá-lo. Mas eu poderia resumir o que sinto numa frase, não mais do que uma frase: em segundos quebraram o sigilo do Sr. Francenildo e agora querem semanas para encontrar um bode expiatório, imaginando que, nessa sociedade aberta que é o Brasil, democrática que é o Brasil, com a imprensa vigilante que é o Brasil, dá para se apagar vestígios, pistas, dá para se ilaquear a boa-fé de uma Nação inteira e, pura e simplesmente, se esconder o malfeito embaixo de algum tapete mágico, porque, se o tapete não for mágico, não dá. Como não existe tapete mágico, eu entendo que o Governo está, pelo seu apego à inverdade, à falácia, à mentira, para usar uma expressão mais forte, está cada vez se enlacrado mais e transformando uma crise séria em uma gravíssima crise política. Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senadora Heloísa Helena, apenas para prestar a informação solicitada pelo Senador Eduardo Suplicy. Cheguei da diligência realizada juntamente com o Senador Romeu Tuma e o Senador Wellington Salgado à Polícia Federal. Ele me indagou se o caseiro estava sendo indiciado. Eu disse que indiciado, não, mas ele está sendo investigado. O Delegado da Polícia Federal, Dr. Rodrigo, informou que ele tem o dever de investigar as partes envolvidas. Então, segundo ele, é natural que se investigue o caseiro. E certamente o caseiro vai deixar a melhor das impressões ao delegado, pela sua convicção no que afirma, pela serenidade, pela lisura dos seus procedimentos. Não há absolutamente nada que possa

se impingir a um homem de bem, trabalhador. Agora, há um pedido já...

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – É claro.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – O delegado aguarda apenas a designação do juiz, mas há um pedido de autorização judicial para a quebra do sigilo telefônico do caseiro, do sigilo bancário, que já foi quebrado – o Brasil inteiro já conhece as contas bancárias do caseiro –, mas também do sigilo telefônico dele, que será quebrado. Enfim, teríamos um relato a fazer. Teremos outra oportunidade para fazê-lo, em respeito à solicitação do Presidente. Ficamos apenas nessa informação, para esclarecer, em razão do que disse o Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Hoje, de fato, Senador Pedro Simon, estou com um problema seriíssimo de corda vocal e não poderia estar na tribuna. Mas quero continuar ensinando aos meus filhos que é proibido roubar como mãe e como uma das muitas mães brasileiras que choraram quando viram aquela cena terrível das crianças pobres, dizendo que no futuro queriam ser bandidas.

A criança que nasceu carimbada para ser bandido, virou caseiro, com uma mãe lavadeira; não foi tragada pela marginalidade nem pelo narcotráfico e, porque ousou falar a verdade, desafiar os poderosos, inquilinos das estruturas de poder, passa a ser massacrada de uma forma tão perversa, com tanto requinte de crueldade, como essa.

Então, mais uma vez, a Caixa Econômica precisa se explicar porque violou o sigilo, porque prevaricou. Já que movimentação financeira indevida, incompatível com a renda e com a movimentação bancária havia, eles tinham que ter feito esse processo no dia seis de fevereiro ou ter chamado o cliente para esclarecer, e não ter agido em conluio para esquentar e dar legitimidade ao que sairia no outro dia. Às 19h10min, alguém no prédio central da Caixa Econômica inseriu no Sisbacen a movimentação bancária e, na segunda-feira de manhã, o COAF encaminhou ...

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – ...ao Ministério Público e à Polícia Federal, para que passasse a ser investigado, sob a égide da lei que trata da lavagem de dinheiro.

Agora, quanto às instituições de crédito no Brasil, que não viram as movimentações bancárias de todos os envolvidos na canalhice do mensalão e de outras coisas mais, que não tiveram agilidade necessária para procedimentos investigatórios, para encaminhamento

ao Ministério Público, à Polícia Federal, nada, absolutamente nada aconteceu.

Agora, no caso do caseiro, porque é pobre, conta com a impunidade canalha e reinante no País, acontece tudo isso.

Fica aqui o nosso protesto. Estamos encaminhando o requerimento. Sei que a CPI encaminhará também. Eu não sou membro da CPI, mas sei que a CPI fará um requerimento de informações para que a Caixa Econômica Federal e o COAF disponibilizem todos os procedimentos necessários.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a para uma questão de ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Com base nos arts. 403 e 147 do Regimento, quero encaminhar a V. Ex^a uma questão de ordem. Depois de todo esse debate extremamente relevante a respeito de quebra de sigilo e de vazamento de informações de forma ilícita, tenho buscado, durante todos esses dias, dizer que todo e qualquer vazamento e quebra de sigilo são absolutamente incompatíveis com o Estado Democrático e devem ser combatidos, apurados e punidos. Por isso, queremos trazer a V. Ex^a, para apreciação e encaminhamento, a seguinte situação: ontem, por volta de 20 horas, na CPI dos Bingos, no depoimento da ex-superintendente do Daerp (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto) Sr^a Isabel Bordini, foi executado um procedimento que nós entendemos que fere a legalidade e se transforma numa quebra de sigilo ilegal. Portanto, pedimos a V. Ex^a que isso seja apurado.

Durante o depoimento da SRA. Isabel Bordini, foi veiculada uma fita de áudio de gravações telefônicas entre A SRA. Isabel Bordini e o Sr. Rogério Buratti. Em termos de mérito, a fita não trazia elementos pertinentes nem relevantes para o assunto que estava sendo debatido, que eram os procedimentos da medição da varrição de lixo em Ribeirão Preto.

O objetivo de passagem das fitas, conforme ficou consignado nas Atas, era o de mostrar a familiaridade entre A SRA. Isabel Bordini e o Sr. Rogério Buratti.

Acontece que a Constituição, no art. 5º, inciso XII, estabelece que é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

A Lei nº 9.296/96, que regulamenta esse texto da Constituição, no seu art. 1º, estabelece que a interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação criminal, sob segredo de justiça.

Portanto, a veiculação dessas fitas, sob o nosso entendimento, afronta não só o art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal, como também o art. 1º da Lei nº 9.296. Assim, entendemos que a divulgação de qualquer interceptação telefônica, obtida ou não por medida judicial, constitui crime. A Lei nº 9.296 estabelece, de forma muito clara, que é a interceptação de comunicações telefônicas de qualquer natureza.

Portanto, Sr. Presidente, gostaríamos que fosse apreciado o procedimento do que aconteceu ontem com a mesma importância e relevância que vêm sendo tratados todos os vazamentos e quebras de sigilos telefônicos pautados atualmente.

O Senador Eduardo Suplicy – que se retirou em virtude de vôo às 17 horas – solicitou ao Presidente da CPI dos Bingos cópia do ofício ou da documentação da Comissão que requisitou as interceptações telefônicas reproduzidas na última reunião. Ou seja, S. Ex^a pediu o requerimento de cópia da fita e do processo em que essa fita estava contida. Foi informado pelo Sr. Augusto, Secretário-Executivo da CPI – pelo menos, é a informação que ele tem –, que, pela Secretaria da CPI, não passou qualquer tipo de requerimento, pedindo processos ou fitas, e que também não ficaram, na CPI, as cópias das fitas utilizadas na oitiva da SRA. Isabel Bordini.

Portanto, Sr. Presidente, do nosso ponto de vista, esse procedimento é tão grave quanto todo e qualquer vazamento e quebra de sigilo.

No episódio, o Senador Tião Viana fez questionamentos. Posteriormente, o Senador Eduardo Suplicy também. Estava presente ao procedimento, inclusive, o Corregedor desta Casa, Senador Romeu Tuma.

Por isso, com base nos arts. 403 e 147 do Regimento Interno, gostaríamos que essa questão de ordem pudesse ser respondida. É a respeito da legalidade ou não dos procedimentos. Sobre o que ocorreu na CPI no momento da utilização, sobre o fato de a fita ter sido utilizada, sem que existisse nenhuma documentação que legalizasse – e o Senador Tião Viana está me ajudando – no Código Penal e no Regimento. Não só o procedimento, mas o fato de a fita utilizada ontem na oitiva da SRA. Isabel Bordini não fazer parte da documentação oficialmente solicitada nem sequer estar disponível, hoje, para que possamos acessar a sua íntegra.

Portanto, Sr. Presidente, talvez de forma não tão apaixonada, mas com a mesma ênfase que requer toda e qualquer quebra de sigilo e vazamento propiciado de forma não compatível com os ordenamentos jurídicos e os direitos individuais de todo cidadão e cidadã brasileira, pedimos providências e resposta a essa questão de ordem que estamos formulando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para contraditar, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que tenho alguma participação nessa história, porque ontem fui designado Relator *ad hoc* pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Efraim Morais. Em virtude de estar impedido de comparecer o Senador Garibaldi Alves Filho, eu o substitui e apenas reproduzi as indagações que faria S. Ex^a à depoente, utilizando-me, inclusive, da gravação por S. Ex^a apresentada para esse depoimento.

Ocorre, Sr. Presidente, que essa gravação, cujo teor já é de conhecimento público, uma vez que já veiculada em outro depoimento da própria CPI – o depoimento, se não me falha a memória, do Sr. Rogério Buratti – e veiculada também pela imprensa de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo.

Portanto, não houve vazamento de uma informação já vazada. Seria o mesmo que nos acusar de divulgar os dados referentes ao sigilo bancário do caseiro Nildo depois que esse sigilo foi frontalmente violado, supostamente por determinação judicial, de forma criminosa e deplorável, numa afronta à Constituição do País, numa atitude fascista, reacionária, hipócrita e preconceituosa de quem imagina ser impossível a um trabalhador assalariado ter conta bancária e poder movimentar modestamente alguns poucos recursos. Está ele impedido disso. Não pode fazê-lo. Fazendo-o, terá o sigilo quebrado, em uma afronta, em um desrespeito aos direitos humanos, o que mereceria até mesmo uma denúncia à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, na qual o Brasil já foi condenado diversas vezes.

Sr^{as} e Srs. Senadores, parece-me que querem deslocar o foco. Há uma pretensão, no nosso País, de parte de algumas pessoas de fazer com que os que investigam e denunciam sejam condenados e absolvidos sejam os criminosos, os denunciados, os que praticam delitos.

Para sintetizar, Sr. Presidente, representei ontem, como Relator *ad hoc*, o sério, responsável, competente e honrado Senador Garibaldi Alves Filho. Sequer tinha

conhecimento do teor da fita que apresentei em substituição a S. Ex^a, mas o fiz em confiança, exatamente por considerá-lo um homem inatacável sob o ponto de vista ético. Ainda amanhã, se houver necessidade, procederei novamente a outro depoimento em que tenha que responder por questões referentes àquelas de ontem. Com a maior tranquilidade, apresentarei a gravação.

É preciso deixar claro que essa gravação faz parte do inquérito policial instaurado na cidade de Ribeirão Preto que apura a corrupção na Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, na gestão do Sr. Ministro Antonio Palocci. Essa gravação teve seu teor conhecido pela sociedade brasileira, mediante veiculação em órgãos de imprensa, e já foi veiculada também, por meio da CPI dos Bingos, em outra ocasião, em outra oportunidade, em outro depoimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, esperando que, realmente, o Senado Federal não se disponha a ser palco dessa tragédia na qual querem condenar aqueles que se preocupam em combater de forma implacável a corrupção no País.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, quero apenas consignar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se for uma complementação rápida, tudo bem, porque vou decidir sobre a questão de ordem que V. Ex^a colocou.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Sem revisão da oradora.) – Será muito rápida.

Não obstante a gravidade do caso, quero consignar que, se já foi vazado, se já não foi vazado, a CPI tem que se ater àquilo que o ordenamento jurídico prescreve, em termos de observância tanto da Constituição quanto da legislação em vigor, no que tange à questão das escutas telefônicas e do direito à inviolabilidade da privacidade.

E mais, Sr. Presidente. Além da obrigatoriedade de cumprir-se o ordenamento jurídico, há outra questão muito interessante: a gravação está no inquérito, já foi divulgada, mas o Senador Suplicy a requereu e ela não está na CPI.

Então, a primeira pergunta desta questão de ordem – penso que esta, inclusive, precede a outra – é: onde estão as fitas? Onde elas foram parar? Elas foram usadas ontem, de forma que entendemos que afrontou a Constituição e a legislação na questão da inviolabilidade, da privacidade da correspondência e das escutas telefônicas. E ainda o mais grave é que quem quis acessar, como foi o caso do Senador Eduardo Suplicy, o instrumento utilizado ontem para questionar a Sr. Isabel Bordini não pode fazê-lo.

Por isso, Sr. Presidente, não há dois pesos e duas medidas. Quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo telefônico, quebra de sigilo da privacidade é grave, seja feita por quem for e contra quem for. As duas situações são equivalentes.

Por isso, tenho o entendimento de que a questão de ordem é tão relevante quanto todas as outras questões levantadas neste plenário durante a tarde de ontem a respeito de violação de direitos individuais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou levantar todas as informações, requerer, buscar todas as informações e conversar com o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito para que, dessa forma, possamos fazer uma análise à luz do Processo e da Constituição.

O ideal, Senadora Ideli, é que essa questão se esgote no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito. Se não for possível que ela se conclua lá no âmbito da Comissão, teremos de analisá-la aqui e decidir a questão de ordem que V. Ex^a acaba de suscitar.

Mas vou levantar as informações, requerê-las e, pormenorizadamente, fazer uma análise à luz do Processo e da Constituição.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, dado o clima da CPI – que já é de seu conhecimento –, eu, além de ter feito verbalmente a questão de ordem, vou formalizá-la por escrito, porque creio que a providência é necessária e urgente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Por favor.

Tenho a honra de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Arthur Virgílio, que permutou com o Senador João Batista Motta. Em seguida, falará o Sr. José Maranhão e, depois, o Senador José Agripino.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, pela ordem, peço minha inscrição para falar pela Liderança do Governo. A autorização de delegação para que eu fale já está na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Se ainda não foi utilizado o tempo da Minoria, solicito minha inscrição para falar como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Inscreverei V. Ex^a também, como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que dispõe de até 20 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSOPRONUNCIADOPELOSR. SENADORARTHURVIRGÍLIOQUE,RETIRADOPELOORADORPARAREVISÃO,SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra, pela ordem, para uma comunicação inadiável de interesse partidário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Líderes, eu começaria sugerindo que, na próxima terça-feira, nós marcássemos uma reunião dos Líderes da Casa para fazer um balanço desses fatos que estão ocorrendo no âmbito do Senado Federal e, também, estabelecer um compromisso em torno de uma pauta, porque estamos já há cerca de trinta dias sem votações. Nenhuma matéria importante foi votada, ou melhor, nada foi votado, a não ser a indicação da Ministra Ellen Gracie para o Conselho Nacional de Justiça.

Precisamos retomar o processo de votação. Há matérias relevantes que precisam ser equacionadas. Na quarta-feira mesmo, havíamos feito um acordo, que acabou não sendo mantido no plenário. As Lideranças tinham pactuado que votaríamos aquela medida provisória. Depois, fizemos um acordo de que votaríamos o texto-base, para depois votarmos as emendas, e, no entanto, sempre há algum incidente de última hora que prejudica o processo de votação. Nós precisamos voltar a evoluir no processo legislativo.

Da mesma forma, eu gostaria de destacar que acho que o Senado Federal, que sempre foi uma Casa de moderação, de equilíbrio, de responsabilidade pública, precisa trazer para o âmbito do colégio de Líderes a discussão sobre o Orçamento Geral da União.

Sr. Presidente, estamos concluindo o mês de março sem que o Orçamento seja votado. Todos sabem que o Orçamento, num país que tem restrições orçamentárias severas como tem o Brasil, precisa de planejamento, precisa definir prioridades. E este é um ano curto porque, a partir de 1º de junho, não temos mais possibilidade de liberação de recurso, em função do período do calendário eleitoral. Portanto, temos apenas abril e maio para liberar recursos que são indispensáveis para áreas como saúde, educação, infraestrutura, para a vida dos Municípios, para os Governos dos Estados, e estamos engessando o País num

momento que é indispensável que os recursos sejam encaminhados.

O Senado também não tem discutido o Orçamento do ponto de vista do Plenário. Há dificuldades na Comissão, porque o processo orçamentário, como é elaborado hoje no Brasil, está esgotado. Temos de repensar esse processo para a próxima legislatura. Mas, de qualquer forma, temos de concluir o Orçamento deste ano e estabelecer um processo de votação.

Bancadas estaduais que faziam Oposição a governos do PSDB, como é o caso de São Paulo, votaram o Orçamento na expectativa de que havia um acordo para ser votado também o Orçamento-Geral do País. Isso não aconteceu e os prejuízos estão começando a surgir, com graves dificuldades, especialmente investimentos, que são do maior interesse da sociedade brasileira.

A advertência mais importante que eu gostaria de fazer é exatamente sobre a nossa convivência e sobre os procedimentos que devemos tomar, quando o Legislativo reivindica o papel de investigador e de Poder Judiciário. Somos, ao mesmo tempo, juiz de instrução, fazemos o inquérito e somos juízes que definem a vida não só de instituições, mas também de pessoas.

A história construiu, numa sociedade civilizada, alguns procedimentos indissociáveis da Justiça. A Justiça não é apenas a busca da verdade e a punição do culpado. Em nome da verdade e da busca do culpado, já se torturou; já se violaram todas as prerrogativas e garantias individuais; já se impediram, no passado, nos tribunais de exceção, o direito de defesa, o contraditório, o devido processo legal. Essas conquistas que conformam o Estado de direito precisam ser respeitadas, em especial no âmbito do Congresso Nacional, porque o império da lei não é o abuso dos legisladores. Por termos um mandato legislativo, exatamente na Casa que faz as leis, nós temos responsabilidades além dos demais cidadãos, no sentido de respeitar integralmente a lei, os procedimentos, as atitudes. A forma como devemos nos comportar diante da motivação política e eleitoral não pode se sobrepor a alguns valores que são indispensáveis.

Quero dizer que estou entre aqueles que consideram que esse episódio da violação do sigilo bancário do Sr. Francenildo deve ser investigado com rigor, deve ser apurado. Tudo o que envolve esse episódio, todos os indícios, devem ser apurados com rigor. Inclusive, se houve ou não alguma interferência indevida no depoimento deve, também, ser investigado com todo rigor. Sobre tudo para nós, que já fomos vítimas em outros momentos da história, exatamente em períodos eleitorais, de denúncias que foram pagas, compradas, e que trouxeram prejuízos imensos à história da de-

mocracia. Especialmente na campanha do Presidente Collor, o Presidente Lula foi vítima de calúnias e de manipulação de informações que são inaceitáveis na vida de uma sociedade democrática.

Não quero dizer com isso que o processo esteja se repetindo. Não estou afirmando que está se repetindo. Estou afirmando que não pode se repetir. Portanto, a sociedade tem que ter direito à transparência e tudo tem que ser apurado com rigor.

Quero parabenizar o Ministro Márcio Thomaz Bastos por ter instaurado imediatamente um inquérito na Polícia Federal, que tem atuado como uma polícia republicana, isenta e eficaz. De 2000 a 2003, em três anos, a Polícia Federal prendeu 50 pessoas no Brasil. De 2002 a 2005, 2.670 pessoas foram presas, de todos os níveis, em todas as ações: corrupção, sim, contrabando, narcotráfico. Em todo e qualquer desvio de conduta, a Polícia Federal tem atuado com presença, com eficiência e com uma isenção republicana. E, se ela abusou em alguma ação, deve também ser corrigida, porque ela também não está acima das leis. Mas a Polícia Federal tem demonstrado capacidade de apuração e investigação. E nesse episódio ela está investigando. Ela já convocou o caseiro para depor, para prestar todos os esclarecimentos. O Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso é um economista com uma carreira brilhante na vida acadêmica e professor universitário. Um homem que foi perseguido pela ditadura, preso e exilado e que teve de viver muitos anos fora do Brasil, no Chile, sabe exatamente o valor que tem o Estado democrático de direito, as leis, o respeito, portanto, a convivência civilizada. Ele também já foi prestar esclarecimentos hoje, às 14 horas e 30 minutos, na Polícia Federal, dando todas as informações da Caixa. Já foram identificados dois funcionários que tiveram acesso eletrônico, e a Caixa já divulgou, preservando – numa atitude responsável – o nome desses servidores, porque o fato de eles terem acionado o sistema não significa necessariamente que eles sejam diretamente os responsáveis pela operação. Eles têm que ter o direito de defesa, eles devem ter o direito de prestar todos os esclarecimentos, para que todo esse episódio seja esclarecido o mais breve possível, tanto no âmbito da Caixa, por meio de inquérito administrativo, quanto no âmbito da Polícia Federal, que já está com o processo de investigação bastante avançado. Tenho certeza de que os responsáveis serão identificados e punidos, e devem ser punidos com o rigor da lei.

Quero, no entanto, mencionar um episódio que me parece igualmente grave. Fiquei sabendo hoje que na CPI dos Bingos o Senador Eduardo Suplicy encaminhou um requerimento à Comissão solicitando acesso

às fitas, que foram gravadas por interceptação telefônica, referentes ao depoimento da SRA. Isabel Bordini, ex-Superintendente do Daerp. S. S^a estava como depoente na condição da função que existia junto ao Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto e uma fita de grampo telefônico foi acionada durante o depoimento.

Ora, a Constituição estabelece no art. 5º uma cláusula pétrea, a inviolabilidade do sigilo telefônico, dados e comunicações telefônicas. Ademais, a Lei nº 9.296, de 1996, estabelece a forma pela qual deve ser procedido o acesso a essas informações. O que diz o art. 5º, no Inciso XII?

Art. 5º.....

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

E a Lei nº 9.296, de 1996, que estabelece a quebra do sigilo também afirma em seu art. 1º:

Art. 1º A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigilo de Justiça.

Portanto, se a autoridade policial foi autorizada pela Justiça a interceptar uma conversa telefônica, isso faz parte de um processo que está sob sigilo de Justiça. Pois bem, se está sob sigilo de Justiça, não poderia ter sido exposta da forma que foi.

Estranha-me que a fita possa ter sido colocada a público e não esteja sob guarda da CPI com os procedimentos formais que deveria haver. O processo não foi requisitado, não foi depositado e o Senador Suplicy não teve acesso à fita, porque a fita não consta nos autos da CPI.

Se isso de fato aconteceu, é muito grave, porque é mais um abuso de poder, mais uma violação dos direitos e garantias individuais, mais um desrespeito ao processo judicial, mais uma violação do art. 5º, que é a essência das garantias e prerrogativas individuais.

A responsabilidade tem que ser apurada: a responsabilidade do delegado, se de fato encaminhou uma prova que estava sob sigilo de Justiça e não poderia tê-lo feito; e a responsabilidade da CPI, se está utilizando indevidamente informações que não poderia utilizar. Enfim, a cadeia de responsabilidade tem que

ser apurada com o mesmo rigor da quebra do sigilo bancário.

Providências devem ser tomadas para que a lei seja respeitada. É tão grave essa violação que a lei estabelece, nesses casos de violação de sigilo – e digo mais, comunicações telefônicas de qualquer natureza – e, portanto, sob sigilo de Justiça, a reclusão de dois a quatro anos e multa. É tão grave quanto a quebra do sigilo bancário. Está no mesmo estatuto do direito e garantia individual.

E foi violado no Senado Federal, no âmbito de uma CPI que deve atuar sob a guarda da Constituição e sob o respeito e o império da lei, e não à vontade de cada legislador. E, se nós não tomarmos providências para repactuarmos procedimentos, para exigirmos transparência e apuração de todos esses episódios, seguramente iremos caminhar em direção ao desrespeito à Constituição, com graves consequências do ponto de vista da consolidação de valores que são essenciais ao Estado de direito.

Queria ainda mencionar, Srs. Senadores, que soube – e fui comunicado depois pela minha assessoria – que o PSDB encaminhou uma ação de crime de responsabilidade contra o Ministro Palocci. Não acho que isso terá qualquer desdobramento no âmbito da Câmara dos Deputados. Assisti também, quando era da Oposição, a várias iniciativas na mesma direção; alguns Parlamentares ficaram especialistas em apresentar requerimentos por crime de responsabilidade, alguns inclusive do meu Partido, e eu sempre achei absolutamente improcedente esse tipo de atitude, especialmente pelas motivações alegadas. Quer dizer, já debitam ao Ministro Palocci responsabilidade sobre violação do sigilo bancário. Isso é inaceitável, isso é prejulgamento, isso é parte de uma luta política pequena.

O Ministro da Fazenda, sobretudo com o trabalho que teve, com a responsabilidade que tem e com a contribuição que deu, não pode ser tratado dessa forma, muito menos com prejulgamento numa ação dessa natureza. Não vejo que isso vá prosperar. Tenho certeza de que a Câmara não dará guarida. Os argumentos são muito precários juridicamente, politicamente, e especialmente com os valores que deveríamos encaminhar: o direito de defesa, o contraditório, o devido processo legal. São dimensões indispensáveis para que possamos fazer a justiça com todos os valores que a história da civilização estabeleceu como condições indispensáveis para que a justiça se processasse no âmbito do Estado de direito.

Ouç o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Senador Aloizio Mercadante, ouvi, com muita atenção,

o pronunciamento de V. Ex^a. Concorde, em gênero, número e grau, com sua preocupação quanto à falta de uma agenda para nossas atividades no Congresso Nacional, tanto é que ontem fiz um pronunciamento, mostrando minha preocupação nesse sentido, no qual propunha que se construísse aqui uma agenda positiva, uma agenda mínima, seja lá o que fosse. Projetos estão tramitando nesta Casa e necessitam, urgentemente, de votação rápida, antes que se inicie o período eleitoral, quando nesta Casa – como ocorre em qualquer país do mundo nesses períodos – ocorre um esvaziamento. Fiz ontem essa proposta e solicitei aos Líderes da Oposição que se fizesse isso. Evidentemente, a agenda positiva tem de passar pelo Governo. E ninguém melhor do que V. Ex^a, como Líder, para trabalhar nessa direção. Sabemos exatamente separar a disputa, o debate político, dos interesses do País. Quanto ao Orçamento, a informação que tenho é que já andou bem mais, mas há, no Orçamento, uma questão difícil de ser resolvida. E ninguém pode acusar a Oposição, pelo contrário. Nas últimas dez sessões, a sessão foi levantada exatamente pela base do Governo. Então, não é a Oposição que está obstruindo; é a própria base do Governo que assim está fazendo, porque existem divergências com relação à distribuição orçamentária, principalmente nas questões regionais. V. Ex^a aborda outro fato muito importante, e quero prestar um depoimento que ouvi de uma vítima sobre V. Ex^a. No domingo, recebi um telefonema do ex-Deputado Manoel Moreira, que dizia o seguinte: “Engraçado, está todo mundo agora defendendo a proibição de se invadir a privacidade das pessoas. Fui cassado, respondi a uma CPI, e invadiram minha privacidade, trouxeram minha ex-mulher para dentro da casa de um ex-parlamentar do PT”. Prefiro evitar a citação de nomes. Isso não fica bem e não é do meu feitio, porque há pessoas a quem queremos bem; algumas estão aqui, e outras não. Ele, então, historiou-me o processo e o calvário que viveu. E aí me disse uma coisa: “Das pessoas que atuavam” – faço questão, por dever de justiça, de dizer – “naquela CPI, representando, à época, o Partido dos Trabalhadores, o único de quem não tenho nada a dizer com relação à privacidade desses episódios foi exatamente o Mercadante, à época Deputado”. Estou lhe dando esse depoimento de uma pessoa que passou pelo mesmo processo. Ele foi seguido, rastreado. A mulher dele veio aqui e deu depoimento. Enfim, ele teve a vida devassada. Após ele me contar o fato, eu lhe perguntei se não havia nenhum constrangimento da parte dele se eu, numa oportunidade, no Senado, da tribuna, relembresse esses episódios. Ele me disse que não, daí por que estou exatamente trazendo o assunto apenas para registro à Casa. Senador Aloizio

Mercadante, V. Ex^a tem completa razão. Não podemos continuar, no Senado, neste clima. Não é tradição desta Casa este clima policalesco, este clima de tensão que estamos vivendo. Isso não é tradição da Casa e não nos leva a lugar algum. É preciso dar um basta! Mas é necessário que esse “basta” seja dado exatamente de onde saem as denúncias, as informações. Eu, por exemplo – o Senador Tião Viana é testemunha disso –, fiquei chocado com o fato de o Partido de V. Ex^a ter jogado nas minhas costas uma possível ligação com o caseiro Nildo pelo simples fato de ser piauiense. E eu, amargurado e frustrado, por não conhecê-lo, nem sua família, não pude, em nenhum momento, dar-lhe assistência ou apoio moral, o que teria obrigação de dar a um conterrâneo. Um fato dessa natureza, não aceito. Essa não é minha tradição de parlamentar. E V. Ex^a é testemunha do quanto lutei dentro do meu Partido, enfrentando opiniões contrárias para proteger o Ministro Palocci, não por ser o Ministro Palocci, mas por ser o continuador da política de um governo do qual fiz parte durante oito anos. Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Agradeço-lhe o aparte, Senador Heráclito Fortes. Vou comentar sua intervenção, pois é muito oportuna.

Primeiro, espero que possamos, na próxima terça-feira, numa reunião do Colégio de Líderes, rediscutir a agenda e fazer um calendário de votações. Algumas medidas provisórias são indispensáveis. Não podemos pensar no País apenas no período em que não há eleições. Temos de adotar uma atitude republicana, e questões de Estado, que independem de quem é o governo de hoje – amanhã, pode haver alternância de governo –, têm de ter prosseguimento. Dou um exemplo: nas medidas provisórias que aí estão, na primeira a ser votada, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) foi constituída; há um prazo internacional, e é decisivo para a Embraer, na disputa comercial e internacional, que a Anac seja instalada, e as condições para o funcionamento da Anac estão paralisadas, porque o Senado não votou.

Já discuti isso do plenário e fico satisfeito que o debate tenha avançado no sentido de que agora a Oposição está concordando. Existem cargos para o Itamaraty num País que dobrou as exportações e triplicou o valor do comércio exterior em três anos. Quase quatro milhões de brasileiros migraram e precisam do atendimento. No Japão, temos visto vários brasileiros expostos a condições humilhantes; nos Estados Unidos, as prisões se sucedem, especialmente depois do Onze de Setembro, quando as restrições à imigração se tornaram muito severas. E o Brasil não tem uma estrutura de Estado para proteger nossos conterrâneos. O Itamaraty precisa disso.

A proposta de cargos que foi instituída é para ser implantada em quatro anos. É uma política de Estado e não de governo. É o novo governo que vai implantar essa estrutura, que precisa ser planejada. As funções precisam ser definidas, criadas, outras providências têm de ser tomadas, e o Legislativo não pode paralisar.

Dou outro exemplo, Senador Tião Viana. Fiz uma longa luta quando era Deputado Federal para o Congresso Nacional votar o salário mínimo. No Governo anterior, não se votava o salário mínimo, que era encaminhado por medida provisória, que, por sua vez, não precisava ser votada. Não tínhamos o debate sobre o salário mínimo. Passamos a votar o salário mínimo, e o Senador Paulo Paim esteve à frente desta luta por cinco ou seis anos. Lembro-me de que foi uma obstrução duríssima que fizemos para poder colocar essa matéria na pauta.

O Governo encaminhou a proposta de salário mínimo, aprovada por todas as centrais sindicais, por meio de projeto de lei e não de medida provisória, e o Congresso não vai votar, não vai votar! Pergunto: esse tipo de comportamento legislativo contribui para este Poder? A imagem popular que vai ficando é só a imagem da crise que atinge alguns Parlamentares. São alguns Parlamentares e são poucos. A imagem desta Casa que vai ficando para o povo é a de um distanciamento crescente dos Parlamentares da vida concreta da sociedade. Tínhamos de estar aqui debatendo salário mínimo, discutindo questões fundamentais, como as que estão na pauta, como a assistência à saúde dos servidores públicos – são 1,5 milhão de servidores. Essas matérias não entram na pauta, porque estamos o tempo inteiro prisioneiros de um processo de luta político-eleitoral. Estamos violando valores e princípios que não são negociáveis, seja qual for a circunstância.

Ouçó o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Aloizio Mercadante, gostaria ainda de dizer que o Presidente Lula atendeu a um pedido da Comissão Especial. A Comissão Especial do Salário Mínimo pediu que a matéria não viesse por meio de medida provisória. O Presidente, atendendo ao pedido da Comissão, via Ministro Marinho, manda o projeto de lei. Há minutos, fiquei sabendo que a Câmara não vai votar e que jogou a matéria para a quarta-feira da próxima semana. Como vamos aqui deliberar? Com essa preocupação – inclusive, peguei assinatura de V. Ex^a e de todos os Líderes –, estou encaminhando à Mesa o requerimento de urgência urgentíssima, para que aprovemos o requerimento. Quem sabe, na quarta-feira ou na quinta-feira, consigamos aprovar a matéria! Mas será lamentável se o Congresso não votar o salário mínimo e se tiver-

mos de pedir ao Presidente Lula para, pelo amor de Deus, mandar-nos uma medida provisória. Por isso, V. Ex^a tem toda razão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT SP)

– E estamos substituindo a função essencial do Legislativo, que é produzir leis para ajudar a resolver os problemas da sociedade, por uma função de investigação, para a qual não temos formação profissional, competências e procedimentos.

Nós temos de investigar, com muito cuidado, aquilo que realmente é um grande interesse da sociedade. Nós estamos transformando o mandato de Senador em uma figura menor, que, às vezes, tenta substituir o papel que é da Polícia Federal ou do inquérito administrativo. Vamos respeitar e valorizar as instituições. A força da sociedade está exatamente na qualidade das instituições democráticas que ela constrói. E vamos retomar uma agenda legislativa. Um mês sem votar nada no Senado Federal! Um mês! Isso não pode continuar. A cada sessão, ocorre um pequeno incidente que passa a ser hegemônico. Vamos repactuar procedimentos no âmbito da CPI. Vamos repactuar o nosso ambiente de convivência. Vamos retirar um pouco esse tom acusatório, precipitado, de ilações, de suspeição, que estamos construindo nesta Casa, para retomar aquilo que é a essência no Parlamento. Isso não significa deixar de investigar. Mas vamos diminuir o prejulgamento, o açodamento e, sobretudo, a violação de procedimento, de prerrogativas e garantias individuais, sem o que não há democracia, não há respeito à Constituição.

Termino com um último comentário. Senador Hércílio, eu realmente penso que a família é um valor fundamental na vida das pessoas. Os nossos familiares já pagam um preço muito caro pela condição de vida pública que nós temos. Considero inaceitável isso e já subi nesta tribuna, por exemplo, quando houve a acusação de filhos de adversários meus que acreditava ser completamente descabida; era só para atacar o pai. Levantei a questão nesta legislatura e tive uma atitude muito firme de obstrução a esse tipo de tentativa. E, com a mesma veemência que o fiz, farei com os filhos dos meus companheiros, adversários ou não, porque não concordo. Considero também inaceitável a exposição pública da intimidade pessoal. As relações pessoais também são valores. Segundo o inciso X do art. 5º da Constituição Federal, o direito à intimidade é inviolável. Quer dizer, trazer uma ex-mulher... Eu já ouvi propostas nesta Casa contra adversários de tentar trazer a amante para depor, e eu falei não, em nenhuma hipótese. É inaceitável! É inaceitável que o Senado Federal patrocine esse tipo de atitude. Então, o respeito à privacidade, o respeito à inviolabilidade

da intimidade do cidadão é um valor que temos que preservar com todo o cuidado e o respeito.

Espero que realmente consigamos construir essa cultura que esteve tão presente ao longo destes três anos. Espero que não percamos esses valores maiores, que são o melhor da tradição republicana do Senado nesse tensionamento político-eleitoral que se aproxima. Espero que retomemos procedimentos, estabeleçamos uma pauta ao País, façamos uma disputa política partidária, programática, eleitoral, na qual a Oposição tem, sim, o direito de fiscalizar, mas que respeite a Constituição, as prerrogativas e os direitos individuais. Espero que definitivamente eliminemos esse tipo de suspeição ou prejulgamento sobre o Senador Heráclito, ou seja quem for, porque isso em nada contribui para a nossa convivência.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Magno Malta, concedo a palavra a V. Ex^a, mas já considerado encerrado o pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante, porque há vários oradores que estão aguardando. V. Ex^a pode apartear-lo, mas já dou como encerrado o discurso de S. Ex^a, para contribuir com os oradores ainda inscritos.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Aloizio Mercadante, parabeno V. Ex^a principalmente pela última parte do seu pronunciamento. É verdade que todas as suspeitas precisam ser investigadas. Tudo deve ser investigado pelo Ministério Público e a Polícia Federal ou Polícia Civil, conforme for o indício e onde estiver. Eu não sou doutor nesta matéria, mas tenho algum conhecimento de CPI. Eu dizia ao Senador Arthur Virgílio que tudo isso me parece uma luta de K-1 – soco e canelada fora do fato determinado. Eu saí da CPI do Banestado porque a Comissão tinha requerimento como a convocação do Sr. Paulo Maluf, que estava dentro do fato e nunca foi chamado, além de inúmeros requerimentos que nunca foram atendidos. A mim me parece que a conveniência faz o camaleão. É importante, neste momento, usar a situação de um simples trabalhador importantíssimo para a Nação e honrado, porque quem trabalha tem honra, como o caseiro. O sigilo dele é tão importante quanto o de outro, de qualquer rico. Usaram a figura desse menino sem o fato determinado, para fazer uma disputa política desnecessária e até rasteira, na minha visão. Então, V. Ex^a traz uma palavra lúcida no final do seu pronunciamento. Tudo foi lúcido, mas o final muito me agradou. E proponho a V. Ex^a que, com essa lucidez, procure o Senador Arthur Virgílio, o Senador José Agripino, as Lideranças importantes desta Casa para, no mínimo, fazer uma discussão nesse nível, sem que se exponha

o Parlamento como está sendo feito; como se o grande drama da Nação brasileira fosse o problema do caseiro, que é algo que a própria Polícia pode resolver. E apelo a V. Ex^a, também como Líder, porque há alguns liderados de V. Ex^a que são verdadeiros fios desencapados. Eles reagem, parecendo que perderam a noção das coisas, como se quisessem briga, quisessem uma luta corporal, quando existe uma ilação. V. Ex^a já esteve na Oposição e fez ilações; a Oposição sempre fez. Votamos juntos, na Câmara, o tempo inteiro contra o Governo Fernando Henrique Cardoso.

(Interrupção do som.)

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – É necessário para distensionar, num momento como este, que todos os liderados de V. Ex^a, inclusive, pensem como V. Ex^a, tenham a cabeça de V. Ex^a, falem como V. Ex^a. Este não é o momento em que uma canelada se responde com uma canelada, em que uma cusparada se responde com uma cusparada. A Bíblia diz que a palavra branda abrande o furor. Então, a mim me faz muito bem o final do seu pronunciamento. O que V. Ex^a disse significa exatamente isto: a palavra branda abrande o furor, na sabedoria de Salomão. Creio que a Base do Governo, principalmente os petistas, precisava ouvir com muita atenção a sua fala, porque, se a palavra branda vier, abrandará o furor e teremos lucidez para podermos discutir este momento, que é grave, e deixarmos a investigação para quem deve fazê-la, nos foros competentes, porque não temos foros competentes para esse episódio do caseiro, a não ser a Polícia Federal. E com essa palavra tão lúcida de V. Ex^a certamente não ganhará só o Parlamento, ganhará o Brasil, porque conseguiremos votar, conseguiremos avançar e mostraremos que ...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Magno Malta, peço a V. Ex^a que conclua.

O Sr. Magno Malta (PL – ES) – Já concluirei, Senador Tião Viana. Este tema me chama a atenção e, por isso, acabei me alongando, mas estou encerrando. Senador Aloizio Mercadante, temos realmente, com lucidez, sabedoria e com os ânimos acalmados, de contribuir para colocar essa situação em seu devido lugar. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Ex^a o pronunciamento, Senador Magno Malta.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Evidentemente, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É simples, Senador Mercadante. Eu ouvia, com o acatamento e a atenção de sempre, o discurso de V. Ex^a. Em determinado momento, em uma marca que é da sua personalidade, V. Ex^a se referiu a gestos de generosidade que teve na direção de filhos de adversários seus. Se V. Ex^a souber de algum filho de adversário seu corrupto envolvido em negociatas, seria bom declinar porque, se pertencer ao meu Partido, eu expulso. Seria bom! Aguardo V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Absolutamente. Subi à tribuna e falei de dois episódios. Falei da filha do Governo Geraldo Alckmin que tinha sido acusada de ter ido a uma audiência da Daslu. Eu disse que considerava completamente descabido responsabilizar a filha do Governador por uma decisão que o Governo tinha tomado equivocadamente, mas que, seguramente, só a tomou porque a Daslu era uma das lojas mais importantes da elite paulista. Se fosse uma loja da 25 de março, dificilmente, teria dado aquele benefício tributário. Critiquei a decisão do Governo, mas disse que era completamente descabido ter envolvido a filha do Governador naquele episódio.

Se quiser, falo do outro assunto que mencionei.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Houve uma crítica em relação à filha de outro correligionário seu sobre um problema que estava havendo na CPI. Eu disse que não acreditava naquilo e que a conhecia pessoalmente.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Qual foi ela?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – A Verônica.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Filha do José Serra?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Filha do José Serra. Minha amiga pessoal. Eu disse que acreditava nela, que não acreditava naquilo e que aquele não era o caminho de apuração.

Fiz as duas vezes e faria tantas vezes quantas fossem necessárias. Essa será sempre minha atitude na vida pública. Não creio que o episódio tenha relevância ou significância. Não o tem, assim como não tem nenhuma significância o filho do Presidente ter uma empresa que recebeu recurso de outra empresa para avançar na área de informática e telecomunicações. A empresa do filho do Presidente tem hoje a maior audiência do segmento em que ele disputa desde que o programa foi ao ar. Está batendo a MTV, que tem vinte anos de serviço, é uma excelente televisão, que faz entretenimento, jogos para a juventude. O programa, veiculado das 17 às 21 horas, está ganhando toda a

audiência da MTV. Isso mostra que o projeto, não apenas sob o ponto de vista da exposição televisiva, da interação com a juventude, tem futuro.

A nova economia, a economia dos intangíveis, a economia desse tipo de serviço é exatamente um potencial de crescimento. Houve, sim, bolha na Internet: projetos que se revelaram absolutamente espetaculares, outros não. Há um risco maior do que o da economia real, mas é um êxito a empresa.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O argumento básico é o de que a empresa Telemar tem fundos de pensão. Por favor, se esse é o critério, posso arrolar dezenas de filhos de homens públicos que tiveram algum tipo de relação comercial com empresas que têm participação em fundos de pensão. Não creio que isso seja relevante. A única relevância é tratar-se de um filho do Presidente.

Então, eu o defendo com a mesma intensidade, com a mesma convicção, e o farei sempre que entender que houve um ataque à vida pessoal. No limite, os filhos dos homens públicos não têm alternativa: se forem trabalhar no Estado, há nepotismo; se tiverem relações comerciais no mercado, foram protegidos por sê-lo. Eu poderia ter a segurança de que, pelo fato de ser filho de um homem público, uma empresa não tenha tentado se aproximar? Não. Não tenho essa segurança, absolutamente. Mas vejo que há razões fundamentadas.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me fazer um aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Ontem, o empresário Di Gênio, da Unip, foi ao meu gabinete e afirmou: “Mercadante, não há um patrocínio público na participação da empresa do filho do Presidente na TV Mix. Nenhum. Não há patrocínio público. Trouxe aqui o *ranking*. Estou disposto a depor onde for necessário, porque é competente, é eficiente, está liderando o segmento, há potencial econômico, é um talento o que está sendo exposto. Eles são muito eficientes no que estão fazendo e não podem ser discriminados”. Foi esse o depoimento que ele deu. Todos aqui sabem que ele tem relações... Deve ter dito isso para a Oposição. Ele me trouxe o material todo, está à minha disposição, entregarei a V. Ex^a para estudar.

Então, foi isso o que eu quis dizer

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu não queria citar nomes, exatamente porque acredito que citá-los não ajuda. Mas eu quis dizer – porque o Senador Heráclito estava mencionando que, no pas-

sado, tive atitude contrária na CPI a trazer a ex-esposa de um Parlamentar – que sempre tive essa atitude na vida. Nunca aceitei que as famílias sejam utilizadas, de uma forma ou de outra, para intervir na vida política.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Apenas lembro, Senador Mercadante, que V. Ex^a está excedendo o seu tempo. O Senador Arthur Virgílio terá dois minutos para fazer seu comentário, e a Mesa não prorrogará mais o tempo do orador, em razão do direito do Senador Alvaro Dias, que invocará o art. 14, e do Senador José Maranhão, que está aqui há muito tempo aguardando sua oportunidade de usar a tribuna.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Bem, Senador Mercadante, V. Ex^a conhece até meus pruridos a esse respeito.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – É verdade.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas Verônica Serra não tinha nenhuma relação empresarial com o Sr. Daniel Dantas. Isso foi provado por mim da tribuna que hoje V. Ex^a ocupa com tanto brilho. O caso da filha do Governador Alckmin é até ridículo. Eu dizia ainda há pouco da tribuna – não sei se V. Ex^a me ouviu com a atenção que dispenso sempre aos seus pronunciamentos – a velha lição do meu pai, o Senador Arthur Virgílio. Ele dizia: “Meu filho, não tenha medo de homem, de mulher, nem de lobisomem. Tenha medo do ridículo”. Então, não vou discutir coisas ridículas. Em relação ao filho do Presidente, considero legítimo o Senador Antero ter tomado a atitude que tomou. Eu não quis assinar com S. Ex^a o documento. No entanto, se V. Ex^a souber – não creio que devamos tratar com flacidez o dinheiro de fundos de pensão, porque é dinheiro da poupança brasileira –, como afirmou, de inúmeros filhos de políticos que se beneficiaram de fundos de pensão, é bom citar os nomes. Não há razão para ficarmos aqui dessa forma.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Eu não disse que se beneficiaram de dinheiro de fundos de pensão. Eu disse que empresas que têm participação em fundos de pensão já tiveram relações comerciais com filhos de homens públicos. Direi os nomes pessoalmente a V. Ex^a, porque, como eu disse, não é do meu feitio esse tipo de debate, e não o farei. Se V. Ex^a quiser trazer a público, faça-o. Mas faço questão de dizer-lhe quais são os nomes.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Então, muito bem. Vou passar a V. Ex^a...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – E não há nenhuma acusação, nenhum ilícito, nenhuma

corrupção. Disse que fundo de pensão é o patrimônio dos trabalhadores – eles depositam ali anos – e serve para proteger as famílias. O fundo de pensão é um direito do trabalhador.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Quando há sociedade do Governo brasileiro, é diferente um pouco a situação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Só queria concluir, Senador. O fundo de pensão também é outra coisa criminalizada no Brasil, porque só capitalista pode ser proprietário de empresa. O trabalhador, quando organiza uma poupança coletiva, constitui um fundo e passa a administrar empresas, sua atitude é vista de forma criminalizada, pois sempre fica sob suspeição. Não é! Quem dirige a Telemar não são os fundos de pensão, que têm apenas uma participação acionária, mas não têm o mando do grupo de controle.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Deixe-me concluir o aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Isso vale para várias outras empresas da República. O fato relevante não é se é fundo de pensão ou não...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Deixe-me concluir o aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então, jamais fiz qualquer acusação, nem o faria. Estou dizendo que esse argumento é precário, é insustentável. Só isso.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Muito bem. Deixe-me agora expender meu modestíssimo raciocínio. V. Ex^a agiu como o MST: invadiu o meu aparte.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Apenas estou nervoso, porque a Mesa está pedindo que eu encerre, não quero desrespeitar os Colegas, e infelizmente a discussão seguiu um caminho que nem era o sentido da minha intervenção. Eu estava pedindo o diálogo e bom senso.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Agora é a Via Campesina. Está invadindo de novo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador, a palavra é minha. Eu a estou concedendo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Sem dúvida, mas concedeu o aparte. É aquela história: “quem toma e dá vira a cacunda pro ar”. Esse é um ditado da minha infância. Senador, será extremamente amena a minha fala. Quero apenas dizer a V. Ex^a que entendo que, quando há participação do Governo, o caso é um pouco diferente. E, por se tratar de recursos dos trabalhadores, é preciso ter cuidado dobrado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Seguramente.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas há o fato que vem dos nossos maiores, dos que nos antecederam. Refiro-me a uma figura simplória, que fez parte do anedotário político certa época, mas que foi importante no processo de redemocratização do Brasil, o Marechal Dutra. Ele dizia – para todos, pois é uma lição imortal: “No governo não se compra nada, porque senão os compradores querem valorizar o que você tem no intuito até de lhe bajular. E no governo não se vende nada, porque os bajuladores podem entender que, colocando um *over* preço ali, eles agradam a figura do poderoso”. Então, não quero, realmente, mergulhar mais do que isso nesse assunto. Mas fico feliz de V. Ex^a ter-me dado a oportunidade de ter, nos dois casos por V. Ex^a mencionados, estabelecido, quando nada, a inveracidade das acusações. Eu o parabeno por ter compartilhado da minha opinião. De minha parte, marco a diferença entre um caso e casos, mas continuarei ouvindo V. Ex^a e devolvo-lhe a palavra...

(Interrupção do som.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – ...porque seria um processo, se fosse eu o invasor, de reintegração de posse. O discurso é de V. Ex^a, afinal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Senador Arthur Virgílio, primeiro sou testemunha de que V. Ex^a sempre tratou esses temas com bastante responsabilidade e altivez. Tenho certeza de que saberemos no Senado tratar desses temas com a grandeza que exigem.

Essa frase do Dutra é bonita, e concordo com ela, como homem público. Mas penso que ela não pode ser uma imposição aos membros de uma família, porque, nessas condições, nenhum familiar pode ter uma atividade comercial ou empresarial. Estamos falando das famílias. Não estamos falando do homem público, mas das famílias. Se não podem trabalhar no Estado porque é nepotismo e não podem ter relações comerciais, qual é o futuro?

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– A única condição é ser assalariado e, dependendo da empresa, ainda ouvir que foi um favor. Então, realmente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Mercadante, mais um minuto e o microfone será desligado, sem apartes, porque não podemos desrespeitar os oradores inscritos.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a está muito violento, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Fiz um chamamento ao diálogo, fiz um chamamento à necessidade de estabelecermos procedimentos para fazer uma disputa política, acreditei que a minha intervenção vinha exatamente para construir um clima de concórdia, e a interpretação do Senador Arthur Virgílio foi em direção exatamente contrária ao que tentei fazer.

Lamento, mas reafirmo que toda a minha intervenção vinha nessa perspectiva de preservarmos alguns valores fundamentais. Só tratei do tema familiar porque foi o Senador Heráclito que sugeriu, citando uma passagem. Eu disse que realmente essa sempre foi a minha atitude, nunca envolver família, a não ser que haja realmente dinheiro público, desvio, corrupção, mas, não havendo, sempre considero uma motivação política eleitoral menor, que não deveria estar presente na vida democrática, sobretudo no Parlamento, no Senado Federal.

Termino como comecei. Proponho uma reunião de Líderes para restabelecermos uma pauta de votação e procedimento de convivência, os quais considero indispensáveis neste momento.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.)

– Peço a palavra, invocando o art. 14 do Regimento Interno, para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a tem a palavra, conforme o art. 14, por cinco minutos.

A seguir, concederei a palavra ao Senador José Maranhão.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, quero, embora tenha atuado como Relator *ad hoc* no dia de ontem, assumir a inteira responsabilidade em função do ato praticado, contestado aqui pela Senadora Ideli Salvatti. Não quero transferir essa responsabilidade ao honrado Senador Garibaldi Alves Filho. Cumpri o dever de exercer, provisoriamente, a Relatoria em função de estar impedido de fazê-lo o Relator titular em razão de cirurgia de catarata efetuada recentemente.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para condenar essa atitude de patrulhamento que se instala no Senado Federal, porque patrulhamento é próprio de regimes policiaiscos. Não fica bem para o Senado Federal essa tentativa de impedir que se exercite na plenitude o mandato parlamentar outorgado pelo voto do povo brasileiro. Não é outro o objetivo a não ser esse. É, sim, uma tentativa de impedir o exercício livre do mandato parlamentar, o que temos de repudiar: câmaras direcionadas para gabinetes, pretensão de desqualificar determinada providência adotada por parlamentar de oposição – não creio que seja esse o caminho.

No que diz respeito ao conteúdo da fita, veiculada ontem durante a reunião da Comissão, é preciso dizer que a permissão – recorro à legislação do País, exatamente para responder à pretensão da Senadora – de solicitar quebra de sigilo telefônico pela CPI é concedida pela Constituição Federal e não por legislação ordinária. A Constituição Federal, art. 88, concede também o investimento dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento da Casa.

A Lei das Interceptações Telefônicas não faz citação aos poderes da CPI – a lei invocada pela Senadora Ideli –, apenas que ela deve ser concedida pela autoridade judiciária.

Por analogia, o Presidente da CPI tem o poder discricionário, durante os atos processuais da Comissão, para – por analogia, repito, ao juiz principal da causa no processo penal – confrontar as provas para atingir os fins específicos da persecução da verdade.

Portanto, o Presidente Efraim Morais tinha autoridade de juiz, na reunião de ontem, para autorizar a utilização da fita gravada. O Presidente da CPI pode, sim, autorizar a oitiva de provas legalmente requisitadas para, como juiz do processo da Lei das Interceptações, que se atinjam os fins específicos.

No processo referido não há segredo de justiça. A imprensa transferiu ao Relator Garibaldi Alves Filho a gravação que foi ontem utilizada, que já havia sido utilizada em outra reunião da mesma CPI, quando do depoimento do Sr. Rogério Burati, e que já havia sido veiculada por jornais paulistas. Portanto, não houve quebra de sigilo algum, porque sigilo já não existia mais. O sigilo, cuja quebra foi autorizada judicialmente, porque houve autorização para a gravação do diálogo telefônico, esse sigilo não existia mais. Portanto, ontem, não houve quebra de sigilo algum, não houve invasão de competência em momento algum.

O Senador Efraim Morais tem conduzido com muita sabedoria, tem conduzido com muita parcimônia os trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito,

que evidentemente aborda questões polêmicas. Não podemos permitir, na verdade, Sr. Presidente João Batista Motta, que a Lei da Mordaza prevaleça também sobre os parlamentares do Congresso Nacional.

É certo, Sr. Presidente, que a verdade incomoda. A busca da verdade tem que ser a perspectiva preliminar de quem exerce um mandato parlamentar. Não posso também compactuar com a tese de que não legislamos porque investigamos. Ora, são duas funções primaciais do Poder Legislativo: legislar e investigar. A atividade de legislar não exclui a de investigar. São compatíveis e caminham paralelamente no destino de se alcançar os objetivos do mandato parlamentar.

É pretexto. Não há nenhuma razão para se responsabilizar eventuais investigações procedidas por Comissão Parlamentar de Inquérito pela não atuação de lideranças que, representando o Governo, não têm conseguido administrar o Parlamento de forma a fazê-lo produzir no campo, na atividade precípua de legislar.

O Congresso produz pouco, é verdade. A produção legislativa tem sido miseravelmente insignificante diante das aspirações da sociedade brasileira, mas não responsabilizem CPI alguma por isso. O que falta é capacidade de articulação política ao Governo, o que falta é competência política ao Governo, capacidade de liderança para conduzir, no regime presidencialista, a ação de legislar no Congresso Nacional.

Independentemente dessa tese, não há nada mais importante, neste momento do Brasil, do que a tarefa de investigar. Diante dos grandes escândalos que abalam a credibilidade das instituições públicas brasileiras, dos políticos de forma geral, não há nada mais importante para o povo do que a investigação para responsabilização e a necessária punição dos eventuais envolvidos em ilícitos praticados.

Não há como estabelecer o marco de um novo rumo no Brasil sem concluímos essa tarefa. É importante legislar. Mas, de que adianta legislar, se preservarmos esse cenário de corrupção que destrói o organismo do Estado brasileiro? Há uma crise de identidade do Estado brasileiro provocada pela ausência de ética na condução dos negócios públicos. Se não buscarmos, sobre os escombros dos escândalos da corrupção, erigir uma nova imagem para a instituição pública brasileira, estaremos levando o País a um desfiladeiro sem rumo, com conseqüências imprevisíveis, porque não construiremos o futuro que as novas gerações merecem.

Portanto, Sr. Presidente, vamos compatibilizar o interesse da investigação política com a necessidade imprescindível de legislarmos na construção do futuro deste País. Mas não vamos buscar pretextos para colocar debaixo do tapete toda a sujeira que se acumulou

nos últimos anos no governo brasileiro. Não, Sr. Presidente. Legislar, sim; mas investigar, neste momento, para punir exemplarmente é responsabilidade essencial do Congresso Nacional.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Batista Motta.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Prorrogo a sessão por 30 minutos.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PDMB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2006, que trata da repactuação das dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, aprovado nesta Casa, foi objeto de veto presidencial, substituído pela Medida Provisória nº 285, de 2006.

O tratamento dado pelo Poder Executivo ao assunto não nos convence. Alega o Governo que já procedeu a uma ampla renegociação das dívidas de produtores rurais, seja na região Nordeste seja em outras regiões do País. Alega também que a matéria aqui votada faria aumentar o déficit público, pela escassez de recursos alocados para tal finalidade.

Lamentavelmente, esse é o discurso próprio, adequado, do modelo econômico que, infelizmente, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva adotou, seguindo exatamente as pegadas do Governo neoliberal que o antecedeu. Acreditar que uma iniciativa que eu não diria sequer de cunho social, mas de cunho econômico, se constitui em um instrumento de déficit público é um absurdo, sobretudo quando o Governo não entende que se constitui um instrumento gerador de déficit público o pagamento de juros da dívida externa, que são realmente escorchantes e ultrapassam qualquer limite que se possa imaginar.

O setor agropecuário, que historicamente contribui para o desenvolvimento econômico na Nação brasileira na geração de emprego e renda, na oferta de biomassa para a substituição energética, no abastecimento alimentar e na formação líquida de divisas, está sempre à deriva de políticas públicas, a despeito da legislação vigente.

Aliás, devo dizer que, desde a Proclamação da República até hoje, nenhum governo procurou definir uma política agrária neste País; por isso, a agricultura e a pecuária vivem sempre à mercê de medidas paliativas, de medidas conjunturais, e nunca se pensa nesse setor tão importante, não apenas por ser o que

mais emprega, mas, sobretudo, por ser um dos setores que mais têm gerado divisas para equilibrar o nosso balanço cambial.

Não obstante esse fato, o Governo atual, assim como os anteriores, desde a Proclamação da República, e ousou dizer desde o descobrimento do Brasil, não se preocupa em criar uma política agrária que reconheça a atividade primária como uma atividade econômica que contribui para a grandeza nacional.

As informações sobre a inadimplência, há muito discutida nesta Casa, são escassas e quase impossíveis de obter. Em novembro de 2005, mediante o Requerimento nº 1.365, de 2005, solicitei ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações sobre o nível de endividamento dos produtores rurais.

Por ocasião da aprovação da lei a que me referi, observei que se discute muito em cima de dados irreais, imprecisos e inteiramente inidôneos, porque não existe qualquer fundamento factual. Falou-se aqui, inclusive, como argumento para bombardear o projeto no momento em que estava sendo discutido, que nele foram incluídas atividades que não eram exatamente as atividades econômicas dos pequenos e médios produtores rurais. Mas quem inseriu essa categoria de grandes empresários rurais no projeto? Exatamente aqueles que, depois, aqui no plenário, alegaram como fundamento para negação à aprovação esse fato.

É um princípio de direito: ninguém pode se beneficiar do deslize que comete. Não se pode beneficiar, meu caro e brilhante Presidente, do deslize que comete.

O nobre Senador Tião Viana, ao relatar a matéria para instruir a decisão da Mesa do Senado, emitiu o Parecer nº 86, de 2006, em que reafirma que o pedido de informações não fere o sigilo bancário, disciplinado pela Lei Complementar nº 105, de 2001. Ressalta, ainda, que “as informações solicitadas deverão ser prestadas pelo Banco Central do Brasil, por ser da sua competência o controle do crédito no País, bem como a fiscalização das instituições financeiras nacionais”.

E, em resposta à Mesa do Senado, a requerimento de minha autoria, o Banco Central disse, simplesmente, que não tinha esses arquivos, que já havia remetido os processos, que foram analisados na sua área de competência, aos Bancos responsáveis pela concessão do empréstimo; ou seja, Banco do Brasil e Banco do Nordeste do Brasil.

Assim sendo, e tendo em vista que a Lei nº 11.036, de 22 de dezembro de 2004, concedeu ao Presidente do Banco Central **status** de Ministro de Estado, o ofício da Mesa do Senado foi a ele endereçado.

Indagávamos sobre o nível de inadimplência nas operações de crédito rural, número de contratos e valor dos débitos, segundo as fontes de recursos e os agentes financeiros. Ainda gostaríamos de conhecer o número de contratos renegociados, segundo as fontes de recursos e os agentes financeiros.

Na discussão desse assunto e até na justificativa do veto ao projeto, o Governo foi pródigo em dizer que o valor desses empréstimos envolviam até a estabilidade financeira do País, mas nada comprovou.

Queremos nada mais nada menos que documentos para discutir a veracidade dessa assertiva. De nossa parte, temos todo o direito de nutrir a desconfiança na veracidade desses fatos porque, enquanto insistimos para discutir o assunto com objetividade, o Banco Central e outras instituições se negam, terminantemente, a apresentar os documentos que serviriam até para embasar as justificativas apresentadas pelo Governo.

Entretanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, a resposta obtida deu-se em forma de nota técnica do Diretor de Fiscalização do Banco Central, informando-nos que:

Os dados captados e registrados neste Banco Central sobre crédito rural referem-se tão-somente aos valores constantes dos instrumentos de crédito originalmente pactuados entre financiadores e financiados, não dispondo esta Autarquia, na base de dados de operações de crédito rural, de informações sobre a evolução dos saldos dos financiamentos e nem tão pouco sobre inadimplência das dívidas.

Além disso, reporta que as dívidas objeto de renegociação/securitização, nos termos da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, foram cadastradas no Sistema Recor do Banco Central e os débitos de cada produtor, consolidados e repassados, em outubro de 1997, para a Secretaria do Tesouro Nacional. A esta compete controlar a equalização das taxas de juros e a emissão de títulos públicos para a securitização dessas dívidas.

Sr. Presidente, para responder a essas questões, encaminho à Mesa do Senado novo pedido de informações, restringindo o volume de dados e a sua periodicidade, dessa vez ao Ministério de Estado da Fazenda.

Esperamos que, assim, a Secretaria do Tesouro Nacional e os agentes financeiros (Banco do Nordeste do Brasil e Banco do Brasil) nos enviem informações sobre o nível de endividamento dos produtores da área da Adene, segundo fontes de recursos, para um período de cinco anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,...

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador José Maranhão?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois não. Com todo o prazer, concedo um aparte a V. Ex^a, que conhece a fundo essa questão. Já o vi debruçado sobre o tema, inclusive com os rigores técnicos de que procura revestir os seus pronunciamentos.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador José Maranhão, tenho muito prazer de, primeiramente, felicitá-lo pela sua palavra oportuna, e não é surpreendente que seja assim. V. Ex^a é um homem de poucas palavras, mas de palavras incisivas e objetivas.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Sempre admirei no Governador José Maranhão essa característica que lhe fez um grande administrador público, que faz parte da sua composição de grande administrador público. Trago uma notícia que se relaciona a sua preocupação: convocamos o Presidente do Banco do Nordeste do Brasil para comparecer à Subcomissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, semana que vem, solicitando dele esclarecimentos a respeito de preocupações que são também de V. Ex^a. Sempre que se inicia aqui uma discussão sobre débitos vencidos ou a vencer de produtores rurais de uma maneira geral, os produtores dizem uma coisa, e o Governo, algo completamente diferente. Os números do Governo são sempre colossais. As perdas possíveis, se por acaso as demandas dos produtores fossem atendidas, seriam do tamanho da dívida do Brasil, algo profundamente exagerado, desproporcional e, tenho quase certeza, inconsistente. Então, por iniciativa da nossa Comissão, convocamos o Presidente do Banco do Nordeste, para que ele nos esclareça uma série de pedidos de informação com a palavra de Presidente do Banco do Nordeste, pelo menos do ponto de vista do Banco do Nordeste e do FNE. Qual é realmente a composição desses débitos? Qual o seu vencimento? Qual o tamanho daqueles que tomaram financiamento? Quem é grande? Quem é médio? Quem é pequeno? Qual é o risco? Qual é a verdadeira inadimplência? Quais as taxas de juros? Enfim, qual é o valor inicial desses contratos que nunca têm a ver com o valor cobrado, que, normalmente, é um valor absurdo? Por iniciativa de Senadores, uma outra proposição nós estamos tentando encaminhar: a imediata suspensão das execuções no Nordeste. Enquanto não houver um encaminhamento para esta questão, é preciso paralisá-la. Venho de algumas cidades do interior do meu Estado bem próximas das cidades do interior da Paraíba, nas quais centenas de produtores estão perdendo a terra, que não lhes garante outra coisa a não ser um mínimo

de esperança. E o clima é realmente preocupante. A insensibilidade é total, completa. Infelizmente, a Medida Provisória oriunda do Governo não serve para coisa alguma, não produz resultados práticos. Essa característica é muito própria do Governo atual, mas já vem de muito tempo. O fato concreto é que ninguém compreende com a clareza devida a composição do sistema de agricultura da nossa região, na qual a melhor chance de a sociedade manter brasileiros na zona rural com um mínimo de dignidade é produzindo naquelas terras, para que não venham ainda mais a inchar as metrópoles, onde o custo do emprego é 10, 20, 30 vezes maior e as obras públicas são muito mais caras. Estou dizendo isso a alguém que conhece este assunto com perfeito domínio, o Senador José Maranhão. Na próxima semana, haverá o depoimento do Presidente do Banco do Nordeste, com os esclarecimentos de muitas das questões solicitadas pelos Senadores. Senador José Maranhão, eu tenho certeza de que V. Ex^a se fará presente, com sua inteligência e seu prestígio.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a o substancioso aparte. Diria a V. Ex^a, corroborando com suas palavras, que, na sua grande maioria, as pessoas, objeto dessa tentativa de composição de dívidas, de securitização de dívidas, estão sobrevivendo precariamente num pedaço de terra que, muitas vezes, tem uma origem familiar, já vem dos ancestrais dos atuais exploradores da terra. São pessoas que vivem exclusivamente da terra, mas que não puderam honrar as suas dívidas – como é da própria cultura dos agricultores essa firmeza em honrar os compromissos assumidos –, em virtude da ocorrência, da incidência de fatores climáticos, que já são conhecidos, meu Deus.

Sabe-se que existe uma região seca no Brasil, o semi-árido do Nordeste brasileiro, desde que o Brasil é Brasil, desde o descobrimento do Brasil até hoje. No começo deste pronunciamento, eu dizia que faltam, não só a este Governo, mas a todos os Governos da República, mesmo antes da Proclamação da República, políticas agrárias adequadas que pudessem definir essa situação e criar mecanismos, instrumentos de compensação para aqueles que vivem em regiões problemáticas, como é o semi-árido nordestino.

Não podemos tratar – e isso é um truísmo antigo – da mesma forma regiões que são diferentes, pessoas que são diferentes. Esse é um princípio de justiça social e também de justiça econômica. No mundo inteiro, há disparidades intra-regionais. Os Estados Unidos, que são sempre o modelo capitalista que todo mundo gostaria de ver utilizado em seu país, têm regiões desérticas, regiões parecidas, assemelhadas às do Nordeste,

mas o governo, para manter a população fixada no seu hábitat, e evitar, como disse V. Ex^a muito bem, que essa população, forçada pela necessidade de sobrevivência, se mude para os grandes centros urbanos, constituindo novos problemas sociais e inclusive sofrendo o estigma da discriminação... Nos Estados Unidos fala-se muito de discriminação em relação ao negro, e ela existe, é verdadeira, é uma hipocrisia dizer que não existe. Todavia, já existe pelo menos uma preocupação, que eu diria universal, de todas as pessoas, de procurar assegurar ao negro um espaço mais democrático, um espaço mais justo na sociedade.

Mas não existe discriminação maior do que a que sofre o agricultor retirante, que sempre existiu e existe ainda no Nordeste em grande proporção. Quando ele vai para o Sul ou quando vai para São Paulo, é tratado de forma pejorativa, é tratado com discriminação inclusive no mercado de trabalho, recebendo os piores e os mais alvitantes salários, executando os serviços menos dignos que o mercado de trabalho oferece.

Se o Brasil tivesse praticado até hoje uma política adequada, uma política em relação ao semi-árido nordestino, certamente estaria pagando um preço muito mais baixo do que paga atualmente, inclusive na ocorrência de cada seca.

Permito-me, Senador Sérgio Guerra, embora sabendo que não há entendimento sobre essa questão, aqui mencionar um projeto que considero estruturante, um projeto que ajuda a resolver essa questão, que é o da transposição das águas do São Francisco para o Nordeste Setentrional, que é exatamente a área mais sofredora, a área mais atingida pelo fenômeno das secas e pela crônica falta de água, até para o abastecimento humano.

Quero ouvir o aparte do Senador Ney Suassuna, que também é um estudioso dessas questões, como V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador José Maranhão, quero saudar V. Ex^a, que, em seu discurso, faz justiça e clama pelo reconhecimento a uma parcela da população brasileira que sofre, mas que produz para que toda a população possa ter alimento à mesa. O PMDB, nobre Senador, já tomou uma decisão, assim como o PFL e o PSDB, no sentido de que a medida provisória que aqui vai chegar tem de estabelecer, no mínimo, dois anos de carência, 25 meses para pagar e um rebote, um desconto de pelo menos 62%. Essas são condições mínimas para votarmos a medida provisória. Já discutimos isso, e quero, ao me solidarizar com V. Ex^a, dizer que esse é um pensamento da Casa, tanto é que votamos maciçamente na medida provisória anterior, para dar sinalização.

Essa é uma decisão firme do nosso Partido em prol dos agricultores e dos pequenos pecuaristas.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Participei dessa decisão da nossa Bancada, a Bancada do PMDB, embora sabendo que essa é uma questão suprapartidária e, conseqüentemente, não pode ser politizada. Todas as vezes que as matérias, mesmo as de importância fundamental para o País, foram vistas pelo ângulo da partidização, terminamos não chegando a lugar algum.

Pacientemente, ouvi os argumentos brilhantes dos Líderes, que se revezaram na tribuna durante quase toda a tarde de hoje, discutindo sobre as CPIs. Até hoje, os resultados que as CPIs apresentaram ao Senado da República, à Câmara Federal e à sociedade são muito poucos, pequenos, diante do estardalhaço com que foram anunciadas. E isso causa certa decepção não somente na sociedade, mas também em muitos Senadores e em muitos Deputados, que gostariam de ver uma apuração serena, que gostariam de ver um comportamento equilibrado dos integrantes das Comissões Parlamentares de Inquérito e não aquele animado palanque político, em que se fala muito mais para as platéias que tomam conhecimento dos trabalhos pela TV Senado do que propriamente para os membros da Comissão, os quais deveriam ter aquela conduta sensata, serena, do Judiciário na apuração dos fatos, nunca personalizando ou partidizando suas decisões. Isso frustra a população brasileira.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito deveria ter ser tão forte e tão rápida como um raio, porque o Congresso Nacional, esta Casa, a Câmara Federal não podem ficar paralisados. A discussão dos grandes problemas nacionais que nos são trazidos aqui não pode depender dos holofotes que animam um e outro lado.

Eu não excluiria partidos políticos disso, porque sabemos que todos os partidos políticos que participaram dessas CPIs estão tendo, mais ou menos, uma posição partidária e não uma posição institucional, não uma posição funcional, de quem quer realmente descer a fundo nas apurações, sem a preocupação de poupar um e de “descer a lenha” – como se diz na gíria popular – em outros, nos adversários.

Essa é uma apreciação que faço, mas não quero examinar a fundo essa questão.

Meu Líder, Senador Ney Suassuna, quer apartar-me. Quando S. Ex^a me procurou para incluir-me na CPI, eu lhe disse que declinava do convite, porque, no meu conceito, a composição de CPI não podia ser partidária, pois isso nos subordinaria aos interesses do Partido e não ao interesse público, ao interesse coletivo.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a tem razão, V. Ex^a me fez esse pedido, e atendi V. Ex^a. Quanto à idéia de parar com as execuções, eu queria dizer que fiz essa proposta na Comissão de Agricultura, e o Senador Sérgio Guerra, inclusive, falou sobre ela aqui. As execuções não podem continuar enquanto não se resolve esse caso.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – É verdade. Faço justiça a V. Ex^a, que se preocupa em colocar em prática aqui aquela regra do dito popular: “Enquanto o pau levanta, as costas descansam”.

Os agricultores nordestinos estão sofrendo muito, Senador Ney Suassuna, porque estão impedidos de acessar os meios de financiamento da produção há muitos anos. Há muito tempo, essa parcela significativa da economia rural está impedida de realizar qualquer transação e, conseqüentemente, de sobreviver com mais dignidade nessa atividade onerosa, que é a agricultura, sobretudo nessa região em que o tempo é ingrato, em que o tempo é padrao.

Então, diante da resposta das autoridades do Banco Central ao meu pedido de informação, que pensava ser um passo decisivo para solucionar essa questão, vou formular outro pedido de informação, desta vez dirigido ao Banco do Nordeste do Brasil e ao Banco do Brasil.

Em nosso pedido de informação, queremos saber:

1 Nível de inadimplência, número de contratos e valor dos débitos, segundo o valor do financiamento (até R\$50 mil; entre R\$50 mil e R\$100 mil, assim sucessivamente em faixas de R\$50 mil) por instituição financeira;

2 Número de contratos renegociados, valores repactuados, segundo o valor do financiamento (até R\$50 mil; entre R\$50 mil e R\$100 mil, assim sucessivamente em faixas de R\$50 mil) por instituição financeira oficial.

Por que pergunto sobre o valor dos contratos já repactuados? Porque o Governo procura sempre enfatizar que já fez muita repactuação, que tradicionalmente vem fazendo essa repactuação, mas nunca diz quanto exatamente são esses valores. Então, essa informação é absolutamente necessária para se dar uma solução definitiva e até para orientar a posição das Bancadas que realmente se preocupam com essa questão, como é o caso da Bancada nordestina, na discussão da medida provisória que já está aí para substituir essa repactuação.

Não queremos uma segunda pecuária, como se conheceu historicamente o perdão que foi dado à agropecuária nacional do Rio Grande do Sul e do Amazonas

no Governo Getúlio Vargas. Queremos discutir caso a caso de forma objetiva, racional, mas também de forma humana, social e economicamente inteligente. Porque considero uma burrice muito grande o Governo ignorar que esse problema carece de uma solução imediata, urgente. A paralisação da atividade dos pequenos e médios produtores rurais, no semi-árido nordestino, está causando um prejuízo ao Governo, que arrecada menos porque não há produção, e está causando um prejuízo social sem precedentes à nossa atividade agropecuária no Nordeste.

Sem querer me estender, lembro às Senadoras e Senadores que vigoram no País, desde os anos de 1990, mais de seis ou sete leis e decretos, entre outros, que tratam da matéria. Vejam bem como procuramos enganar a nós mesmos. Seis a sete decretos-leis tratam dessa questão, mas sempre tangenciando, sempre passando ao largo, como se o Governo pudesse enganar a si mesmo. A ninguém mais ele engana com essa forma evasiva de enfrentar um problema que é realmente um problema de Governo, porque é um problema social, é um problema econômico.

Necessitamos buscar soluções para essas dívidas e ajudar um setor que, na safra 2005 e 2006, deverá produzir 122,6 milhões de toneladas de grãos, a despeito das intempéries climáticas, das altas taxas de juros, das taxas cambiais baixas e das doenças que afetam o setor.

É bom lembrar aqui, há pouco tempo, a crise na pecuária brasileira, com a ocorrência de um surto sem precedentes de aftosa.

Quando se discutia aqui a aprovação de um acordo internacional com um País da América do Sul, nosso vizinho, nosso irmão, e o Governo brasileiro, que se comprometia, por meio daquele acordo, que estávamos aprovando, a pagar a vacinação dos rebanhos dos países vizinhos, fiz uma observação: enquanto o Governo vai em socorro – penso eu que do Paraguai –, esquece-se dos rebanhos brasileiros, que são seus. É verdade, e não vamos mistificar a questão. A aftosa no Paraguai também pode afetar os rebanhos brasileiros, mas, em primeiro lugar, o Governo deveria estar vacinando os rebanhos do País. Se o tivesse feito, certamente o Brasil não teria sofrido o prejuízo extraordinário nas suas exportações de carne bovina, que foram contingenciadas para vários países do mundo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse é o apelo que eu queria fazer ao Governo da República e este é o requerimento que quero apresentar à consideração da Casa, sobre a questão da securitização das dívidas do semi-árido brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex^a. Desculpe-me por ultrapassar o tempo. Sei que todos nós hoje nos esmeramos

nos discursos. Eu, que fiquei aqui desde as 14 horas, tive o prazer e a satisfação de ouvir muitos brilhantes discursos dos nossos luminares do Senado, que falaram sobre as mais variadas questões, para ter esta oportunidade agora, neste instante.

Gostaria até de fazer um comentário. O Presidente Renan Calheiros, quando assumiu a Presidência da Casa, mandou-nos um boletim informativo que disciplinava um pouco essa questão da utilização do tempo dos Parlamentares. Exultei de satisfação. Sempre achei que o Regimento precisava ser mais justo e rigoroso no deferimento da palavra aos Parlamentares, aos Senadores, porque privilegiava demais o Colégio de Líderes e de Vice-Líderes da Casa. Então, pareceu-me que aquela medida iria ser uma solução providencial para esse problema.

Lamentavelmente, noto, em ocasiões como a de hoje e de outras sessões, que as Lideranças são sempre maioria a se pronunciar em relação aos Senadores que não são do Colégio de Líderes. Revezam-se e falam tantas vezes querem e entendem, pelo tempo que querem e entendem; não este tempo que estamos tendo agora, porque este tempo, sabemos, é emergencial. Não vamos ter Ordem do Dia, não vamos ter votação e, por isso, a Mesa tem sido mais generosa com todos aqueles que estão falando.

A meu ver, poderia ser feito algo com relação a esse esforço do Presidente Renan Calheiros para otimizar essa disciplina do tempo reservado aos oradores, em todos os momentos das sessões do Senado Federal.

Era apenas uma observação. Não tem o sentido de crítica, mas de apelo e de contribuição.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Observação anotada. Sabe V. Ex^a que, quando estou na Presidência da Casa, sempre dou a V. Ex^a mais do que o triplo do tempo regimental.

Portanto, agradeço as observações. Com certeza, a Mesa da Casa será informada quanto à crítica importante feita por V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Diria a V. Ex^a que, de tão tímida a minha observação, ela quase não chega a ser uma crítica. É uma sugestão, uma contribuição.

Quem tem parte no bônus tem que ter também no ônus. V. Ex^a, especialmente, tem sido muito generosa na tolerância em relação ao tempo. Não somente V. Ex^a, mas o companheiro Mão Santa também, em todas as vezes que eventualmente preside a sessão, talvez até como um prêmio a quem teve paciência de esperar tanto tempo por uma oportunidade de falar.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. João Batista Motta, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço as sugestões de V. Ex^a. Se eu estivesse em seu lugar, faria uma crítica mesmo. Mas, como V. Ex^a a transforma em sugestão, a sugestão está feita, anotada e certamente será encaminhada a quem dela precisa.

Registramos a presença da Vereadora Rose França, de Juiz de Fora, Minas Gerais, que é acolhida com muito carinho por esta Casa.

Com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Senadora, estou na tribuna.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Os dois são do Espírito Santo. Como sempre um cede a vez ao outro, em razão de viagem, não sabemos quem vai falar.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É briga de capixaba, Sr^a Presidente. E a mais sacrificada é a moqueca, num caso como este.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Não é briga; é generosidade dele para comigo e de mim para com ele.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Com certeza.

Com a palavra o Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Heloísa Helena, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveitarei o gancho do Senador José Maranhão. Pena que ele tenha ido embora. Eu queria que ele e o Líder do PMDB ouvissem o que vou falar, que é exatamente da satisfação que tive em ouvi-lo. Da satisfação que tive em ouvir um homem que foi Governador de Estado e que é um grande Senador, o Senador José Maranhão, preocupado que é com o homem do campo, aquele que não pode pagar seu débito. Só que eu queria que o Líder Ney Suassuna me ouvisse. Quero dizer que aprovamos aqui a solução do problema. Meu Estado não está dentro do benefício, mas cerrei fileira com os nordestinos para que essa lei fosse aprovada. No entanto, o Presidente Lula vetou.

Só que o veto do Presidente Lula não é lei. O veto do Presidente Lula pode ser derrubado. Garanto que o PSOL votará contra o veto. Concorde, Senadora Heloísa Helena? Contra o veto ao benefício? Contra o benefício que foi vetado pelo Presidente Lula? O PSDB, do

mesmo jeito, estará contra o veto do Presidente Lula; o PFL, tenho certeza, agirá da mesma maneira; o PDT, também posso garantir, cerrará fileira ao nosso lado. O problema é o PMDB. Será que o PMDB vai cerrar fileiras para derrubar o veto do Presidente? Nas horas difíceis, todos os absurdos têm sido aprovados aqui, como isenção para multinacionais. Para o agricultor, não pode. Hoje, a Vale do Rio Doce, que não pagava pelas exportações, também não paga pela importação. É o maior lucro do mundo, e fica por isso mesmo. Estou citando a Vale do Rio Doce como exemplo. Todas as multinacionais, internacionais ou não, não pagam tributos, nem na exportação, nem na importação. É uma vergonha!

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu também queria chamar a atenção para outro assunto. Quando se trata de crise – como mencionou ainda o Senador José Maranhão –, dizem que passou a crise da pecuária. Passou não. Passou não. Todos os pecuaristas estão quebrados neste País. Os agricultores também. A crise deles também não passou, não. Estão todos quebrados neste País. Estão todos desestimulados. Vi e ouvi uma entrevista do Ministro Roberto Rodrigues, e ele dizia: “Quando saíram os recursos para financiamento da safra, eu pedi para que saíssem em março, e saíram em novembro”.

Ministro Roberto Rodrigues, jogue a toalha. Desista de ser Ministro, mas não se submeta a isso. Uma grande liderança como V. Ex^a não merece passar por um vexame dessa natureza. O homem do campo está abandonado. O homem do campo não tem política de crédito, não tem política de seguros, não tem política de preços. Vive completamente abandonado. E o pior: noutro dia aqui, o Líder do PT comemorava o preço do saco de arroz a R\$12,00, como se isso fosse uma grande coisa, uma grande vantagem. Não sabe ele que os R\$12,00 do preço do arroz, ou os R\$11,00 do preço do saco de milho levam todo mundo a uma quebradeira só no campo. Alguém trabalhando, endividando-se, perdendo sua propriedade pequena para jogar comida mais barata nas casas da cidade! Isso é política?! E, como disse o Senador José Maranhão, isso vem desde a descoberta do Brasil.

Outra coisa passa despercebida do povo brasileiro. Quando a gasolina sobe todos os dias, o Governo diz: “O preço é **commodity**. O preço é mundial. O dólar subiu”. O dólar, no final do Governo Fernando Henrique, chegou a quase reais; hoje está cotado a dois reais, ou seja, 50% menos. E a gasolina? Baixou 50%? Permaneceu no patamar em que estava? Não. Subiu. O telefone baixou de preço? Não. Subiu. A energia elétrica baixou de preço? Não. Subiu.

Eu disse, Senadores, que as multinacionais, hoje, não pagam imposto nem quando exportam, nem quando importam máquinas pesadas. É o benefício dado às “pobrezinhas” das multinacionais! Só que, a mesma medida provisória – a de nº 255 – que cometeu esse absurdo jogou lá na perfumaria o nome de PEC do Bem e, então, diminuiu o preço da energia elétrica para irrigação no interior. Duvido que o Líder ou algum Parlamentar do Governo venha aqui amanhã dizer que houve um só cidadão brasileiro, um só produtor que se tenha beneficiado dessa medida provisória. Não! Falta regulamentação. Falta isso. Falta aquilo. Mas as multinacionais já começaram a usufruir do benefício.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, só toquei nesse assunto porque o Senador José Maranhão havia apontado para esse rumo.

Na verdade, queria hoje falar aqui sobre uma reportagem do jornal **A Gazeta**, da minha cidade, feita por um jornalista renomado da minha terra. Não vou colocar uma palavra a mais nem vou subtrair uma palavra. Vou me limitar a ler a reportagem. Ele começa assim:

As recentes manifestações de policiais civis e militares no meio urbano, até nas portas do Palácio Anchieta, para onde levaram camburões cheios de presos, ameaçando, caso o governo do Estado não atendesse suas reivindicações, mostram até que ponto nós, integrantes da sociedade, estamos entregues à própria sorte...

Obviamente que o movimento, no fundo, não é contra o governador, propriamente dito, mas contra todos nós, que pagamos essa conta e não suportamos mais tanta falta de escrúpulos daqueles que, vestidos de autoridade, não têm a necessária competência ou equilíbrio para reivindicar melhorias salariais, que dirá a difícil missão de manter a ordem [pública].

Confessemos, sem nenhum constrangimento, que nosso sistema policial é de baixa qualidade. Falta-nos uma moderna inteligência policial, para se organizar. Não é um problema apenas do Espírito Santo [vou repetir: não é um problema apenas do Espírito Santo], generalizadamente o Brasil padece da penúria de autoridade, da ausência de inteligência logística, exatamente porque não possui capacidade para se munir dos mais modernos instrumentos de vigilância, de pesquisa, de aprimoramento educacional.

Vejam que estão presos nas cadeias brasileiras apenas um terço dos marginais mais perigosos, os traficantes, os bandidos

e ladrões das mais diversas periculosidades. Dois terços dessa formidável malta estão nas ruas, por falta de cumprimento de mandado judicial, pelos mais elementares motivos.

Não são as prisões atulhadas de marginais um inibidor para a ausência de maior número de presos. É a falta de mecanismos investigadores, aliada à fragilidade de conhecimento das nossas autoridades policiais. Qualquer um de nós, da sociedade, cumpridor de suas obrigações, que se deparar com um policial, na rua, recua, se intimida, foge, porque não sabe se é policial ou marginal, travestido de autoridade.

Estamos no País do MST, invadindo propriedades privadas, instalações públicas; de organizações sindicais, obstaculando, com suas greves de transporte coletivo, que a sociedade vá para o trabalho; das manifestações policiais até intimidando com a soltura de presos em massa; das ligas camponesas sob o comando de ONGs estrangeiras que são instruídas para invadir propriedades. Somos o país da absolvição de políticos dos mais ordinários, que destroem nossos sentimentos de liberdade, de democracia, de respeito à justiça e tudo o mais. Já não temos mais em quem acreditar.

É estranho que tudo isso venha ocorrendo no Estado do Espírito Santo, que vem saltando à frente dos demais Estados como líder em organização, em crescimento econômico, em desenvolvimento e seriedade.

Há, por trás disso tudo, um mecanismo político, objetivando inibir o desenvolvimento, atacar a autoridade do Governador, do Secretário de Segurança até alcançar o enfraquecimento da confiança da sociedade nas autoridades.

Estamos prestes a descobrir que, por trás dessa artimanha toda, se escondem sórdidos mecanismos políticos. Infelizmente, no Brasil, as coisas estão caminhando com objetivos claros de se destruir a democracia.

Vamos ver até onde isso tudo irá chegar.

Assim termina o jornalista Uchôa de Mendonça.

Quero conceder um aparte ao nobre Senador Heráclito. (Pausa.)

V. Ex^a não pediu? Obrigado. É porque o microfone estava levantado, e eu entendi como tal.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me estimula a apartear-lo. Não poderia deixar de parabenizá-lo pelo pronunciamento que faz, exaltando um articulista da sua terra. Já dizia o Carlos Castelo Branco que feliz é quem pode cantar e contar sobre a sua terra. V. Ex^a traz aos Anais da Casa exatamente esse artigo. Eu me congratulo com V. Ex^a pela oportunidade.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Obrigado, Senador.

Sr^a Presidente, para finalizar, concluo dizendo que nosso País não tem política nem para a agricultura, nem para a segurança pública. O Governo Federal está completamente perdido. O Presidente Lula não é um gerente, não sabe administrar, não tem uma equipe capaz de enfrentá-lo, mostrando as realidades brasileiras e não deixando que ele cometa o crime que está cometendo contra os mais humildes.

O nosso País hoje é uma fábrica de miseráveis. Quando eu vejo aquele filme intitulado “Falcão”, que a Rede Globo apresentou, Senador Magno Malta, não vi ali um garoto preto. Vi ali um garoto pobre, vi ali miséria, vi ali falta de dinheiro para comer, falta de dinheiro para estudar. E este Governo não tem sido diferente dos demais governos que já passaram pelo nosso Brasil. Este Governo trabalha no firme propósito – e já dizia também outro dia numa entrevista o Senador Marcelo Crivella, que nunca viu um governo que tem como objetivo principal tirar do bolso dos pobres para colocar no bolso dos ricos.

Este País necessita urgentemente que alguém tome providências; que esta Casa assuma suas verdadeiras responsabilidades; que esta Casa aprove aqui uma reforma tributária nos moldes daquela que Flávio Rocha propôs no imposto único, ou seja, de cobrar tributos de fontes insonegáveis, de maneira invisível, para fazer justiça ao pobre, para fazer justiça ao trabalhador brasileiro. Há projetos nesta Casa com base nessa tese, só que não apreciamos, assim como não votamos para derrubar os vetos do Presidente Lula quando atentam contra a nossa agricultura, contra o nosso trabalhador.

O salário mínimo de R\$300,00 ou R\$350,00, Senadora Heloísa Helena, só é necessário porque não temos capacidade de tirar arrecadação de cima da folha de pagamento do trabalhador e colocar em cima da produção das empresas. Falta coragem ao Governo para tomar posição e determinação para executar a tarefa, porque, com a famigerada reeleição, um presidente da República, um prefeito ou governador, quando termina de ganhar a eleição e senta na cadeira, não o faz como presidente de todos os brasileiros, mas sim como candidato à reeleição. Aí começam as barganhas, as

distribuições de cargos. E vamos cada vez mais vendo a pobreza e a miséria proliferar no nosso País.

Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena, pela compreensão que teve comigo.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Motta, e passo a palavra para o Senador Magno Malta, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

Apelo ao Senador Heráclito Fortes para que me substitua na Presidência dos trabalhos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Heloísa Helena, Senadores Heráclito Fortes, Senador Motta, o povo não está vendo, não, mas só estamos aqui nós quatro aqui, as taquígrafas e a assessoria da Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – E os nossos Senadores e Senadoras *ad hoc* aqui e na Casa toda.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Exatamente. Quando V. Ex^a assume é um sofrimento, ouviu? V. Ex^a não encerra nunca a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. PSOL – AL) – Sabe V. Ex^a que eu só tenho delicadeza e, às vezes, um pouco de pena dos funcionários da Casa, mas com os Senadores... Estamos todos para trabalhar e é por isso que V. Ex^a sempre está aqui, de segunda a sexta, trabalhando como eu, cumprindo com a nossa obrigação.

Tem a palavra V. Ex^a pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento, querido Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Obrigado.

Quero cumprimentar o nosso querido assessor Carreiro, da Mesa, que me deu uma gravata bonita. O Zezinho está dizendo que foi ele quem foi me entregar.

Sr^a Presidente, gostaria de cumprimentar a Vereadora de Juiz de Fora, Rose França, mais uma vez. Seja bem-vinda à Casa. Cumprimentar a minha querida Presidente, Heloísa Helena. Se for Presidenta da República mesmo, queria me colocar à disposição para ser o seu Líder aqui, o Senador Heráclito Fortes Vice-Líder....

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Vou ser líder da oposição.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr^a Presidente, o que me traz à tribuna nesta tarde, e espero que possa fazê-lo rapidamente, tenho treinado para ser conciso, sucinto, mas não tenho a capacidade da síntese e acabo, Senador Gilvam Borges, me prolongando muito todas as vezes.

Todos os oradores que se revezam nesta tribuna tratam, nos últimos trinta, quarenta dias, quase que dos mesmos temas: violência, segurança pública, CPIs. São os temas que palpitam para nós. A impunidade é o adubo da violência. O Exército nas ruas, Sr^a Presidente, Senadora Heloísa Helena, foi a prova mais contundente, Senador Gilvam, de que urge a necessidade de que a sociedade brasileira – e aí o cidadão que me ouve, jovem universitário, o cidadão que está se alfabetizando, a mãe, o pai, o professor, o profissional liberal, o trabalhador braçal comece a discutir, no nosso ambiente, a necessidade de rediscutirmos o nosso conceito de segurança nacional. Porque o Exército, durante muito tempo, esquivou-se de participar do debate, de guardar as fronteiras, invocando o seu papel na Constituição: segurança nacional. Penso que agora descobriu que o nosso problema de segurança nacional é com o tráfico de drogas, com a contravenção, com o contrabando, com aqueles que, em nome da mortandade de milhões de inocentes e do silêncio forçado de milhões de famílias, de homens e de mulheres de bem que vivem nas favelas e são trabalhadores, fazem silêncio por medo, silêncio imposto por uma minoria. Acredito que o Exército tenha entendido agora que tem como fazer segurança nacional, porque esses são os nossos inimigos, esses são os adversários da sociedade.

Agora há tática de guerra. E eu dizia aqui que o Mossad, a maior inteligência de guerra do mundo, a inteligência de Israel, disse, quando tomaram a Montanha do Golan: na guerra, quando se toma o aparelho do adversário, assume-se e dele não se sai nunca mais. Assume-se o aparelho, ergue-se a própria bandeira, assume-se o chão como se fosse o proprietário. Não adianta subir nos morros e depois descer. Com a presença do Exército no morro, os que estavam insatisfeitos eram em número infinitamente menor que os que estavam satisfeitos. Leu-se, nessa ação do Exército no Rio de Janeiro, que, durante oito dias, empurrados contra a parede os narcotraficantes, o povo caminhou tranqüilo pela Linha Vermelha, pela Linha Amarela, sem o medo da bala perdida.

Entendeu-se que, com a presença das Forças Armadas, com esse novo conceito, Senadora Heloísa Helena, como eu já disse aqui, se desapropriassem, lá em cima, 50 casas de pessoas trabalhadoras – que não pensariam dez vezes se fossem chamadas a descer para um outro bairro – para ali construir uma unidade do Exército, conjuntamente com a Polícia Militar, erguendo a bandeira, e os narcotraficantes ficassem debaixo dos olhos das autoridades, certamente daríamos um grande passo não para erradicar a violência,

que é algo do coração do homem, mas para arrefecê-la, Senador Gilvam.

Isso eu gostaria também de ver no meu Estado. Quem não gostaria de ver no seu Estado? Qualquer Senador que vier a esta tribuna depois de mim, quem sabe, diga o mesmo. Eu gostaria de ver isso no meu Estado, onde os narcotraficantes estão mandando e intimidando. Em nome da vida fácil, comandam a desgraça da vida de famílias, jovens e adolescentes, Senador Heráclito.

Então, o Exército pode muito bem. Por que não criar uma unidade de fronteira? Eu dizia isso aqui. Ficou patente o exemplo de que nós precisamos discutir esse conceito. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica podem.

A Rede Globo exibiu um documentário: “Falcão – meninos do tráfico”. Foi de doer. Era sobre crianças. Aliás, eu falo isso e cada vez que vejo me dói mais. Mas estou há 25 anos, Senador Heráclito, tirando pessoas da rua, drogados, gente de cadeia. Estou acostumado a conviver com meninos de oito anos alcoólatras; meninos de nove anos traficantes. Eu os tenho no Projeto Vem Viver.

Aliás, aproveito, Senador Heráclito, que preside esta sessão, para apresentar essa cartilha que há anos produzimos no projeto: “Drogas – simplesmente diga não”. É produzida pelos próprios recuperandos e trata basicamente daquilo que se consome na sociedade: maconha, fumo, cigarro. Aliás, o fumante, quando ouve dizer que é drogado, reage. Mas cigarro é droga, assim como o crack e a bebida alcoólica, que é a grande hipocrisia desta Nação.

Nós temos uma sociedade de bêbados e fumantes. Alguns dizem que bebem por esporte. Eu nunca vi esse esporte. Alguns dizem que bebem socialmente. É uma bela desculpa, mas cada qual que trate da sua própria vida. E querem que a Polícia resolva o problema daqueles que estão usando drogas ilegais e comandando o bonde da violência, quando, na verdade, eles são filhos das pessoas que estão no consumo das drogas da legalidade: cocaína, ecstasy, que basicamente é o que se consome na sociedade, e as drogas do modismo, a droga do dia seguinte, que começou a acontecer agora nas baladas e nos *funks* violentos que estão estabelecidos pelas periferias das grandes cidades.

Atrás da cartilha há um texto: Eles saíram do inferno. São depoimentos de jovens recuperados na nossa instituição, que comandamos há 25 anos, Senador Heráclito, com muita satisfação, porque nada é mais feliz do que o investimento na vida de pessoas.

Aqui solicito à Mesa para que tenha condição de, pelo Senado, reproduzir e ajudar numa missão que

deveria ser da Senad, Secretaria Nacional Antidrogas, que foi instituída no Governo Fernando Henrique exatamente para fazer prevenção, Senador Gilvam, a partir da escola, a partir da família, porque, quando se previne, tem-se a possibilidade de ter um ganho muito maior do que fazendo o enfrentamento depois.

O documentário Falcão – não sei se V. Ex^a o assistiu na Rede Globo – é lamentável. Eu dizia, desta tribuna, na semana passada, que daqui a cinco anos vamos pedir autorização a traficante para entrar nos *shopping centers*. Quero guardar essa fita do meu pronunciamento da semana passada e deste aqui, e o cidadão brasileiro marque isto em casa: nos próximos cinco anos, com essa violência que avassala o País, vamos ter que pedir ao dono da rua que autorize a van escolar a levar nossos filhos à escola. Por quê? Porque a crença na impunidade é muito séria.

Falava eu, na semana passada, a respeito do crime hediondo. A pena para quem estourar o vidro de um carro, quebrar o painel e roubar o toca-fitas é a mesma para quem estuprar uma criança de nove anos de idade ou uma mãe de família na frente do marido. Pior: muitas vezes, o criminoso é um homem de 17 anos que o Estatuto da Criança e do Adolescente chama de criança. Precisamos discutir exatamente a mudança do Estatuto – dizia eu na semana passada – e também a redução da maioridade penal.

E ainda lemos e ouvimos na televisão a hipocrisia e a ironia de intelectuais que se autodenominam filósofos de suas próprias verdades, que ironizam a fé, ironizam igrejas, zombam da Bíblia, como se eles fossem os donos do mundo, da verdade e como se Deus não existisse. Onde a Igreja se estabelece, há mudança, porque a mudança do homem começa por dentro. Por fora, o sujeito pode até se educar sem que haja completa mudança.

Senador Heráclito Fortes, este tema chama minha atenção e empolga-me. Estou preparando um documento para enviar ao Presidente da República e ao Dr. Márcio Thomaz Bastos, propondo uma solução imediata – e creio que ela existe – para socorrermos os Estados.

Meu Estado do Espírito Santo vive uma violência sem precedentes: queima de ônibus, violência, medo e sobressalto comandados de dentro dos presídios.

Espero dar minha contribuição. Do Congresso nada poderemos fazer senão contribuir sob o ponto de vista da sugestão, propondo a criação de leis que possam ajudar o Judiciário a fazer cumpri-las, como um instrumento da sociedade.

Senador Heráclito Fortes, hoje fiz um aparte ao Senador Arthur Virgílio. Quando fui Deputado Federal, presidi a CPI do Narcotráfico. Fui o autor da CPI dos

Bingos. Quero que a população que me ouve entenda essa questão. Como autor da CPI dos Bingos, apresentei um fato determinado, e a Comissão foi instalada para investigar a contravenção, o crime cometido dentro dessa atividade ilegal e a lavagem de dinheiro.

Quero afirmar que não sou Lula nem Alckmin. Meu candidato é Garotinho, se o deixarem ser. Se não deixarem, minha candidata é Heloísa Helena. Não sou do PMDB, mas não entendo como se abre mão de um candidato com tanta musculatura eleitoral e que pode, muito bem, chegar ao segundo turno e disputá-lo com o Presidente Lula. Queiramos ou não, sol não se tapa com peneira. Não sou da Base do Governo, não sou aliado do Presidente, mas o respeito como autoridade, porque a Bíblia diz que toda autoridade é constituída pelo Senhor. É um homem que tem musculatura e vai levar a eleição para o segundo turno.

O PMDB tem toda a chance de chegar ao segundo turno para enfrentar o Presidente Lula, mas me parece que aqueles que convidaram Garotinho para o PMDB estão dispostos a uma estratégia que só Garotinho não percebeu: colocá-lo dentro da jaula e trancar a porta, para que ele não tenha a mínima condição de se movimentar. Mas o controle está na mão de Deus, não na mão de homem nenhum. Se for o caso, está declarado que Garotinho será o meu candidato.

O senso de justiça leva-me a entender, Senador Gilvam, que todas as denúncias feitas contra o Ministro Palocci, lá em Ribeirão Preto, devem ser investigadas à exaustão pelo Ministério Público, que, inclusive, deveria requerer à Polícia Federal que entre no caso – já que se trata de um Ministro, o caso assumiu âmbito nacional –, para que se possa responder onde existe o dolo. No entanto, a CPI dos Bingos não tem nada a ver com o negócio de Ribeirão Preto. Eu dizia hoje ao Senador Arthur Virgílio que vejo que a CPI dos Bingos tornou-se uma arena de luta do K1, com canelada e soco para todo lado.

Sinto-me como Santos Dumont quando viu o avião jogando bomba para todo lado. Pensei que investigaríamos a contravenção, nesse viés infeliz e desgraçado que é o bingo no Brasil, lavando dinheiro do narcotráfico. Fico pensando na situação do Senador Garibaldi. O que ele vai dizer? Vai propor o fechamento dos bingos? Com base em que argumento? Ou vai propor abertura total dos bingos, dos jogos, dos cassinos no Brasil no relatório? Baseado em quê? Ou vai propor um meio-termo com base em que argumento? Esse viés nunca foi discutido.

Envolver aquele menino, o caseiro, um trabalhador digno, um brasileiro digno, como eu e o Senador Heráclito Fortes, nordestinos que somos, em um caso que compete à Polícia Federal?! Diz a Bíblia que, quando os

desplantes acontecem, um abismo chama outro. Não era lugar para isso, e outro abismo veio. Quebraram o sigilo do caseiro na Caixa Econômica. Isso é brincadeira! Mamãe, acode! O último apague a luz, porque eu já não entendo mais nada. Quebraram o sigilo do menino, Senador Heráclito. Escorados em quê? Qual é a crença? Crença na impunidade.

Advirto: a Bíblia diz que tudo que é feito nas trevas um dia virá à luz. Veio à luz. É preciso explicar isso? Sim. Mas é preciso que a Polícia Federal entre no caso. É um caso de polícia, não de CPI dos Bingos, pelo amor de Deus!

Éramos membros da CPI do Banestado, eu e o Senador Heráclito Fortes. S. Ex^a se lembra de quando fui a Nova Iorque, pela primeira vez, sozinho. Lá eu recebia os faxes dos jornais dizendo: “Sherlock Holmes é solitário”. Fui falar com o Dr. Robert Morgenthau, Procurador do Ministério Público de Nova Iorque. Ele falou: “Está tudo aqui: Beacon Hill... Está tudo aqui, mas oriento o senhor a trazer aqui uma comissão”. Voltei. Havia uma tentativa de desclassificar, acabar com aquela CPI. Ninguém queria de jeito algum. Desclassificaram inclusive o Delegado Castilho.

Quando chego aos Estados Unidos, vejo um jornal chamando o Delegado brasileiro Castilho de *pitbull*. Morgenthau disse que, se lá houvesse dez Castilhos, não haveria lavagem de dinheiro em Nova Iorque. E o homem é desclassificado aqui!

Criamos a Comissão e fomos a Nova Iorque eu, o Senador Antero – meu amigo particular, por quem tenho muito respeito –, Rodrigo Maia, José Mentor e Dr. Hélio, atual Prefeito de Campinas, nosso grande companheiro. Trouxemos tudo. Tudo isso era fato determinado.

Fiz um requerimento convocando Paulo Maluf, que estava dentro desse rolo – fato determinado. Paulo Maluf nunca foi chamado. Então, naquela época era de um jeito, e agora se pode distorcer o fato determinado em uma CPI para chamar quem quiser? Que história é essa? Falo isso como dever de justiça à minha consciência, Senador Gilvam.

Saí daquela CPI naqueles dias. Pedi para sair, dizendo que já sabia qual era o final: no final, iam indicar as sacoleiras do Paraguai.

O dono do Banco Araucária estava lá. Colocamos uma fita do cara conversando com o povo do Uruguai, falando dos laranjas novos, laranjal novo com laranjal velho etc.

Sr. Presidente, era preciso prender esse homem. E o homem não foi preso.

Não sou contra qualquer tipo de investigação, mas creio que, quando se foge do fato determinado, expõem-se pessoas, humilham-se pessoas e enseja-

se a ilegalidade, porque na Justiça isso não vale nada, nada, nada. Que se investigue tudo, todos esses processos de Palocci; que se investigue o Okamoto; se as contas de Lula que ele pagou estão certas ou erradas, diga lá o Ministério Público; que se peça o indiciamento dele; que o Ministério Público o denuncie à Justiça. Agora, relacionar o fato de Okamoto pagar contas de Lula com a CPI dos Bingos é muito para a minha cabeça. Ou nasci no tempo errado ou, realmente, raciocino muito pouco e lentamente. Se é crime, que pague o Sr. Okamoto. Não tenho procuração nem conheço esse cidadão. Agora, CPI dos Bingos? É muito, é muito. Senador Gilvam, V. Ex^a é pai de família. Não sei quantos filhos V. Ex^a tem, mas tenho três filhas e hoje sou o homem mais desestimulado para a vida pública. Tenho colocado isso nas mãos de Deus – não tenho dificuldade alguma de falar isso aqui para o Brasil que está ouvindo. Estou desestimulado, pelo amor que tenho às minhas filhas. Tenho muito amor, orgulho daquilo que elas são, do que representam, mas filho de político tornou-se o lodo da sociedade, Senador Heráclito. Os nossos filhos são o lodo, eles são leprosos, eles não podem nada. Se um filho seu se der bem na vida, foi tráfico de influência seu; se V. Ex^a colocar um filho perto de si, isso é crime, nepotismo. Crime! Se ele for uma pessoa bem-sucedida e ganha uma licitação, foi safadeza do pai, foi picaretagem para o filho ganhar. Deus não me deu essas filhas para isso, não! Hoje, faço uma reflexão muito séria sobre minha permanência na vida pública. Não gostaria de ver minhas filhas... Se hoje está desse jeito, avaliem daqui a cinco anos! Parece que só em dizer “sou filha de fulano” soa como se estivesse dizendo “sou filha de um ladrão, sou filha de um mau-caráter, sou filha de um aproveitador”. Do jeito que a coisa vai, a imprensa não dá a possibilidade a qualquer cidadão que faz vida pública o benefício da dúvida em qualquer situação.

Tenho refletido minha presença na vida pública a partir do que começo a enxergar daqui a alguns anos relacionado a minhas filhas.

Investiguem o filho do Lula! Representação no Ministério Público! Meta representação! Meta processo, denúncia! Vá fundo nesse trem! Mas esse negócio de filho do Lula em CPI de Bingo é brincadeira. Já ouvi até que se chamaria o irmão do Lula.

Quando eu era Vereador, meu irmão falava para mim assim: “Ó um cara foi lá em casa para conversar e perguntou se eu era irmão daquele Vereador e se poderia levá-lo para falar com ele”. Isso ocorreu quando eu era Vereador, e ele, irmão de Vereador. Não podemos ser hipócritas! Se é irmão ou primo de Senador, dizem: “Fulano pediu para conversar com você”. Desde

o mais simples cidadão a um pastor querem conversar com você.

Em Goiás, um juiz mandou arrombar a porta da igreja para o pastor fazer o casamento na marra, na liminar, quando o estatuto da Igreja – é Direito – não aceitava casamento misto. O juiz disse: “Não. Tem de fazer”. Recebi um telefonema de um irmão meu, que é pastor: “Olha, o pastor fulano, você o viu no Fantástico? Ele está querendo falar com você. Posso levá-lo ao seu gabinete?”.

Quem vai me dizer que um parente nunca o procurou? Há gente querendo falar, gente querendo conversar, gente querendo discutir problema. Tanta gente tem problemas emperrados no TRT! Muitos trabalhadores dizem: “O senhor olha isso para mim?”.

E um cara que tem irmão Presidente da República? Se existe desconfiança de que esse sujeito é criminoso, de que sua atividade foi criminosa, que o Ministério Público o investigue, e “pau nas costas dele”! Mas tratar disso em CPI de Bingo, nego, é muito! Não há fato para isso. Não há fato para isso.

Com todo o respeito ao meu Presidente e ao meu companheiro, fomos Deputados Federais juntos, Senador Efraim, com todo o respeito àqueles que fazem parte da CPI, com todo o respeito, preciso fazer algo por dever e compromisso com a minha própria consciência. Quando apresentei aquele fato, quando escrevi sobre aquele fato, minha intenção era outra, e vejo que não vai dar nada aquilo que é a minha intenção.

Li, Senador Heráclito, que iam tentar uma votação para ampliar o fato. Aí seria muito. Aí eu apresentaria uma questão de ordem no plenário. Eu ia dizer: “Bom, se não é esse o fato que propus, vou retirar meu fato. Acabem esta CPI e façam outra!”.

Eu tinha o dever de prestar à sociedade brasileira esse esclarecimento, Senador Gilvam Borges, com todo o respeito à Oposição. Mas, infelizmente, a Nação está pagando, porque a luta política já começou e de forma rasteira – é canelada, soco, luta de K-1.

Espera-se um debate civilizado, até porque o PSDB lança um candidato da melhor qualidade, o Alckmin. Quem passa ao lado do rio Tietê, em São Paulo, sabe. Se a obra de Alckmin tivesse sido só aquela, Senador Heráclito, já teria justificado o mandato de Governador de São Paulo.

Não sei se V. Ex^a já viu, Senador Gilvam Borges, a obra que foi feita no rio Tietê, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Nobre Senador Magno Malta, a Mesa apela a V. Ex^a para que conclua seu pronunciamento. V. Ex^a já está abrilhantando a todos nós há 25 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – É porque estou no espírito que a Senadora Heloísa Helena me deixou. Mas, agora, vou atender V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradeço-lhe a compreensão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Atendo cada palavra de cada Presidente. Estava atendendo à palavra da Senadora; agora, vou escutar V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Concluo dizendo que o Governador Alckmin é brilhante, muito brilhante, um sujeito sereno e decente, de família. Espero que essa eleição seja um debate dos mais qualificados.

Essa onda de denunciismo, de dossiê, essa sujeira, a sociedade não aguenta isso mais, Senador Gilvam Borges. Ninguém quer saber disso. A pessoa tem quatro anos para denunciar o outro e só o faz na época da eleição. A sociedade não aguenta isso.

Espero um debate qualificado com esse Alckmin, porque o considero um belo quadro, Senador Heráclito Fortes, com o respeito que tenho também pelo Sr. José Serra e pela minha amizade por ele. Mas considero um belo quadro o Alckmin, como tenho respeito pelo Presidente Lula, embora tenha minhas divergências, mas o respeito, pois é o Presidente da Nação.

O Garotinho, pelo que fez no Rio de Janeiro, pelo Governador que foi, pela sua visão – embora o chamem de populista –, também é um quadro significativo. Mas todo o mundo que tem muita visão para o social acaba sendo pichado, e parece que quem coloca a pecha em você é mais importante do que você, que faz a obra. Mas é um quadro significativo também o ex-Governador do Rio Anthony Garotinho. Espero que tenhamos um embate decente.

Se o Vice for o nosso querido José Agripino, vou ficar mais feliz ainda, por ser um homem competente, preparado, ex-Governador do Rio Grande do Norte, um sujeito com muito conteúdo, que admiramos e por quem temos carinho.

Encerro, Sr. Presidente. Eu precisava dar essa satisfação ao povo brasileiro que assiste à TV Senado. Cada vez que reafirmo e faço este discurso, dou satisfação à minha consciência e melhoro meu senso de justiça.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – A Mesa solicita a V. Ex^a que assuma a Presidência. (Pausa.)

O Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes por cinco minutos, prorrogáveis por mais 35 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, eu já estava até decidido a não fazer mais uso da palavra, mas V. Ex^a citou a **Bíblia** quando disse que “tudo o que se faz nas trevas um dia virá à luz”.

Estamos, Senador Gilvam Borges, diante de um fato marcante, que é a prova disso. Temos dois episódios, e um deles é o do caseiro propriamente dito, que foi vítima de uma violência ao ser sacado no meio de um depoimento no Senado, na CPI. Aí vem a grande interrogação: por que não usaram aquele mesmo expediente quando os irmãos de Celso Daniel acusavam um membro do Partido, um membro do Governo, do crime, quando outros depoentes acusavam pessoas do Governo de maneira grave, mortal? Vão tomar exatamente essa atitude quando é um caseiro, temendo fatos mais graves. Pelo menos, é curioso se saber por que se tomou essa atitude exatamente nesse caso.

Mas a escuridão das trevas é exatamente, Senador Gilvam Borges, o fato de ter-se feito uma vítima. O Brasil jamais saberia que esse rapaz era filho de um pequeno empresário que mora nos cafundós do meu querido Piauí se esse episódio não viesse à luz, se ele não fosse exposto – V. Ex^a tem toda razão – vinte e tantos, ele, negando a paternidade até então, o filho foi à procura dessa paternidade, e a inclusão desses fatos fez com que as coisas fossem esclarecidas. Pelo menos é o que parece. Digo isso porque só tenho conhecimento dos fatos pela imprensa.

Este fato, porém, tem tomado dimensões desproporcionais. O jornal **Folha de S. Paulo** diz: “No Piauí, CEF pede explicações a pai de caseiro”. Alguém da Caixa Econômica – e não quero dizer que foi um superintendente, quem foi – chamou o correntista para saber o que ele faz do dinheiro dele. É uma invasão de privacidade tão grave como a quebra do sigilo bancário. Qual é a satisfação que o correntista tem de dar ao gerente ou aderente de seus atos? Ele foi chamado. Parece que viram a gravidade dos fatos, e aí a justificativa é pior: “Foi uma consulta informal, já que ele é nosso cliente antigo”. Mais adiante: “O

dinheiro é dele e ele pode usá-lo como quiser”. Queriam saber apenas se ele tinha algum problema, para dar algum apoio.

Paciência, gente! É cinismo que chega a encher a lata. E o mais grave disso tudo, meu caro Senador Magno Malta, é o silêncio e a omissão do Banco Central do Brasil. O Banco Central é o responsável pela segurança do sistema bancário. A partir do momento em que uma instituição bancária permite que a privacidade de uma conta seja invadida, caberia ao Banco Central, num caso de dimensão nacional, imediatamente, tomar providências e prestar esclarecimentos à Nação do que fez.

A omissão do Banco Central é inadmissível. E quanto mais tempo demorar é pior. Tudo que temos que explicar é ruim, imagina o que temos que explicar muito. É bobagem o que se está fazendo. E começa a se fazer vítimas, a encontrar suspeitos, a lançar calúnias inclusive aqui no Senado, sobre colegas. É inadmissível que, em um regime democrático, em um Estado de direito, a privacidade de um Senador da República ou de Senadores da República seja violada e que seja preciso colocar araponga eletrônico para saber quem entrou e quem saiu dos gabinetes. Até porque nossa vida é devassada no dia-a-dia. É bobagem esse tipo de atitude.

E nós não ouvimos um pronunciamento sincero por parte do Governo, apressado em apurar os fatos. Quando quer fazê-lo, é de uma maneira própria. V. Ex^a, pelo temperamento e característica parlamentar, deve se juntar a nós nessa preocupação.

A Caixa Econômica Federal tem dois suspeitos, mas não revela os nomes. O meu medo é de que estejam preparando dois bodes expiatórios que tiveram acesso às contas, por meio de suas senhas, mas cumprindo ordens superiores. E que se sacrifiquem inocentes nessa questão.

Tenho recebido telefonemas de funcionários da Caixa Econômica que estão em pânico porque o conceito da instituição está enlameado. Nós precisamos nos solidarizar, por obrigação, Senador Gilvam Borges, com essa instituição que não merece passar pelo que está passando. Estão fazendo, hoje, com a Caixa Econômica Federal o que fizeram com os Correios e Telégrafos. Os carteiros, por muito tempo, ficaram cabisbaixos, acanhados; eram motivo de chacota nas ruas. Agora, é a Caixa Econômica Federal. O Partido dos Trabalhadores precisa proteger entidades como essas. Não é possível, Senador, que esses fatos aconteçam.

Ontem, recebi o telefonema de um funcionário do Banco do Brasil, que me revelou dados, e eu os repassei aqui da tribuna. Quero ter até a cautela de dizer

que a minha obrigação e o meu dever, pelas circunstâncias, era trazer o fato a público, porque havia risco, segundo as informações que recebi, de que a operação de degravação dos indícios que poderiam acusar os autores, que estava em curso, pudesse ser finalizada. Citei nomes, inclusive, de funcionários a quem, se não estão envolvidos, de antemão, peço desculpas, porque não sou homem de cometer injustiças com quem quer que seja. Mas é preciso que se apure. O fato tem que ser apurado. Trata-se de um fato da maior gravidade. Se os nomes existem ou não, é preciso que se apure. E que se apure a fundo, porque, veja bem, ninguém quebra o sigilo de uma conta nas circunstâncias em que se quebrou.

Agora, os jornais começam a mostrar que o sigilo foi quebrado na Agência Central da Caixa Econômica, em um terminal a que os correntistas comuns não têm acesso.

Senador Gilvam Borges, isso é o fim do mundo!

Portanto, Sr. Presidente, deixo esse registro e exijo – o que, inclusive, amanhã, farei formalmente – que o Banco Central se manifeste sobre esses fatos. Convocarei responsáveis da área do Banco Central para prestar esclarecimentos à Comissão de Assuntos Econômicos, da qual faço parte. Não é perseguição, não, mas o desejo do esclarecimento. Colocarei, inclusive, bem na fotografia uma instituição como o Banco Central, que não pode ser omissa em fatos dessa natureza.

Não pode haver dois pesos e duas medidas. O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) age com rapidez; a Polícia Federal, com velocidade; e o Banco Central pára e cala. É estranho! Como? Bem disse V. Ex^a: tudo que foi feito às trevas, um dia, vem à luz. Voltemos ao velho Shakespeare: não há noite tão longa que, por fim, não encontre o dia. Que esse dia chegue logo!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges.

Convoco o Senador Heráclito Fortes para assumir a Presidência, pois S. Ex^a ficou muito bem nesta cadeira.

S. Ex^a já foi embora? Ficarei aqui, Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Magno Malta, V. Ex^a assumiu a Presidência desta sessão para acompanhar o meu pronunciamento nesta noite com o apoio total do Senador Heráclito Fortes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia 22 de março de 2006 entra para a história do Senado Federal. Após sabatina, a Ministra Ellen Gracie teve seu nome unanimemente aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para presidir o Conselho Nacional de Justiça, decisão confirmada pelo Plenário desta Casa. Pela primeira vez, uma mulher assume esse posto, decorrência natural de sua ascensão ao cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal, também ocupado de forma inédita por uma mulher.

A relevância desse acontecimento revela mais um passo da evolução de nossa democracia e revela o papel das mulheres nos grandes acontecimentos da história de nosso País.

A luta por um trabalho mais igualitário e por um convívio social mais justo e pacífico principiou-se no Brasil, podemos assim dizer, com a busca pelo direito ao voto feminino. Durante os trabalhos da Constituição Republicana, em 1890, o constituinte César Zama propôs o direito ao voto feminino, sem sucesso. No Senado, a luta foi retomada pelo representante do Pará Justo Chermont, em 1919, com um projeto pela concessão do voto às mulheres.

O Rio Grande do Norte rompeu as barreiras e tornou-se o primeiro Estado brasileiro a conceder o direito ao voto feminino. Seria potiguar, conterrânea de meus pais, a primeira Prefeita do Brasil, Alzira Soriano, em 1928.

Coube a Bertha Lutz, bióloga e advogada, primeira mulher a ingressar no serviço público, em 1919, colher frutos da luta feminina pelo direito ao voto. Unindo forças com outras mulheres, conseguiu que o Presidente Getúlio Vargas, em 1932, concedesse, no Código Eleitoral, o direito à participação política por intermédio do voto.

No ano seguinte, Carlota Pereira de Queirós se tornou a primeira Deputada eleita para a Assembléia Nacional Constituinte – única mulher entre os 214 eleitos. Bertha Lutz assumiu uma cadeira de Deputada em 1936.

Após a Constituição de 1988, o Brasil teve sua primeira Senadora, Júnia Marise, e, nas eleições de 1994, Roseana Sarney foi eleita a primeira Governadora de um Estado brasileiro, o Maranhão.

Setenta e quatro anos se passaram desde a conquista do direito ao voto, e, hoje, as mulheres constituem mais de 51% do eleitorado nacional. Teremos a primeira mulher a ocupar o mais alto posto do Poder Judiciário e também a Presidência do Conselho Nacional de Justiça – quiçá venha a ocupar o cargo máximo do Poder Executivo: a Presidência da República.

A aprovação, no Senado Federal, da Ministra Ellen Gracie para a Presidência do Conselho Nacional de Justiça não foi cumprimento de mera formalidade burocrática, pois estava clara a consciência de sua força simbólica na democracia brasileira.

De um lado, o respeito impecável pela trajetória profissional e acadêmica de quem construiu uma carreira jurídica toda pontilhada de méritos indiscutíveis. De outro, a inequívoca demonstração de que a mulher brasileira vai galgando os espaços de sua atuação pública, mercê de uma luta incessante e nada fácil. Ao fazê-lo, ela não apenas conquista seus direitos, mas contribui para um feito notável que a todos contempla, homens e mulheres: a ampliação dos limites de uma sociedade verdadeira, democrática e cidadã.

Esses dois acontecimentos – a posse da Ministra Ellen Gracie na Presidência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça – são por demais auspiciosos e provam, em primeiro lugar, que o Brasil se moderniza. Vai ficando para trás, felizmente, a longa tradição patriarcal que acompanha a evolução da sociedade brasileira desde o período colonial e vão-se consagrando as grandes mudanças pelas quais os homens passaram com os embates femininos.

O Brasil de hoje mostra-se, cada vez mais, integrado à contemporaneidade, razão pela qual tende a afastar-se de práticas culturalmente sectárias, politicamente antidemocráticas e socialmente excludentes. A presença feminina nos mais diversos setores da vida nacional, ainda que longe do ideal com o qual sonhamos, mas que haveremos de conquistar, atesta a transformação positiva pela qual passamos, a qual – disto tenho plena convicção – não haverá de sofrer retrocesso.

Esse é, precisamente, o sentido maior da presença da Ministra Ellen Gracie à frente do mais alto posto do Poder Judiciário brasileiro. A posição a que ascende, neste momento, faz jus a quem não mediu esforços para se aprimorar intelectual e profissionalmente. Nascida no Rio de Janeiro, graduou-se na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, nessa instituição, especializou-se em Antropologia Social. Bolsista do Governo norte-americano, morou em Washington, tendo sido inclusive Jurista em Residência junto à Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América.

Sr. Presidente, muitas foram as vitórias acadêmicas e profissionais da Ministra Ellen Gracie. Sempre em razão dos seus méritos, comprovados em sucessivas aprovações em concursos públicos, chegou ao Magistério, como professora no Departamento de Direito Privado e Processual Civil da Faculdade de Direito da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. De igual modo, ministrou a disciplina Direito Constitucional no Centro de Ciências Jurídicas da Universidade do Vale dos Sinos, também no Rio Grande do Sul. Integrou o Conselho Seccional da OAB do Rio Grande do Sul e foi Diretora fundadora da Escola Superior de Advocacia da OAB do Rio Grande do Sul.

Brilhante também foi a passagem da Ministra Ellen Gracie pelo Ministério Público Federal, onde, da mesma forma, ingressou mediante concurso público. Nele fez notável carreira, tendo exercido o cargo de Procuradora Regional Eleitoral Substituta. Além disso, integrou o Conselho Penitenciário do Rio Grande do Sul e, na condição de representante do Ministério da Justiça, foi membro do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, a Sudesul.

Em 1980, a Ministra Ellen Gracie foi nomeada para compor o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, para o qual foi eleita Vice-presidente e Presidente, vindo a integrar o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Por fim, em 2000, em ato de sábia inspiração, o Presidente Fernando Henrique Cardoso a nomeia para exercer o cargo honroso de Ministra do Supremo Tribunal Federal. Pela primeira vez na história do Brasil, uma mulher era escolhida para compor o mais Alto Colegiado do Poder Judiciário. Feliz o País que pode contar com alguém da estatura moral, da densidade intelectual e da trajetória profissional de uma Ellen Gracie em sua Corte Suprema. Provavelmente, ainda no decorrer do presente ano, ela assumirá, interinamente, a Presidência da República, em face das determinações legais que envolvem o processo eleitoral. Simbolicamente, o Estado brasileiro terá então a representá-lo, alguém que personifica, de maneira cristalina e incontestável, o que a civilização brasileira tem de melhor. Parabéns, Ministra Ellen Gracie, por sua vitória! Sua presença à frente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça é conquista que, antes de enobrecê-la, dignifica o Poder Judiciário e realça nossas melhores virtudes cívicas. O notório saber jurídico, a ponderação nas atitudes e a firmeza de princípios, qualidades que sempre marcaram sua carreira, são a garantia de uma gestão profícua e isenta. Todos nós, homens e mulheres, comprometidos com um Brasil próspero, democrático e justo, sentimo-nos orgulhosos de uma trajetória, que agora atinge a sua culminância.

Que Deus ilumine os seus passos e os passos de todas as mulheres do Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para encerrar, quero comunicar ao povo do Município de Tararugalzinho que brigamos durante essa semana no Mi-

nistério e liberamos R\$100 mil. Foi um trabalho grande da equipe; o Convênio é o 2515, de 2005, e a Ordem Bancária 6165, do Banco do Brasil.

Sr. Presidente, passamos o dia todo falando nesta tribuna, e a dimensão do trabalho do parlamentar também se estende na objetividade de trabalhar bastante para poder levar recursos.

Para encerrar, quero dizer que o Município de Itaubal foi contemplado também com R\$100 mil. Esse Convênio é o 2530, e o dinheiro já está na conta, no Banco do Brasil.

Quero dizer a todo o povo brasileiro da nossa alegria em poder estar trabalhando, contribuindo com o País. Sou um homem muito otimista, continuo acreditando nas boas idéias.

Quero parabenizar, definitivamente, todas as mulheres brasileiras, a Ministra Ellen Gracie, que tão brilhantemente se submeteu à sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. S. Ex^a, com sua fala sábia, mansa, tranqüila, de uma sabedoria jurídica reconhecida, de uma carreira palmilhada pela formação intelectual segura do grande saber jurídico, vai dar uma grande contribuição ao Brasil.

Parabéns a todas as mulheres brasileiras. E recebam, especialmente no Amapá, todas as mulheres e homens, o nosso abraço.

Era o que tinha a dizer. Meu muito obrigado.

Quero dizer a todos os servidores da Casa, aos taquígrafos, a todos os servidores sem exceção, que realmente vocês são motivo de orgulho para nós, porque, se estivéssemos aqui até meia-noite, com certeza aqui vocês estariam.

Vamos tomar algumas providências, porque as coisas começaram a mudar depois da chegada da TV Senado e da Rádio Senado, as sessões têm se estendido. Inclusive, lamentavelmente, a quebra do Regimento, isso precisamos ver. O Regimento precisa ser cumprido à risca. Que se estenda o tempo, mas que seja pelo Regimento, porque realmente a coisa se complica muito.

Quero me solidarizar com todos os colegas que vêm aqui e tentam, de todas as formas, justificar a que vieram ao Senado Federal, representando seus Estados.

Que Deus nos abençoe. Paciência a todos. Sou daqueles que acreditam. Acho que vamos mudar muito. Quem diria que a Ministra Ellen Gracie, uma mulher, ia assumir a Presidência da mais alta Corte? Ninguém. Acredito neste Brasil, acredito que as coisas vão mudar, vão melhorar, vamos crescer, seremos exemplo de país num futuro bem próximo.

Muito obrigado. E que Deus nos proteja e nos abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Luiz Pontes, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Papaléo Paes, Sérgio Guerra, Alvaro Dias, Leonel Pavan, Antero Paes de Barros, Flexa Ribeiro, João Batista Motta, Eduardo Suplicy e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, este ano, serão vendidos no Brasil 1,5 milhão de monitores de cristal líquido (LCD), um avanço de 250% em relação aos números registrados em 2005.

Os monitores LCD, fabricados no Pólo Industrial de Manaus, são aquelas telas finas usadas em televisores e, principalmente, em computadores.

Para acompanhar esse crescimento, a Samsung, uma das principais empresas do PIM, deve dobrar o volume de produção dos monitores e já está produzindo, além dos modelos de 15 polegadas, também os de 17 e de 19 polegadas.

Só a Samsung, segundo o seu diretor-comercial Wladimir Benegas, vendeu 270 mil monitores no ano passado. Agora, com a nova ampliação, espera atingir, em 2006, algo em torno de 500 mil monitores.

Ao fazer esse registro, cumprimento a empresa Samsung e o Pólo Industrial de Manaus, na pessoa de sua superintendente, Dra. Flávia Grosso.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Reeleição com dinheiro público”, do Jornal da Comunidade, publicada em sua edição semanal de 18 de março do corrente.

Na matéria o jornalista Ricardo Callado diz: “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu o limite ético na tentativa de reeleição. Faz campanha ostensivamente fora do período eleitoral, viaja pelo interior do país, inaugura tapa-buracos e anuncia obras fantasmas, como a transposição do São Francisco e a Transnordestina. Insatisfeito, Lula gastou, nos primeiros 65 dias do ano, mais de R\$91 milhões em publicidade.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Reeleição com dinheiro público

Lula extrapola gastos com publicidade numa campanha ostensiva fora do período eleitoral visando o segundo mandato

RICARDO CALLADO

rcallado@jornaldacomunidade.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva perdeu o limite ético na tentativa de reeleição. Faz campanha ostensivamente fora do período eleitoral, viaja pelo interior do país, inaugura tapa-buracos e anuncia obras fantasmas, como a transposição do rio São Francisco e a Transnordestina. Insatisfeito, Lula gastou, nos primeiros 65 dias do ano, mais de R\$ 91 milhões em publicidade.

Se houve um setor que o Executivo não deixou de investir foi em publicidade. Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) mostram que os gastos com publicidade nos três anos de governo Lula — R\$ 703,1 milhões — superaram em 50% quatro anos de governo Fernando Henrique Cardoso — R\$ 467,1 milhões.

De acordo com o Siafi, a administração petista despendeu de janeiro a 6 de março deste ano (65 dias) R\$ 91,1 milhões com publicidade institucional e de "utilidade pública". Em todo o ano de 2005, nas mesmas rubricas, foram aplicados R\$ 399,1 milhões. Esses valores reportam apenas aos gastos da administração direta.

Investimento é uma infâmia

Para o deputado distrital Augusto Carvalho (PPS), um dos principais fiscalizadores das contas do governo federal, o gasto com publicidade "é uma infâmia". Para ele, trata-se de um absurdo não só na administração Lula, mas em qualquer governo. "Essas despesas devem ser suspensas ou até proibidas. Espero que esta seja uma das conclusões da CPI dos Correios", defende.

"No Brasil é abusivo se ter um gasto que não seja para orientar a população, para políticas públicas. Em qualquer país de primeiro mundo não existe publicidade que não seja voltada para informação à população. Publicidade para auto-exaltação, num país onde a segurança e a saúde estão em frangalhos é o desrespeito", lamenta Augusto Carvalho, que também é presidente da Associação Contas Abertas, uma Organização não Governamental que fiscaliza as contas do Executivo. "É a evolução dos gastos com publicidade é gra-

tante, estonteante".

A "gastança" com publicidade pela Petrobras, Correios, Banco do Brasil e Caixa Econômica elevam esses valores à "estratosfera". Nas próximas semanas, afirma Carvalho, a Petrobras prepara uma campanha de R\$ 30 milhões para anunciar a auto-suficiência de petróleo. "Será mais uma eleitoral a ser usada pelo governo Lula", diz.

Aditivos sobre aditivos

A denúncia do deputado distrital Augusto Carvalho, já está sendo investigada. Os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) resolveram avaliar a renovação do contrato firmado pela Petrobras com a agência de propaganda Duda Mendonça e Associados Ltda. Também deverão ser averiguadas as prorrogações de contratos com as empresas F/Nazca S&S Publicidade Ltda. e Rede Interamericana de Comunicação S.A.

O TCU tomou a decisão ao analisar uma representação do senador José Jorge (PFL-PE) para que fossem verificadas as prorrogações dos contratos e as suspeitas de utilização para fins eleitorais da campanha publicitária da empresa sobre a auto-suficiência brasileira em petróleo.

"O contrato celebrado com a empresa Duda Mendonça, com valor inicial de R\$ 63 milhões, adicionada a quantia de R\$ 21,5 milhões, teve aditamentos que foram alterando, no período de fevereiro a dezembro de 2005 o montante contratual, totalizando, pelo menos até o aditivo número 7, R\$ 129,4 milhões", diz o relator do caso no TCU, ministro Guilherme Palmeira. Há aditivos que superaram o limite de 25% do valor acordado.

Gasto supera investimentos na saúde e na educação

Até o início de dezembro, as despesas totais da União com publicidade superaram em R\$ 27 milhões os investimentos em saúde (construção de hospitais e postos de saúde, compra de equipamentos, etc) e em R\$ 12 milhões os investimentos em educação (construção de escolas, instalações, etc).

Segundo dados do Siafi, até dezembro, R\$ 230 milhões haviam sido gastos com publicidade legal, de utilidade pública, mercadológica e institucional, referente aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Desse valor, a maior parte se refere à publicidade de utilidade pública e institucional. Enquanto este ano o Estado aplicou R\$ 96 milhões em publicidade de utilidade pública destinada a campanhas educativas essenciais à população como vacinação e prevenção de doenças, destinou quase que o mesmo valor — R\$ 94

milhões — à publicidade institucional para promoção de suas próprias ações.

Os números também não incluem os gastos com a publicidade de estatutos como Correios e Telegrafos e Caixa Econômica Federal, além de sociedades de economia mistas como o Banco do Brasil e a Petrobras.

O presidente do conselho deliberativo do Instituto Éthos, Oded Grajew, critica a propaganda institucional do governo, alegando ser ela um dos principais focos de corrupção no país. "O Brasil é o único país do mundo que faz propaganda de governo. Isso é absurdo", argumentou.

Grajew condenou também a renovação de um contrato de publicidade da Petrobras com a empresa do publicitário Duda Mendonça, que confessou ter recebido dinheiro de caixa 2 em pagamento de campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores.

Gastos estratosféricos

"O governo federal quer gastar em 2006, ano de eleição presidencial, R\$ 326,3 milhões em publicidade institucional e de utilidade pública — o que representa 46,5% mais do que o valor efetivamente gasto com publicidade em 2004: R\$ 222,7 milhões.

Só em publicidade institucional para mostrar as realizações do mandato do presidente Lula, serão gastos R\$ 156,5 milhões. O valor se refere apenas às despesas feitas pela administração direta e por empresas públicas que não disputam o mercado. E os recursos estão previstos na proposta de Orçamento da União que está sendo analisado pelo Congresso, que também prevê gastos de mais R\$ 169,8 milhões em propaganda de utilidade pública.

Os gastos de publicidade institucional em 2006 estarão totalmente voltados para as eleições de outubro, quando o presidente Lula tentará a reeleição nas urnas. As campanhas que estão sendo preparadas e divulgadas, segundo assessores políticos da Presidência, pretendem fazer uma prestação de contas das ações e realizações do governo nos últimos três anos, uma espécie de balanço.

Para o líder da minoria na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), a aparente recuperação de Lula e de seu governo no conceito da sociedade, principalmente nos segmentos menos informados da população, não passa de uma "bolha".

"A exposição de Lula na mídia, diariamente, tapando buracos, falando de obras fantasmas, perdendo pela roubalheira dos 'companheiros', tudo isso será rapidamente desmistificado pela inconsistência. O que vai ficar mesmo é a marca da corrupção, esta sim, o símbolo da gestão petista. É a tração que Lula comeu contra aqueles que acreditaram nas promessas de campanha", declarou Aleluia.

A tática do governo é gastar esses milhões em locais onde a sua popularidade se encontra em baixa. É a chamada regionalização da propaganda do Governo Federal. O Distrito Federal é um dos primeiros alvos de uma grande campanha publicitária.

No DF a propaganda oficial eleitoral mostra que o governo federal investiu R\$ 43 milhões para duplicação da BR-060, ro-

devia que liga o DF a Goiânia e que nunca termina. A operação tapa-buracos investigada pelo Tribunal de Contas da União apontou inúmeras irregularidades, desde a falta de licitação até o superfaturamento.

Na saúde, a União diz que repassou R\$ 368 milhões para o Saúde da Família, o Brasil Sorridente e o Samu-192, que ganhou 37 ambulâncias do governo federal.

Publicidade garantiu recursos para o mensalão

O senador César Borges (PFL-BA) afirmou, durante a sessão da CPI dos Correios, que o Tribunal de Contas da União (TCU) está prestes a suspender vários contratos do governo federal na área de publicidade devido a irregularidades generalizadas. Ele culpa o ex-ministro Luiz Gushiken, que coordenava a política de comunicação do PT e denuncia a centralização de verbas e de-

cisões em mãos de Gushiken.

"O que o ex-ministro diz que é excelência na política de comunicação do governo do PT, o Tribunal de Contas da União acha que se trata de irregularidade e anuncia que vai cancelar vários contratos", afirma o senador.

De acordo com o senador, o ex-ministro Gushiken editou decretos, a partir do Governo Lula, para influenciar na decisão das empresas estatais sobre publi-

cidade, controlando as comissões de licitação. É o caso do Decreto nº 4.790, de agosto de 2003.

Também foi feito um decreto para centralizar as decisões sobre gastos de verba. "Houve centralização e não foi pela legislação, mas pela vontade deliberada do seu governo", disse o senador.

Para César Borges, tudo foi conduzido para beneficiar o organizador do "mensalão", o publicitário Marcos Valério Fer-

nandes de Souza, de forma a garantir os recursos necessários para influenciar nas votações do Congresso.

Além disso, lembrou o senador, também existe suspeita sobre recursos dos fundos de pensão, que envolve Gushiken. De acordo com César, o ex-ministro tentou influenciar na criação da Previc, agência que controlaria os fundos de pensão.

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Motorista diz ter levado dinheiro para ministério”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** do dia 24 de fevereiro do corrente. A matéria destaca que, estimulado pelo depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa à CPI dos Bingos, o motorista Francisco Chagas da Costa resolveu contar tudo. O motorista confirma que levou um envelope de dinheiro para Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor especial de Palocci na Fazenda, no estacionamento do ministério.

FOLHA DE S. PAULO

ESCÂNDALO DO “MENSALÃO”/PALOCCI NA MIRA

Ex-funcionário agora afirma que viu ministro na “casa do lobby” “muitas vezes”

Motorista diz ter levado dinheiro para ministério

LEONARDO SOUZA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Estimulado pelo depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa à CPI dos Bingos, o motorista Francisco Chagas da Costa, 56, resolveu contar, segundo diz, tudo o que viu e ouviu durante os onze meses em que trabalhou para a “república de Ribeirão”, formada por ex-assessores do ministro Antonio Palocci (Fazenda) na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP).

O motorista confirma que levou um envelope de dinheiro para Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor especial de Palocci na Fazenda, no estacionamento do ministério. A entrega, afirma, foi feita em uma casa de aluguel em Brasília. Segundo Francenildo, havia de R\$ 5 mil a R\$ 7 mil no envelope. Francisco disse não saber precisar o valor.

Francisco diz também ter visto o ministro “muitas vezes” na casa do Lago Sul alugada por Poletto. A casa foi descrita pelo advogado Rogério Buratti, outro integrante da “república de Ribeirão”, como uma central de encontros de lobistas e empresários com negócios de interesse no governo Lula.

Em depoimento à CPI dos Bingos na semana passada, em que envolveu Palocci na “casa do lobby”, Francisco disse tê-lo visto lá “três vezes, mais ou menos”.

Assim como Francenildo, o motorista diz que Palocci chegava à casa sempre num Peugeot prata de Ralf Barquete, outro ex-assessor de Palocci. Porém, ao contrário do caseiro, disse nunca ter visto Palocci dirigindo o carro.

Os depoimentos contradizem o ministro, que tem afirmado não ter mantido contato com seus ex-assessores de Ribeirão.

Maranhense, Francisco diz que não mente por ser um homem “honesto” e porque “sua religião [évangélico] não permite”.

Francisco trabalhou para a “república de Ribeirão” de março de 2003 a janeiro de 2004. Contou que conheceu Poletto, Buratti e Ralf Barquete, morto em 2004, por meio do empresário Roberto

Ministério não quis comentar as declarações

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Procurada ontem pela reportagem para comentar as acusações feitas pelo motorista Francisco Chagas da Costa, a assessoria do Ministério da Fazenda não telefonou de volta até o fechamento desta edição.

Na semana passada, o ministro Antonio Palocci disse que as denúncias de sua suposta participação em um esquema de corrupção na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP) são a “repetição de uma onda ocorrida no ano passado”, devido à proximidade do processo eleitoral, em que aumenta o volume das denúncias.

A respeito das denúncias feitas pelo caseiro Francenildo dos Santos Costa de que haveria distribuição de dinheiro na

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Motorista diz ter levado dinheiro para ministério”.

tros] falavam que “o chefe vai hoje na casa”. Falavam que tinha que organizar. O Vladimir gostava muito de falar que tinha que acionar a casa, “porque o chefe vai hoje”

quando estavam no carro?

Francisco - Falavam muito a respeito de mulher, sobre festas.

Folha - Quando eles falavam sobre o ministro Palocci, referiam-se a ele como “o chefe”?

Francisco - O chefe.

Folha - Sobre o que conversavam quando se referiam ao “chefe”?

Francisco - Falavam que “o chefe vai hoje na casa”. Falavam que tinha que organizar. O Vladimir [Poletto] gostava muito de falar que tinha que acionar a casa, “porque o chefe vai hoje”.

Folha - Quando eles falavam em acionar a casa para o “chefe” era dia de semana, final de semana?

Francisco - Variava muito. Final de semana, meio de semana.

Folha - Eles levavam “o chefe” frequentemente à casa?

Francisco - Quase toda semana.

Folha - O ministro, então, mantinha sempre contato com eles?

Francisco - Com certeza, todos os dias.

Folha - Todos os dias?

Francisco - Quando estavam aqui, né? O Buratti vinha por um dia só, né? Sempre quando vinha, tinha contato.

Folha - Sempre que o Buratti vinha a Brasília ele se encontrava com Palocci?

Francisco - Quando não se encontravam, se falavam no telefone.

Folha - O sr. presenciou encontros de Palocci com Buratti?

Francisco - As vezes em que se encontravam era na casa.

Folha - Quantas vezes eles se encontraram na casa?

casa alugada pela chamada “república de Ribeirão”, o ministro Palocci disse ignorar quais “motivações, sentimentos ou interesses” estariam por trás das declarações.

Palocci chegou a dizer também que não dirige em Brasília, o que desmentiria a versão de Nildo, como o caseiro Francenildo dos Santos Costa é conhecido, de que o ministro da Fazenda chegava à casa do Lago Sul dirigindo sozinho.

De acordo com o ministro da Fazenda, sempre que ele está a serviço, o motorista do ministério é quem guia o carro oficial. Quando está de folga, no entanto, e sua mulher quem conduz o carro.

Desde que surgiu o escândalo envolvendo os seus ex-assessores na Prefeitura de Ribeirão Preto (SP), o ministro Antonio Palocci tem negado que mantivesse algum contato tanto com Vladimir Poletto como com o advogado Rogério Buratti, desde que assumiu a pasta da Fazenda no governo Lula.

Folha - Como era sua rotina de trabalho com eles?

Francisco - Primeiro, no aeroporto. Do aeroporto para a casa, da casa às vezes para o hotel Blue Tree, do hotel para restaurante.

Folha - O senhor alguma vez transportou o Ademirson juntamente com eles?

Francisco - Sempre. Muitas vezes transportei.

Folha - Para a casa também?

Francisco - Para a casa também. Muitas vezes.

Folha - Sobre o que eles costumavam conversar com o Ademirson

CHEFE



“[Poletto e os ou-

Kurzweil, dono do Omega que, segundo reportagem da revista “Veja”, teria sido utilizado em 2002 para transportar dólares vindos de Cuba para o PT.

Leia a seguir trechos da entrevista concedida à Folha.

★

Folha - Como o sr. passou a trabalhar para Poletto e Buratti?

Francisco Chagas da Costa - O início dessa história foi com o senhor Roberto Carlos Kurzweil, o primeiro que eu conheci desse povo [...]. Eles alugavam o carro lá [uma locadora de automóveis]. Eu era motorista fixo da locadora já de muito tempo, eu fui serviloso, Roberto Carlos e Ralf Barquete. Depois deles é que eu passei a conhecer o resto da turma: Vladimir Poletto, Buratti, Ademirson, o irmão do Ralf, o Rui Barquete.

Francisco - Não sei, muitas vezes. Se eu falar dez vezes, quatro vezes, estou mentindo, né? Muitas vezes.

Folha - O sr. viu Palocci na casa?

Francisco - Eu vi ele entrando na casa. Ele ia de carro.

Folha - Em que carro?

Francisco - Um Peugeot prata, de propriedade do Ralf Barquete.

Folha - Ele que dirigia?

Francisco - Não, ele nunca dirigiu aqui em Brasília. Quem dirigia sempre era o Ademirson. Muitas vezes o Ralf ou Rogério [Buratti].

Folha - Era comum eles transportarem dinheiro em pastas?

Francisco - Sempre tinha dinheiro na pasta do Vladimir. Vladimir que era o chefe, ele que andava com dinheiro. Ele que fazia os pagamentos.

Folha - O sr. entregou dinheiro para alguém a pedido do Poletto?

Francisco - Isso aí é uma coisa que eu não tinha relatado, mas eu me lembro. Nós fomos ao Ministério [da Fazenda] e tinha um en-

velope, acho que possivelmente seria dinheiro, que eu levei com o [caseiro] Nildo. Nildo levou, segurando, eu dirigindo, e levamos ao ministério. Chegando lá, eu liguei para doutor Ademirson, ele desceu e nós passamos para ele.

Folha - Havia bastante dinheiro no envelope?

Francisco - É, bastante.

Folha - Era só dinheiro?

Francisco - Só dinheiro.

Folha - Como foi o pedido do Poletto?

Francisco - "Faz essa entrega para o Ademirson. Chegando lá, você liga para ele, dá um toque que ele desce."

Folha - O sr. ligou no celular dele?

Francisco - Liguei no celular dele, aí ele veio na portaria.

Folha - Na portaria do ministério?

Francisco - Do lado, onde ficam os carros dos visitantes.

Folha - O sr. fez outras entregas de dinheiro para o Ademirson?

Francisco - Não, a única entrega de dinheiro foi essa no ministério.

Folha - Como eles entravam com Palocci na casa?

Francisco - Chegavam no portão e interfonavam, mas já estava tudo avisado, né? Quando tocavam o interfone, já abriam o portão.

Folha - Francenildo disse que o ministro ia à noite, dirigindo sozinho o carro.

Francisco - Ele sabia porque estava lá, era o caseiro. Eu não tenho como confirmar, eu não estava lá.

Folha - O sr. se lembra se eles mencionavam a palavra Gtech?

Francisco - Eu vi, sempre ess.

ENVELOPE



Nós fomos ao ministério e tinha um envelope, acho

que possivelmente seria dinheiro, que eu levei com o [caseiro] Nildo. Nildo levou, segurando, eu dirigindo, e levamos ao ministério [da Fazenda]

palavra era comentada. Ralf, Rogério Buratti e Vladimir Poletto.

Folha - Sobre o que eles falavam quando se referiam à Gtech?

Francisco - Vamos ter uma reunião com o pessoal da Gtech [...], mas não detalhavam [o assunto].

Folha - Voltando à entrega do dinheiro ao Ademirson, o Francenildo disse que era por volta de uns R\$ 7 mil. Era esse valor?

Francisco - Essa base, mais ou menos. Não contei, só vi os pacotes dentro do envelope.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Imagens de uma infância perdida”, publicada no jornal **O GLOBO** em sua edição de 20 de março do corrente.

A matéria diz respeito ao documentário exibido pelo programa “Fantástico” da Rede Globo de Televisão do último dia 19 de março e que mostra como crianças e adolescentes se envolvem com o tráfico de drogas. O documentário “Falcão – meninos do tráfico”, traz cenas tristes e desconcertantes com traficantes e crianças, num choque de vida

real que necessariamente provocará muita reflexão da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOSAQUESEREFEREA SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

“Imagens de uma infância perdida”;

“Choque de vida real provoca reflexão”.

"FALCÃO — MENINOS DO TRÁFICO"

Imagens de uma infância perdida

Bernardo Mello Franco

• Pela primeira vez na TV, um documentário levou para a sala de jantar, em rede nacional, depoimentos de crianças e adolescentes envolvidos no tráfico de drogas. Exibido ontem à noite no "Fantástico", "Falcão — Meninos do tráfico" fez revelações impactantes sobre a entrada de "soldados" cada vez mais jovens no crime. Os menores falaram abertamente sobre consumo de drogas, corrupção policial e assassinato de delatores. O filme de 58 minutos foi produzido pelo rapper MV Bill e pelo produtor Celso Athayde, coordenador da Central Única das Favelas (Cufa).

A dupla captou 217 horas de imagens entre 1998 e 2003 em comunidades de vários estados, que não são identificados. Dos 16 personagens principais, que aparecem com os rostos borrados digitalmente ou escondidos por uma tarja preta, 15 morreram e tiveram os enterros registrados pela equipe. Segundo Athayde, o único sobrevivente está preso.

Do alto de uma favela, um menor apresenta seu material de trabalho: "Isso aqui é o rádio-comunicador para avisar os amigos". Na cena seguinte, outro jovem abre a mochila. Em vez de livros, carrega papéis de cocaína com a imagem do terrorista Osama Bin Laden. "Essa é a carga que movimenta a firma", diz. Minutos depois, cinco jovens desfazem um tijolo de maconha prensada. Uma voz infantil explica a divisão de trabalho: "Tem o que corta, o que desfaz a maconha e o que pesa. Daqui vai pra mão do vapor".

Os falcões — nome dado aos jovens encarregados de vigiar a favela e avisar a chegada de rivais e da polícia — mostram consciência sobre os perigos de trabalhar para o tráfico. Num dos depoimentos mais impressionantes, um garoto de aproxi-

Crianças contam abertamente como se envolvem com o tráfico, em documentário contundente

madamente 10 anos fala sobre a falta de perspectivas e a rotatividade dos jovens no crime: "Se eu morrer, nasce um outro que nem eu, pior ou melhor. Se eu morrer vou descansar, é muito esculacho nessa vida".

Depoimento mostra corrupção policial no Rio

O pagamento de propina a policiais é relatado com detalhes. Um dos jovens, com sotaque carioca, explica o acordo na comunidade em que mora: "De dia tem polícia na favela. De noite é *arrego* (suborno). Se entrar, leva bala". Depois de relatar uma negociação para escapar da cadeia, um garoto arrisca uma teoria para a ineficácia do combate à corrupção policial: "Se o tráfico acabar, eles só vão ter o salário deles, vão ficar massacrados. Então, não vai acabar tão cedo". A truculência das operações surge na fala de outro jovem: "Com 10 anos, levei um tapa na cara. Até hoje guardo isso no coração".

Sem apresentar soluções, o filme busca nos depoimentos as causas para a entrada dos jovens no crime. Além da sedução exercida pelas armas — um falcão diz que seu melhor amigo é um fuzil AK-47 — os menores citam problemas familiares para justificar a opção

"Se o tráfico acabar, eles só vão ter o salário deles, vão ficar massacrados"

Outro menor
Falando sobre a polícia

pelo tráfico. Quase todos reclamam de maus-tratos e abandono em casa. "Meu pai só chegava para bater na gente, estou com 17 anos e nunca tive um aniversário", diz um deles.

O sofrimento das famílias dos jovens traficantes aparece no depoimento da mãe de um rapaz morto em acerto de contas na periferia de uma capital nordestina. Durante a entrevista, chorando, ela abriu pela primeira vez o armário do filho, que in-

"Se eu morrer, nasce um outro que nem eu, pior ou melhor. Se eu morrer vou descansar"

Um menor
Falando sobre a violência

vestia o dinheiro das drogas em roupas da moda. "A bermuda que ele mais gostava de usar era essa", conta a mulher, que ouviu de casa os dois tiros que mataram o filho. O boné furado pela bala que atingiu a cabeça do garoto, morto enquanto andava de bicicleta, foi guardado pelo melhor amigo, um menino de cerca de 10 anos. Sua explicação para o crime mostra a banalização da violência entre os

jovens cercados pelo tráfico: "Ele pegava uns caras de outro setor, batia, batia, mas não matava. Por isso que eu falo: quando pegar, tem que conferir".

A promessa de deixar a vida no crime é quase onipresente nos depoimentos. Um dos personagens, de 17 anos, diz que sonha em se tornar palhaço e planeja entrar numa escola de circo. Um ano depois, a equipe o reencontra no dia do seu aniversário. Ele foi promovido na quadrilha e continua trabalhando para o tráfico.

O filme também aborda o uso de drogas entre os jovens a serviço do tráfico. Um adolescente explica que a cocaína o ajuda a ficar acordado durante o plantão noturno sobre uma laje da favela, mas nega ter se tornado dependente. "Sou usuário, tenho que usar para não dormir. Mas não sou viciado, não. Se eu quiser, eu paro", garante. Além de cocaína, o documentário registra o uso de crack, droga que, segundo policiais, ganhou força nos morros cariocas nos últimos anos.

Quase todas as imagens foram registradas à noite na câmera digital da dupla. Segundo Athayde, a maior parte das imagens foi feita durante turnês de Bill, que se apresenta em comunidades de todo o país.

Seis mil crianças-soldados

Pesquisas mostram efeitos da convivência com a violência

• Uma pesquisa feita pelo antropólogo Luke Dowdney, transformada no livro "Crianças no tráfico" em 2003, mostrou que cerca de seis mil crianças e adolescentes do Rio são considerados soldados do tráfico, usam armas como fuzis, metralhadoras e até granadas, e participam de confrontos com a polícia ou da disputa por pontos de droga em favelas. O estudo, feito entre 1987 e 2001, também entrevistou crianças e adolescentes, entre 12 e 23 anos que trabalha-

vam para o tráfico. Eles disseram, por exemplo, achar normal matar ou ser mortos por companheiros em caso de cometerem falhas.

Um estudo da Unesco mostrou que, entre 1993 a 2002, os homicídios entre jovens de 15 a 24 anos cresceram 88,6% no país. Na população em geral, o crescimento foi de 62,3%. Na pesquisa, o Rio aparece em primeiro lugar, tanto nos índices de assassinato da população em geral quanto no de violência contra jovens.

CORPO A CORPO

CELSO ATHAYDE

'O lucro das drogas está no asfalto, não no morro'

• O mentor de "Falcão — Meninos do tráfico" é um defensor apaixonado do rap como instrumento de transformação social. Nascido em Olinda, veio para o Rio ainda criança, quando a mãe fugiu de casa. Morou na rua até os 12

anos e passou a adolescência na Favela do Sapo, em Senador Camará. Aos 43 anos, é coordenador da Central Única das Favelas (Cufa), que comanda projetos de cultura em comunidades pobres, e empresário do rapper MV Bill, com quem dividiu a direção do filme. (B.M.F.)

O GLOBO: *Você não teme que o documentário seja acusado de apologia do tráfico ou aumente o preconceito contra jovens favelados?*
CELSO ATHAYDE: O filme dá voz a meninos que vivem em situação de risco e não existem para o Brasil oficial. Não tenho medo do público. Prefiro correr o risco de ser incompreendido a fazer um

documentário com especialistas que falam sem conhecer a realidade das favelas.

• *Os falcões ficam ricos com o tráfico?*

ATHAYDE: Isso é ficção. Mostramos um jovem que ganha R\$ 350 para arriscar a vida 14 horas por dia. O dinheiro das drogas está no asfalto, não no morro.

• *Quais são as diferenças entre o crime no Rio e em outras regiões do país?*

ATHAYDE: Só mudam as drogas e a quantidade de armamento. Conversamos com jovens que usam peixelas em bocas-de-fumo do Nordeste. A tragédia está espalhada por todo o país.



A realidade nas telas

• Cenas desconcertantes com traficantes e crianças já foram filmadas por João Moreira Salles e Kátia Lund, que lançaram em 1998 o documentário "Notícias de uma Guerra Particular". O filme retrata o cotidiano no Morro Dona Marta, em Botafogo, e mostra um garoto de 10 anos dizendo ter prazer em estar perto da morte e um policial que se orgulha em matar.

A violência do tráfico e o dia-a-dia de uma favela também aparecem em "Cidade de Deus", de Fernando Meirelles. Lançado em 2002, mostra a trajetória de personagens como o traficante Zé Pequeno e o aprendiz de fotógrafo Buscapé. Em 2000, no clipe "Soldado do Morro", do MV Bill, aparecem traficantes armados, crianças aparecem brincando com armas de madeira e o próprio rapper segurando um fuzil AR-15.

Choque de vida real provoca reflexão

Filme
provoca
reações
diversas em
antropólogos,
educadores e
sociólogos

*"As crianças falam
mal mesmo da
polícia, têm ódio.
Evidenciam a
cultura da polícia
violenta."*

MARINA MAGESSI
Inspetora da Polícia Civil

Alessandro Soler, Mariana Belmont e Simone Mousse

• O documentário provocou reações bastante diferentes entre especialistas. Para o antropólogo Luiz Eduardo Soares, ex-secretário Nacional de Direitos Humanos, a exibição de "Falcão" na noite de ontem foi histórica e deve ter repercussões até mesmo sobre políticas públicas, na medida em que "rompeu com as simplificações maniqueístas associadas a esses meninos, humanizando-os". Opinião similar tiveram o presidente da seção fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), Otávio Gomes, e a inspetora Marina Maggessi. Já a artista plástica Yvone Bezerra de Melo, da ONG Uerê, que desde os anos 90 assiste crianças de rua, disse temer que o documentário tenha efeito oposto ao pretendido:

— Pode acirrar mais o ódio. Cada vez que alguém vir uma criança de rua vai ficar com mais raiva. As pessoas não ficam mais indignadas. Estão anestesiadas. Há 20 anos se debatem soluções, mas o problema só piora. O ódio e o medo do outro é generalizado. As crianças temem a polícia, que se comporta como os bandidos. A classe média teme essas crianças, por achar que são todas bandidas. Isso parece não ter fim.

Socióloga também vê lado educativo no filme

A antropóloga Alba Zaluar ponderou que é preciso abordar o flagelo social também sob outros aspectos.

— Se ficarmos só nas crianças do tráfico vai parecer que o mal está só ali, com elas. É preciso mostrar também outros lados, como por exemplo as quadrilhas formadas por ex-policiais e até mesmo a atuação da polícia, que deixa a desejar — propôs. — Acho que MV Bill quis alertar as pessoas e os próprios meninos do tráfico. Este é um barco furado. Por este lado o documentário é positivo.

Assim como Luiz Eduardo, o sociólogo Ignácio Cano e o professor Jailson de Souza e Silva, coordenador do Observatório de Favelas, consideraram o documentário positivo por humanizar as crianças ligadas ao tráfico. A despeito disso, Cano disse não crer que o impacto causado por "Falcão" será muito grande:

— Esse tipo de imagem já está no inconsciente coletivo das pessoas, só vai confirmar

o que elas já sabem. Mesmo assim é positivo, também por mostrar que este fenômeno não está só no eixo Rio-São Paulo. A escala maior é aqui, mas outras cidades estão no mesmo caminho, como Recife e Vitória.

Souza e Silva avaliou como inédita a abordagem. De acordo com ele, "Falcão" pode, sim, provocar muita reflexão.

— Esses meninos sempre são mostrados de uma maneira sensacionalista, como se fossem seres exóticos, com fuzis em punho. Na verdade estão muito mais próximos de nós do que costumamos pensar. O critério para esses meninos entrarem no tráfico é o desejo de consumir, de ter poder e visibilidade — lembra.

Antropólogo crê em mudanças na sociedade

Luiz Eduardo, que já havia assistido ao documentário, foi na mesma linha:

— "Falcão" é uma ponte entre esses garotos e a sociedade. Eles são reduzidos sempre à simples expressão da violência. Agora, deixam de ser róticos, guerreiros do mal com suas armas, e passam a ser seres humanos, que expressam a falta do pai, os traumas. São seres contraditórios como todos nós. Deixando de lado o estigma, dando voz aos meninos com paciência, generosidade e abertura, o filme provocará um resultado na sociedade. Todos nós nos co-responsabilizaremos, em vez de pedir que sejam executados.

Para o antropólogo, o destino dos protagonistas da obra — dos 16 meninos, apenas um ainda está vivo — é uma síntese da realidade das favelas.

— Um dia espero que esse genocídio, sobre o qual sequer há estatísticas confiáveis, não seja mais visto sob números frios. O documentário abre uma porta para chegarmos perto dessas vítimas.

O sociólogo Michel Misse, diretor do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ, afirmou que o documentário abre uma importante discussão sobre o modo como o varejo das drogas afeta de modos muito distintos cada classe social.

— A questão é social, uma tragédia que acompanha a estagnação da economia, o esvaziamento do Rio e de outras cidades. Nas elites o varejo das drogas não é sinônimo de genocídio. O tráfico é uma tragédia para as populações urbanas pobres. Os jovens das favelas que não têm escola ou

trabalho são vulneráveis.

Otávio Gomes, da OAB-RJ, igualmente destacou o papel educativo do documentário.

— Temos mesmo que mostrar a realidade nua e crua. Sei que é cruel, uma coisa estarrecida, mas é a nossa realidade. Este documentário é imprescindível para que o governo parta para ações mais efetivas — avaliou Gomes.

Inspetora diz que filme mostra lógica do tráfico

A inspetora Marina Maggessi, que assistiu ao documentário na casa do cineasta Cacá Diegues, a convite de MV Bill, fez coro. Para ela, a sociedade poderá entender melhor a lógica do tráfico com uma visão de dentro para fora.

— Matar bandido não é a solução, temos que fazer com o que ele não nasce. Movimentos como AfroReagge e a Central Única das Favelas são muito mais importantes do que dez batalhões numa favela — afirmou. — As crianças falam mal mesmo da polícia, têm ódio. Evidenciam a cultura da polícia violenta, que infelizmente existe, em todo o país.

"O filme provocará resultado. Nos co-responsabilizaremos em vez de pedir que sejam executados."

LUÍZ EDUARDO SOARES
Antropólogo

As pessoas têm que olhar o bandido e o policial como pessoas que têm a mesma origem. Ninguém é só bom ou mau.

Presidente da ONG Viva Rio, o sociólogo Rubem Cesar Fernandes afirmou que o trabalho tem o mérito de dar voz a pessoas que só aparecem mortas ou presas.

— Eles conversaram com os caras. É preciso que todos possam falar. A realidade de guerra das favelas brasileiras, com crianças soldados, é tema de debate na ONU e em outros órgãos internacionais. A ONU tem o programa Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR), que é implantado nos países em guerra como o Haiti e vem dando certo. Esta é a prova de que há solução para este problema. Acho que o documentário vai gerar um debate mais inteligente sobre esse assunto. ■

Livro conta bastidores da filmagem

• MV Bill e Celso Athayde registraram os bastidores do documentário em "Falcão — Meninos do tráfico" (Record), que chega hoje às livrarias. Os autores vão entregar um exemplar à inspetora Marina Maggessi na Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE). O livro conta as dificuldades da dupla para conquistar a confiança dos jovens envolvidos com o crime sem atrair a atenção da polícia durante as gravações em favelas de vários estados. Em 12 de outubro, Dia da Criança, chega aos cinemas uma versão de duas horas do filme.

TRECHO INÉDITO

"Cumprimentamos todos na sala, um a um. Os caras estavam sentados no chão, em pufes, alguns sem camisa e encostados nas paredes. As armas estavam espalhadas sobre um lençol colorido, ao lado de uma TV imensa que ficava sobre um banquinho de cerejeira. O medo me fazia ter certeza que a polícia ia chegar naquele momento, e, por pensar nisso, o medo aumentava. E quanto mais o medo aumentava, mais e mais medo eu sentia. Comecei a lembrar as velhas fofocaças que nos viram entrar, o porteiro que podia estar escondido. (...) E se a polícia entrasse lá, prendesse os caras e eu estivesse no hotel? Eu certamente acabaria acusado e nem Jesus Cristo conseguiria convencer os caras de que eu era inocente".

TRECHO INÉDITO DO LIVRO • "FALCÃO — MENINOS DO TRÁFICO"

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer um breve comentário sobre a matéria intitulada “Lula viaja 40% a mais pelo país neste ano”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, do último dia 23 de fevereiro do corrente.

A matéria mostra que, neste ano de eleições, o Presidente Lula ampliou em 40% o número de suas viagens a cidades brasileiras, numa nítida e escandalosa maratona pela reeleição. Fica claro, também, o uso da máquina pública com o objetivo de aumentar a popularidade do presidente.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Lula viaja 40% a mais pelo país neste ano”.

AS VIAGENS DO PRESIDENTE

O presidente visitou 14 Estados desde o início de 2006; no mesmo período do ano passado, Lula viajou a 7 Estados

Em janeiro

- 16 Jan: São José de Mipibu (RN), Distrito de Mata Redonda (PB) e Goliana (PE)
- 20 Jan: Queimados (RJ), Xerém e Duque de Caxias (RJ)
- 21 Jan: Assis Brasil (AC) e Senador Goulart (AC)
- 27 Jan: Castilho (SP) e São Paulo
- 30 Jan: Viana (ES)

Em fevereiro

- Só em 21 e 22, Lula terá passado por 7 cidades de 6 Estados para “fiscalizar” obras do governo
- 3 Fev: Belo Horizonte (MG)
 - 17 Fev: Porto Alegre (RS), Caxias do Sul (RS) e Flores da Cunha (RS)
 - Anteontem: Petrolina (PE), Juazeiro (BA), Arapiraca (AL) e Recife (PE)
 - Ontem: Parnaíba (PI), Imperatriz (MA) e Marabá (PA)



298 é o número de visitas a cidades brasileiras que o presidente fez em eventos oficiais de janeiro de 2003 ao final de fevereiro de 2006

TOTAL DE VIAGENS

No primeiro bimestre (jan-fev)

14 Cidades 14 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

256 é o total de dias que Lula ficou fora ou parcialmente fora do Palácio do Planalto por conta desses deslocamentos

TOTAL DE VIAGENS

No primeiro bimestre (jan-fev)

14 Cidades 14 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

Média: 1 cidade a cada 4 dias

Médias: 7 cidades a cada 3 dias

21 Cidades 21 Estados

AS “BONDADES”

SALÁRIO MÍNIMO

O reajuste do salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350 foi antecipado para abril

CONSTRUÇÃO CIVIL

Pacote inclui a desoneração de cerca de 40 produtos usados na reforma ou na construção de imóveis

CORREÇÃO DO IIR

Reajuste de 8% no imposto de Renda da pessoa física

DOMÉSTICOS

Os encargos previdenciários dos domésticos serão reduzidos

FARMÁCIA POPULAR

O governo deve ampliar o programa em 2.000 balcões

ELEIÇÕES 2006/PRESIDÊNCIA

Presidente já passou por 21 cidades em 14 Estados em 2006, um roteiro bem mais intenso do que o percorrido desde que tomou posse

Lula viaja 40% a mais pelo país neste ano

EDUARDO SCOLESSE
JORNALISTA DE BRASÍLIA

Em ano eleitoral, além de acelerar os gastos publicitários do governo federal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ampliou o número de viagens. Até agora, em 2006, tem visitado cidades brasileiras num ritmo 40% superior ao dos três outros anos de sua gestão.

Para cumprir agendas oficiais no primeiro bimestre deste ano, o presidente já passou por 21 municípios de 14 Estados, o que representa uma visita a cada quase 2,8 dias. Entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005, quando passou por 277 cidades de 25 Estados (menos Roraima), Lula acumulou a média de uma visita a cada quase quatro dias (3,95).

A atual sequência de viagens do presidente, que entre ontem e anteontem passou por sete cidades de seis Estados, supera também os primeiros bimestres de 2003, 2004 e 2005. No primeiro ano de governo, Lula esteve em quatro municípios nos meses de janeiro e fevereiro. Já em 2004 e 2005 fez 14 visitas nacionais no mesmo intervalo —são 21 neste ano.

As viagens de Lula têm provocado críticas da oposição, que aponta o uso da máquina pública para aumentar a popularidade do presidente. Lula tem dito que irá percorrer o país “no limite da lei” para que possa “fiscalizar” as obras em andamento do governo.

No campo publicitário, o governo também tem trabalhado num ritmo acima do normal neste ano. Reportagem da Folha no domingo passado mostrou que os empenhos registrados em publicidade até 15 de fevereiro, R\$ 46,8 milhões, representam o dobro do ritmo de gastos em 2005.

Incluindo viagens nacionais e internacionais, Lula completou ontem 420 dias fora ou parcialmente fora do Palácio do Planalto, o que representa 36% de seu mandato. Até agora, incluindo as repetições, Lula esteve em 89 países e nações, média de uma visita internacional a cada 13 dias.

De janeiro de 2003 até ontem, 51,3% das viagens nacionais do presidente ocorreram para cidades do Sudeste. O Nordeste aparece a seguir, com 20,8%, seguido de Sul (11%), Norte (10,7%) e Centro-Oeste (6%).

Assinatura manuscrita

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “O fim da roubalheira”, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, de 22 de fevereiro de 2006.

Em seu artigo, o senador se mostra indignado com a forma com que o Presidente Lula e o PT tratam os escândalos de corrupção e de falta de ética em seu governo. Segundo o Senador, “O certo é que, em seus 117 anos de República, o Brasil jamais passou por momento de degenerescência moral similar

ao que o PT e seus áulicos lhe impuseram desde que estão no governo”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
“O fim da roubalheira”.

FOLHA DE S. PAULO

22/02/06

OPINIÃO

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
E-mail: debates@folha.com.br

O fim da roubalheira

ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

A CÚPULA do partido não gostou e até —em tom que me pareceu mais simples bravata do que outra coisa— anunciou que vai processar criminalmente o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por ele ter dito à revista “IstoÉ” e, com outras palavras, ter repetido no programa “Roda Vida”, da TV Cultura, que a ética do Partido dos Trabalhadores é a ética da roubalheira.

É compreensível essa reação —de falsa indignação— do PT. A verdade, às vezes, dói. Sobre tudo quando dita como foi e como deve ser dita, sem eufemismos nem subterfúgios.

O que o ex-presidente disse não constitui novidade para nenhum brasileiro. Trata-se de verdade de domínio público, o que certamente seus advogados demonstrarão, nos termos do parágrafo 3º do art. 138 do Código Penal, caso a ameaça do processo criminal se concretize —do que duvido muito.

O certo é que, em seus 117 anos de República, o Brasil jamais passou por momento de degenerescência moral similar ao que o PT e seus áulicos lhe impuseram desde que estão no governo.

Para mim, no entanto, tão grave quanto a roubalheira a que o ex-presidente se referiu é a maneira como se tem procurado impedir as investigações e proteger os responsáveis por ela.

Agindo assim, o presidente da República protege os corruptos e faz perder a corrupção. De um lado, ele afirmou à imprensa querer apurar tudo, ver punidos os responsáveis e, se preciso, cortar na própria carne. De outro lado, na contramão do que deseja a sociedade, sem cerimônia e de forma desesperada, o governo tentou, inicialmente, evitar a instalação das CPIs, e, ainda hoje, tenta esvaziá-las de qualquer matéria, para isso recorrendo até a expedientes antitéticos.

São ações deletérias, embora inúteis, pois levaremos as investigações até o fim, identificando os autores materiais e intelectuais da roubalheira.

Inacreditável que o presidente da República ainda tenha coragem de levantar a bandeira da ética —ética que ele desprezou e despreza— e seja capaz de ignorar que seu período de governo é tido como o mais antitético e corrupto da história do Brasil.

Eu já disse e repito que, quem quer que seja o candidato das oposições nas

Inacreditável que o atual presidente da República ainda tenha coragem de levantar a bandeira da ética

eleições presidenciais de outubro, terá que colocar entre as principais promessas de campanha o compromisso de reconstruir moralmente o país. Esse é o pressuposto básico para que o povo, superada a desastrosa e frustrante experiência petista, volte a acreditar no Brasil, nos homens que tentam construí-lo e em suas instituições.

Em condições normais, nenhum candidato a cargo eletivo, muito menos à Presidência da República, teria necessidade de sair por aí apresentando atestado de bons antecedentes criminais e prometendo um governo de honestidade e austeridade —duas virtudes que, a princípio, se supõe intrínsecas ao caráter de um postulante a qualquer cargo público.

Todavia, depois do péssimo exemplo do Partido dos Trabalhadores e de seus aliados, nenhum candidato poderá chegar ao palanque e apenas prometer que, se eleito, pretende combater a fome, reduzir as taxas de juros, aumentar as oportunidades de emprego, conter a violência ou promover uma reforma agrária de verdade.

O candidato das oposições, que não deve demorar a apresentar-se à nação, terá que assumir o compromisso de enfrentar e superar esses e outros desafios que o PT e seus aliados até aqui só fizeram, desdoadamente, empurrar com a barriga farta.

Mas esse candidato precisa, mais que prometer, demonstrar ao cidadão que a era da roubalheira institucionalizada, que toda a sociedade conhece e rejeita, termina em 31 de dezembro, com o fim melancólico do mandato equivocado do senhor Luiz Inácio Lula da Silva e o início de um novo governo, que restitua ao país a dignidade arranhada.

Antonio Carlos Magalhães, 78, é senador pelo PFL-BA e presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Foi presidente da Casa (1979-89 e 199-2001), governador de Bahia (1974-84) e ministro das Comunicações (governo Sarney).

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, volto hoje à tribuna para fazer o registro do artigo do ex-Presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado pelo jornal **Correio Braziliense**, no dia 5 de março do corrente sob o título “Tempus regit actum”.

“O píffio crescimento da economia no ano passado se contrasta com informações, oficialmente já comprovadas, que mostram outro ângulo da verdade”. O crescimento interno estancou em 2,3% no ano passado. Não estamos gerando riquezas pois a política do governo prioriza o lucro dos banqueiros. Entretanto o governo manobra para a reeleição, assim, tanto a eco-

nomia quanto as próprias leis eleitorais estão ao sabor desses ventos. Realmente só o tempo dirá.

Senhor Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
“Tempus regit actum”.

Tempus regit actum

MAURÍCIO CORRÊA
Advogado

A política se movimenta com surpreendente versatilidade. Às vezes com impetuosa velocidade. Não há nenhuma regra capaz de definir os contornos do fenômeno. São os chamados fatores imprevisíveis que fazem incertos seus resultados finalísticos. Se até ontem o governo podia comemorar o bom índice de aprovação junto ao eleitorado brasileiro, soltando fogos de artifício e bebericando vitória, convém ter cautela para não ter depois de tomar chá amargo.

O píffio crescimento da economia no ano passado se contrasta com informações, oficialmente já comprovadas, que mostram outro ângulo da verdade. Segundo dados divulgados pelo IBGE – mais pessimistas que as estimativas da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), que previam um crescimento do PIB nacional de 4,3% para o ano passado –, na verdade mal chegou a 2,3%, o segundo menor da América Latina, superior apenas ao do Haiti, (1,5%), permanentemente em combustão social e ora sob intervenção de tropas da ONU.

Como se sabe, o PIB é o indicador de crescimento de um país. Serve para medir o volume total de bens e serviços produzidos num determinado período, geralmente estimado em um ano. Se houver mais investimento na construção de pontes, estradas, navios, portos, esgotos, redes de coleta e distribuição de água, pavimentação urbana, e se a iniciativa privada ou o setor público investem mais na construção civil, como um todo, e em serviços, ter-se-á seguramente maior desenvolvimento econômico e social. No caso do Brasil, o crescimento interno estancou no ano que passou em 2,3%, o que, convenhamos, é simplesmente lamentável.

Se o crescimento é pequeno, isso quer dizer que estamos, no frígido dos ovos, ficando mais pobres. Não estamos gerando riquezas. A maior delas tem sido a de juros altos com os banqueiros rindo às escancaras. Nenhum setor no Brasil lucrou mais do que os bancos. Seus rendimentos têm sido estrondosos. E o maior acurte à miséria. Infelizmente, essa tem sido a política do governo, que prioriza o lucro extorsivo da especulação para pôr em compasso de espera o desenvolvimento.

Enquanto isso, quem pode dançar um tango são os argentinos, que tiveram um crescimento de 9,1% em 2005, seguido da Venezuela (quem diria?) de 9,0%. Em 2004, o PIB nacional fechou em 4,9%, o que, com relação ao ano passado, significa um decréscimo de 2,6%, sinalizando o desastre da política de jiros altos, responsável, em

primeiro lugar, pela estagnação e perda de melhores ganhos econômicos.

O Congresso Nacional votou em janeiro passado proposta de emenda constitucional que põe fim à verticalização, de modo a permitir que os partidos políticos tenham liberdade de ajustar coligações independentemente de terem ou não candidato à Presidência da República. Curiosamente, até o presente momento não foi promulgada, parecendo traduzir o receio que tem de que venha o TSE, na elaboração das instruções para as eleições deste ano – até quinta-feira passada, quando escrevi essas notas, não tinham sido ainda baixadas – manter a mesma regra que prevaleceu para as eleições presidenciais de 2002.

De qualquer sorte, ainda que a norma seja promulgada, mudando a regra do artigo 16 da Constituição Federal, que estabelece que qualquer alteração no processo eleitoral só terá validade decorrido o prazo de um ano, e entre em vigor imediatamente, não me parece que possa prevalecer para as eleições de 1º de outubro próximo. Seria insensato dizer que, tanto o TSE, órgão do Judiciário encarregado de orientar e fiscalizar as eleições no país, quanto o STF, cuja competência precípua é de interpretar, em pronunciamento final, a Constituição Federal, vão fixar exegese de que a nova norma prevalecerá apenas para ter eficácia nas eleições futuras e não para já.

E, no entanto, o que creio que possa de fato acontecer. Poder-se-ia dizer que, tratando-se de emenda constitucional, seus efeitos seriam imediatos, sem necessidade de protair-se no tempo à espera do decurso da vacatio legis. O raciocínio estaria no fato de que, sendo a alteração decorrente de emenda constitucional, seus efeitos não estariam sujeitos a nenhum implemento temporário. Malgrado se cuide de norma constitucional que, na forma da sistemática do processo legislativo, tem peso maior do que a lei estricte sensu, é preciso ficar claro que, ao referir-se especificamente o artigo 16 à lei, seu sentido é de norma em sentido geral.

(Ora, norma tanto é o decreto legislativo, resolução, lei delegada, lei complementar ou ordinária, medida provisória, como a oriunda de emenda constitucional. Afóra essa simplória perquirição, não vejo qual seria outro argumento a contrapor-se ao princípio moralizador da proibição de se poder editar lei a torto e a direito apenas para atender a caprichos e interesses de ordem pessoal às ~~vésperas~~ das eleições. Seguramente tal sofreguidão não resiste a nenhum critério de natureza ética e moral.

Como as tratativas políticas paralisaram na expectativa de confirmação ou não da verticalização, até mesmo para nortear os rumos do que se pretende fazer, assim também se dá com a questão relacionada com a disputa pela Presidência da República, se olhada sob o ângulo da economia. Dela poderá depender o sucesso de um e a derrota de outros. Só o tempo dirá. Tempus regit actum.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB –SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Valério ameaça falar”, publicada na revista **VEJA**, em sua edição de 8 de março do corrente.

A matéria destaca que o publicitário Marcos Valério, acusado pela CPMI dos Correios de ser o operador do maior esquema de corrupção e de assalto dos cofres públicos já registrado na história do País, ameaça fazer novas revelações capazes, segundo a reportagem da revista, de dar nova dimensão à crise, ameaçando ainda mais o PT e agora envolvendo o PMDB.

A matéria da revista revela ainda um esquema comandado pelo advogado Roberto Bertholdo, ex-

membro do conselho de administração da Itaipu, que teria pago ao apresentador de televisão, Ratinho, cinco milhões de reais para que “O programa do Ratinho”, falasse bem do PT e do Governo Lula.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Valério ameaça falar”.

VALÉRIO AMEAÇA FALAR

ELE PODE JOGAR O PMDB NA LAMA DO MENSALÃO E CONTAR COMO O PT PAGOU PARA RATINHO FAZER ELOGIOS A LULA

Alexandre Oltramari e Otávio Cabral

O publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, o pagador do mensalão, sentindo-se empurrado pela CPI dos Correios, anda ameaçando fazer revelações capazes de dar nova dimensão à crise. E, no meio do PT, está deixando o PMDB de cabelo em pé. Do fim de dezembro até agora, o publicitário conversou pelo menos três vezes por telefone com o ex-deputado José Borba, ex-líder do PMDB na Câmara que renunciou ao mandato em outubro passado quando se descobriu que embolsara 2,1 milhões de reais no valerioduto. Nas conversas telefônicas com Borba, Marcos Valério tem lembrado um acordo selado no começo do escândalo: o PMDB colocaria na CPI dos Correios um relator capaz de dar proteção a Marcos Valério, que, em troca, manteria silêncio sobre o envolvimento de peemedebistas com o mensalão. Como já ficou demonstrado que Osmar Serraglio, o relator da CPI dos Correios, não fez acordo algum nem pretende protegê-lo, Marcos Valério ameaça contar o que sabe. **VEJA** ouviu dois senadores que conversaram com Borba. Eles disseram que o publicitário

ameaça disparar três petardos que atingam o PMDB e, claro, o PT. São eles:

■ Valério tem ameaçado contar que, no início do ano passado, repassou dinheiro para que José Borba pudesse ficar como líder do PMDB na Câmara, comprando o apoio da ala oposicionista do partido, que iniciara um movimento para destituí-lo. (Soube-se, então, que Borba conseguira neutralizar a rebelião dos oposicionistas, com a fidelidade do Palácio do Planalto, que torcia por sua permanência.)

■ Valério tem dito ainda que Simone, asconcelos, a diretora da agência de publicidade SMPB, fazia pagamentos do mensalão também para deputados do PMDB. (Ao depor na CPI dos Correios, a diretora disse que várias vezes se hospedou em hotéis em Brasília e, no quarto, contava e distribuía dinheiro a engravata, mas não soube identificá-los.)

■ O publicitário tem avisado que pode revelar detalhes de como, nos primeiros meses de 2004, repassou dinheiro para que José Borba pagasse o apresentador Carlos Massa, o Ratinho. O apresentador, em troca do dinheiro, passaria a usar seu programa no SBT como palanque para promover o presidente Lula e a então prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, que se encontrava em campanha eleitoral. (Como se sabe, Ratinho fez uma longa entrevista com Lula durante um churrasco na Granja do Torto. A entrevista-churrasco foi exaustivamente reprisada no seu programa, mas o

No decorrer de 2004, o advogado Roberto Bertholdo, membro do conselho de administração de Itaipu até fevereiro de 2004, foi grameado por um ex-sócio. O ex-sócio, o também advogado Sérgio Renato Costa Filho, gravou cerca de 200 horas de conversa que ele próprio manteve com Bertholdo. **VEJA** teve acesso a uma parte das gravações. No trecho abaixo, Bertholdo faz menção a um acordo pelo qual o PT pagaria “cinco paus” ao apresentador Carlos Massa, o Ratinho, e conta que um dos negociadores era Delúbio Soares, então tesoureiro petista. A polícia acredita que “cinco paus” sejam 5 milhões de reais.

Bertholdo — É só fazer um acordo entre o Ratinho e o PT.

Costa Filho — Ah, é?

Bertholdo — Ai, o Ratinho fala bem do PT até o final do ano.

Costa Filho — Como foi a conversa com o Ratinho? Vocês não foram lá para São Paulo?

Bertholdo — O Ratinho não tava lá. Nós conversamos com o Sérgio (personagem não identificado).

Costa Filho — Esse Sérgio que tá centralizando tudo?

Bertholdo — O PT topou pagar.

Cinco paus.

(...)

Bertholdo — Na segunda-feira eu vou, eu e o Ratinho e o Borba (José Borba, então líder do PMDB na Câmara dos Deputados), no avião do Ratinho, pra pegar o Delúbio, que é o tesoureiro.

Pra fazer um acerto de uns cinco paus.

Costa Filho — Hum-hum.

apresentador sempre negou que tivesse recebido qualquer pagamento.)

O publicitário Marcos Valério, de fato, manteve relações estreitas com José Borba. Um ex-auxiliar do PMDB, que privou da intimidade do ex-deputado, conta que Borba tinha encontros frequentes com Marcos Valério no hotel Sofitel, no bairro do Ibirapuera, em São Paulo. Nesses encontros, além de Borba e Valério, outros dois personagens das sombras costumavam aparecer: o então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e o advogado Roberto Bertholdo, braço-direito de Borba e então membro do conselho de administração de Itaipu. Entre setembro de 2004 e março de 2005, os quatro fizeram pelo menos quatro reuniões no Sofitel. O ex-auxiliar do PMDB, que conversou com VEJA sob a condição de ficar no anonimato, nunca participou das reuniões, mas sabe que, depois delas, Borba voltava para Brasília e, numa saleta ao lado de seu gabinete de fidel, recebia filas de deputados do PMDB. Mas havia uma logística curiosa: os deputados entravam na saleta um a um, nunca em grupo. O entra-e-sai ocorria quase sempre à noite.

O advogado Roberto Bertholdo, sendo o principal assessor de José Borba, era o encarregado de operar o mensalão dentro do PMDB. Um ex-aliado de Bertholdo, em conversa de quase cinco horas com VEJA, contou detalhes da façanha. Ele diz que Bertholdo distribuía o mensalão a 55 dos 81 deputados do PMDB. Todos os 55 deputados pertenciam à base do governo. A mesada variava entre 15 000 reais e 200 000 reais, conforme o cacife do deputado mensaleiro. O ex-aliado conta que Bertholdo adorava exercer esse papel e, como trabalhava em nome dos interesses do governo, achava que pairava acima da lei. Numa ocasião, em meados de 2004, querendo exibir seu poder, Bertholdo telefonou ao ex-aliado e convidou-o a visitá-lo no Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais. Era noite e chovia nas franjas de Curitiba. Ao chegar ao aeroporto, o ex-aliado encontrou Bertholdo a bordo do Citation II que costumava usar e que pertencia ao empresário paranaense Wadi Debes. Dentro do avião, esparramado sobre uma poltrona de couro, Bertholdo mostrou ao amigo uma caixa de papelão, aberta, cheia de dinheiro.

"Tem 8 milhões de reais aí", disse Bertholdo. Diante da surpresa do interlocutor, que lhe perguntou se não tinha receio de ser preso com tanto dinheiro vivo, Bertholdo respondeu com a empatia que só a certeza da impunidade proporciona: "Que perigo, o que? Eu tô operando para o governo". Na semana passada, VEJA teve acesso a um conjunto de gravações de conversas de Bertholdo nas quais fica

claríssimo que, de fato, ele operava em nome do governo — e, nessas conversas, aparecem os bastidores de uma negociação com quem? Com Ratinho, para fazer propaganda do presidente Lula e da ex-prefeita Marta Suplicy. As gravações, que somam quase 200 horas, foram realizadas em 2004 pelo advogado Sérgio Renato Costa Filho, ex-sócio de Bertholdo no escritório Bertholdo & Costa Advogados. Como Costa Filho gravou as próprias conversas com Bertholdo, a arapongagem não constitui crime — embora seu conteúdo, em poder da Polícia Federal, seja suficiente para enquadrar o homem da mala do PMDB em uma tática de artigos do Código Penal.

Em um dos trechos das gravações, Bertholdo revela ao sócio que está inter-

mediando um acordo entre Ratinho e o PT para que o apresentador fale bem do partido em 2004. "O PT topou pagar. Cinco paus", diz Bertholdo. A polícia acredita que "cinco paus" sejam 5 milhões de reais. Em outro trecho, Bertholdo informa que a negociação conta também com a presença do então tesoureiro do PT, Delúbio Soares (veja transcrição na pág. 45). Como era maquinista do trem pagador do PMDB, Bertholdo priorizava seu partido quando surgia, digamos assim, um conflito de interesses. Um caso emblemático ocorreu em Itaipu, onde Bertholdo foi conselheiro de 2003 a fevereiro de 2005. Em uma das conversas gravadas pelo sócio, Bertholdo diz que o diretor-geral de Itaipu, o petista Jorge Samek, cobrou 6 milhões de dólares de propina da empresa Voith Siemens pa-

Neste trecho, Bertholdo conta, em conversa gravada por seu ex-sócio Sérgio Renato Costa Filho, ter descoberto que a Siemens pagou uma propina de "seis paus" de dólares ao diretor-geral de Itaipu, Jorge Samek, em troca do perdão de uma dívida milionária da empresa alemã com a estatal. A polícia acredita que "seis paus" sejam 6 milhões de dólares. Na mesma conversa, Bertholdo mostra-se indignado porque Samek não dividiu a propina com o PMDB.

Bertholdo — Eu te falei que eu vou dar uma ferrada no Samek?

Costa Filho — Não, não me contou.

Bertholdo — Eles fizeram um acordo com a Siemens e perdoaram uma dívida de 200 milhões de dólares.

Costa Filho — Duzentos milhões de dólares?

Bertholdo — É.

Costa Filho — P... que p...!

Bertholdo — Eu liguei. Foi naquele dia que eu não fui pra reunião do conselho porque tinha não sei o que lá em Brasília (no período em que foi conselheiro de Itaipu, em julho de 2003 e fevereiro de 2005).

Bertholdo faltou a apenas duas das onze reuniões do conselho de administração).

Costa Filho — Hã-hã.

Bertholdo — Ai eu liguei pro Samek.

Falei: 'Samek, eu tô preocupado com isso, porque eu acho que você não pode fazer dessa forma...' (...) Depois é que eu fiquei sabendo que parece que rolou grana. Eu vou chamar o Samek pra uma

discussão de controle. Vou chamar o Samek pra falar e vou chamar o presidente da Siemens. Quando for pra chamar o Samek, a gente lava a água fria. (...) Pelo que eu sei, pegaram seis paus em dólar.

Costa Filho — Seis paus em dólar?

Bertholdo — É, temos que pagar pelo menos três.

Costa Filho — Sim.

Bertholdo — (...) Se quiserem me tirar do conselho, não me tiram por causa do PMDB. É minha função lá dentro.

Costa Filho — Sim, claro.

Bertholdo — (...) O Samek não pode a gente pra dentro do jogo.

Vai tomar no c...!

Costa Filho — Eu também acho. Podia ter chamado...

Bertholdo — Não. Podiam falar: 'Ô, tá o fazendo...'.

Costa Filho — Então...

Bertholdo — É aí pegar como doação de campanha, mesmo...

Costa Filho — Hum-hum.

Bertholdo — Com gosto.

Costa Filho — Hum-hum.

ra perdoar uma dívida de 200 milhões de dólares para com a estatal. Ele fica uma fera ao saber que o PMDB tora excluído da negociata. “Temos que pegar pelo menos três”, diz Bertholdo (veja transcrição da conversa na pág. 47).

O que torna essa gravação perturbadora é o fato de que a Voith Siemens, de fato, tinha um negócio de quase 200 milhões de dólares com Itaipu e que, de fato, uma dívida sua com a estatal foi perdoada — de um modo heterodoxo. Em 2000, a Voith Siemens comprometeu-se a entregar duas novas turbinas para Itaipu, num negócio de 184,6 milhões de dólares, mas não conseguiu cumprir o prazo. Sofreu uma multa de 2,6 milhões de dólares, que foi devidamente paga, mas também tinha de sofrer outra multa, de 18,6 milhões de dólares. A multa gorda, porém, foi graciosamente perdoada e o prazo de entrega das turbinas foi estendido. O mimo saiu na forma de um despacho, de três páginas, assinado pelo diretor-geral Jorge Samek. O novo prazo venceu em setem-

bro do ano passado, mas também não foi cumprido. Ahias, de agora, Itaipu espera as turbinas da Voith Siemens — e a multa por esse atraso interminável está hoje em 9 milhões de dólares, mas nem um tostão foi pago. Ouvido por VEJA, Samek refutou a acusação de pegar propina. “Jamais fiz qualquer acordo nesse sentido”, afirma. “Trata-se de um absurdo, uma infâmia, um crime contra a minha honra.” A Voith Siemens, por meio de sua assessoria de imprensa, mandou dizer que “não paga propina a nenhuma instituição, pessoa jurídica ou física”.

O diretor-geral de Itaipu, Jorge Samek, integra o seleto grupo de amigos íntimos do presidente Lula. Samek costuma participar de churrascos e festas de reveillon na Granja do Torto. Foi por escolha direta de Lula que ele assumiu a diretoria de Itaipu, onde permanece até hoje. Samek também já foi bastante próximo de Bertholdo. Quando ambos trabalhavam em Itaipu, Samek costumava ir a Brasília de carona com Bertholdo no Citation das caixas de dinheiro. Mas, enquanto Samek

se mantém firme no comando de Itaipu, Bertholdo caiu. Renunciou ao cargo de conselheiro de Itaipu em fevereiro do ano passado — e está preso há quatro meses. Bertholdo é acusado pela Polícia Federal de grampear um juiz federal e de torturar seu ex-sócio Sérgio Renato Costa Filho, no início do ano passado, numa violenta tentativa de reaver as fitas nas quais faz algumas das confidências relatadas nesta reportagem. Também é acusado de tráfico de influência e lavagem de dinheiro. A acusação de lavagem de dinheiro indica que a relação pecuniária entre Bertholdo e Ratinho tem pelo menos um antecedente. Bertholdo é acusado de lavar 200.000 reais para Ratinho, espalhando o dinheiro em contas de funcionários, amigos e colaboradores do apresentador. A Polícia Federal e o Ministério Público, que investigam o caso, suspeitam que os 200.000 reais eram pagamento ao apoio de Ratinho a algum político assessorado pelo homem da mala do PMDB. ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “É ainda pior do que se pensava”, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 1º de março do corrente.

A matéria trata da relação existente entre o filho do Presidente Lula e a empresa Telemar. Segundo a matéria, “Na semana passada, descobriu-se que a relação da Telemar com Lulinha, como é conhecido o filho do presidente Lula, é ainda mais estreita. Em primeiro lugar, o repasse da Telemar para Lulinha não se limitou a R\$5 milhões, como se noticiou no ano passado, nem a R\$10 milhões, como a empresa admitiu há duas semanas. A cifra é ain-

da maior: bate na casa dos 15 milhões de reais. O mais estranho é que, enquanto a Telemar abastecia o filho de Lula com recursos, o Palácio do Planalto preparava uma mudança na legislação que beneficiava a Telemar”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil

É AINDA PIOR DO QUE SE PENSAVA

Enquanto seu filho enriquecia, Lula quis mudar a lei que atrapalhava a Telemar

Alexandre Olftramari

Já se sabia que o biólogo Fábio Luís da Silva, um dos filhos do presidente Lula, se tornou milionário nos últimos dois anos fazendo negócios com a Telemar, a maior operadora de telefones do país. Também se sabia que, além de ser uma concessionária de serviço público, a Telemar é em parte uma empresa pública, pois 55% de suas ações pertencem ao Banco do Brasil, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a fundos de pensão de estatais. Na semana passada, descobriu-se que a relação da Telemar com Lulinha, como é conhecido o filho do presidente, é ainda mais estreita. Em primeiro lugar, o repasse da Telemar para Lulinha não se limitou a 5 milhões de reais, como se noticiou no ano passado, nem a 10 milhões de reais, como a empresa admitiu há duas semanas. A cifra é ainda maior: bate na casa dos 15 milhões de reais. O mais estranho é que, enquanto a Telemar abastecia o filho de Lula com recursos, o Palácio do Planalto preparava uma mudança na legislação que beneficiava a Telemar. O projeto foi abortado quando saiu das sombras a sociedade Lulinha-Telemar.

A Telemar comprou 35% das ações da Gamecorp, a empresa da qual Lulinha é sócio, em dezembro de 2004. Pagou 5 milhões de reais. Há duas semanas, noticiou-se que, além dos 5 milhões de reais, a Telemar se comprometera a repassar outros 5 milhões de reais

à Gamecorp em 2006. A justificativa oficial é um patrocínio a um programa de televisão produzido pela empresa do filho de Lula, cujos índices de audiência são desprezíveis. Ao confirmar o patrocínio de 5 milhões de reais, porém, a Telemar escondeu que já repassara à Gamecorp outros 5 milhões de reais, sob a mesma justificativa do patrocínio, no ano passado. Assim, os repasses da Telemar à empresa de Lulinha chegam a 15 milhões de reais. Cinco milhões a mais do que se admitira anteriormente. As coisas se complicam ainda mais quando se examinam as razões pelas quais a Telemar decidiu fazer do filho do presidente um alvo preferencial de seus investimentos.

Enquanto os negócios com Lulinha prosperavam, a Telemar articulava paralelamente uma transação cujo êxito dependia do governo: queria comprar a Brasil Telecom. Como a legislação brasileira proíbe que uma empresa seja dona de duas operadoras de telefonia ao mesmo tempo, o negócio só se viabilizaria com uma mudança na lei. A Telemar, no entanto, tinha tanta confiança de que a proibição legal seria removida que chegou até a fazer proposta de compra. Em julho do ano passado, o presidente da Telecom Italia, Paolo Dal Pino, que é sócio da Brasil Telecom, admitiu que recebera uma proposta da Telemar, mas manifestou sua estranheza. "Ou a Telemar está afrontando a legislação ou a proposta já faz parte de um plano da empresa para mudar a Lei Geral das Telecomunicações", dizia.

então, Dal Pino. O fato é que, desde o início de 2005, o governo vinha discutindo mudar a lei para permitir que uma empresa controlasse duas concessionárias ao mesmo tempo — presente dos céus à Telemar. Mas a mudança dividia o governo. Luiz Gushiken, então titular da Secretaria de Comunicação, era favorável à alteração, que beneficiaria os planos expansionistas de Carlos Jereissati e Sérgio Andrade, controladores da Telemar. José Dirceu, que ocupava a Casa Civil, apoiava o empresário Daniel Dantas, então controlador da Brasil Telecom. Dirceu, portanto, era contra a mudança da lei.

O cabo-de-guerra entre as teles coincidiu com um assédio repentino ao governo. Daniel Dantas contratou o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro,

O leilão das teles em julho de 1998: de lá para cá, disputas intermináveis José Dirceu, por 8 milhões de reais. Contratou, também, o advogado Roberto Teixeira, compadre

de Lula, por 1 milhão de reais. Não se sabe até hoje que serviço jurídico eles prestaram. Do lado da Telemar, a situação era mais tranquila. Um dos controladores, o empreiteiro Sérgio Andrade, é um velho conhecido do presidente. A única filha de Lula, Lulian, chegou a morar no apartamento de familiares de Andrade em Paris. Além disso, Lulinha, a essa altura, já era sócio da Telemar na Gamecorp havia seis meses — embora o público ainda não soubesse disso. Na semana passada, um ex-membro do governo, com a condição de não ser identificado, disse a VEJA que a divisão dentro do governo foi arbitrada pelo próprio presidente — que se decidiu a favor da Telemar. Em um encontro com um ministro, Lula explicou que a Telemar deveria ser priorizada pelo governo por ser uma empresa nacional e que poderia representar o país no exterior. Deu até o exemplo da Telefônica, que, segundo ele, ajuda a divulgar a Espanha pelo mundo.

“Achei que a posição do governo era apenas estratégica, uma idéia nacionalista. Hoje, desconfio que o aporte da Telemar à Gamecorp pode, de alguma maneira, ter influenciado a cabeça do presidente”, diz o ex-auxiliar do governo. Uma minuta do projeto chegou a ser redigida e a circular por gabinetes de ministros envolvidos com o processo. No dia 8 de julho de 2005, porém, a sociedade secreta entre Lulinha e a Telemar veio a público. O deputado Delfim Netto, que fora informado das intenções da Telemar de comprar a Brasil Telecom assim que a lei fosse alterada, procurou o presidente Lula para alertá-lo. “Se o governo mudar a lei, vai ser um escândalo, presidente”, advertiu Delfim. Lula escutou com atenção. No dia 21 de julho, duas semanas depois da revelação da sociedade secreta entre Lulinha e a Telemar, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, a pedido de Lula, anunciou publicamente que o governo não tinha a intenção de mudar a lei. ■

veja 1º de março, 2006 43

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “CGU constata irregularidades”, publicada no jornal Correio Braziliense em sua edição de 13 de março do corrente.

A matéria destaca que a fiscalização da Operação Tapa-Buracos feita por 120 auditores da Controladoria Geral da União (CGU) já conclui que, em alguns trechos, não havia motivo para dispensar a licitação na contratação de empreiteiras. Mais de 50% do leito

dessas rodovias apresentam boas condições de trafegabilidade.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Correio Braziliense • Brasília, segunda-feira, 13 de março de 2006 • 1

POLÍTICA

TAPA-BURACOS

Auditoria da Controladoria Geral na União aponta falha do governo ao dispensar licitações em vários trechos de rodovias que estão sendo recuperados por empreiteiras em todo o país

CGU constata irregularidades

LÚCIO YAZ

DA EQUIPE DO CORRUPTO

A fiscalização da Operação Tapa-Buracos por 120 auditores da Controladoria Geral da União (CGU) já concluiu que, em alguns trechos, não havia motivo para dispensar a licitação na contratação de empreiteiras. Mais de 50% do leito dessas rodovias apresentam boas condições de trafegabilidade. Um exemplo é o trecho de 99km na BR-373, no Paraná, entre Três Pinheiros e Coronel Vidas. O valor da obra foi estimado em R\$ 383 mil.

A CGU comunicou os achados ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), ao Ministério dos Transportes e à Casa Civil da Presidência da República. O Dnit vai ouvir agora as explicações dos seus escritórios regionais. Se não forem convincentes, os contratos serão anulados. O Ministério Público Federal havia pedido à Justiça Federal que fosse anulada a portaria que declarou estado de emergência em trechos de rodovias e autorizou a contratação direta de obras. O pedido foi negado pela juíza substituta Cândice Jobim.

Os técnicos da CGU estão fil-

mando todos os trechos em obras com web-câmeras instaladas no vidro frontal de veículos, ao lado do espelho retrovisor, e ligadas a computadores portáteis. Equipamentos GPS (localização global por satélite) estão registrando, simultaneamente, o local exato de cada intervenção. Entre os dias 2 de fevereiro e 9 de março, foram vistoriados 13,8 mil quilômetros, sendo 3,6 mil quilômetros em trechos recuperados por empresas contratadas sem licitação. Cada equipe registra imagens de cerca de 100km por dia. No dia 17 de fevereiro, foram vistoriados 3,5 mil quilômetros.

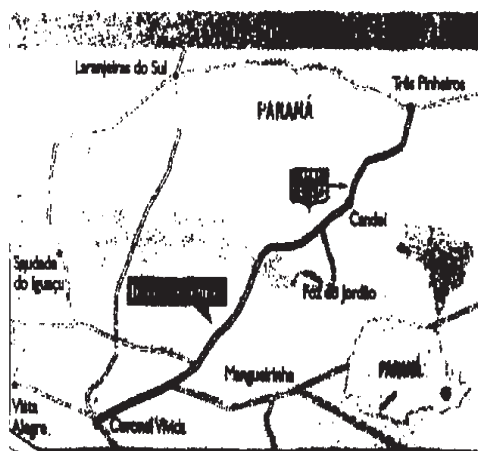
Federal com Goiás, em Cocalzinho (GO), com valor estimado de R\$ 1,7 milhão, a CGU concluiu que 54% da rodovia estava enquadrada nos padrões 5 e 6. Apenas 8,3% estava inserida no padrão 1. Esses dados justificariam a contratação da empresa sem licitação.

O sub-controlador-geral da União, Jorge Haga, afirma que a CGU tem uma despesa extra de R\$ 27 milhões em câmeras e computadores para a fiscalização.

Os R\$ 9 mil foram empregados na compra de 30 web-câmeras e outros R\$ 18 mil em despesas com gasolina. "O dinheiro empregado em fiscalização e controle retorna em proporções geométricas", reforça Haga. Segundo ele, a Controladoria está investindo no trabalho preventivo, que evita o desvio de recursos enquanto a obra ainda está em andamento.

A CGU faz a fiscalização de 100% dos trechos feitos sem licitação, a um custo de R\$ 196 milhões, e 50% das obras feitas com licitação. Mas decidiu agora investigar a totalidade das obras. São analisadas as condições atuais da pavimentação, a dimensão da obra, o tipo de trabalho executado e o material utilizado pelas empreiteiras. As informações obtidas pelos escritórios regionais são repassadas imediatamente para Brasília. A CGU repassa dados para o Ministério Público Federal quando há denúncias.

A CGU repassa dados para o Ministério Público Federal quando há denúncias.



Como

Para classificar as condições de trafegabilidade, os auditores atribuem um "padrão" para cada trecho de 200m. Os segmentos inseridos no padrão 1 não apresentam comprometimento na trafegabilidade. Os trechos dos padrões 2, 3 e 4 apresentam falhas na sinalização e placas no acostamento. As trinças e remendos antigos não afetam a tráfego. Nos padrões 5 e 6, há comprometimento na trafegabilidade e na segurança dos usuários.

Neste trecho de 99km na BR-373, entre a divisa do Distrito

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Em PE, a fila dos horrores para o Bolsa-Família”, publicada pelo Jornal O Globo em sua edição de 3 de março deste ano.

A matéria faz referência às humilhações que sofrem as famílias de Jabotão dos Guararapes, para fazer o cadastramento no programa Bolsa-Família. Os candidatos foram submetidos a sol e chuva durante a

espera de mais de 48 horas na fila, enfrentando ratos e até tentativa de estupro.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.).

Em PE, a fila dos horrores para o Bolsa Família

Espera de mais de 48 horas, ratos e até tentativa de estupro na disputa por cadastramento em Jabotão

Leticia Lins

JABOTÃO DOS GUARARAPES — Criado para melhorar a qualidade de vida de pessoas carentes, o programa Bolsa Família está levando os pobres de Jabotão dos Guararapes a um cotidiano de humilhações. Cerca de três mil pessoas aguardavam ontem numa fila, sob o sol e chuva, para se cadastrarem e continuar recebendo o benefício oferecido pelo governo federal. Com sombrinhas, cabanas improvisadas com papelão, sentadas no chão ou em pé e com fome, a maior parte dos interessados já estava ontem esperando há mais de 48 horas, dormindo ao relento em camas improvisadas nas ruas. Os candidatos reclamavam do lixo e de ratos e bichos durante a noite. Uma das mulheres que esperava o dia amanhecer para ser atendida foi perseguida por dois homens que tentaram estuprá-la.

— Estou aqui desde segunda-feira. Não tenho emprego, meu marido está com os dois filhos em casa para que eu fique na fila. É uma humilhação. Não temos dinheiro para o ônibus e não podemos ficar indo e vindo o tempo todo — reclamava Marilene Maria da Silva, que recebe R\$ 60 mensais.

Com três filhos para cuidar em casa, Luiza B. França pediu ao mais velho, Luis Francisco dos Santos, de 16 anos, que guardasse seu lugar na fila desde a quarta-feira de Cinzas. Mas às 14h de ontem Luis ainda não havia conseguido pegar a ficha distribuída pelos servidores responsáveis pelo cadastramento.

— Tive que dormir no chão. Peguei um pedaço de papelão e me dei, mas fui acorrido por rato, formiga e barata. O presidente, a prefeitura, as autoridades vivem fazendo festa e não vêem o estado do povo. Se vêem, nada fazem — diz Luis.

Prefeitura até ide só 120 por dia

• Cilza Marcondes Silva e Fabiana Flor da Rocha estavam ainda mais revoltadas. De madrugada elas viram uma das companheiras de fila desistir do cadastramento depois de ser atacada por marginais. A mulher se distanciou da fila para urinar num terreno baldio próximo à escola José Neves Filho, onde o cadastramento está sendo realizado. Mas foi atacada por dois homens e quase sofreu um estupro.

Os candidatos ao benefício também reclamaram da venda de fichas para atendimento, por preços que vão de R\$ 10 a R\$ 25. A denúncia foi confirmada pelo líder comunitário Saulo Fernandes, presidente da Associação de Pequenos Comerciantes Não Legalizados de Jabotão dos Guararapes. Ele ontem arranjou um carro de som emprestado e convenceu os beneficiários dos programas do governo a bloquearem a rua em protesto contra a prefeitura.

A prefeitura informou, no entanto, desconhecer a irregularidade. Mas confirmou que só 120 pessoas que têm acesso à ficha estão sendo atendidas por dia.

— Estamos desde dezembro tentando fazer a unificação dos programas sociais do governo. Mas a demanda tem sido maior do que esperávamos. Infelizmente está tudo centralizado em um só lugar para evitar fraudes, como a duplicação de cadastro — afirmou a coordenadora do cadastramento, Verônica Belo, da Secretaria de Ação Social da Prefeitura de Jabotão.

Ela disse que pediu aos técnicos que viabilizem uma forma de fazer o cadastramento em bairros diferentes, sem possibilidade de fraude. Informou que só 17 pessoas estão trabalhando no cadastramento e que a capacidade de atendimento é de 120 beneficiários por dia porque o preenchimento é feito manualmente. Cada ficha leva 45 minutos para ser preenchida. ■

“Estou aqui desde segunda-feira. É uma humilhação. Não posso ficar indo e vindo”

MARILENE MARIA DA SILVA
Beneficiária do Bolsa Família

“Está tudo centralizado para evitar fraudes, como a duplicação de cadastro”

VERÔNICA BELO
Coordenadora do cadastramento

Programa foi atingido

• Os sistemas de atendimento, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil e de mais dois para que as prefeituras atualizem os dados das famílias atendidas pelos programas de transferência de renda. O objetivo é transferir para o chamado Cadastro Único os beneficiários do Bolsa Escola, do Auxílio-Gás, do Bolsa Alimentação e do Cartão Alimentação. O ministério planeja extinguir os chamados programas remanescentes, levando seus beneficiários para o Bolsa Família. As prefeituras recebem R\$ 6 por ficha atualizada. Os dados são enviados a

um sistema que nas últimas semanas teria ficado sobrecarregado.

Os programas remanescentes são anteriores ao Bolsa Família. O Bolsa Escola e o Auxílio-Gás continuam pagando milhões de benefícios. Boa parte dessas famílias não consta no Cadastro Único, mas no antigo CadBes. Ambos os cadastros foram criados no governo Fernando Henrique, mas o CadBes é incompleto, pois não traz informações de renda e só registra no máximo três filhos por família. O ministério quer incluir todas as famílias no Cadastro Único, para transferi-las para o Bolsa Família.

Balcão de remédios deve sair este mês

Outros programas de apoio eleitoral podem ser lançados logo

• BRASÍLIA — O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu o primeiro passo na reunião da coordenação de governo, lançar na segunda quinzena deste mês o projeto de estender o programa de Farmácias Populares para a rede

privada. A agenda do governo deste mês inclui outros projetos de apoio eleitoral, como o pacote que beneficia os trabalhadores domésticos e o já lançado pacote da habitação.

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, disse que o projeto está sendo formulado no Ministério da Saúde, que decidirá o total de remédios oferecidos na rede privada com preço menor. A ideia é fazer convênio com duas mil farmácias privadas, mas isso ainda está em estudo. Outra ideia é permitir a venda mais barata de remédios destinados ao tratamento de hipertensão, por exemplo, que têm grande procura. ■

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

Vamos ajudar a combater a tuberculose!

Estamos nos mobilizando para enfrentar a tuberculose, uma doença que tem cura. No 24 de março de 1882, o médico alemão Robert Koch informou o mundo sobre o germe causador da tuberculose: o bacilo de Koch. Em comemoração a esta descoberta, o dia 24 de março é lembrado como dia mundial da tuberculose

A tuberculose é a principal causa de morte por doença infecto-contagiosa em adultos em todo o mundo. No Brasil, calculam-se cerca de cem mil casos da doença todos os anos, o que significa 1 milhão de casos em uma década. Isto faz com que o nosso país esteja em 14. lugar em número de pessoas infectadas. Todos os anos, no Brasil, morrem 6 mil pessoas infectadas pelo bacilo da tuberculose.

Para reverter esse problema grave, a Pastoral da Criança integra o grupo Parceria Brasileira pelo Controle da Tuberculose, junto com outras entidades da sociedade civil e o Ministério da Saúde.

O compromisso da Pastoral da Criança é divulgar informações sobre a tuberculose e motivar os líderes comunitários a promover e/ou participar de ações de prevenção da doença em seus municípios.

Convidamos a todos para ajudar a combater a doença e o preconceito, orientando as famílias que acompanha sobre os sinais da doença e orientando-as a procurar o Posto de Saúde. Também pode atuar junto aos conselhos municipais de saúde para incluir o combate à tuberculose como uma das prioridades em seus municípios.

O que é tuberculose?

É uma doença contagiosa que ataca os pulmões e é transmitida por uma bactéria chamada Bacilo de Koch. Também pode atacar outros órgãos como as meninges, a laringe, os rins, a pleura, os gânglios, os ossos.

Quais são os sinais da doença?

Tosse há mais de três semanas com catarro, febre (geralmente à tarde), emagrecimento, suor noturno, cansaço fácil, dor no peito e escarro com sangue.

Como se pega a doença?

Por contaminação de uma pessoa doente para outra sadia, pela tosse, espirro ou fala. Nem todas as pessoas com tuberculose transmitem a doença, somente quem tem escarro.

Todas as pessoas que entram em contato com a bactéria ficam doentes?

Não, depende da imunidade do corpo, que se consegue principalmente com hábitos de vida e alimentação saudáveis.

Depois do contágio, quanto tempo leva para a doença aparecer?

Uma vez infectada, a pessoa pode desenvolver tuberculose em qualquer fase da vida. A doença aparece quando o organismo, sem imunidade, não consegue evitar a multiplicação dos bacilos. Calcula-se que 10% das pessoas infectadas adoecem.

Pessoas com doenças que enfraquecem o organismo podem pegar tuberculose, como diabetes, HIV, doenças renais, desnutrição.

Atenção! Pneumonia ou gripe mal-curadas também podem propiciar o desenvolvimento do bacilo da tuberculose! **Tuberculose tem cura?**

Sim, com a colaboração da pessoa, que precisa comparecer regularmente ao médico, tomar os remédios na hora certa e, principalmente, não interromper o tratamento.

É preciso pagar pelos exames?

Não, e nem pelo medicamento – o SUS deve oferecê-lo gratuitamente.

Gestantes podem fazer o tratamento?

Sim.

Como prevenir a tuberculose?

- Com uma alimentação saudável;
- Acompanhamento do serviço de saúde;
- Aplicação da vacina BCG em crianças menores de 4 anos;
- Encaminhamento das pessoas com suspeita da doença ao posto de saúde mais próximo.

O SR AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) –

“Dia Mundial de Combate à Tuberculose – 24 de março”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de nós, políticos, estarmos em baixa no conceito do povo brasileiro, principalmente diante dos sucessivos escândalos de corrupção que vêm assolando nosso País, ainda considero a política como uma das mais nobres atividades que um ser humano pode exercer. Isso porque a preocupação maior do político deve ser sempre o Bem Comum e, por esse motivo, precisamos nos dedicar a uma gama imensa de assuntos que afetam as vidas de milhões de pessoas! Basta reparar em

nossas atividades cotidianas, aqui no Senado Federal, para constatar essa realidade.

Entre os temas que, enquanto Parlamentares, somos chamados a analisar, merece especial destaque a saúde do povo brasileiro. Como médico e ex-Secretário de Saúde de Roraima, tenho dedicado boa parte de minha vida pública a esse assunto, e não há como não me preocupar com as epidemias modernas que ameaçam a humanidade, como a AIDS, a gripe aviária e o ebola.

Se essas são doenças potencialmente letais, há ainda uma outra que, apesar de sua elevada periculosidade, foi relegada ao quase-abandono, como se já tivesse sido totalmente debelada, mas que ressurgiu com muita força em meados da década de 80 e que, por esse motivo, em 1993, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como “uma emergência mundial”. Refiro-me, à tuberculose (TB), ao chamado “mal do século”, que dizimou milhões de pessoas em todo o mundo, e ceifou as vidas de alguns de nossos mais brilhantes poetas, como os inesquecíveis Castro Alves e Álvares de Azevedo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, segundo estimativas da OMS, 2 bilhões de pessoas, ou seja, um terço da população da Terra, estão infectadas pelo *Mycobacterium tuberculosis*, o agente causador da doença. Esse é um dado preocupante, porque estudos têm demonstrado que uma única pessoa infectada, sem receber o tratamento adequado, é capaz de transmitir a bactéria para 10 ou 15 outras pessoas, no período de um ano. Para piorar a situação, mesmo se pudéssemos deter sua transmissão amanhã, ainda teríamos 100 milhões de pessoas que desenvolveriam a TB durante seu período de vida! Ainda segundo a OMS, a tuberculose é hoje a maior causa de morte por doença infecciosa em adultos, com maior incidência na China e em países da Ásia e da África, e menores índices na União Européia, nos Estados Unidos e no Japão.

No Brasil a situação também é preocupante. Estamos situados em 15º décimo quinto lugar no *ranking* dos 22 países que contribuem, em conjunto, com 80% dos casos de tuberculose registrados em todo o mundo! Segundo dados do Ministério da Saúde, cerca de 50 milhões de brasileiros estão possivelmente infectados por esse mal. Isso faz com que o Brasil, juntamente com o Peru, seja o responsável por 50% das ocorrências verificadas nas Américas. Além disso, nesta triste estatística da enfermidade, surgem, a cada ano, 111 mil novos casos de tuberculose em nosso País, e mil óbitos.

Mas, se no mundo a tuberculose está desigualmente distribuída, sua ocorrência no território nacional também não se verifica de forma homogênea. Qua-

se 80% dos casos registrados no Brasil ocorrem nas regiões Sudeste e Nordeste, com especial destaque para os Estados do Rio de Janeiro e da Bahia, respectivamente. Isso é explicado, em grande parte, pela maior propagação da bactéria causadora da doença nas áreas mais densamente urbanizadas, onde o contágio é mais fácil.

Eu poderia continuar apresentando diversos números, extraídos de estudos sérios, desenvolvidos tanto no Brasil quanto no Exterior, que demonstram a gravidade da situação que enfrentamos neste momento, no que se refere à propagação da tuberculose. Contudo, isso iria tomar uma quantidade considerável do meu tempo, que já é curto, de modo que solicito a Vossa Excelência que, nos termos regimentais, dê como lido o material que encaminharei à Mesa ao final deste pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o ponto principal a que quero me ater neste momento, e para o qual solicito a atenção do Plenário, é que a tuberculose é um problema social, que atinge principalmente as pessoas em idade produtiva, entre 15 e 59 anos, com graves repercussões econômicas. Essa doença está umbilicalmente ligada à pobreza e ao subdesenvolvimento, e a ela associam-se diversos outros males, como a educação precária, as péssimas condições de moradia, a desnutrição, o alcoolismo crônico, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e a fragilidade da assistência social. Por isso, a diferença de incidência entre os países pobres e os ricos é de sete vezes, segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde. A esses fatores, somam-se outros dois agravantes que potencializam a ação destrutiva da tuberculose. Refiro-me à infecção pelo vírus HIV, que debilita o sistema imunológico de suas vítimas, e o surgimento da MRTB, a tuberculose multirresistente, que requer doses maciças de quimioterápicos e um período mais prolongado de tratamento. É triste constatar que, no Brasil, a MRTB está associada a falhas terapêuticas, tais como a irregularidade na ingestão de medicamentos, o abandono da terapia antes do prazo e as prescrições inadequadas.

O mais grave, o mais cruel de todas essas estatísticas e de todos esses fatos é saber que a tuberculose é uma doença que mata tanta gente, mas que é quase 100% curável, se diagnosticada e tratada precocemente! Essa é uma informação mais do que relevante para nós, homens públicos, que devemos atuar sobre a sociedade nesta nobre tarefa que é a promoção do Bem Comum.

Foi considerando a gravidade desses indicadores que acabo de apresentar, e a inércia que se verificava na comunidade internacional quanto à tuberculose, que

a Organização Mundial de Saúde e a União Internacional contra a TB e Doenças Pulmonares instituíram, em 1982, o Dia Mundial de Combate à Tuberculose, a ser lembrado anualmente, no dia 24 de março. Essa data foi escolhida porque, naquela ocasião, completavam-se 100 anos que o Dr. Robert Koch, anunciara a descoberta do bacilo causador da tuberculose, feito este que constituiu um marco fundamental para o conhecimento dessa enfermidade e para o fortalecimento da teoria dos germes, que vinha sendo desenvolvida por outro notável cientista: o médico francês Louis Pasteur.

Mobilizar toda a sociedade para a luta contra a TB, a fim de erradicá-la definitivamente até o ano de 2050, é o principal objetivo do Dia Mundial de Combate à Tuberculose, que este ano tem como tema *Ações pela Vida: Rumo a um Mundo Livre da Tuberculose*. Aliás, Senhor Presidente, a completa eliminação da TB é uma das Metas de Desenvolvimento do Milênio, aprovadas pelas Nações Unidas, cuja a realização acarretará a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas em todo o mundo.

No Brasil, o dia 24 de março integra também a Semana Nacional de Mobilização e Combate à Tuberculose, coordenada pelo Ministério da Saúde, o qual pretende aplicar cerca de R\$120 milhões, até 2007, na luta contra essa moléstia. Segundo os especialistas, um dos principais desafios a serem enfrentados é a falta de informação da esmagadora maioria de nosso povo, fato este considerado como o grande motivo dos altos índices de tuberculose no Brasil.

Mas há ainda um outro ponto que como médico me preocupa muito e me causa certa perplexidade. É que, de acordo com o Coordenador-Geral de Doenças Endêmicas do Ministério da Saúde, Dr. Joseney Santos, cerca de 10% dos cursos de Medicina do País, em seu conteúdo programático, simplesmente não contam com orientações sobre a tuberculose! Como pode ser isso? Como pensar que um médico possa ministrar a seus pacientes o tratamento adequado à TB, se nem mesmo ele sabe como proceder nesses casos? Por isso, gostaria de fazer aqui um apelo ao Senhor Ministro da Educação, Fernando Haddad, para que determine a inclusão de temas relacionados à tuberculose nos cursos de Medicina que ainda não os possuem. Não podemos admitir que, em pleno século XXI, ainda formemos profissionais de saúde sem conhecimentos adequados para atuarem no diagnóstico e no tratamento da tuberculose, uma doença tão antiga quanto a própria humanidade!

Apesar dessa lacuna, quero destacar os esforços que vêm sendo realizados no Brasil em prol do combate à tuberculose. A começar pela fundação, ainda no início do século passado, da Liga Brasileira contra

a Tuberculose, como resultado de um movimento de médicos e de intelectuais convencidos de que não poderiam se omitir no combate a uma moléstia causadora de elevados índices de mortalidade.

Outra iniciativa importante foi a Reforma Carlos Chagas, que, em 1920, deu origem ao Departamento Nacional de Saúde Pública e à Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose. Na década de 1930, surgiram novas tecnologias para lidar com a TB, como a vacina BCG, a baciloscopia, a abreugrafia e o pneumotórax, tecnologias que culminaram com a descoberta, na década de 1940, de antibióticos específicos contra a bactéria causadora da tuberculose. Isso alterou de forma bastante significativa, não apenas o perfil epidemiológico, mas também a ação institucional e o conhecimento científico em relação à TB. Trouxe ainda uma consequência importantíssima para os dias de hoje, que é o surgimento de bacilos resistentes aos medicamentos, e o conseqüente aparecimento da MRTB.

Nos anos 70, o Estado passou a monopolizar as ações de combate à TB, iniciando a implementação do Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT), que, até hoje, é um dos instrumentos adotados pelo Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como vemos, a luta contra a tuberculose no Brasil vem de longa data. Atualmente, os esforços do Governo estão voltados para o cumprimento das metas mundiais de controle da tuberculose, quais sejam, localizar no mínimo 70% dos casos estimados anualmente e curar, pelo menos, 85% deles. Por isso, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem como uma de suas diretrizes, a gratuidade do diagnóstico e do tratamento da tuberculose a todo cidadão brasileiro.

E os esforços empreendidos, tanto em solo pátrio quanto no exterior, não têm sido poucos! Em nível mundial, o Fórum Econômico de Davos aprovou, no início deste ano, o Plano Global de Combate à TB (2006-2015), que reafirma o compromisso estabelecido nas Metas de Desenvolvimento do Milênio, das Nações Unidas, de deter o avanço e começar a reverter a incidência da tuberculose até o ano de 2015. Para que isso aconteça, o Plano considera fundamental a colaboração com os programas de luta contra o vírus HIV, bem como a criação de grupos de trabalho para o desenvolvimento de novas drogas, novas vacinas e novos diagnósticos da tuberculose que permitam enfrentar, com sucesso, a variedade multirresistente da tuberculose. Sabemos que essa é uma tarefa gigantesca, pois terá o custo aproximado de 56 bilhões de dólares, mas ela permitirá que sejam salvas 14 milhões de pessoas nos próximos 10 anos. É uma causa emi-

nentemente humanitária, para a qual todos os governos devem contribuir.

No Brasil, seguimos a orientação estabelecida pela Organização Mundial de Saúde e, desde 1998, adotamos a Estratégia do Tratamento Supervisionado da Tuberculose, mais conhecida pela sigla DOTS, em inglês, que aumenta a probabilidade de cura dos doentes para 96%, em função do tratamento assistido. A aplicação dessa metodologia vem se expandindo de forma gradual, tendo começado o Ministério da Saúde, em 2004, a aplicá-la nos 315 municípios considerados prioritários no combate à doença, justamente por responderem por mais de 70% dos casos de tuberculose no País.

Além disso, o Governo tem desenvolvido outras iniciativas de relevo para lidar com essa verdadeira chaga, aberta em nosso tecido social, que é a tuberculose. Em particular, gostaria de fazer referência à entrada em vigor do Plano Nacional de Combate à TB, para o período 2004-2007, e à criação de uma força-tarefa para monitorar e assistir os estados, priorizando os municípios na implementação da estratégia DOTS. Essas ações vêm somar-se à recente adesão do Brasil à *Parceria Stop TB*, um movimento global conduzido pela OMS e outros organismos internacionais, que visa acelerar as medidas de controle da tuberculose no mundo, envolvendo diferentes setores da sociedade civil. Cumpre destacar também a criação, na estrutura do Ministério da Saúde, da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), que dará mais eficiência às ações já empreendidas, permitindo integrar o controle da TB ao de outras doenças endêmicas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por tudo isso, neste momento, gostaria de parabenizar todos os profissionais de saúde que atuam no combate à tuberculose em nosso País, bem como louvar os esforços que vêm sendo desenvolvidos pelas autoridades sanitárias em todo o mundo, a fim de conter e erradicar essa moléstia. Sobre tudo, quero externar uma deferência especial ao Ministro da Saúde, o médico-sanitarista Saraiva Felipe, e ao Dr. Horácio Toro Ocampo, representante, no Brasil, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), não apenas pela atuação no combate à tuberculose, mas, principalmente, pelas enormes responsabilidades que ambos possuem, tanto na formulação, quanto na condução das políticas públicas voltadas à saúde.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como disse no início deste meu longo pronunciamento, como médico e ex-Secretário de Saúde de Roraima, tenho devotado boa parte de minha vida à melhoria da saúde pública de nosso povo. Por isso, neste Dia Mundial de

Combate à Tuberculose, não poderia furtar de subir a esta tribuna para abordar esse tema, que nos apresenta tantos e tão grandes desafios. Se, no passado, ousamos crer que a TB estava debelada, agora devemos ousar agir firmemente para fazer da tuberculose apenas mais um registro nos museus da história! Daí a importância da data que hoje celebramos, para manter sempre viva, em nossas mentes e em nossos corações, a chama da vontade de legar aos nossos filhos e netos um mundo livre do flagelo da tuberculose, que tem assolado a humanidade desde seus primórdios.

Por esse motivo, apelo para a sensibilidade política do Presidente Renan Calheiros, para que determine a veiculação, pela TV e pela Rádio Senado, de programas alusivos ao combate dessa doença, e que isso se faça não apenas durante a Semana Nacional de Mobilização e Luta contra a Tuberculose, mas ao longo de todo o ano de 2006. Tenho a certeza de que, desta maneira, o Senado Federal estará contribuindo para eliminar uma das grandes causas da expansão desse mal entre nós, que é a desinformação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para encerrar, reafirmo minha preocupação com as epidemias modernas que hoje somos obrigados a enfrentar, para dizer que, talvez, a maior de todas elas seja a falta de solidariedade e de amor para com o próximo. Por isso, precisamos unir nossos esforços, no Brasil e no mundo, para erradicar não apenas a TB, mas outras chagas da humanidade, que são motivo de vergonha para todos nós: a miséria, a fome e a violência. Só assim alcançaremos um futuro digno, repleto de paz, de justiça e de prosperidade para todos. E isso é possível, basta caminharmos. Afinal, como diz um provérbio chinês, “a maior das caminhadas começa com o primeiro passo”.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 46 minutos.)

(OS Nº 11701/06)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 16 DE MARÇO DE 2006, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR RETIFICAÇÕES EFETUADAS PELO ORADOR.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, hoje retorno a esta tribuna para externar mais uma vez a minha defesa pela implantação da unidade do Hospital Sarah em Belém, capital do meu querido Estado do Pará.

Há exatamente três anos e três meses, ou seja, trinta e nove meses, as obras estão paralisadas, causando um prejuízo imensurável à saúde da população do nosso Estado e às pessoas que precisam do atendimento especializado oferecido pela Rede Sarah.

Precisamos, Senadora Ana Júlia Carepa, afastar os entraves políticos e fazer com que os repasses devidos pelo Ministério da Saúde, na ordem de R\$14 milhões, cheguem ao Pará, viabilizando a conclusão do hospital.

Recentemente, recebi A SRA. Irene Barroso, uma entre tantas pessoas que buscam o gabinete, não só o meu, mas de todos os Senadores que representam o Estado do Pará e outros Estados da nossa Federação. Ela, A SRA. Irene, uma paraense de Marapanim, que está fazendo tratamento no Sarah de Brasília – as altas despesas com que A SRA. Irene tem que arcar aqui na capital Federal -, fez com que ela se dirigisse ao meu gabinete para solicitar apoio até o término do seu tratamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, V. Ex^{as} devem saber o que é ter de ficar meses longe de casa. É preciso arcar com os gastos referentes à moradia, à alimentação e ao transporte em uma cidade muitas vezes com custo de vida bem mais elevado do que o da cidade natal, além, é claro, do desgaste emocional de ter de tratar da saúde longe da família.

Na segunda-feira passada, dia 13 de março, houve em Belém uma audiência pública solicitada pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Mário Couto, e pelos Deputados Estaduais Joaquim Passarinho e Faisal Salmen. A referida audiência contou com a presença, entre outras, da Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Sr^a Ana Maria Gomes Rodrigues, e de representantes da sociedade civil à frente, Dr. Agostinho Monteiro, idealizador do Movimento “Acorda Pará, Sarah já!”, em prol da implantação do hospital em Belém.

Em agosto do ano passado – e é bom que os paraenses, que assistem à TV Senado e ouvem a Rádio Senado, saibam –, Sr. Presidente, estive com o nobre Senador Luiz Otávio, com a vice-Governadora Valéria Pires Franco e o Secretário Executivo de Saúde do Estado, Fernando Dourado, em uma reunião com o Sr. Ministro da Saúde, Saraiva Felipe, cobrando a abertura imediata do Sarah em Belém e o término da

segunda etapa das obras. Na ocasião, Saraiva Felipe prometeu a inauguração da unidade ambulatorial da Rede Sarah em Belém ainda em 2005, o que, lamentavelmente, não foi cumprido.

Como já dissemos anteriormente, há 3 anos e 3 meses, ou seja, há 39 meses, as áreas ambulatoriais e administrativas do Sarah/Belém estão prontas, mas não foram entregues por falta de equipamentos e profissionais para o início do atendimento. Eu, assim como toda a sociedade paraense, quero o Sarah totalmente concluído em Belém, para que os cidadãos do Pará, e de outros Estados sem esse atendimento especializado, possam ter tratamento com dignidade.

Enquanto o Governo Federal atrasa e vem inviabilizando o repasse de recursos para a conclusão da Rede Sarah em Belém, o Governador do Estado do Pará Simão Jatene faz vultosos investimentos na ordem de R\$300 milhões do Tesouro Estadual – para a construção de seis hospitais regionais de média e alta complexidade, incluindo ao já existente mais 510 leitos convencionais e 125 leitos de UTI, um aumento de 47% no número de leitos de UTIs existente hoje, no Estado. Só de leitos de UTI pediátrica serão 42. E o Hospital Regional de Santarém, que está sendo construído no oeste do Estado, terá um centro de referência no tratamento de câncer. Hoje, só o Hospital Ophir Loyola, em Belém, faz esse tipo de atendimento.

Senadora Ana Júlia Carepa, peço a atenção de V. Ex^a porque quero um compromisso de apoio de V. Ex^a à proposta que o Governador Simão Jatene faz ao Governo do Presidente Lula. Em março de 2003, o Governador Jatene entregou ao Presidente Lula um documento em que ele, Governador do Estado do Pará, se comprometia a investir até 30% dos recursos necessários para a pavimentação das rodovias Santarém–Cuiabá e Transamazônica e para a conclusão das eclusas de Tucuruí. Até hoje, não houve resposta sequer do Presidente Lula à proposta de parceria do Governador Simão Jatene.

A partir de julho do ano passado, o Governador deu início às construções dos hospitais regionais de média e alta complexidade, o que era um compromisso seu de campanha, incluído na agenda mínima. Ele estava postergando o início, esperando o aceno do Governo Federal na parceria que o Estado do Pará fazia para colocar o asfalto definitivo nas duas rodovias e para concluir definitivamente a eclusa. Lamentavelmente isso não houve.

Senadora Ana Júlia Carepa, peço a V. Ex^a que, em nome do povo do Pará, que o Presidente Lula responda imediatamente a esta nova proposta de parceria do Governador Simão Jatene. É bom que o povo paraense saiba que ele se propõe a investir com recursos

do Tesouro do Estado os R\$14 milhões necessários para equipar a Rede Sarah, de Belém, para que esta, na sua fase ambulatorial, entre em funcionamento imediatamente e, ainda com esses recursos, invista no aperfeiçoamento, no treinamento, da equipe que vai lá atuar.

Para isso, Senadora Ana Júlia Carepa, é necessário que haja um compromisso do Presidente Lula no sentido de que ele garanta, por intermédio do Ministro da Saúde, os recursos para o custeio da unidade Sarah de Belém, e, assim procedendo, abra imediatamente o ambulatório daquele hospital e, a partir daí, encaminhe os recursos para a conclusão da segunda etapa.

É importante, Senadora Ana Júlia Carepa – e já concedo o aparte a V. Ex^a – que o Presidente Lula atenda a esse pedido de parceria do Governador Jatene porque ele será aplaudido por todos os paraenses. Ele vem buscando inaugurar operações tapa-buraco em todo o Brasil.

Em vez disso, ele pode, em curto espaço de tempo, imediatamente, inaugurar a unidade Sarah, que está pronta há trinta e nove meses no Estado do Pará, que não é concluída e posta em funcionamento por falta de vontade política de assim fazê-lo.

Concedo o aparte à Senadora Ana Júlia Carepa e, em seguida, ao Senador Leonel Pavan.

A SRA. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Flexa Ribeiro, primeiro, participei das conversas em relação, por exemplo, à BR–163. A proposta do Governo do Estado, só para recolocarmos a situação, era no sentido de que este entraria com recursos do Estado, mas o Governo do Estado estava querendo que o Governo Federal adiantasse os recursos do Estado em relação aos *royalties* da energia. Veja bem: seria necessário que o Governo Federal adiantasse os recursos. Então, não iria sair do cofre. Tinha que sair de qualquer jeito o adiantamento do Governo Federal. Então, não era bem assim: “Olha, nós temos o dinheiro aqui. Façam essa parceria.” Não. Era: “Vocês vão nos pagar ao longo de três anos, mas adiantem uns três anos para cá logo de uma vez. Aí depois...” Quer dizer, então, é uma parceria meio assim... Quero só registrar que, em relação ao Ministro da Saúde, todos nós, Senadores, – eu também fui ao Ministro – cobramos a questão do Sarah Kubitschek. Na época, o Ministro Saraiva Felipe realmente se comprometeu com a idéia de que os “Sarahs”, que já estavam com a sua estrutura pronta fossem inaugurados. Essa é uma luta que une todos os representantes do Pará, independente de partido político. Sabe V. Ex^a que estou em todas as lutas em defesa do povo do Pará e vou defender essa parceria junto ao Governo Federal, visto que infelizmente o governo anterior, apesar de ser do mes-

mo partido do Governador e ex-Governador, não fez este tipo de parceria: nem a Transamazônica, nem a BR–163, nem a eclusas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senadora Ana Júlia, eu agradeço o seu aparte. Quero só esclarecer – talvez por falta de conhecimento da área econômica por parte de V. Ex^a – é evidente que nenhum Estado brasileiro, talvez com raras exceções... talvez São Paulo, pela grande administração do Governador Geraldo Alckmin, possui recursos para investir hoje maciçamente, da ordem de R\$5 bilhões, tem R\$1 bilhão, que é o valor necessário para 30% dessas obras, em caixa, para fazer o aporte. Agora, a proposta do Governador foi para que os recursos, que são do Estado, sim – Estado que V. Ex^a representa aqui –, são da população do Estado do Pará, que são os *royalties* e o ICMS sobre a energia, possam ser utilizados. São do Tesouro e não havia em caixa, mas só aguardávamos a resposta, que lamentavelmente não houve.

Fico feliz de ter assistido ao compromisso de V. Ex^a, porque o Governador Simão Jatene aguardará – e é importante que isso fique registrado – tão somente o ofício por parte do Ministro da Saúde, dizendo que tão logo os equipamentos, Presidente Cristovam Buarque, estejam colocados no Hospital Sarah já concluído, ele possa, então, fazer esse investimento, para que o povo do Pará possa ter o hospital.

Com relação ao término do Governo do Presidente Fernando Henrique, Senadora Ana Júlia, quero lembrar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Flexa, quero lembrar que o tempo está se esgotando e há muitos oradores. Por isso, vou conceder mais um minuto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concluo já. Quero só lembrar a V. Ex^a que essas obras do Sarah-Belém ficaram prontas em dezembro de 2002 e, a partir de então, estão paralisadas.

Aproveito também este pronunciamento, Sr. Presidente, Sr^a Senadora Ana Júlia, para dizer ao povo do Pará que o Governador Simão Jatene inaugurará nesta sexta-feira, dia 17, o Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência de Ananindeua, na região metropolitana de Belém.

Do total de recursos destinados ao hospital, cerca de R\$60 milhões, R\$52,5 milhões foram bancados pelo Tesouro do Estado e apenas R\$7,5 milhões bancados com recursos do Governo Federal.

Diferentemente do que o Presidente Lula pregou quando esteve no Município de Marabá, no sudeste paraense, o Governador Simão Jatene nunca fez uso

de programas federais para promoção social. Tanto o é que haverá uma placa no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência de Ananindeua, mostrando...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, a generosidade de V. Ex^a me faz concluir imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Senador Flexa Ribeiro, minha generosidade passa a ser não-generosidade com os outros oradores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...mostrando o valor total da obra e discriminando quanto foi gasto pelos governos federal e estadual.

O hospital contará com o primeiro centro de atendimento especializado em assistência ambulatorial e cirúrgica a queimados na rede pública de saúde, uma iniciativa pioneira no norte do País.

O Hospital Metropolitano possui 17.772 metros quadrados de área construída, com capacidade para 148 leitos, sendo 44 para a área de pediatria, 44 para clínica, 44 para cirurgia e 16 para o Centro de Queimados.

Parabenizo o Governador Simão Jatene pela construção dos hospitais regionais, sendo que o primeiro deles, Hospital Metropolitano de Ananindeua, como disse, será inaugurado nesta sexta-feira, beneficiando toda a população do Estado do Pará.

Nos últimos dez segundos, ouço o aparte do Senador Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Solicito ao Senador Leonel Pavan que abra mão do aparte porque há muitos inscritos.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Se eu passar de um minuto, V. Ex^a pode cortar minha palavra. Um minuto apenas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Um minuto para os dois, no máximo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – No próximo dia 3 ou 10, Santa Catarina receberá também a comissão do Sarah Kubitschek para a instalação de um Hospital Sarah Kubitschek naquele Estado, uma reivindicação também nossa. Em todas as minhas emendas ao Orçamento, destino recursos também para o Sarah Kubitschek. Tanto o Pará como Santa Catarina e outros lugares do Brasil precisam da instalação do Sarah, um serviço público dos melhores do mundo. Eu apenas fiz essa menção para cumprimentá-lo pelo seu trabalho, pelo amor que tem pelo Pará. V. Ex^a defende tanto o Pará quanto eu defendo o Estado de Santa Catarina, bem como o Senador Antonio Carlos Magalhães defende a Bahia. Nós queremos o melhor para os nossos

Estados e para o Brasil. E o Hospital Sarah Kubitschek merece o apoio integral do Governo Federal. Lamentavelmente, o Lula não tem essa visão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Leonel Pavan o seu aparte.

Obrigado, Sr. Presidente.

DISCURSOPRONUNCIADOPELOSR. SENADORALOIZIOMERCADANTENASESÃO DODIA31 DEJANEIRODE2006, QUE, RETIRADOPELOORADORPARAREVISÃO, SERÁ PUBLICADO CONFORME REGISTROS TAQUIGRÁFICOS.

(Art. 201, § 3º, do Regimento Interno.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tratarei de um tema que me parece extremamente importante ao Brasil. Uma análise isenta necessariamente reconhecerá os avanços expressivos que o País teve do ponto de vista da política externa.

Se analisarmos esse período recente do Governo do Presidente Lula, tivemos um salto qualitativo no protagonismo internacional do Brasil, saudado como fato promissor, especialmente na perspectiva de alterar as assimetrias e desigualdades que se apresentam no processo de globalização da economia internacional. E não apenas o protagonismo do Brasil, reconhecido, por exemplo, nas articulações do G-22 e nas negociações da OMC, quando, pela primeira vez na história, os países em desenvolvimento se aglutinaram em um bloco que envolve nações como China, Índia, Rússia, África do Sul. Alguns países importadores de alimentos posicionaram-se ao lado dos países em desenvolvimento liderados pelo Brasil, países nos quais a produção agrícola tem destaque, na luta contra os subsídios abusivos praticados pela União Européia, Estados Unidos e Japão nas suas respectivas agriculturas. Essa é uma luta histórica.

Foi estabelecido, na rodada da OMC no Uruguai, quando foi criada a OMC, o compromisso de que dez anos depois, na rodada de Doha, haveria o início da redução dos subsídios. Isso não aconteceu, e os países ricos quiseram, mais uma vez, aprofundar a abertura no setor de serviços, reduzir a capacidade do Estado de fomentar a sua economia nos países em desenvolvimento e abrir ainda mais o setor industrial, prejudicando claramente a perspectiva de avanço no processo de industrialização e de crescimento econômico nas nações em desenvolvimento.

Não era fácil politicamente trazer nações como a Índia, que tem 1,35 bilhão de habitantes e a metade da terra agricultável que o Brasil possui – portanto, um

grande importador de alimentos –, para uma aliança com um país como o Brasil, que é hoje o maior produtor e exportador mundial de álcool, de açúcar, de soja, de carne bovina, de carne de frango, de café, de suco de laranja – o Brasil é hoje uma das nações que mais vêm expandido sua produção agrícola e agropecuária. Essa aliança permitiu agora, na última negociação de Hong Kong, a perspectiva, a partir de 2013, do fim dos subsídios agrícolas. E a liderança foi do Brasil, foi deste Governo. Quero, a propósito, saudar aqui o Ministro Celso Amorim, que fez um grande trabalho de articulação.

Uma vaca, na União Européia, recebe hoje US\$2 de subsídios por dia, e isso ocorre num mundo em que um bilhão e meio de pessoas sobrevive com US\$1 por dia. Portanto, o fim do subsídio agrícola permitirá que nações na América do Sul e na África, países pobres, possam produzir de forma competitiva e que os preços das *commodities* agrícolas sejam melhores, o que vai melhorar a renda e o desenvolvimento de nações em desenvolvimento, especialmente na América do Sul, na África e na Ásia.

Não foi apenas nas negociações da OMC: o protagonismo do Brasil, a liderança do Brasil também mudou, e mudou expressivamente, o leque político no âmbito da América do Sul. O Presidente Lula foi fundamental para que se alcançasse uma solução democrática para o impasse que existia na Venezuela do Presidente Hugo Chávez. Quando nós assumimos, havia uma grave crise político-institucional naquele país, e a saída negociada foi criar um grupo de amigos – Estados Unidos, Brasil e Espanha – para fazer um plebiscito na Venezuela e respeitar a vontade do povo e da Constituição venezuelana. Essa saída foi negociada numa audiência do Presidente Lula com o Presidente Bush na qual eu estive presente. Pude acompanhar e testemunhar a grandeza da atitude do Presidente Lula e o acolhimento desse caminho por parte do Presidente Bush para não permitir, na América Latina, mais golpes de Estado como o que estava sendo patrocinado na Venezuela do Presidente Chávez. O plebiscito permitiu que o povo escolhesse o seu caminho. Na Venezuela, o plebiscito foi uma saída constitucional e não a saída golpista que estava sendo articulada naquele momento da posse do Presidente Lula.

No Uruguai, após a vitória da Frente Ampla, eu assisti à menção, de viva voz, feita ao Presidente Lula pelo Presidente Tabaré Vázquez em sua posse. Ele falava da importância que teve a vitória de Lula no Brasil, da importância da mudança com responsabilidade no Brasil para dar confiança aos eleitores uruguaios de votar numa candidatura de esquerda, que poderia também mudar o Uruguai com responsabilidade, como

seguramente mudará nas mãos de Tabaré Vázquez e da Frente Ampla.

A vitória de Evo Morales na Bolívia, o primeiro índio a chegar ao governo, é um paradigma novo na política daquele país, que é extremamente pobre e instável – já passou por mais de cem golpes de Estado ao longo da história. A presença do Presidente Lula é um fator que abre a expectativa de uma saída político-institucional que estabilize a democracia boliviana e que permita que as transformações naquela nação se dêem no marco do Estado de Direito, sem as instabilidades, as turbulências e as graves crises institucionais do passado.

Na solução para a crise econômica da Argentina, tivemos um papel fundamental de apoio. Foi o momento mais difícil da história da Argentina, especialmente no Governo Duhalde e início do Governo Kirchner, e foi necessário buscar apoio nos fóruns internacionais e solidariedade a esse país irmão, membro do Mercosul.

Da mesma forma, a vitória no Chile de Michelle Bachelet, que foi presa, torturada e exilada e cujo pai foi torturado e morto. É a primeira mulher oriunda de uma tradição socialista a presidir o Chile. Elegeram-se com apoio de uma aliança, de uma coalizão que foi capaz de mudar e avançar na conquista da democracia no Chile. Agiu com responsabilidade, com a administração das finanças públicas, com a modernização da economia e agora poderá, seguramente, fazer avançar ainda mais o processo de crescimento no âmbito da América do Sul.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Eu só queria saber a opinião de V. Ex^a sobre a vitória de Aníbal Cavaco Silva em Portugal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– A vitória de Cavaco Silva em Portugal confirma a existência de um movimento pendular na história portuguesa, de uma oscilação de poder que sempre vem acontecendo entre o PS português e o PP português. No passado, Gutierrez, que era o presidente da Internacional Socialista, era o Primeiro Ministro; perdeu a eleição, e o PP voltou ao Governo; voltou o socialista como Primeiro Ministro; agora temos de novo Cavaco Silva como Primeiro Ministro de Portugal. É da dualidade, é do processo democrático. Acompanhando esse movimento, tivemos o PP, que governava a Espanha, e hoje temos Zapatero, que é um socialista, de volta ao governo.

A nossa capacidade de influir na Península Ibérica é muito pequena, mas na América do Sul o Brasil pode ajudar a buscar uma solução democrática, respeitando a soberania e a independência de cada país, a autode-

terminação dos países da região. O Brasil representa mais da metade do território, do PIB e da população da América do Sul. Portanto, a nossa liderança regional, o nosso papel na busca de saídas institucionais e democráticas é muito grande na América do Sul.

E o vento que sopra na América do Sul é um vento de mudança. Se nós olharmos para a história do Chile, veremos que houve tempo em que mencionar o nome de Allende era algo absolutamente proibido. E hoje, 25 anos depois, Allende é uma referência histórica de um governo popular, democrático, e a figura de Pinochet não consegue caminhar nem nos Estados Unidos, tem de pedir asilo para entrar na sociedade americana e é perseguido pela Justiça em todas as partes do mundo. Essas são mudanças profundas de uma América do Sul que caminha orientada por uma opção democrática. Espero que a democracia se estabeleça como valor universal e que as alternâncias de poder e de governo que ocorrerão nessa região se façam a partir do sufrágio universal, do Estado de Direito e do pluralismo político-partidário.

Agora, é inegável que, a partir da vitória do Presidente Lula, as mudanças que estão ocorrendo na América do Sul vão no sentido da busca de maior autonomia, soberania e integração regional. Estão aí o gasoduto, a refinaria, as obras de infra-estrutura, as pontes, energia, tudo isso buscando uma integração regional, a unidade.

Aliás, a força da Europa está na sua unidade. A União Européia construiu um processo, no Pós-Guerra, de unificação. Hoje, ela tem uma atitude diplomática unitária, independentemente de quem é o governo, em todos os fóruns internacionais. Ela tem o Banco Central, uma única moeda, a integração do mercado de trabalho, do mercado previdenciário, tem o Parlamento Europeu, uma Corte de Ministros, um Conselho de Justiça. Essa integração institucional, política, cultural, econômica e monetária é a força da Europa. Hoje ela consegue, com o Euro, criar uma zona de influência monetária crescente, com todas as vantagens que lhe traz a senhoriagem da moeda já que está cunhando a sua própria moeda.

A América do Sul é uma região mais pobre, não tem a mesma infra-estrutura, não tem a base do Estado do Bem-Estar Social que a Europa tem, não tem a mesma ciência e tecnologia, não tem a mesma capacidade de influência nos fóruns internacionais. A nossa unidade regional, o fortalecimento do Mercosul, a integração regional, o ingresso da Venezuela e, espero, da Colômbia e do Peru, o aprofundamento da integração da América do Sul vai nos dar poder diplomático e capacidade de fomentar a economia re-

gional, assim como a Europa fez ao longo dos anos do Pós-Guerra.

Senador César Borges, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a faz um pronunciamento sobre política externa. E, segundo a sua visão, pelos avanços que o Presidente Lula promoveu na política externa brasileira, inclusive com relação às recentes vitórias da Esquerda, e os comentaristas colocam que são várias esquerdas na América do Sul. O que importa é verificar se isso veio a favorecer a criação de condições de melhor desenvolvimento para os países, inclusive para o Brasil, porque na recente reunião em Davos, na Suíça, na qual, embora o Presidente Lula costumas-se estar presente freqüentemente, neste ano, lamentavelmente, não foi – como também não foi ao Fórum Social em Caracas – tiraram o Brasil do rol dos países emergentes, tudo isso diante de equívocos da política econômica brasileira, diante de equívocos da condução, inclusive, das ações públicas, com as recentes denúncias de corrupção no Governo. Hoje, há um artigo do jornalista Merval Pereira no jornal **O Globo**, que diz que o chamado BRIC, bloco composto pelo Brasil, Rússia, Índia e China, deixou de ter o “B”. Agora não é mais o BRIC e, sim, o RIC, porque o Brasil já não está mais nessa esfera. Então, não adianta simplesmente pensar no mercado se não tivermos uma interação mundial, ou seja, em que o País possa aproveitar e interagir com mercados fortes, tirando proveito disso, porque apenas fazer aliança com Bolívia, Venezuela e com proveitos mínimos em relação às possibilidades de crescimento econômico, como está experimentando China e Índia, seria o tiro sair pela culatra e não seria bom para o País. Gostaria de fazer esta observação, já que V. Ex^a faz esses comentários, e também ouvir sua opinião a respeito desta exclusão do Brasil da relação dos países emergentes para dominar a economia mundial nos próximos anos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador César Borges, a propósito desta menção, gostaria de registrar que vários analistas, especialmente em Davos, apresentam o Brasil como uma grande potência econômica para as próximas duas décadas.

É evidente que a China, com 1 bilhão e 350 milhões de pessoas, crescendo a um ritmo de 9% ao ano, coloca-se nessa posição. A Índia, com 1 bilhão de pessoas e com uma área de ciência e tecnologia muito forte, nos campos de *software*, matemática e física, também é um país que, apesar de não ter o mesmo dinamismo, coloca-se nessa posição. A Rússia, que tem uma importante base científica e tecnológica, especialmente na corrida astronáutica, que tem avanços

na indústria bélica e que é grande produtor e exportador de petróleo, é uma nação importante do ponto de vista do potencial de recursos estratégicos e também se coloca nessa posição.

Agora, o Brasil não tem os problemas demográficos de China e Índia. Temos duas vezes mais terras que a China para produzir alimentos. A China produz 400 milhões de toneladas de grãos e nós produzimos 125 milhões de toneladas de grãos, mas, em pecuária, em álcool e açúcar, em várias outras culturas, o Brasil já é um país líder mundial, inclusive criando uma matriz energética alternativa que é o álcool. Tirando a Rússia, essas nações terão graves problemas no fornecimento de energia. Vinte e cinco por cento da energia que ia para a China eram do Iraque, e ela tem problemas de abastecimento hoje, para mencionar apenas um problema estrutural.

A China vem, há quarenta anos, num crescimento batido, num país que tem 14 mil estatais. E chegou a isso não com uma visão neoliberal de privatização, mas com uma visão de planejamento estratégico de uma economia de mercado socialmente planejada e com uma planificação que teve êxito no processo de industrialização. Enfim, tem um grande mercado de consumo em massa que impulsiona o país.

Do ponto de vista da política externa, entre todas as nações mencionadas, somente a China teve um crescimento das exportações maior que o do Brasil nesse último triênio. Nenhuma outra nação teve um crescimento nas exportações superior ao que o Brasil teve. E vou dar os dados.

Até 2002 – de Pedro Álvares Cabral a Fernando Henrique Cardoso –, o Brasil exportava US\$60 bilhões. Em três anos do Presidente Lula, estamos exportando US\$118 bilhões. E tínhamos um déficit comercial, nos últimos oito anos, de US\$8,5 bilhões. Mas tivemos um superávit comercial de US\$103 bilhões.

Vou dar alguns dados importantes em termos de comércio exterior. O Brasil, nestes três anos, aumentou as exportações em 96%, sendo que o crescimento das exportações mundiais foi de apenas 60%. Portanto, o Brasil está exportando muito acima da média mundial e do crescimento.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Senador Aloizio Mercadante, a base do Brasil era muito baixa, muito pequena. Compare os números das exportações chinesas. Pode dizer que o Brasil cresceu menos do que China, mas a China cresceu dez vezes mais que o Brasil em valores absolutos. V. Ex^a está falando em números relativos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Então, vou pegar os pontos que estão aqui e que são bem importantes.

O México teve um crescimento das exportações, nesse período, de 17,7% contra 96% do Brasil. Os Estados Unidos tiveram um crescimento das exportações da ordem de 18,1% contra 96% do Brasil. A Argentina teve um crescimento das exportações de 34,1% contra 96% do Brasil. O Japão teve um crescimento de 35,8% contra 96% do Brasil. A Comunidade Andina teve um crescimento de 40,2%; a União Européia, 41,8%. E mesmo a Índia, a que V. Ex^a se refere, teve um crescimento de 53,5%. E o Brasil teve um crescimento...

O Sr. César Borges (PFL – BA) – São números relativos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – E o Brasil teve um crescimento de 96%.

O Sr. César Borges (PFL – BA) – Se V. Ex^a analisar os números absolutos, verificará que o Brasil é irrisório no mercado mundial de exportação.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a tem toda a razão. Estávamos com um patamar de exportações muito pequeno. O comércio exterior brasileiro era de 15% do PIB. As exportações brasileiras, em 2002, eram de US\$60 bilhões, um patamar muito baixo.

Neste Governo, dobramos as exportações em três anos. Se o outro Governo tivesse mantido o ritmo expresso nesses indicadores... Esse não é o problema, porque a economia mundial vai bem. Estou dando os dados. Estamos crescendo muito acima da média das exportações mundiais e muito acima da média da União Européia, dos Estados Unidos, do Japão, da Rússia, do México, da Região Andina e do Mercosul.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me, Senador Aloizio Mercadante?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – O Brasil teve um ritmo de crescimento das exportações espetacular, primeiro, porque melhoramos a produtividade da economia.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Nós quem, Senador?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Melhoramos na indústria, na agricultura, nos serviços, e isso alavancou.

Segundo, melhoramos por meio de medidas tributárias como o Cofins, com a desoneração das exportações, uma medida fundamental para melhorar a capacidade de competitividade do Brasil. Esse foi um processo, inclusive, de que o Congresso Nacional participou.

Melhoramos porque a política externa brasileira passou a explorar outros mercados para os quais não olhávamos com a importância que tinham. Por exemplo, o mercado regional da América do Sul ou países como Rússia, África, China, Venezuela, Colômbia, Ar-

gentina, Chile, enfim, para os quais o Brasil não olhava com atenção.

A nossa herança colonial sempre nos fez pensar que política externa e comércio exterior eram basicamente Estados Unidos, União Européia e Japão, que representavam dois terços do comércio externo brasileiro. Hoje, não! A Argentina é o nosso segundo parceiro comercial; a China é o nosso terceiro ou quarto parceiro comercial, dependendo das estatísticas; e os Estados Unidos continuam sendo o primeiro, mas perdendo participação relativa. Também não significa que não tenhamos de explorar acordos comerciais com a União Européia, com os Estados Unidos, mas temos de verificar o salto espetacular que demos nas exportações ao longo desse período. Em três anos, dobramos as exportações brasileiras. E essas são as estatísticas oficiais. Dobramos! Dobramos e criamos um superávit comercial de US\$103 bilhões, superávit este que permitiu ao Brasil pré-pagar a dívida com o FMI, recompor as reservas cambiais, estabilizar o balanço de pagamento e desendividar externamente o Brasil.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a está diante de um adversário que tem sabido reconhecer feitos do Governo na área econômica e que, portanto, se sente autorizado a fazer certos reparos a esse pronunciamento de V. Ex^a. Entendo que, quando V. Ex^a diz “este Governo fez e aconteceu nas exportações”, V. Ex^a ignora, por exemplo, o salto, este sim representativo para as exportações, do processo de privatizações, do processo de desburocratização por que passou o Estado, do processo de reformas estruturais contra as quais o seu Partido votou empedernidamente ao longo de dois mandatos presidenciais. Quando V. Ex^a diz “nós aumentamos a produtividade da economia”, V. Ex^a se refere ao fato de o setor privado ter aumentado a sua própria capacidade de se tornar sistemicamente mais competitivo, e uma porção de mudanças que vieram com as tentativas de estabilidade que não deram certo e com a estabilidade econômica. E isso tudo é uma pedra de toque – e V. Ex^a sabe disso talvez melhor do que eu. Isso é uma pedra de toque, é um ponto essencial para se pensar em qualquer outro ponto futuro. Eu gostaria muito de poder pegar pontos positivos do seu discurso e com eles me pôr de acordo, mas, quando V. Ex^a propõe algo parecido com uma ruptura, tipo “antes o dilúvio, antes o caos, aí nós inauguramos o país”, mais um pouco, Juscelino não fez Brasília. Mais um pouco, foi o Lula quem fez Brasília. É fundamental trabalharmos com a honestidade intelectual que sempre caracterizou V. Ex^a. Ainda há pouco, mostrei-lhe a denúncia que fiz e

a fiz com uma certa revolta, pois havia dinheiro público envolvido naquele tal em questão. Deslavadamente, a Secretaria de Comunicação do seu Governo diz que houve recorde em investimento: “Foram liquidados, em 2005, dezoito ponto não sei o quê bilhões de reais”. Não é verdade, eu lhe mostrei que não era verdade e mostrei da tribuna. Foram realizados R\$18,4 bilhões e liquidados apenas R\$7,9 bilhões, menos do que em qualquer ano do período anterior, menos da metade do que seu Governo conseguiu liquidar no ano passado. Então, isso me cheirou a eleitoreiro, isso passa por certa fraude. Eu já havia pedido para eles não mandarem mais isso para minha casa, porque aquilo ali virou propaganda de caráter stalinista. Senador, peço-lhe isto: vamos analisar o saldo das exportações, por exemplo, observando o contexto internacional, o fato de que a China está comprando tudo e de que os Estados Unidos estão em época vigorosa. V. Ex^a disse que não se olhava para a Argentina. Olhava-se para a Argentina, que estava em crise, em recessão brutal. A Argentina mal está repondo aquilo que perdeu de PIB há tempos atrás.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Senador Arthur Virgílio...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Já concluo. Peço-lhe mais um minuto apenas. Portanto, seu discurso ganhará, se V. Ex^a estabelecer essa relação de continuidade entre esforços que vêm sendo feitos há muitos anos neste País e, aí sim, esforços que o Governo, que V. Ex^a lidera com tanta competência aqui, vem fazendo também em certos setores. Parece-me que fica mais correto ao se estabelecer a noção de processo histórico. Fora disso, não sei quem será convencido. Mas, certamente, eu me sinto injustiçado, outras pessoas se sentem injustiçadas, porque seu discurso perde em riqueza. Pode ser melhor, porque V. Ex^a tem toda a capacidade de fazer muito melhor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Senador Arthur Virgílio, quis trazer este debate ao plenário por duas razões. A primeira delas é que, na campanha eleitoral, havia uma crítica ao Presidente Lula no sentido de que não teria condições de representar bem a Nação nos foros internacionais, e aconteceu exatamente o contrário: o Presidente virou uma grande referência nos foros internacionais, o Brasil aumentou seu protagonismo. E, ao mesmo tempo, dizia-se que a política externa do Brasil era terceiro-mundista e que iria comprometer a capacidade de exportações.

Senador Arthur Virgílio, respondo a V. Ex^a. Quando falo “nós”, refiro-me à Nação. O crescimento da produtividade, a base industrial do Brasil vêm de décadas e décadas. O Plano de Metas do Juscelino Kubitschek, por exemplo, de 1956 a 1961 – e disse hoje da tribu-

na –, soube aproveitar o momento internacional, em que os investimentos americanos iam para a Europa por meio do Plano Marshall, e foram as empresas européias e japonesas, sobretudo as européias, que migraram para os países em desenvolvimento, disputando os mercados locais. Para cá vieram, na indústria automotiva, a Volkswagen, a Renault, a Dolphine. E vinham, porque o mercado europeu estava sendo pressionado pela invasão das empresas americanas. E Juscelino Kubitschek soube articular um pacote de investimentos que deu um grande salto na industrialização. Então, isso vem de antes. Hoje, temos uma base produtiva no setor automotivo, 14 montadoras, e produzimos 2,5 milhões de veículos. É uma história que tem 50 anos.

Mas, quando falo do comércio exterior, o primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso prejudicou decisivamente a capacidade de exportação do Brasil. E dou os dados, Senador Arthur Virgílio. Na economia mundial, as exportações cresceram 26% naquele período.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador, permita-me uma interrupção de trinta segundos?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Só um minuto.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não falarei mais do que trinta segundos. Serei bem rápido. Olhe só: nem tudo naquela quase paridade cambial foi ruim, e V. Ex^a sabe disso. A demora foi deletéria, mas nem tudo foi ruim. Por exemplo, hoje, é essencial para o saldo atual da balança comercial haver dois setores bem vitais: bens de capital e indústria têxtil. Eles se modernizaram graças ao câmbio favorável a eles. Puderam importar as máquinas que hoje representam a pujança desses dois parques industriais, ou seja, o que hoje se exporta de bens de capital e de indústria têxtil – e olha que houve aquela pixotada da China, economia de mercado – tem a ver, sim, com o momento em que se precisou trabalhar a paridade cambial como um dos pilares da estabilidade econômica. Portanto, a noção do Brasil como processo leva à idéia de que há uma *Concertación* no Chile que faz com que alguns pilares não sejam abalados e com que a gente dispute detalhes de quem é mais ético, de quem governa melhor a saúde ou a educação. Mas certos princípios ligados à macroeconomia têm de dar esse salto civilizatório. Então, dei-lhe somente dois dados. V. Ex^a haverá de concordar comigo: foi ali que começou o sucesso atual dos bens de capitais e da indústria têxtil.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Vou voltar. A nossa situação no Brasil é diferente da do Chile, porque, na *Concertación* chilena, nós estávamos juntos no Governo do Brasil. O processo aqui

é distinto. Há uma polaridade no campo de centro e de centro-esquerda muito forte, totalmente distinta da aliança que foi feita no Chile.

Mas, no caso do primeiro Governo, as exportações cresciam 26%, e o Brasil só aumentou 9,6%. A âncora cambial foi utilizada abusivamente durante quatro anos e meio naquele período.

É verdade que o Plano Real, especialmente a desindexação da economia à URV, mecanismo muito inteligente e criativo que permitiu a desindexação da economia e a quebra da inércia inflacionária sem trauma, ajudou a criar um ambiente econômico de investimento e de crescimento, mas a âncora cambial foi abusiva.

E, hoje, temos de estar muito atentos à apreciação do câmbio. Com o superávit comercial de US\$42 bilhões, com a Bolsa batendo recorde atrás de recorde de entrada de investimentos externos, com os investimentos diretos subindo a US\$20 bilhões/ano, estamos falando em um volume de recursos que está entrando no Brasil da ordem de R\$80 bilhões, sendo que metade disso vem só pela atividade comercial. Por isso, foi possível pré-pagar a dívida com o FMI.

Vejo, às vezes, algumas coisas totalmente descabidas: “Não se deveria pagar a dívida com o FMI, porque o dinheiro deveria ser usado para habitação, saúde”. Não! O dinheiro do FMI é exclusivo: só pode ser usado para a defesa da moeda. Ele não pode ter nenhuma outra finalidade. Portanto, ao pré-pagar a dívida, economizamos US\$900 milhões de juros que pagaríamos para aplicar, aí, sim, em outros recursos.

Agora, há uma apreciação do real. O dólar a R\$2,20 ou a R\$2,30 começa a prejudicar o ritmo e a força das exportações. E isso é parte do ajuste de mercado, porque o câmbio é livre, mas se deve também a algumas medidas que precisamos analisar com muito cuidado, especialmente o problema mais delicado deste momento, a dívida pública, o impacto da Selic, que, apesar de ter caído de 27,5% para 17,25%, ainda é muito alta.

Deveríamos discutir mudanças institucionais que permitissem ao Brasil lançar títulos de médio e longo prazo, de dez anos, de vinte anos, que permitissem, inclusive, aos investidores internacionais comprarem apenas títulos de longo prazo, com desoneração tributária, para que a taxa de juros de longo prazo pudesse cair e para que, com isso, retirássemos cada vez mais a dívida pública da taxa Selic. Por quê? Porque, hoje, só metade da dívida pública está na taxa Selic; a outra metade é de títulos pré-fixados. Portanto, tiramos a indexação ao dólar da dívida, e a metade da dívida está pré-fixada, o que mostra uma confiança maior na

dívida pública e uma incidência menor da taxa Selic sobre a dívida pública.

Se conseguirmos lançar títulos... Quero lembrar a este Plenário que o Brasil lançou agora R\$3 bilhões lá fora e está conseguindo colocar títulos em reais. Portanto, é possível lançar títulos de médio e longo prazo que seguramente vão permitir ao País reduzir mais aceleradamente a taxa de juros e, com isso, diminuir o fluxo financeiro e permitir uma taxa de câmbio mais competitiva. A taxa se aprecia pelo volume de dólares que entra na economia, o que é positivo, mas, ao se apreciar, ela prejudica as exportações e o ritmo de dinamismo da economia. Se alongarmos o prazo da dívida pública e lançarmos títulos diretamente para grandes investidores, fundos de pensão no exterior, vamos reduzir o impacto da taxa Selic.

Concluo, portanto, o meu pronunciamento, Sr. Presidente, registrando esses dados.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me um último aparte, Senador? Serei bem rápido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a falou do câmbio. E, enfim, uma receita para manter em trajetória de estabilidade, para descendente, a relação dívida pública/PIB era rebaixar a taxa Selic de maneira agressiva, levando em conta os cuidados com a inflação, ao mesmo tempo que trabalhar mais austeridade nos gastos públicos. Estou prevendo para o ano que vem um aumento dos gastos públicos em 1% do PIB por parte do Governo Federal. Deve-se ter muito cuidado com isso. Outro dado muito relevante é V. Ex^a se referir ao câmbio e nós constatar-mos – e este é o outro lado dos dados – que a renda brasileira cresceu nos últimos momentos, tivemos um momento virtuoso de fora para dentro; alguns exercícios foram muito bem feitos aqui também, mas temos um dado: o setor exportador está exportando, até com um sacrifício brutal pela relação cambial desfavorável a ele, em função de um outro dado, ou seja, a renda média dos trabalhadores urbanos ameaça agora, neste ano de 2006, talvez ultrapassar, talvez empatar com os padrões de 2002. Hoje, ela não retornou aos padrões de 2002. Então, temos um setor interno que é bastante comprimido. Isso obriga o setor exportador até a cumprir seu mister com dificuldade e, em alguns casos, até com prejuízo, para não ficar parado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Volto amanhã para debatermos essa questão do mercado interno. Eu tenho uma visão diferente. Acho que geramos 3,8 milhões de empregos. Houve uma recuperação importante do poder de compra da população, porque a cesta básica está com o maior poder

de compra desde que foi criado o índice do Dieese; o salário mínimo, com esse reajuste – são 40 milhões de brasileiros e nós vamos injetar R\$11 bilhões no consumo interno –, é o maior dos últimos 25 anos, pela média, e dos últimos 20 anos, pelo pico. Portanto, junto com o Bolsa-Família e os programas de transferência de renda, que injetam R\$44 bilhões na economia, e ainda o crédito consignado, que barateou o custo do crédito, e são mais de R\$30 bilhões, temos aí um avanço muito grande.

Amanhã, eu volto à tribuna porque quero falar do problema da livre opção bancária. Hoje, há uma matéria no jornal **Valor Econômico**, dizendo que os bancos finalmente aceitam uma tese – e eu luto há mais de um ano para aprovar um projeto de lei – que dá direito ao trabalhador de escolher o banco em que ele quer receber seu salário. No Brasil existe uma reserva de mercado bancário. O Senador Romeu Tuma também tem um projeto nessa mesma direção, assim como alguns Deputados. Existe uma reserva de mercado. A empresa negocia sua folha de pagamento com o banco, em troca de benefícios a ela. Dou um exemplo: o Banco Itaú fez um acordo com a Prefeitura de São Paulo e transferiu para ela R\$500 milhões para ficar com a folha de pagamento. Senador Rodolpho Tourinho, são 20 mil funcionários, o que significa que o custo por funcionário foi de R\$2.500,00. Ora, quem vai pagar esse custo? É o funcionário. O banco transfere para o funcionário, e a empresa transfere para o banco a folha de pagamento, quando a folha de pagamento, no momento do pagamento, é o salário do trabalhador.

Se os trabalhadores quiserem negociar coletivamente com o banco, muito bem, mas que se dê a opção de o trabalhador escolher o banco que ele quer, porque isso vai aumentar a concorrência, reduzir o custo e defender os interesses do trabalhador, e não da empresa. No mundo inteiro é assim. Na Europa é assim, nos Estados Unidos é assim; e, no Brasil, não. Temos ainda um oligopólio e um cartel que organiza a relação entre bancos e folha de pagamento.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa, para concluir.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Aloizio Mercadante, este Brasil é engraçado. V. Ex^a é que devia ser o Ministro da Economia, mas esse cargo é de um médico, como eu, o Palocci. Já que “em terra de cego quem tem um olho é rei”, eu queria dar alguns dados a V. Ex^a e ao Governo. Esse negócio de dívida com o FMI... O que apavora mesmo o Brasil é a dívida interna. V. Ex^a sabe que, em fevereiro, ela vai somar um trilhão de reais; até fevereiro, ela chegará a esse valor emblemático e terrível. Está aí um valor

para o Presidente Lula comemorar: um trilhão de reais! É sobre esse valor que pagamos os juros mais altos do mundo. Em consequência, estima-se que o Brasil pagará, somente este ano, cerca de R\$160 bilhões, ou seja, R\$440 milhões por dia, seja sábado, domingo ou feriado, para os bancos que operam aqui no Brasil. Então, o PT está se tornando PB, Partido dos Bancos. Calculando em horas, o Brasil paga, só em juros da dívida interna, R\$18,3 bilhões por hora. É inacreditável! Espero que o Presidente Lula explique, na sua campanha, ao povo brasileiro por que não tem dinheiro para nada, mas sobra dinheiro para pagar juros aos banqueiros. Ou espero que ele tenha a feliz idéia de convocar V. Ex^a para ser o Ministro e levar este País à realidade econômica.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Mão Santa, para concluir, o problema da dívida pública interna, nós podemos debater amanhã com mais profundidade. Não há uma solução fácil e mágica, porque nós não vamos repetir o que o Collor fez. O Collor tentou resolver em uma “canetada” o problema da dívida interna. Falou: “Não pago ninguém” e bloqueou a liquidez. Tivemos dois milhões de desempregados e uma recessão brutal no País, assim como a Argentina fez o *corralito*.

Se não é essa a solução... porque, na dívida pública, não há apenas os especuladores. Ali está o dinheiro da poupança dos mais idosos. Ali está o dinheiro da pessoa que vendeu a casa para comprar outra. Ali está o dinheiro do capital de giro das empresas. Ali está o salário dos trabalhadores que aplicaram no fundo de investimento. Isso ficou visível na experiência do Plano Collor. Não há uma solução fácil.

Quando nós assumimos, a taxa de juros era de 27,5%. Hoje é de 17,25%. Nós estávamos com uma inflação de 17,5% e, agora, estamos com uma inflação de 5,5%, em desaceleração...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ...e a taxa de juros está numa trajetória de queda. Eu mencionei aqui: hoje, só metade da dívida está submetida à taxa de juros Selic. Na outra metade, já são os juros pré-fixados. Portanto, isso reduz o custo da dívida. Antes, eram 40% da dívida na taxa de câmbio e, hoje, não há mais indexação ao câmbio na dívida.

O que nós temos condições de fazer hoje é alongar o perfil da dívida: lançar títulos de dez ou vinte

anos, desonerar fiscalmente para que se comprem esses títulos. O Brasil já está conseguindo colocar títulos em real lá fora, são R\$3 bilhões. Portanto, é possível colocar esses títulos. Com isso, retiraríamos uma parcela ainda maior da dívida pública da taxa Selic, permitindo que a taxa Selic possa cair mais rapidamente.

Eu acho que é este o grande debate do País: como reduzir o custo da dívida, como reduzir a taxa de juros e manter de forma estável e duradoura os juros baixos. Penso que esse debate poderemos retomar posteriormente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

**23-3-2006
quinta-feira**

• 10:00 – Sessão Especial em homenagem aos 40 anos de fundação do PMDB

Plenário do Senado Federal

• 11h30 – Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

• 12:00 – Senadora Anne-Marie Lizin, Presidente do Senado Belga

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

• 16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa- pauta sobrestada

Plenário do Senado Federal

• 18:30 – Senadora Ideli Salvatti, acompanhando o artista MV Bill, um dos realizadores do documentário veiculado pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, intitulado Falcão, Meninos do Tráfico

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal.

Martha Lyra Nascimento. – Chefe de Gabinete, Presidência do Senado Federal.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ^{(1) (5)}	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ^{(2) (6)}	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, / RT. 4º	TITULARE! ;	SUPLENTE! ;
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 208 PÁGINAS